



Estado do Rio Grande do Sul

ALCEU COLLARES

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PORTO ALEGRE

1993

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Alceu Collares

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

João Gilberto Lucas Coelho

CHEFE DA CASA CIVIL

Sérgio José Porto

CHEFE DA CASA MILITAR

João Vanderlan Rodrigues Vieira

SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Adão Elizeu de Carvalho

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Gabriel Pauli Fadel

SECRETÁRIO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Carlos Henrique Bastos

BRIGADA MILITAR

Cel.PM Antonio Carlos Maciel Rodrigues

POLÍCIA CIVIL

Newton Muller Rodrigues

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

Neuza Celina Canabarro Elizeire

SECRETÁRIA DA CULTURA

Zulmira Guimarães Cauduro

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Júlio Roberto Hoczman

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA

Geraldo Nogueira da Gama

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Cláudio Parreira Ryff Moreira

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Nazareno Stalislau Afonso

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Carlos Cardinal de Oliveira

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

Airton Lângaro Dipp

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

João Gilberto Lucas Coelho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS

Jorge Decken Debiagi

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO

Walter Meucci Nique

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Orion Herter Cabral

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

O CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

I - A REALIDADE ECONÔMICA	9
1 - O Cenário Econômico Internacional ..	11
2 - O Panorama Latino-Americano	12
3 - A Crise Econômica Brasileira em 1992	14
4 - Avaliação da Economia Gaúcha em 1992	16
II - O DESEMPENHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO EM 1992	19

SEGUNDA PARTE

A ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO

I - GABINETE DO GOVERNADOR	27
1 - Gabinete do Vice-Governador	29
2 - Casa Civil	30
3 - Casa Militar	32
4 - Secretaria Especial para Assuntos Internacionais	34
5 - Procuradoria-Geral do Estado	40

6 -	Secretaria Especial de Comunicação Social	45
7 -	Conselho de Apoio às Ações Comunitárias	51
II -	BRIGADA MILITAR	55
III -	POLÍCIA CIVIL	63
IV -	SECRETARIAS DE ESTADO E SUAS ENTIDADES VINCULADAS	69
1 -	Secretaria da Educação (SE)	71
1.1 -	Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS)	94
1.2 -	Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)	95
2 -	Secretaria da Cultura (SEDAC)	97
2.1 -	Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)	103
2.2 -	Fundação Teatro São Pedro (FTSP)	104
2.3 -	Fundação Piratini-Rádio e Televisão Educativa (FP-RTE)	105
2.4 -	Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF)	107
3 -	Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA)	111
4 -	Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania (SJTC)	123
4.1 -	Casa da Cidadania	139
4.2 -	Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)	146

4.3 -	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM)	148
5 -	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social (SDES)	155
5.1 -	Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)	169
5.2 -	Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)	170
5.3 -	Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR)	173
5.4 -	Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JC)	182
5.5 -	Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINOSUL)	184
5.6 -	Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA)	184
5.7 -	Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA)	185
6 -	Secretaria dos Transportes (ST)	187
6.1 -	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)	191
6.2 -	Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA)	193
6.3 -	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)	194
6.4 -	Departamento Aeroviário do Estado (DAE)	196
7 -	Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA)	199
7.1 -	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de	

	Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)	208
7.2 -	Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) . . .	212
7.3 -	Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB) . . .	214
7.4 -	Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC)	218
7.5 -	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. . . (CEASA)	219
7.6 -	Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA)	220
8 -	Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC)	225
8.1 -	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) . . .	230
8.2 -	Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT)	232
8.3 -	Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM)	234
9 -	Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT)	237
9.1 -	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)	246
9.2 -	Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)	248
10 -	Secretaria do Planejamento Territorial e Obras (SPO)	253
10.1 -	Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN)	261
10.2 -	Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos do Pólo	

	Petroquímico do Sul (SITEL)	263
10.3	- Fundação Metropolitana e Regional de Planejamento (METROPLAN)	263
10.4	- Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS)	265
11	- Secretaria do Planejamento e da Administração (SPA)	269
11.1	- Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" (FEE)	279
11.2	- Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)	283
11.3	- Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)	288
12	- Secretaria da Fazenda (SF)	293
12.1	- Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) ..	304
12.2	- Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE-RS)	310
12.3	- Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) ..	312

TERCEIRA PARTE

	ANEXO ESTATÍSTICO	319
--	-------------------------	-----

O CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

I - A REALIDADE ECONÔMICA

1 - O Cenário Econômico Internacional

2 - O Panorama Latino-Americano

3 - A Crise Econômica Brasileira em 1992

4 - Avaliação da Economia Gaúcha em 1992

1 - O CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL

O desempenho recente da economia internacional sinaliza para o término do processo recessivo norte-americano. Nas duas últimas décadas, os agentes econômicos presenciaram duas situações semelhantes. O ritmo do crescimento econômico evidenciou resultados adversos em meados dos anos 70 e no início do último decênio. Entre 1974 e 1983, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países industrializados foi de 2,1% ao ano. A convivência com taxas elevadas do PIB nos anos 80 criou um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma revolução de natureza tecnológica. A última crise manifestou-se em 1990. Em 1991, o produto dos países ricos cresceu 0,6%, devendo alcançar uma taxa de 1,7% para o corrente ano. As estimativas para 1993, anunciadas com uma certa dose de otimismo, previam um crescimento de 3%. Recentemente houve redução de 0,5% naquelas previsões face ao desempenho das economias japonesa e alemã, por exemplo.

O cerne da crise atual envolve a estrutura produtiva e o perfil de demanda de inúmeros países notadamente desenvolvidos. A manifestação do conflito materializa-se no contexto da Rodada Uruguai. o Japão busca a preservação do mercado de produtos eletrônicos face às atitudes de norte-americanos e europeus. Além da proteção "anti-dumping" frente aos asiáticos, os Estados Unidos dão prioridade à redução dos subsídios agrícolas do Velho Continente. Cabe à Comunidade Européia preservar setores econômicos vitais ao seu desenvolvimento. À margem, os países do 3º Mundo aguardam o desfecho dos acontecimentos para visualizarem o epílogo das restrições às suas pautas de exportações.

Um primeiro acordo entre europeus e norte-americanos foi anunciado em 20 de novembro próximo passado. A redução nos subsídios agrícolas foi excessiva do ponto de vista dos franceses e muito acanhada na ótica dos norte-americanos. Os desdobramentos da nova negociação projetam-se ao longo da transição da Gestão Bush para a Administração Clinton. Três governos republicanos sucessivos não viabilizaram um ajuste econômico há muito esperado pelo agentes econômicos. A taxa de inflação caiu do patamar de dois dígitos, em 1979, para 4,3% ao ano em

1991. A inflação deve diminuir ainda mais em 1992. Estima-se que o índice de preços ao consumidor atinja 3,3% no corrente exercício.

O êxito no combate ao aumento dos preços não foi, porém, acompanhado por reformas estruturais. A taxa de desemprego, que se encontrava no patamar de 5,4% em janeiro de 1989, elevou-se para 7,6% em agosto de 1992. Um déficit público de US\$ 290 bilhões, no ano fiscal concluído em setembro, e um déficit comercial de US\$ 73 bilhões no corrente ano atestam a incapacidade do Presidente Bush em equacionar algumas das restrições mais significativas ao desenvolvimento da economia da América do Norte. Esses fatores foram fundamentais na decisão do eleitor ao optar pela plataforma democrata. Bush ainda tentou convencer a opinião pública de que a recuperação da economia estava se consolidando. Nesse sentido, divulgou alguns dados de desempenho positivo no trimestre, mas o quadro era extremamente adverso. Posteriormente, as informações confirmaram a retomada do crescimento. Era tarde. Clinton estava eleito.

2 - O PANORAMA LATINO-AMERICANO

Embora haja muitas especulações em torno do que possa acontecer em termos de Gestão Governamental no maior mercado mundial, ainda há incertezas quanto à inter-relação entre a economia dos Estados Unidos e da América Latina. O que há de concreto até o presente momento é uma proposta do Presidente Bush, que procura integrar as economias regionais do Continente. O plano do primeiro mandatário foi proposto em 27 de junho de 1990 e prevê três fases para articular as diferentes regiões. No caso específico do Mercosul, é necessário que haja estabilização de cada economia nacional. Posteriormente, é preciso harmonizar as políticas econômicas das economias nacionais entre si. Finalmente, o mercado do Cone Sul integra-se com o bloco formado pelo Canadá, Estados Unidos e México.

No âmbito regional, o Brasil e a Argentina convivem experiências de elevada instabilidade. Ambos sofreram as conseqüências de governos autoritários, endividamento crescente, explosão do nível dos preços e implementação de inúmeros choques econômicos. A Argentina obteve resultados favoráveis no combate à inflação após a edição do Plano Cavallo; porém a âncora do peso no dólar inviabilizou a possibilidade de alcançar saldos positivos na balança comercial. De outro lado, a inflação brasileira mantém-se no nível de 20% ao mês, desde outubro de 1991. A situação é delicada, porque os programas de estabilização lançados desde 1986 não produziram os efeitos esperados e agravaram ainda mais a fragilidade da conjuntura econômica nacional.

A questão imediata entre a economia brasileira e a ordem econômica internacional está materializada no acordo da dívida externa. O próprio Fundo Monetário Internacional, ao final de 1991, identificou quatro questões como altamente delicadas no contexto internacional: a dívida externa dos países; o crédito para o Leste Europeu; a pressão dos países industrializados para os bancos reduzirem a dívida da Polônia; e as políticas que inviabilizavam o fluxo de crédito para os países em desenvolvimento. De parte das autoridades brasileiras, houve uma aproximação sistemática do Ministro Marcílio Marques Moreira com o Diretor do FMI, senhor Michael Candessus, e que trouxe como resultado, em julho de 1992, o acordo preliminar do País com os credores. Na verdade há cinco fases no acordo com os bancos: o acordo preliminar; a elaboração do protocolo; a aprovação dos termos acordados pelo Senado; a adesão dos créditos; e a assinatura do contrato definitivo. Ao final do corrente ano, o Senado houve por bem aprovar os termos da reestruturação da dívida de US\$ 56 bilhões, correspondente aos compromissos de médio e longo prazos, além dos juros atrasados. Procedeu-se a um alongamento no perfil do débito, ao mesmo tempo em que as possibilidades de redução do estoque comprometido e do respectivo serviço se tornaram realidade.

O acordo preliminar da dívida externa divulgado em 9.7.92 é distinto daquela proposta efetuada pelas autoridades brasileiras em 21.8.91. Os prazos, a carência e os juros sugeridos pela equipe nacional não foram observados. Todavia as condições são semelhantes às que foram proporcionadas à Argentina e com algumas vantagens em relação à negociação realizada pelo México. No que diz respeito ao bônus ao par, o Brasil e a Argentina pagarão 4% ao ano, nos primeiros 6 anos, a título de juros, enquanto o México terá um ônus de 6% ao ano. Quanto ao bônus de dinheiro novo, além da Libor, o Brasil pagará um acréscimo de 0,875%, cabendo ao México um incremento de 1%.

A dívida externa brasileira manteve-se no nível próximo a 120 bilhões de dólares desde 1987. No início de 1992, o País devia US\$ 71,5 bilhões aos bancos comerciais estrangeiros, US\$ 40 bilhões a instituições não bancárias e US\$ 7 bilhões aos bancos brasileiros. Ao fechar o acordo com o FMI, com o Clube de Paris e com os banqueiros, em três etapas sucessivas, o Brasil permaneceu vinculado a um conjunto de metas fixadas para avaliar o programa de estabilização nacional e criar as condições para recebimento de um novo fluxo de capitais externos. À medida que o valor dos títulos da dívida externa oscilava no mercado secundário de Nova Torque, o País deixava de cumprir as metas assumidas, que compreendiam o déficit operacional, o superávit primário e a necessidade de financiamento do setor público. No primeiro trimestre do corrente ano, foram atingidos os objetivos quanto à redução do crédito interno líquido, ao desembolso externo e ao aumento das reservas internacionais. Tendo em vista que não houve uma nova proposta brasileira, as metas foram

transferidas sucessivamente para o final dos próximos trimestres, impossibilitando, dessa forma, a entrada de recursos provenientes do FMI. Ao final do ano, os ministros da área econômica cancelaram a viagem que fariam aos Estados Unidos para apresentarem as suas proposições e expectativas quanto a um novo programa de estabilização econômica.

3 - A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA EM 1992

Associada ao acordo com o Fundo Monetário, havia uma meta que previa a redução da inflação de uma taxa de 26% ao mês, em janeiro, para 2% ao mês, em dezembro. Ao contrário do que estava previsto, a taxa de inflação mensal, medida pelo IPC-FIPE, permaneceu entre 21 e 22% ao mês, entre fevereiro e julho do corrente ano. A partir de agosto, a variação mensal do índice de Preços ao Consumidor voltou a crescer. Em outubro, a taxa de inflação alcançou o nível de 26,46%, valor máximo para o exercício. Ao final do ano, não há perspectivas de redução no comportamento dos preços.

Durante todo o ano de 1992, a sociedade brasileira sofreu as conseqüências diretas das medidas de política econômica adotadas pelo Governo Federal. Embora o aprofundamento do processo recessivo, as taxas de juros para empréstimos por 30 dias, para capital de giro, encontravam-se, em dezembro, entre 1.430 e 1.500% brutos ao ano. Paralelamente, os Ministérios da área econômica iniciaram o último trimestre do ano em curso com uma estimativa de déficit público de 2,5% do PIB brasileiro.

No que tange à receita pública, inúmeras propostas de reforma fiscal foram divulgadas em 1992. Sabe-se que apenas 7 milhões de pessoas pagam Imposto de Renda e que 55 mil empresas participam com 80% do Imposto de Renda para pessoas jurídicas no Brasil. Daí a estratégia do Governo Federal em fixar um aumento na base da pirâmide dos contribuintes. O excesso de impostos e taxas levou o Poder Executivo a propor uma redução no número de tributos. A proposta apresentada na Gestão Collor foi rejeitada por ser eminentemente fiscalista. Ao final do ano, já no Congresso Nacional, a proposta do Governo sofreu algumas mudanças, tendo sido aprovado o parecer do relator na Comissão do Poder Legislativo,

O relacionamento com o setor externo, dimensionado pelos resultados da balança comercial, foi extremamente positivo. O saldo comercial atingiu o valor de US\$ 14,3 bilhões até fins de novembro, volume que representa um acréscimo de cerca de 50% no resultado do mesmo período do ano passado. Tendo em vista que as reservas internacionais encontravam-se no nível de US\$ 22 bilhões, pelo conceito de liquidez internacional, em

setembro próximo passado, pode-se admitir que o novo Presidente dispõe de uma certa margem de manobra junto aos credores externos para formular um novo programa de estabilização econômica.

A posse do Presidente Itamar, com a escolha de um ministério pluripartidário, criou novas expectativas para os agentes econômicos. A abertura da economia brasileira passou a merecer um cuidado maior, e as privatizações a sofrerem reparos na forma como vinham sendo procedidas. Ao mesmo tempo, buscou-se não surpreender a população com programas sem participação da sociedade. Dessa forma, pretendia-se afastar qualquer possibilidade de utilização de choques, de confiscos, de dolarização e de pré-fixação.

As perspectivas para 1993 indicam que o Governo Itamar deverá administrar o País em cenário de retomada do crescimento da economia norte-americana. Embora haja necessidade de um ajuste fiscal em escala mundial, há incerteza quanto à possibilidade de a iniciativa se realizar no curto prazo e, conseqüentemente, reduzir as expectativas quanto ao desempenho da economia dos países industrializados. No Cone Sul, o ajuste do programa de estabilização e uma possível aproximação do Nafta são questões que devem merecer toda a atenção do Governo argentino. No Brasil, um ajuste estrutural torna-se indispensável. O IPEA previu um decréscimo de 1,5% no PIB brasileiro em 1992. Acumulado aos anos anteriores, o comportamento do Produto começa a evidenciar que a década de 90 possa ter uma trajetória indesejável ao anseio da população brasileira. A Gestão Itamar apresentou uma política de curto prazo, uma nova política salarial e as diretrizes para a ação do Governo, que visa a combater a pobreza. Porém há inúmeras outras questões pendentes, quais sejam, o relacionamento com a comunidade financeira internacional, a discussão da função do Estado para que possa formular adequadamente as necessidades de financiamento da esfera pública, a reformulação do Banco Central, a administração da dívida interna, o refinanciamento da dívida dos estados com a União, a retomada do processo de privatizações, a desregulamentação dos portos, a eliminação da defasagem das tarifas públicas e a agilização das câmaras setoriais.

O desafio é imenso. A sincronia no uso dos instrumentos de política econômica é uma exigência que se impõe. A opção por um caminho alternativo à hiperinflação e à recessão requer criatividade. O processo decisório reclama pressa sem perda da serenidade. A dívida social se acumula e inflige elevado ônus à população. Para a superação desse quadro, a vontade política é indispensável. Um conselho só será viável à medida que um mínimo de harmonia se estabeleça entre os diversos agentes econômicos e um projeto de retomada do crescimento seja democraticamente concebido e transparentemente implementado.

No contexto de dificuldades que caracterizaram a economia brasileira, os dados disponíveis, até o momento, para o Rio Grande do Sul apontam para um desempenho bastante expressivo. Com efeito, as estimativas preliminares do Produto Interno Bruto estadual sinalizam uma taxa de crescimento em torno de 6,0%, enquanto o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) prevê uma taxa de -1,5% para o PIB nacional.

Na verdade, o impacto do elevado crescimento do PIB estadual deve ser, de certo modo, relativizado, uma vez que tem como referência a má performance apresentada pela economia gaúcha em 1991. Ao mesmo tempo, deve-se ter presente que esse crescimento está fortemente influenciado pelos resultados obtidos no setor agrícola que, por suas características e peso na estrutura produtiva, não têm condições de imprimir um dinamismo auto-sustentado que viabilize a retomada do desenvolvimento. Não deixa, entretanto, de ser relevante o fato de o setor agropecuário, após dois anos consecutivos com taxas negativas, ter logrado, em 1992, um crescimento de 31,9%. Do ponto de vista de seus segmentos produtivos, percebe-se que esse crescimento decorreu, fundamentalmente, da excelente safra agrícola, responsável por uma ascensão da lavoura em 55,2%, enquanto a pecuária registrou uma taxa negativa de -1,8%, tendo o segmento de derivados alcançado um incremento de 17,9%.

A produção das cinco principais lavouras de grãos no Rio Grande do Sul - arroz, feijão, milho, soja e trigo - alcançou o recorde de 16,7 milhões de toneladas, superando em quase 1,5 milhão de toneladas a safra, até então recorde, de 1988/89. Especificamente, vale registrar o crescimento da produção do arroz, 19,9%, da soja, 153,5%, e, em especial, do milho, 170,1%, que superou a casa de 5 milhões de toneladas.

Além da pecuária, o registro negativo ficou por conta dos problemas enfrentados na comercialização da safra, o que fez com que os preços recebidos pelos agricultores não acompanhassem os índices inflacionários, situando-se, salvo no caso da soja, abaixo dos preços de garantia do Governo. Ademais, cabe alertar que os recursos anunciados para o financiamento de custeio e comercialização da safra 1992/93 dependem do pagamento dos empréstimos conseguidos na corrente safra. O problema, porém, é que os financiamentos, em grande parte, foram transferidos do custeio para a comercialização e, logo após, prorrogados. Como atualmente em torno de 20% dos recursos previstos para a próxima safra se originam do pagamento dos empréstimos da safra corrente, essa situação pode trazer dificuldades para a atividade agrícola em 1993.

No que tange à indústria, estima-se que o Rio Grande do Sul deva fechar o ano com um crescimento levemente negativo, ou seja, -0,3%. Para o Rio Grande do Sul, essa taxa é explicada, principalmente, pelo crescimento de 0,5% na indústria de transformação, que responde por aproximadamente 85% do produto industrial, e pelo desempenho fortemente negativo de -11,0% verificado na construção civil.

Os dados disponíveis até setembro permitem verificar que o melhor desempenho da indústria de transformação no Rio Grande do Sul, em relação a sua congênere nacional, pode ser creditado, em grande parte, à melhor performance apresentada no âmbito estadual pelos gêneros da mecânica - 2,9% contra -10,9% no Brasil - e da química - 11,7% "versus" -2,2%. O crescimento diferenciado destes dois gêneros no Rio Grande do Sul vincula-se, em grande parte, ao excelente desempenho do setor agrícola: no que se refere à mecânica, pelo estímulo à produção de máquinas e implementos agrícolas; e, no que tange à química, pela produção de adubos e fertilizantes e de óleos vegetais. Mesmo se considerando não ser um gênero com relevância na estrutura industrial do Estado, cabe, também, ressaltar a elevada taxa de 34,5% da indústria de fumo.

Contribuíram para que a indústria gaúcha não tivesse um melhor desempenho alguns gêneros bastante significativos, como o de material elétrico e de comunicações, com a taxa de -15,0%, e o de material de transporte, que apresentou uma queda de 24,4%, enquanto no Brasil este último gênero teve um crescimento positivo, mesmo que modesto, de 0,7%.

Pela sua especificidade regional, vale salientar o resultado negativo, da ordem de -2,9%, apresentado pelo gênero de vestuário, calçados e artefatos de tecido, ainda que sua retração tenha sido menor do que a verificada a nível de Brasil (-7,5%).

Para o setor serviços, a previsão é de que o mesmo registre, no Estado, uma taxa positiva de 2,9%. Contribuiu, significativamente, para esse resultado o desempenho do segmento transportes, com um crescimento projetado de 10,3%. O comércio, apesar da conjuntura recessiva, logrou encerrar o exercício de 1992 com uma taxa positiva de 0,8% em seu valor agregado.

Como foi salientado, o bom desempenho da economia gaúcha no corrente ano, embora saudado com entusiasmo, não autoriza que se vislumbre qualquer reversão no quadro recessivo que vem caracterizando a economia brasileira e, como decorrência, a estadual. A ausência de um projeto nacional que dê sustentação ao crescimento de longo prazo deixa margem somente para surtos episódicos de expansão.

A evidência mais sensível e cruel dessa situação é dada pela taxa de desemprego, que atingiu 14,5% da

População Economicamente Ativa da Região Metropolitana de Porto Alegre, o que significou a existência de 210 mil desempregados no mês de novembro.

**II - O DESEMPENHO DAS FINANÇAS
PÚBLICAS DO ESTADO EM 1992**

II - O DESEMPENHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO EM 1992

A administração das finanças estaduais, em 1992, transcorreu num ambiente marcado pelo processo recessivo que vem caracterizando a economia do País, nos últimos anos.

Nesse sentido, a receita pública sofre o impacto negativo da desaceleração econômica, a despesa onera-se em função das altas taxas inflacionárias, somando-se a isso os compromissos decorrentes da dívida pública, esta última em processo de negociação junto ao Governo Federal.

O Orçamento Anual de 1992 projetou uma receita e uma despesa equilibradas no valor de Cr\$ 3.747,3 bilhões ou, aproximadamente, US\$ 3.596,4 milhões. Desse montante, previu-se que o agregado Pessoal consumiria Cr\$ 1.638,6 bilhões; Manutenção, Cr\$ 363,8 bilhões; Investimentos, Cr\$ 427,6 bilhões; Transferência a Municípios, Cr\$ 700,0 bilhões; e Serviço da Dívida, Cr\$ 617,3 bilhões.

Para efeitos de estabelecimento de metas e destinação dos recursos públicos, considera-se a Receita Própria Líquida (RPL) a fonte de que a Administração Direta dispõe para fazer face aos compromissos derivados da prestação de serviços públicos e investimentos. A RPL constitui-se da Receita Total deduzidas as Operações de Crédito e abatidas as transferências constitucionais aos municípios, tendo sido orçada em Cr\$ 2.522,8 bilhões ou US\$ 2.421,3 milhões.

Assim, o Orçamento Anual de 1992 estabeleceu que 65,0% da RPL se destinaria a Pessoal; 14,4%, à Manutenção; e 16,9% para Investimentos, restando um superávit operacional de 3,7 à finalidade de cobrir parcialmente os compromissos gerados pelo endividamento. Nesse aspecto, cumpre mencionar que o Serviço da Dívida Pública tinha dotação correspondente a 16,5% da Despesa Total orçada para 1992.

No elenco da receita, o ICMS foi estimado em Cr\$ 2.506,0 bilhões (66,9%); as Transferências da União em Cr\$ 495,7 bilhões (13,2%); e as Operações de Crédito, em Cr\$

524,5 bilhões (14,0%), para mencionar os seus principais componentes.

Os resultados preliminares da execução orçamentária de 1992 permitem um exame inicial comparativo entre os valores orçados e o comportamento efetivo dos ingressos e dos dispêndios.

A Receita da Administração Direta, no ano findo, atingiu a cifra aproximada de Cr\$ 16,1 trilhões, equivalentes a US\$ 3.412,0 milhões, inferior em 5,1% à receita orçada. A arrecadação do ICMS, tributo de maior expressão, alcançou Cr\$ 9,0 trilhões em 1992, revelando uma evolução em torno de 5% inferior à inflação do período, tomando-se como indexador o IGP (DI) da Fundação Getúlio Vargas. A Receita Própria Líquida produziu o valor de Cr\$ 11,7 trilhões, equivalente a US\$ 2.476,0 milhões, superior em 2,2% à RPL orçada para 1992.

Tomando os valores em dólares para fins de comparação com o ano anterior, verifica-se que a arrecadação total foi de US\$ 3.412,0 milhões em 1992 contra US\$ 3.120,0 milhões em 1991, produzindo um crescimento real da ordem de 9,3%. Para um ICMS de US\$ 2.108,7 milhões no exercício de 1991, ocorreu um ingresso de US\$ 1.917,0 milhões em 1992, fato que ocasionou uma queda real de 9,1%. Verifica-se que a redução do ICMS foi compensada por outros itens de ingresso, particularmente as receitas patrimoniais, essas últimas em grande parte alimentadas pelas altas taxas de juro vigentes no mercado.

A RPL, por sua vez, situou-se em US\$ 2.476,0 milhões, 10,9% superior aos US\$ 2.232,0 milhões do exercício de 1991, também devido às receitas patrimoniais. Houve, portanto, em termos de dólar, maiores disponibilidades orçamentárias no ano há pouco encerrado.

Há que se examinar, de outra parte, a questão dos dispêndios. Nesse âmbito, os gastos de manutenção deverão situar-se em Cr\$ 1,6 trilhões ou US\$ 341 milhões, absorvendo cerca de 13,8% da RPL, patamar superior ao projetado devido às pressões inflacionárias sobre as despesas correntes do Estado ao longo de 1992.

O agregado relativo a gastos com Pessoal situou-se em Cr\$ 8,6 trilhões ou US\$ 1.819,0 milhões. Nesse caso, a meta orçamentária de 65,0% da RPL foi ultrapassada, chegando a 73,5% da RPL. Por tais razões, não foi possível atingir a meta prevista para investimentos, ficando estes ao nível de 11,8% da RPL. O valor investido deverá perfazer Cr\$ 1,4 trilhões ou US\$ 291,0 milhões em 1992. A contenção das despesas com investimentos configurou-se, entretanto, indispensável para manter o orçamento operacional equilibrado, evidenciando um pequeno superávit de 0,9% da RPL.

Em decorrência do elevado estoque de dívida do Estado, das altas taxas de juros reais de mercado, dos custos de rolagem da dívida mobiliária e das negociações ainda inconclusas com o Governo da União, as despesas relativas ao Serviço da Dívida deverão consumir Cr\$ 3,1 trilhões ou US\$ 653,0 milhões, representando 17,9% da Despesa Total, acima dos 16,5% projetados. Como as Operações de Crédito foram insuficientes para a cobertura desses gastos, atingindo Cr\$ 1,8 trilhões, a execução orçamentária deverá apresentar um déficit orçamentário ao redor de Cr\$ 1,2 trilhão ou US\$ 244,0 milhões, equivalente a 7,1% da Receita Total.

Fica claro, ao se examinar o comportamento da execução orçamentária de 1992, que é premente e essencial a conclusão das negociações entre o Governo do Estado e a União relativas ao refinanciamento global da dívida pública. Ao mesmo tempo, é forçoso observar que mais um exercício orçamentário-financeiro se encerra sob o impacto da recessão econômica nacional e da inflação elevada e persistente. Nessas condições, a queda real das Receitas Tributárias e a pressão inflacionária sobre as despesas formam um quadro de adversidades que, no ano de 1992, conduziram, mais uma vez, à configuração de déficit orçamentário.

Merece realce, entretanto, que, mesmo sob condições desfavoráveis, a administração orçamentário-financeira do Estado, combinada com eficiente ação da área fiscalizadora, encerrou mais um exercício com o orçamento operacional superavitário, revelando que as despesas com Pessoal, Manutenção e Investimento foram arduamente contidas no limite das disponibilidades efetivas de receita do Tesouro.

A ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO

I - GABINETE DO GOVERNADOR

- 1 - Gabinete do Vice-Governador**
- 2 - Casa Civil**
- 3 - Casa Militar**
- 4 - Secretaria Especial para Assuntos Internacionais**
- 5 - Procuradoria-Geral do Estado**
- 6 - Secretaria Especial de Comunicação Social**
- 7 - Conselho de Apoio às Ações Comunitárias**

O Gabinete do Vice-Governador do Estado tem como objetivo assessorar o Vice-Governador no desempenho de suas atribuições constitucionais, quer sejam técnicas, quer sejam administrativas, dentro do posicionamento da política governamental. Foi criado pelo Decreto nº 21.082, de 22 de março de 1971, e se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades-meio na execução dos projetos do Governo.

A Assessoria ao Vice-Governador realizou as seguintes atividades: expediu 132 ofícios; recebeu 146; concedeu 271 audiências; acompanhou pleitos dirigidos aos diversos órgãos da administração pública, provenientes de prefeituras municipais, sindicatos, servidores públicos e cidadãos; assessorou 108 palestras; protocolizou 278 processos; expediu 30 telex; recebeu 108 telex; expediu 3.273 correspondências. Foram gastos, nas atividades inerentes à Formulação e Coordenação da Política Governamental, recursos na ordem de Cr\$ 124.988.945,00.

O Vice-Governador é assistido diretamente pela Assistência Militar do Gabinete, em assuntos de natureza militar e de segurança. A coordenação da segurança e o desenvolvimento das atividades do Órgão são exercidas pela Chefia de Assistência Militar. O acompanhamento e assistência ao Vice-Governador nas atividades oficiais e particulares é efetivado pela Ajudância de Ordens. Os recursos alocados para a atividade de Representação Militar do Governo do Estado, em 1992, foram da ordem de Cr\$ 156.951.000,00.

Foram realizadas 106 viagens ao Interior do Estado, sendo visitados 58 municípios, alguns dos quais em diversas ocasiões, sendo destacadas, como mais significativas, as instalações do Governo no Interior.

A Casa Civil é um dos órgãos integrantes do Gabinete do Governador do Estado, tendo como principais atribuições: prestar assessoramento imediato ao Chefe do Governo em assuntos pertinentes à administração civil, além de coordenar e promover a divulgação das atividades governamentais.

No que se refere à Unidade de Assessoramento Jurídico, esta examinou 2.279 processos, envolvendo a análise e a elaboração de decretos, ordens de serviços, informações, despachos, dentre outros atos administrativos de competência do Governador, do Chefe da Casa Civil, ou do Subchefe para Assuntos Jurídicos e Legislativos; foram sancionadas 276 leis, editados 404 decretos, 590 ofícios do Governador, 1.245 ofícios da Casa Civil, 408 atos publicados, 127 memorandos e 5.178 despachos diversos, e um total de 9.610 processos tramitados.

Pela Unidade de Assessoramento Legislativo tramitaram 123 projetos de lei de origem do Executivo, 216 do Legislativo, 17 do Judiciário, 26 do Ministério Público, 17 do Tribunal de Contas, totalizando 399; foram sancionadas pelo Executivo 254 leis e promulgadas pelo Legislativo 22, num total de 276; foram apresentadas 10 propostas de emendas à Constituição, de origem do Legislativo e 1 do Executivo. Foram efetivadas 11 mensagens retificativas e estão em elaboração 167 projetos de lei.

Quanto ao assessoramento à Subchefia Administrativa, destacam-se a revisão de processos e o exame de atos oriundos dos diversos órgãos da administração estadual, totalizando, entre processos, atos e despachos do Governador, 2.297 e do Chefe da Casa Civil, 250.

As Unidades de Administração e Finanças da Subchefia Administrativa obtiveram um desempenho altamente satisfatório, tendo em vista a racionalização operacional em sua atividade-fim, enfatizando desta forma o bom uso dos recursos públicos. Este resultado foi alcançado através da normatização das mais singulares providências: bloqueio de telefones, supressão do uso indiscriminado de linhas em aberto, com conseqüente desligamento, previsão e controle nos gastos com água e luz, culminando com a denúncia de contratos de prestação de serviços.

No plano de subvenções e auxílios, foram distribuídos recursos financeiros a entidades de natureza assistencial, desportiva, cultural e classista a municípios e, ainda, a estudantes e pessoas carentes, perfazendo um total de Cr\$ 349.030.847,02.

Foi dada continuidade às atividades de coordenação do processo de informatização, no que se refere à manutenção das bases de dados e dos serviços disponíveis,

bem como desenvolvidos trabalhos para a implantação de novas ferramentas, tais como o treinamento e o funcionamento do correio eletrônico, processadores de texto e planilhas.

Também se constituiu em preocupação constante a obtenção de novas plataformas tecnológicas de equipamentos, tais como microcomputadores com maiores performances, impressoras a cores, softwares de editoração de manuais de rotinas operacionais.

O Sistema de Informações Municipais (SIM) desenvolveu as atividades de manutenção e atualização das bases de dados, obtenção de novos produtos, alterações e desenvolvimento de novos módulos para consulta e utilização do sistema.

O Escritório de Representação em Brasília teve operacionalizada, junto à PROCERGS, a substituição e modernização dos equipamentos, funcionamento do correio eletrônico, software de processamento de textos e planilhas, bem como preparação do escritório para suporte de trabalhos integrados com os demais estados do CODESUL.

O Sistema de Acompanhamento das Ações Governamentais (SAAG) participou em grupos de trabalho compostos por técnicos da SPA, SDES e PROCERGS para modelagem e desenvolvimento do SAAG, que constitui um projeto integrado de suporte à atividade governamental.

No Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) foram desenvolvidas atividades de apoio aos sistemas anteriormente elaborados, com vistas à integração dos pleitos dos estados integrantes da Região Sul e encaminhados aos órgãos federais.

O Cerimonial não restringiu suas atividades ao Palácio Piratini. Participou das solenidades efetuadas no âmbito dos órgãos governamentais e marcou sua presença em 412 eventos.

As principais atribuições da Secretaria-Geral da Representação do Estado em Brasília são voltadas ao atendimento às autoridades governamentais, tais como: apoio logístico, cobertura jornalística, agenda de compromissos com autoridades federais, reserva de hotéis, organização de reuniões, serviço de apoio e acompanhamento direto, quando solicitado. Durante o exercício de 1992, foram recebidas 420 autoridades, contabilizando 14 viagens do Governador, Secretários e autoridades diversas direta ou indiretamente ligadas ao Governo Estadual.

A Casa Militar, conforme os Decretos nº 31.139, de 20 de abril de 1983 e 33.506, de 30 de março de 1990, compõe-se de uma chefia e quatro subchefias, a saber: Operações, Administrativa, de Defesa Civil, de Telecomunicações.

Dentre as atribuições da Casa Militar, destacam-se:

- segurança pessoal do Governador do Estado, familiares e segurança física do Palácio Piratini e Palácio das Hortênsias;
- organização e direção dos serviços de transporte dos palácios;
- locação de veículos e aeronaves, após esgotados os recursos do Estado;
- coordenação do Sistema Estadual de Defesa Civil;
- coordenação e direção dos serviços de telecomunicações;
- atuação junto à Secretaria da Justiça do Trabalho e da Cidadania e junto ao Cerimonial do Palácio Piratini na recepção de autoridades em visita ao Estado, provendo, quando couber, as honras militares e o serviço de assistência militar;
- planejamento, direção e execução das viagens governamentais, de acordo com as orientações recebidas do Governador do Estado, bem como a realização dos serviços de destacamento precursor às viagens do Governador.

O projeto de Reforma Administrativa da Casa Militar está pronto, aguardando definição da data de divulgação da reforma de todos os órgãos que compõem o Gabinete do Governador do Estado.

A redução do quadro de pessoal foi implantada nos primeiros dias do atual Governo, haja vista que existiam 198 funcionários na Casa Militar e hoje existem apenas 163.

Quanto ao redimensionamento da estrutura organizacional, existiam 22 unidades, as quais hoje têm suas atividades distribuídas em apenas 14 unidades.

Analisando as atividades desenvolvidas pela Casa Militar no ano de 1992, chega-se à conclusão de que, apesar das deficiências de material, em especial, da falta de veículos para atender à demanda do serviço do Gabinete do Governador e da redução de pessoal face à reforma administrativa ora implantada, a Casa Militar cumpriu

satisfatoriamente suas atividades junto ao Governador do Estado e seus familiares, prestando os serviços que lhe compete.

No que se refere à Defesa Civil, a atividade foi muito intensa, tendo em vista as inúmeras ocorrências por fatores climáticos (vendavais, chuvas, granizo, etc.) e também com cargas tóxicas nas estradas do Estado. Cabe enfatizar a necessidade de a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil dispor de recursos financeiros de forma permanente, a fim de que possa atender, imediatamente, a comunidade eventualmente atingida por catástrofe.

Destacam-se pleitos encaminhados ao Ministério de Ação Social (MAS), durante 1992, por esta Coordenadoria:

- instalação de 255 redes de água em 54 municípios;
- perfuração de 500 poços artesianos;
- atendimento a eventos climáticos em Crissiumal, Três Passos, Miraguaí, Ibiaçá, São Gabriel, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Estrela, Venâncio Aires, Canguçu e Ronda Alta;
- solicitação de recursos para construção de núcleo residencial para remoção de população ribeirinha em Alegrete;
- recuperação de casas, pontes, bueiros e estradas em 172 municípios atingidos por enchentes;
- solicitação de recursos para recuperação da casa de bombas nº 6 em Porto Alegre, no Bairro Anchieta;
- ressarcimento de despesas de construção de ponte provisória em Pedro Osório pelo 3º Batalhão de Engenharia e Combate do Exército;
- solicitação de fornecimento de barracas, cobertores, colchonetes e cestas básicas para 21 mil pessoas em 95 municípios;
- elaboração de plano de trabalho para recuperação de danos causados por enchentes em 152 municípios.

Os recursos utilizados pela Coordenadoria para atendimento das comunidades foram obtidos através de convênios firmados com o Ministério de Ação Social e de recursos próprios do Estado.

Através dos convênios, foram atendidos os seguintes municípios, atingidos por eventos climáticos:

- Santo Angelo - reconstrução de 59 unidades habitacionais;

- Bom Retiro do Sul - reconstrução de casas e órgãos públicos;
- Crissiumal - reconstrução de prédios residenciais, pontes e bueiros;
- Cruzeiro do Sul - recuperação de telhados em 65 moradias rurais;
- Getúlio Vargas - recuperação de duas pontes;
- Erexim - recuperação de 10 pontes e pontilhões em estradas do Interior.

Em termos de auxílios do Governo do Estado, os municípios atingidos por eventos climáticos receberam gêneros alimentícios, materiais para alojamento, material para conservação de bens imóveis, além de contribuições financeiras em espécie; o Governo Federal, através de seus órgãos, remeteu 72,5 toneladas de alimentos, 5.000 cobertores e 2.000 colchonetes.

Além dos atendimentos em casos de calamidade pública, a coordenadoria realizou os seguintes trabalhos:

- cadastramento das necessidades dos municípios a curto, médio e longo prazos, em termos de poços tubulares;
- cadastramento dos produtos, transportadoras, rotas, horários e outros dados do transporte de cargas tóxicas;
- informatização do Órgão, estando concluídos ou em fase de conclusão os seguintes:
 - sistema de acompanhamento de dados hidrológicos (SADHI);
 - sistema de cargas tóxicas;
 - sistema de perfil municipal;
 - realização de palestras e seminários em municípios e escolas para orientação, organização de atividades comunitárias.

4 - SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS (SEAI)

Desde a sua criação, a Secretaria Especial de Assuntos Internacionais tem centrado a sua atuação basicamente na tarefa de ampliar o relacionamento internacional do Estado do Rio Grande do Sul no âmbito da cooperação técnica, científico-tecnológica e financeira,

buscando sistematizar e coordenar as ações externas dos agentes públicos e privados gaúchos.

A nova ordem internacional que se configura diante da tendência mundial de globalização de mercados e com a concretização do MERCOSUL, a SEAI teve especial papel na medida em que, sendo responsável pela política de relacionamento internacional do Estado, buscou a inserção do Rio Grande do Sul neste contexto.

Para tanto foram desenvolvidas as seguintes atividades no ano de 1992:

A - DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

O Departamento de Negócios Internacionais, atuando nas áreas de divulgação e promoção de eventos, informações sobre comércio exterior e captação de investimentos, no ano de 1992, executou as seguintes atividades:

- A.1 - Divulgação e Promoção de Eventos** - para auxílio ao empresário gaúcho e divulgação de oportunidades de negócios e potencialidades do Estado, o Departamento esteve presente em:
- 14ª FIMEC - Feira de Máquinas, Couro e Componentes para o setor coureiro-calçadista, no Parque da FENAC, em abril;
 - Feira da Alimentação e Tecnologia do Cone Sul, em Pelotas, em maio;
 - Rodada de Negócios com empresários argentinos (Posadas), na FEDERASUL, em maio;
 - Seminário MERCOSUL e Negócios - Oportunidades Reais, no SEBRAE, em maio;
 - 1º Congresso e Feira de Informática do MERCOSUL - FENAMERCO 92, no Centro de Eventos São José, em junho;
 - VIIIª FISPAL - Feira Internacional da Alimentação, no Parque Anhembi, em São Paulo, em junho;
 - Seminário sobre Formação de Joint Ventures, na UNISINOS, em junho;
 - Feira da Moda Primavera-Verão, no Centro de Eventos São José, em agosto;
 - EXPOINTER 92, no Parque de Exposições Assis Brasil, em agosto/setembro;
 - MERCOPAR - Feira da Subcontratação, em Caxias do Sul, no Parque da Festa da Uva, em outubro;
 - Formas de Complementação Empresarial no MERCOSUL, em Mar del Plata, por catálogo, em novembro;

- 1º Congresso de Marketing do Cone Sul, em Florianópolis, em novembro;
- Feira Internacional do Brasil - ITF e Argentina 92, em São Paulo, no Parque Anhembi, em novembro.

A.2 - Informações sobre Comércio Exterior - foram levantadas e repassadas informações sobre comércio exterior do Brasil e Rio Grande do Sul a cerca de 200 empresários. Em conjunto com a Câmara de Comércio Italiana para o Rio Grande do Sul, foi elaborada publicação para divulgação do Estado na Itália e às Câmaras de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideu e Assunção.

A.3 - Captação de Investimentos - em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, foram divulgadas 292 oportunidades de negócios internacionais, onde empresas estrangeiras buscam parceiros brasileiros para seus projetos, em especial para formação de joint ventures, principalmente americanas, italianas, polonesas, chinesas, canadenses, alemãs, portuguesas, francesas, espanholas e indianas. A divulgação foi feita através de câmaras de indústria e comércio, centros de indústria e empresas privadas de assessoria do Interior do Estado. Foi elaborado material para esclarecimento de pequenas e médias empresas sobre a formação de joint venture e as formas de negociação, ainda dependendo de patrocínio para publicação.

B - DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Retomada do projeto PRORENDA T2 - Cooperação Técnica da GTZ que contribuirá com 2.800.000 marcos alemães sendo: 2.000.000 para o projeto de Melhorias Urbanas, da - METROPLAN e 800.000 para Apoio a Micro e Pequena Empresa, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social.
- Organização e acompanhamento da missão oficial do Governo do Estado aos Estados Unidos, Japão, Hong Kong e Taiwan.
- Realização do Programa do Sr.Secretário em Washington, onde foi elaborada a programação preliminar do Seminário Eixo Viário Atlântico Sul
- Envio de técnicos do Estado e do SENAI para Shiga-Japão para missão na área da qualidade; da Universidade de Rio Grande na área da pesca e da Secretaria da Educação na área do ensino técnico.

- Envio de dois bolsistas para Shiga-Japão, através do Intercâmbio de Fraternidade, pelo período de dez meses, nas áreas de reflorestamento e mecânica de precisão.
- Envio de dois bolsistas ao Japão na área de preservação de parques e na área de diagnósticos veterinários, através da JICA e um para o México na área de planejamento e desenvolvimento da infra-estrutura social, através da OEA.
- Articulação e organização da vinda do técnico australiano especialista em carvão, Dr. Jack Wilcox e acompanhamento durante missão técnica no Estado.
- Finalização dos projetos Binacionais BR/UR, em Montevideu, para execução dos projetos: Reciclagem de Resíduos Sólidos, Produção de Leite no Brasil e Beneficiamento no Uruguai, Casa Binacional do Artesanato, que envolverão os municípios fronteiriços: Santana do Livramento-Rivera, Santa Vitória do Palmar-Chuy, Jaguarão-Rio Branco e Quaraí-Artigas.
- Organização em conjunto com a SDES e participação de missão técnico-empresarial à Argentina - Buenos Aires e Córdoba.
- Articulação, recepção e acompanhamento da missão japonesa, composta pelo Secretário Adjunto de Educação de Shiga, pelo o Diretor e pelo Coordenador da Internacional Affairs Division de Shiga.
- Participação na elaboração da pauta da publicação do Governo do Estado RS International News.
- Organização em conjunto com a SPO e SINDUSCON e participação de missão técnico-empresarial, ao Chile, na área da habilitação popular.
- Articulação junto à Agência Brasileira de Cooperação do MRE, para obter financiamento do curso, a ser ministrado na UNISINOS, Formação de Agentes para a Integração do Cone Sul e junto à Agência Japonesa de Comércio Exterior (JETRO), para realização do curso Formação de Especialistas em Mercado Japonês.
- Informação e subsídios para elaboração do programa de missão governamental à comunidade européia.
- Participação do Comitê Geral de Articulação Institucional do Programa Estadual da Qualidade e da Produtividade.
- Participação no exercício de programação de cooperação técnica entre países em desenvolvimento no setor agro-alimentar, em Buenos Aires, patrocinado pelo Governo da Argentina em cooperação com o PNUD e pela FAO. Estiveram

presentes representantes de 25 países em desenvolvimento.

- Participação do 1º e 2º Encontros dos Assessores Internacionais Universitários do Rio Grande do Sul.
- Organização, em conjunto com a Coordenadoria de Assuntos de Integração da América Latina, do Seminário sobre o MERCOSUL, para diplomatas e estudantes de diplomacia das academias do Cone Sul.
- Articulação, organização e acompanhamento da vinda de 18 jovens agricultores dentro do Convênio de Fraternidade entre Shiga (Japão) e o RS.

C - COORDENADORIA PARA A INTEGRAÇÃO COM A AMÉRICA LATINA

- Elaboração de caderno com antecedentes e resumo dos principais documentos assinados desde 1985 na área da integração.
- Coordenação de visita do Governador de Misiones a Porto Alegre, que culminou com a assinatura do Protocolo de Cooperação entre os Governadores do RS e de Misiones.
- Coordenação do grupo CODESUL-MERCOSUL, com a organização de diversas reuniões, de onde se originam pleitos ao Ministério das Relações Exteriores e que culminou em um protocolo entre CODESUL e ITAMARATY, assinado em reunião do CODESUL, em Curitiba.
- Criação do Grupo Técnico MERCOSUL Estadual, que reúne várias secretarias de Estado sob a coordenação da SEAI, como ponto de partida para a constituição de um Fórum Estadual do MERCOSUL, reunindo setor público e iniciativa privada que subsidie a política estadual relativa ao MERCOSUL.
- Atualização permanente do Banco de Dados do Programa Disque-MERCOSUL, inaugurado em 28/06/1991, atendendo e informando pessoas pelo telefone e pessoalmente, sobre o processo da integração e MERCOSUL.
- Preparação e coordenação de missão empresarial CODESUL/CRECENEA em Foz do Iguaçu em 10 e 11/12.
- Elaboração do anteprojeto Quem é Quem no MERCOSUL, juntamente com a PROCERGS, para ampliação do Disque-MERCOSUL, com provável interligação com outros bancos de dados que possuam informações sobre o MERCOSUL.
- Recepção de duas comitivas de universitários argentinos, através de convênio com a UNISINOS.

- Participação na organização do Festival de Turismo de Gramado, no que se refere ao MERCOSUL.
- Participação na Junta para o MERCOSUL, criada pela FEDERASUL, envolvendo todas as entidades no Estado que trabalham com integração.
- Participação nas seguintes feiras com o Sistema Disque-MERCOSUL: FENAMERCO (Porto Alegre), MERCOPAR (Caxias do Sul), EXPOINTER (Esteio), MOVELSUL (Bento Gonçalves), FISPAL (São Paulo), Feira da Alimentação e Tecnologia do Cone Sul.
- Participação em rodadas de negócios com empresários argentinos, na FEDERASUL.
- Palestras em congressos, seminários, escolas, informando o que é MERCOSUL e divulgando o trabalho da SEAI, da Coordenadoria de Integração e do Disque-MERCOSUL, em inúmeras oportunidades.
- Participação na programação da TVE sobre Cone Sul. (Programa Sala de Aula, TV Conesul e clip de divulgação do Disque-MERCOSUL).
- Participação no Projeto Cone Sul, da RBS, em três programas distintos.
- Diversas entrevistas para os meios de comunicação locais, do centro do Brasil e até do exterior.
- Participação no Seminário sobre o Eixo Viário São Paulo - Porto Alegre - Buenos Aires.
- Participação junto à Comissão para Assuntos do MERCOSUL (SULMERC), da FIERGS.
- Organização da etapa em Porto Alegre, do II Seminário das Academias Diplomáticas do Cone Sul.
- Participação no III Simpósio Regional da Integração e no painel A Zona Sul no MERCOSUL, ambos eventos realizados em Jaguarão.
- Realização de reunião da CEDIF, com a participação do Embaixador Rubens Barbosa, Subsecretário de Integração Promoção Comercial e Cooperação Técnica do M.R.E., com a definição de estratégias de atuação para as fronteiras internacionais do Estado, sob a coordenação da SEAI.
- Elaboração e encaminhamento ao M.R.E. de proposta de reestruturação dos Comitês de Fronteira, para que sua atuação se torne mais efetiva.

A Procuradoria-Geral do Estado é o órgão central da advocacia do Estado, integrante do Gabinete do Governador constitucionalmente, competindo-lhe a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado, além de outras atribuições cometidas por lei, especialmente:

- propor orientação jurídico-normativa para a administração pública, direta e indireta; pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da administração estadual;
- promover a unificação da jurisprudência administrativa do Estado;
- realizar processos administrativo-disciplinares, emitindo pareceres nos que forem encaminhados à decisão final do Governador;
- prestar assistência jurídica e administrativa aos municípios e representar os interesses da administração pública estadual perante os Tribunais de Contas do Estado e da União.

Ao longo de 1992, a Procuradoria-Geral do Estado prestou assessoria e respaldo jurídico nas áreas de procuradoria e consultoria aos diversos órgãos estaduais, firmando, ainda, orientação sobre procedimentos legais pertinentes às atividades específicas daqueles.

No exercício desta atividade, destacaram-se as seguintes ações na área de atuação específica do órgão:

- participação da Procuradoria-Geral do Estado na organização da nova sistemática de defesa das estatais, na área trabalhista, para cumprimento da Ordem de Serviço nº 27/91-95 e seguintes, do Governador do Estado;
- patrocínio judicial da defesa do Estado em assuntos relacionados com a implantação do Calendário Rotativo pela Secretaria da Educação;
- participação de procuradores do Estado na presidência das seguintes Comissões de Sindicância, instauradas por Órgãos públicos estaduais: PLANO 87, DECAM, FDRH, IML, CRT, MICROAÇUDES DE CACHOEIRINHA, CASA CIVIL, CEEE, CASO DIÓGENES, CASO "TOPO GIGIO", COHAB (Vila Pasteur) VINOSUL, FENUVA;
- elaboração de pareceres e informações com referência à licitação em processamento em entidades públicas do Estado;

- ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) referente à eleição de diretores de escolas Públicas, permitindo ao Executivo sua indicação (liminar);
- Ação Direta de Inconstitucionalidade quanto ao parágrafo único, do artigo 4º, da Lei nº 9.177/90, que prevê o direito à permanência na Secretaria da Cultura de servidores estaduais a ela cedidos, com obtenção de liminar;
- propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra dispositivo de lei que impede o desconto de dias parados de servidores grevistas da Secretaria da Educação, com obtenção de liminar;
- suspensão da decisão de 1º grau contrária à cobrança de pedágio pelo Governo Estadual, bem como apresentação de memoriais em ADIN proposta pelo PSB;
- reintegração de posse do Parque Estadual de Itapuã;
- declaração de incompetência da Justiça do Trabalho para julgamento do dissídio dos professores ajuizado pelo CPERGS-SINDICATO;
- realização de Encontros de Direito Municipal nas cidades de Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul, e Novo Hamburgo, destinados a prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, assessores e advogados para orientação técnica e jurídica em assuntos municipais;
- realização do 3º Programa de Assistência Técnica e Jurídica aos Novos Municípios, criado pelo Decreto nº 32.328/92 e realizado em duas fases, conjuntamente com a DIPLAN/SPO, envolvendo regiões abrangidas pelos municípios de Passo Fundo, Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria, Ijuí e Palmeira das Missões;
- encontros Regionais de Procuradores do Estado lotados no Interior para orientação e estudos, realizados em Pelotas, Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria e Santo Ângelo;
- seminário referente a execuções fiscais realizado entre os Procuradores Coordenadores das Procuradorias Regionais e a Secretaria da Fazenda;
- Criação da Escola Superior de Advocacia do Estado, em apoio à Associação dos Procuradores do Estado;
- aprovação de leis e decretos estaduais pertinentes às atividades desenvolvidas pelo órgão, a saber: alteração do Fundo de Assistência Judiciária, com sua adequação às atividades atuais; obrigatoriedade de citação do Estado do RS quando for parte autarquia estadual; nova

regulamentação para provimento do cargo de Procurador do Estado.

A - PROCURADORIA DE PESSOAL

Patrocina em juízo a defesa do Estado nas causas de pessoal e presta assistência jurídica em assuntos desta natureza ao Governador e aos órgãos da Administração, atuando nas equipes trabalhista, estatutária e de consultoria.

Suas atividades foram especialmente intensas na defesa de questões, tais como: **Calendário Rotativo**, contestando inúmeras ações contra ele propostas, interpondo medidas para cassação de liminares concedidas que o suspenderam e ajuizando **Ação Direta de Inconstitucionalidade** para sua manutenção; a eleição de Diretores de Escolas, o desconto dos dias parados na greve de funcionários do magistério público estadual; contra o retorno de professores cedidos à Secretaria de Cultura; declaração de incompetência da justiça labora para julgamento de dissídio do professorado estadual.

Teve, ainda, atuação marcante na organização da nova sistemática de defesa das estatais na área trabalhista.

A equipe estatutária atendeu a 6.656 intimações, recebeu 1.496 novas ações; a Equipe Trabalhista recebeu 755 ações, impetrou 70 recursos e realizou 752 audiências; a Equipe de Consultoria emitiu 409 pareceres, 90 Informações e 650 Consultas verbais.

B - PROCURADORIA FISCAL

Atua em juízo e em consultoria em matérias de natureza fiscal, desdobrando-se nas Equipes de Defesa Fiscal (1.609 processos no ano) e de Execução Fiscal (6.528 processos no ano), tendo um movimento geral de: iniciais-454; contestações: 670; apelações/agravos: 331, recursos extraordinários ou especiais: 108; outros recursos: 77 petições diversas: 4.578; Inicial ADIN: 01; pareceres: 02; informações: 488; sustentações Oraís: 02; audiências: 16; consultas: 2.188; contra-razões/ recursos: 152.

C - PROCURADORIA DO DOMÍNIO PÚBLICO ESTADUAL

Patrocina em juízo os interesses do Estado e de suas autarquias, nas causas relativas a bens de seu domínio e as não pertinentes a outras procuradorias, bem como promover execuções hipotecárias relativas ao Sistema

Financeiro da Habitação, pelo IPERGS. Recebeu 1.603 processos novos, tendo em andamento, em 31.12.92, 3.953 ações e atendido a 3.723 intimações.

D - PROCURADORIA DO INTERIOR

Incumbe-lhe os serviços relativos à Procuradoria-Geral do Estado (Procuradoria Judicial), efetuados através de 22 procuradorias regionais que atendem a todos os municípios do Estado.

Nela se encontram em andamento 2.014 ações de pessoal; 2.947 de domínio público; 14.573 execuções fiscais; diversas: 974.

E - PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS MUNICÍPIOS

Compete-lhe prestar assistência jurídica aos municípios, tendo atendido em 1992 a 134 processos de consultoria e procuradoria, a 237 atendimentos pessoais e telefônicos; desenvolveu intensa atividade no que diz com as ações diretas de inconstitucionalidade de leis orgânicas municipais; realizou, ainda, encontros regionais, em diversos municípios do Estado e, em conjunto com a DIPLAN-SPO, foi realizado o 3º Programa de Assistência Técnica e Jurídica aos Novos Municípios.

F - PROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR

Incumbe-lhe realizar processos administrativo-disciplinares para apurar a responsabilidade de servidores da Administração Estadual, proceder à revisão processual de instância administrativa e matérias correlatas.

Atua nas equipes de processamento, com três comissões permanentes e uma especial, mais a equipe de revisão, tendo atendido 350 processos no ano.

G - INSTITUTO DE INFORMÁTICA JURÍDICA

Compete-lhe a informatização aplicada ao Direito, tendo elaborado e digitado 429 fichas- parecer, transmitido à Proceles 401 pareceres, efetuado 115 pesquisas jurídicas e 144 informações em processos; foram, ainda, adquiridas 110 obras jurídicas para a Biblioteca e atendidos 520 solicitações de pareceres e 28.479 consultas.

H - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Órgão de assistência jurídico-social da Procuradoria-Geral do Estado, é encarregada de prestar assistência jurídica e judiciária aos necessitados na Capital e Interior, tendo efetuado 114.376 atendimentos, realizado 18.140 audiências, tendo em tramitação 22.862 ações cíveis e de família e 14.040 processos-crime, num total geral de 36.902 processos em tramitação.

I - CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Órgão de direção superior, tem por atribuição elaborar ou reexaminar pareceres para a uniformização da jurisprudência administrativa do Estado, atender matéria disciplinar, assuntos da carreira de procurador do Estado e matérias correlatas, tendo efetuado 45 sessões, relatado 143 processos e aprovados 68 pareceres.

J - CORREGEDORIA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Compete-lhe realizar inspeções e correções nos órgãos da Procuradoria-Geral do Estado, expedir provimento visando à simplificação e aprimoramento dos serviços e atividades correlatas.

Durante o ano de 1992, realizou correções, em Procuradorias do Interior, de março a outubro, abrangendo 30 localidades; efetuou 6 reuniões/seminários com procuradores do Estado e do Interior, examinou 33 processos e recebeu 400 denúncias.

Incumbiu-lhe, ainda, a realização do Concurso nº 07/92, para provimento do cargo de Procurador do Estado, com nomeação e posse de dez cargos, com conseqüente orientação e acompanhamento do estágio dos novos procuradores.

L - PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS REFERENTES A ATIVIDADES DE APOIO E A ATIVIDADES-FIM IMPLANTADAS E EM IMPLANTAÇÃO

A Procuradoria-Geral do Estado, no decurso de 1992, deu prosseguimento ao projeto de automação e modernização do órgão, instalando microcomputadores em cada unidade; 2 centrais telefônicas com ramais; instalou o correio eletrônico em todos os níveis administrativos; locou novo prédio para a Unidade de Assistência Judiciária, viabilizando melhor atendimento ao público.

Com a prerrogativa de propor e coordenar a política de comunicação social da Administração Estadual, juntamente com as necessidades de gerenciar o fluxo de informações que passam pela interface Governo-Sociedade, a SECS é responsável pela divulgação das políticas, diretrizes e ações do Governo Gaúcho, de forma permanente junto à opinião pública. Dentre as atividades desta Pasta, cabe destacar:

- a difusão das prestações de contas dos atos do Governo, através da elaboração de boletins informativos periódicos, programas específicos de rádio, entrevistas coletivas, debates na tv e geração de matérias especiais;
- a divulgação da implantação do Sistema Financeiro Unificado, do Balcão de Negociação, das inaugurações dos CIEPs, das subestações da CEEE, da telefonia celular, das estradas estaduais, da implementação do processo de Reforma Administrativa e também o lançamento da nova Logomarca do Governo, entre outros fatos, registraram a presença da SECS;
- na área de divulgação externa, a SECS coordenou, em conjunto com outras secretarias, diversas campanhas publicitárias, acompanhadas de material gráfico e vídeos; entre eles destacamos: direcionada para o encontro dos presidentes em Canela, e Rio Grande do Sul - World Class Quality para a viagem à Ásia. A nível nacional, evidenciamos a participação da Revista Federação Mutilada, onde o Governador Alceu Collares faz um alerta contra o processo crescente de desagregação social e desintegração territorial;
- a total interação do Governo com os meios de comunicação, principalmente através de programas de rádio, como: Povo Grande do Sul, abrangendo uma cadeia de 154 emissoras AM e FM, com alcance popular, onde são relatados os principais projetos e atividades do Governo:
 - "O Governador e a Comunidade", programa ao vivo e semanal, que é transmitido em cadeia por 23 emissoras do Interior do Estado;
 - "Os Gaúchos e o Governador", programa semanal que atualmente é transmitido em cadeia por 31 emissoras de rádio, dentre elas a Rádio Gaúcha;
 - "Rede 47", programa que proporciona ao Interior gaúcho o conhecimento das principais vozes do Governo (Secretários de Estado e Presidentes de Estatais), sendo transmitido para uma cadeia de 47 emissoras.

A SECS tem suas atividades divididas em cinco áreas específicas: Assessoria de Imprensa, Assessoria de Publicidade, Assessoria de Relações Públicas, Unidade de Apoio Administrativo e Assessoria Especial.

A - ASSESSORIA DE IMPRENSA

Através de suas editorias do interior, de rádio, de cine/Tv e de fotografia a assessoria de imprensa realiza:

- divulgação das atividades do Governo, tais como: resoluções, inaugurações, visitas, pronunciamentos, solenidades e comunicados, junto aos principais veículos de comunicação, além de atender simultaneamente às promoções e iniciativas da Casa Civil e Casa Militar;
- elaboração de material especial de divulgação de matérias como Balanço das Atividades da Administração Collares, através da síntese dos dados e realizações do Governo para a prestação de contas;
- intermediação e acesso da imprensa ao Governador e/ou Secretários de Estado e vice-versa;
- acompanhamento: realiza a cobertura das viagens e deslocamentos do Governador ao Interior e mesmo para fora do Estado;
- produção de boletim informativo do Governo do Estado, onde constam as principais iniciativas e realizações do Governo Estadual, bem como distribuição de sinopses diárias das principais notícias do Governo do Estado;
- ação coordenadora como agente implementador da unificação das informações das demais secretarias de Estado, através da orientação à padronização dos boletins informativos internos, afetos às diversas pastas e principais empresas estaduais do Governo;
- distribuição: operacionaliza mídia diária, com cinco a dez pré-releases, fotos e fitas de vídeo e rádio para:
 - 6 sucursais dos principais jornais do País;
 - 12 emissoras de rádio AM e FM;
 - 5 emissoras de Tv;
 - jornais estaduais de circulação diária;
 - todos os jornais do Interior do Estado;
 - jornalistas/colunistas;

- jornais periódicos de circulação semanal ou mensal.

A.1 - Editoria do Interior

É responsável pelo recebimento e expedição de matérias para os jornais do Interior do Estado, via telex, fax, telefone ou correio, universo este que atinge um expressivo número de 269 periódicos.

Dentre as atividades realizadas por esta Editoria, destacam-se:

- atualização dos dados de todos os jornais do Interior do Estado;
- recebimento para taxação de 207 jornais oriundos do Interior do Estado;
- envio diário ao Governador das principais matérias veiculadas pelos jornais do Interior do Estado;
- classificação das matérias taxadas por secretaria ou órgãos/empresas públicas, destinadas aos Secretários de Estado e dirigentes;
- abastecimento dos veículos do Interior com fotos e clichês do Governador e Secretários de Estado;
- tabulação de notícias que dizem respeito ao Governador publicadas nos jornais do Interior do Estado.

A.2 - Editoria de Rádio

Esta Editoria é responsável por atividades tradicionais como: rádio-escuta, redação de sinopses, produção-edição-gravação-transmissão de boletins, gravação-transmissão de programas e arquivamento de discursos do Governador. Também cabe destacar a ampliação dos programas semanais de rádio do Governador: Os Gaúchos e o Governador; O Governador e a Comunidade; e Flávio Alcaraz Gomes Repórter e a criação das rádios de emissoras que transmitem estes programas. Dentro destas tarefas, podem ser citadas e quantificadas:

- escuta: acompanhamento das rádios Gaúcha, Guaíba e dos principais noticiários de TV em horário integral, obtendo um total superior a 5.000 sinopses de programas noticiosos;
- boletins de Rádio: 36.200 boletins informativos foram transmitidos para 154 rádios AM no Interior do Estado, 1.200 boletins de notícias para emissoras populares (Farroupilha - Mil Cento e Vinte - Pampa), 74 boletins para 10 (dez) emissoras da Rede Comunidade;
- gravação: no estúdio foram gravados 51 programas "Os Gaúchos e o Governador" e 52

programas "O Governador e a Comunidade", sendo também transmitidos em rede;

- arquivo: no arquivo sonoro, elaborado por esta Editoria, contabilizamos cerca de 392 horas de discursos e entrevistas em solenidades pelo Governador.

A.3 - Editoria de Cine/TV

Esta Editoria prioriza entre suas obrigações os registros das principais imagens e gravações das atividades públicas do Governador, editando e conseqüentemente realizando a distribuição deste material às principais emissoras de televisão que mantêm telejornais diários no ar, como: RBS TV, TV BANDEIRANTES e TVE.

Quando solicitada pelo chefe de reportagem das principais emissoras do Estado e País, grava matérias especiais relativas a ações do Poder Executivo.

Acompanha o Governador na maioria de suas viagens, registrando os principais fatos e suprindo as principais emissoras de televisão no Estado e mesmo emissoras de menor porte.

Além de realizar a cobertura do Gabinete do Governador, esta Editoria atende ao CAAC, Casa Civil, Casa Militar e também às secretarias de Estado, quando solicitadas.

Mantém um arquivo de imagens, registrando em fitas de videotape, destinadas à consulta, cópia ou qualquer outro uso necessário.

Agenda a participação do Governador e Secretários em programas de TV, de acordo com pedidos encaminhados pelos editores.

A.4 - Editoria de Fotografia

A este setor são afetos as coberturas fotográficas dos principais acontecimentos públicos do Palácio Piratini, deslocamentos do Governador e as atividades inerentes aos serviços da Casa Civil, Casa Militar, CAAC e PGE.

B - ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

A cargo desta Assessoria estão afetas as atividades relativas à área de relações públicas da SECS e Gabinete do Governador. Normalmente operacionalizam-se tarefas como:

- planejamento de eventos que sejam de iniciativas do Governo Estadual, em conjunto com as assessorias das respectivas secretarias estaduais participantes;
- participação à sociedade de atividades institucionais organizadas pelo Estado, através da expedição de

convites, bem como das visitas do Governador e do Secretário de Comunicação Social às autoridades em geral;

- clipagem dos jornais de Porto Alegre e do centro do País, onde são destacados assuntos de interesse geral do Estado e do Governador. No caso dos jornais do centro do País, este serviço é efetuado à tarde, junto a 8 periódicos (Folha de SP, Estado de SP, Jornal da Tarde, Jornal do Brasil, o Globo, Correio Brasiliense, Gazeta Mercantil e DCI), totalizando cerca de 480 sinopses anualmente;
- distribuição das cópias da clipagem e sinopses de notícias ao Gabinete do Governador, Secretário de Comunicação Social, Casa Civil, Casa Militar, Gabinete do Vice-Governador, CAAC, SEC e ST;
- elaboração e distribuição de resenha diária, onde se resumem os fatos mais importantes registrados pelos jornais do Estado e País, que interessem ao Estado e ao Governador;
- manutenção de arquivos relativos a matérias veiculadas nos principais jornais, classificadas por assuntos e arquivos de jornais completos da Capital e centro do País, de até três meses passados;
- tabulação das notícias que dizem respeito exclusivamente ao Governador do Estado, bem como de atos e projetos por ele selecionados, publicados nos jornais da Capital e centro do País.

C - ASSESSORIA DE PUBLICIDADE

À Assessoria de Publicidade compete a responsabilidade de controlar e coordenar todas as despesas com publicidade oficial, veiculadas por qualquer Órgão público pertencente à Administração Estadual.

Segundo determinação expressa do Governador e do Secretário de Comunicação, foi realizado um minucioso acompanhamento mensal dos gastos com divulgação, aliado a um também rigoroso controle de execução das mídias autorizadas nos respectivos veículos de comunicação, sempre obedecendo às dotações orçamentárias preestabelecidas.

Cabe salientar ainda que o gerenciamento transparente da SECS dos recursos destinados à prestação destes serviços, por terceiros, está rigorosamente relacionado à forma determinada no item II, letra B, do art. 24, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

D - UNIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO

Dentre as principais funções desta Coordenadoria, cabe destacar a elaboração das dotações orçamentárias relativas às despesas da SECS, que devem obrigatoriamente estarem em consonância com os créditos orçamentários destinados ao Gabinete do Governador, bem como aos seus principais projetos e rubricas.

E - ASSESSORIA ESPECIAL

A Assessoria Especial do Gabinete do Secretário de Comunicação Social, além de auxiliar nas atividades de linha das Coordenadorias, suprimindo as necessidades destas quando solicitada, realiza trabalhos específicos para o Secretário e Gabinete do Governador (como no caso da Assessoria do Disque-Moralização), além de promover a ação facilitadora entre os diferentes setores do Estado com a SECS.

Dentre os serviços realizados por esta Assessoria, podem ser destacados:

- a operacionalização do setor de informática (Núcleo Setorial de Informática), que atua multidisciplinarmente, atendendo às Coordenadorias de Publicidade, de Imprensa, de Relações Públicas, agenda do Secretário (Gabinete), o Programa Disque-Moralização e atualização de suas denúncias; elabora, ainda relatórios de acompanhamento financeiro, etiquetas, banco de dados e listagens. Implantou na SECS, juntamente com a PROCERGS, o correio eletrônico e executa o programa de Aplicação de Recursos de Divulgação (ARD), assim como o Sistema de Protocolo Integrado (SPI);
- a efetivação do programa "O Governo Responde", onde são enviadas respostas às questões formuladas por ouvintes, relativas aos programas de rádio transmitidos em cadeia e que envolvem a Administração Estadual;
- a coordenação, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, da realização do "IIº Seminário Comunicação Anos 90";
- o acompanhamento e divulgação dos trabalhos do CODESUL, bem como a prestação de serviços de assessoria operacional a outras secretarias e estatais (Ex.: SEFA, PROCERGS, Projeto Infosul, PROJETO MULTIMÍDIA e SPA, SSMA, FEPAM, ECO-92).

O CAAC, diretamente vinculado ao Gabinete do Governador, foi criado pelo Decreto nº 32.540, de 07 de abril de 1987, e tem a finalidade de complementar atividades governamentais, no setor social de atuação do Estado, com vistas à obtenção de harmônico desenvolvimento, nessa área, especialmente através de:

- medidas supletivas de apoio a programas e projetos, de caráter público ou privado, voltados ao menor, ao idoso, aos necessitados e às comunidades carentes;
- estímulo e amparo à participação comunitária e particular no atendimento de carências no setor social.

A atual Administração do Estado operacionaliza estas atividades através do Programa Guerra à Miséria.

A Assembléia Legislativa do Estado aprovou, em 21/01/1992, a Lei nº 9.513 que instituiu o Fundo Guerra à Miséria, e o Governo do Estado, através do Decreto nº 34.247, de 20 de março de 1992, regulamentou o Fundo.

Seu objetivo é prestar assistência básica a entidades e/ou pessoas que, comprovadamente, não apresentam as mínimas condições de alimentação, agasalho e teto, ou sejam incapazes de prover a própria subsistência, ou a que estas condições estejam submetidas em virtude de calamidades.

As principais ações desenvolvidas em 1992 foram:

quanto à alimentação: clientela de idosos com mais de 65 anos, doentes com atestado médico (câncer, AIDS, tuberculose ou necessitados de hemodiálise), entidades cadastradas e prefeituras, com os seguintes critérios de distribuição:

- prefeituras - até 10.000 hab. 181kg
até 50.000 hab. 282kg
+ de 50.000 hab. 383kg
- entidades - até 30.000 146kg
até 50.000 hab. 252kg
+ de 100.000 hab. 363kg.

Foram doados 780.294kg de alimentos dos 796.530kg, resultantes do saldo do ano de 1991 e de doações de empresas.

O número de atendimentos com alimentação foi de 3.312 a entidades cadastradas e 9.106 com ranchos emergenciais, abrangendo um total de 279.136 pessoas;

- quanto ao frio: foram distribuídos cobertores (100.000), colchonetes, calçados e roupas diversas, num total de 300.000 unidades, através da "Gincana do Amor" e com recursos do próprio CAAC, na ordem Cr\$ 585 milhões.

Estas doações foram efetivadas através de prefeituras ou de entidades cadastradas à população carente;

- quanto a teto (abrigo): foram construídas Casas da Criança, com 865 m², para atendimento a 100 crianças em cada unidade, nos municípios de Esmeralda, São Gabriel, Carazinho, Canela, Giruá, Crissiumal, Nonoai, Erval Seco e Nova Prata. Foram destinados para cada Casa Cr\$ 1 bilhão.

Para a construção, complementação e reforma de lares, abrigos e asilos na Capital e Interior do Estado, foram concedidos recursos na ordem de Cr\$ 1,46 bilhões, beneficiando grande número de pessoas carentes no RS.

Foi, ainda, prestado atendimento a 113 municípios, em períodos de calamidades, com recursos para construção e reconstrução de moradias a necessitados, atingidos pelas enchentes, com um total de Cr\$ 6,76 bilhões.

Já em atendimentos individuais, o Programa Guerra à Miséria distribuiu recursos de Cr\$ 525.600.000,00 para aquisição de aparelhos ortopédicos, próteses, caixões funerários, etc.

Nos meses de abril e maio, o Conselho realizou a Gincana do Agasalho, cujo objetivo foi angariar roupas e agasalhos, com a participação de várias equipes das secretarias de Estado, quando foram arrecadados 200.000 agasalhos que foram repassados à população carente do Estado.

Em outubro, o Conselho proporcionou um dia de confraternização para 1.000 idosos das entidades assistenciais cadastradas, com sucesso na sua realização.

Tendo como objetivos integrar os municípios do Rio Grande do Sul, divulgar os hábitos, costumes, tradições e realidade social, bem como divulgar as festas tradicionais, expor e comercializar produtos artesanais, industriais, comidas típicas das regiões do Estado, realizou a Festa das Regiões do ano de 1992, angariando fundos para as obras assistenciais de cada região participante, no período de 26 a 29 de novembro.

Com a finalidade de angariar brinquedos novos e usados para distribuir às crianças

das creches cadastradas no CAAC, foi realizada a Gincana do Amor, onde foram arrecadados 11.330, no mês de dezembro. Com um almoço de confraternização, o Conselho proporcionou um dia de alegria e descontração para 1.000 idosos de entidades assistenciais, pelo Natal. Também em comemoração às festas de fim de ano, ofereceu à comunidade o Natal do Amor, um espetáculo natalino, com a participação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Renato Borghetti, coral de 500 vozes e belo show de fogos de artifício. As atividades propostas pelo Conselho de Apoio a Ações Comunitárias (CAAC), em 1992, atingiram os seus objetivos, possibilitando o apoio a ações das entidades assistenciais e o desenvolvimento de programas voltados ao menor, ao idoso, aos necessitados doentes e às comunidades carentes.

II - BRIGADA MILITAR

II - BRIGADA MILITAR

A Brigada Militar tem suas atribuições definidas no art. 144, parágrafo 5º da Constituição Federal e nos artigos 129 e 130 da Constituição Estadual. À Corporação compete: a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a guarda externa dos presídios e a polícia judiciária militar, bem como a prevenção e combate de incêndios, as buscas e salvamentos e a execução de atividades de defesa civil.

No sentido de alcançar as metas prioritárias estabelecidas nos projetos do Governo, foram desenvolvidas ações, dentre as quais se destacam:

Combate à Sonegação do ICMS - num primeiro momento, aumentando o efetivo à disposição da Secretaria da Fazenda e motivando o pessoal empenhado na atividade-fim para a importância da arrecadação de impostos estaduais. Num segundo estágio, a Diretoria de Ensino efetua inclusão, na matéria Técnica Policial Militar, de uma unidade didática denominada "Legislação e Documentos Fiscais Relativos ao Trânsito de Mercadorias", em todos os cursos de formação, visando reforçar os conteúdos e programando a realização de estágios para instrutores e monitores do assunto.

Reaparelhamento Operacional - objetivando um aumento da capacidade de atuação nas atividades de Policiamento Ostensivo e Bombeiros. Utilizados recursos orçamentários e não orçamentários, bem como foram incentivadas as comunidades e entidades particulares a efetuarem doações de viaturas, material de comunicações e outros de cunho operacional.

Bombeiros Mirins - criaram-se grupos dentro de nossos Grupamentos de Incêndio, que são instruídos em ações práticas, desenvolvendo-se uma consciência prevencionista no adulto, bem como uma fraterna convivência social.

Bombeiros Voluntários - utilizando-se recursos das próprias comunidades, a Brigada Militar tem realizado cursos aos voluntários e assim tem conseguido a adesão de vários municípios, o que permite uma maior presteza no

atendimento a sinistros e maior atuação junto à Defesa Civil.

Proteção Ambiental - a Corporação está efetivamente ligada à proteção de ecossistemas através da atuação de integrantes da Brigada Militar junto a organismos federais/estaduais que atuam nesta área e através de Patrulhas Ecológicas existentes nas unidades operacionais. O policial militar, pela realização de simpósios e encontros e através de instrução específica, está apto a identificar crimes contra a natureza, bem como identificar suas fontes, adotando as medidas que o caso exigir.

Ações de Defesa Civil - a Corporação participou do planejamento e implantação do Plano de Comunicações do Palácio Piratini, criado para agilizar os recursos existentes em todo o Estado, em atendimento a situações de emergência, tendo sido o mesmo incrementado no corrente ano.

Ocorrência Envolvendo Crianças e Adolescentes - foi normatizado o procedimento junto a essa camada social, conforme previsão do "Estatuto da Criança e do Adolescente" e em perfeito entrosamento com todos os segmentos sociais envolvendo Juizado da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Polícia Civil, etc.

Policial Militar Residente - firmado Termo de Cooperação entre a Brigada Militar e a Secretaria da Educação objetivando sanar problemas de segurança junto aos estabelecimentos de ensino público estadual, onde o policial militar da ativa reside na própria escola, aumentando assim a segurança da instituição.

Corpo de Voluntários de Militares da Reserva - foi a forma encontrada para, a partir deste ano, lançar mais efetivo no policiamento dos estabelecimentos de ensino e prédios públicos estaduais da administração direta.

Com essa ação, a Brigada Militar aumentou sua capacidade de manobra, com o incremento de mais efetivo na atividade-fim.

Estágio de Direção Defensiva - através de convênio firmado com o SENAI, a Corporação ofereceu o estágio a 2.301 brigadianos motoristas, gerando assim um aperfeiçoamento na arte de conduzir viaturas e, em consequência, uma redução no número de acidentes com as mesmas.

Instrução de Manutenção a Distância - iniciada no corrente ano, surtiu grande efeito tal instrumento, onde através de material atualizado sobre temas técnicos de nossa atividade, se conseguiu fazer chegar até o homem mais distante da Capital informações precisas e a nossa preocupação com seu aperfeiçoamento.

MERCOSUL - Criado o Mercado Comum do Sul, através do "Tratado de Assunção", de 26 de março de 1991, firmado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Foi nomeada uma Comissão de Estudos sobre Segurança no MERCOSUL, onde oficiais da Brigada Militar se encontram trabalhando no tema, já havendo ocorrido reuniões na Argentina, Uruguai e Brasil, com a participação de chefes de polícia de Rivera e Artigas e do Rio Grande do Sul, através da Brigada Militar e Polícia Civil.

A preocupação com a atividade-fim da Brigada Militar, isto é, o Policiamento Ostensivo e os Serviços de Bombeiros implicou a realização de ações objetivando completar o efetivo, formá-lo e aperfeiçoá-lo devidamente, colocando-o à disposição da população.

Paralelamente a isso, foram desenvolvidas ações de natureza social, objetivando proporcionar moradias aos policiais militares, creche para seus filhos, profissionalização de adolescentes e auxílio financeiro aos hospitais de Porto Alegre e Santa Maria.

Na área de Comunicação Social, para atender os públicos interno e externo, a Brigada Militar realizou, entre outras, as seguintes promoções:

A - Operação Golfinho

Desde o veraneio 1969/70, a Corporação vem desenvolvendo a Operação Golfinho que é um esforço para dar cobertura de Policiamento Ostensivo e Serviço de Busca e Salvamento à população que migra de seus locais de moradia permanente para os principais pontos de lazer nos balneários e para as cidades serranas e estâncias hidrominerais. Foi realizada no período de 26/dez/91 a 16/mar/92. São igualmente desenvolvidas atividades de relações públicas com equipe de eventos que se apresenta em colônias de férias do Litoral Norte. A Brigada participou ainda da realização dos campeonatos do "VOLBIMAR" e "BOLAMAR", este último no Litoral Norte e Sul do Estado.

B - Operação Volta à Escola

Atividade de Policiamento Ostensivo desenvolvida no primeiro trimestre do ano, que consiste na aproximação dos efetivos às escolas de todo o Estado, com vistas ao retorno dos alunos aos estabelecimentos de ensino, principalmente nos horários de entradas e saídas. Paralelamente, desenvolve-se atividade complementar de comunicação social com palestras dirigidas às crianças, tendo este ano contado com a participação da Secretaria da Educação e a produção de cartazes, textos para rádios, "out-door" e VT motivando os alunos e condutores, com mensagens diferenciadas, para uma atitude defensiva com relação ao trânsito. A veiculação dessas peças

publicitárias ocorreu no mês de março e foi custeada pelo Governo do Estado.

C - Semana Tiradentes

Atividade promocional, desenvolvida no período de 15 a 25/abr./92, a nível de público interno e externo, com o objetivo de promover a imagem do policial militar, divulgando suas atividades como profissional e como pessoa, em busca de credibilidade e respeito. Dentre os eventos realizados, citamos o lançamento do selo comemorativo ao Bi-centenário de Tiradentes, competições esportivas, homenagem aos policiais militares mortos em serviço, e a entrega do prêmio Badesul Destaques, que visa homenagear os soldados que se destacaram na atividade de Policiamento Ostensivo e de Bombeiro no ano de 1991.

D - Semana do Bombeiro

Desenvolvida no período de 29/jun./92 a 04/jul./92, com a finalidade de chamar a atenção da comunidade para a prevenção de incêndios; divulgar as atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, com ênfase para a valorização do profissional bombeiro e proporcionar meios de integração entre a comunidade e o Corpo de Bombeiros da Brigada Militar.

Assim, buscou-se com essas atividades evidenciar medidas preventivas e orientar a correta conduta a manter em caso de acidentes.

E - Semana de Prevenção de Acidentes de Trânsito

Atividade que conjuga o esforço da comunicação com ações de Policiamento Ostensivo, visando à diminuição dos acidentes de trânsito realizada pela Corporação em todo o Estado, no período de 20 a 27/jul/92, e em Porto Alegre, também, no período de 23 a 30/set/92. Foram montados "Stands" nas principais cidades do Estado, denominados "Clínicas de Trânsito", onde policiais militares davam informações sobre medidas de segurança com relação ao trânsito, como exposições de filmes, cartazes e distribuição de folhetos, contando com o apoio de entidades privadas.

F - Semana Farroupilha

Atividade de participação comunitária desenvolvida em todo o Estado no período de 13 a 20/set./92, em conjunto com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, prefeituras municipais e Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. A Corporação envolve-se nesses eventos que visam a homenagear os feitos farroupilhas e o culto à história rio-grandense, por força do Decreto Estadual nº 33.324/89, participando da comissão organizadora em Porto Alegre, e em todos os municípios do Rio Grande.

G - Aniversário da Brigada Militar

De 10 a 22/nov./92, foram realizados eventos comemorativos ao 155º ANIVERSÁRIO DA BRIGADA MILITAR, dentre os quais: competições esportivas; concerto no Teatro da OSPA; homenagem aos inativos; entrega de diplomas Amigos da Brigada; prêmio CPM Destaque. As unidades do Interior realizaram igualmente programações dirigidas ao público interno e externo, objetivando reforçar os aspectos profissionais e o espírito de amor ao Corpo de Tropa.

H - Prêmio Jornalismo

Concurso dirigido ao público imprensa realizado anualmente, que conta com o apoio das entidades de classe e o patrocínio da Caixa Estadual. Esse ano obteve um número recorde de 64 inscritos. A premiação foi entregue no dia 17/nov./92, no Quartel do Comando Geral. O presente evento tem como objetivo integrar a Corporação com os profissionais dos meios de comunicação social.

I - Projeto Criação na Segurança

Atividade desenvolvida em todo o Estado, no período de 16/out./92 a 17/nov./92, que teve como objetivo despertar uma atitude positiva da comunidade escolar de 1º grau com relação à segurança pessoal e de trânsito. Constatou-se visitas a quartéis, palestras e a realização de trabalhos sobre o tema. Como incentivo foram sorteadas duas passagens aéreas com destino a MIAMI/EUA, a uma criança do Interior e outra da Capital. Participaram 28.614 alunos e 467 escolas. Esse projeto realizado pelo segundo ano consecutivo teve participação total de 60.714 crianças.

J - Operação Papai Noel/92

Operação que conjuga esforços da área operacional e da comunicação social com o objetivo de aumentar e melhorar o estado de segurança pública nas áreas de comércio, no mês de dezembro. Igualmente formam distribuídos textos para rádios, com informações de utilidade pública voltadas para a segurança individual neste período de compras.

K - Visitas à Corporação

A Brigada Militar recebeu visitas de conhecimento técnico profissional de 16 delegações de polícias militares do Brasil, contabilizando 231 pessoas, que buscaram informações sobre o funcionamento de Órgãos da Instituição, através dos cursos de Formação e Aperfeiçoamento das PMs. As delegações representaram os Estados de: BA, MG, RJ, PR, SC, SP, DF, ES e PI.

L - Participação Comunitária

Através dos seus instrumentos de relações públicas a Corporação tem participado intensamente em diversos eventos como: feiras, exposições, promoções de cunho filantrópico e educacional, entre outros.

M - Divulgação

Além dos recursos normais de todos os órgãos de Governo, a BM conta com mecanismos de divulgação próprios, notadamente no setor de rádio, onde são elaborados diariamente 34 boletins para emissoras da Capital e do Interior e transmitidos mais 65 boletins para os meios de comunicação social e para unidades da BM no Interior, os quais são retransmitidos às rádios e jornais. Há, ainda, um noticiário semanal de 10 minutos, apresentado na Rádio Guaíba de Porto Alegre e numa rede de 28 emissoras do Interior do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, diariamente, a Brigada Militar dispõe de cerca de 5 horas de programação jornalística para a divulgação de suas atividades, eventos e iniciativas.

Tal sistema de divulgação não representa nenhum ônus para o Estado, sendo operacionalizado gratuitamente.

III - POLÍCIA CIVIL

III - POLÍCIA CIVIL

Na execução dos serviços de segurança pública de sua competência, a Polícia Civil tem sua estrutura e regulamento geral estabelecido pelo Decreto nº 28.656, de 22 de março de 1979, bem como seu Estatuto regulado pela Lei nº 7.366, de 29 de março de 1980.

São atribuições da Polícia Civil: assegurar os direitos e garantias individuais, a ordem e a tranquilidade públicas, nos termos constitucionais; prestar a mais ampla colaboração à Justiça; exercer as atribuições de Polícia Judiciária, previstas pela legislação penal vigente, prevenindo e reprimindo infrações penais; exercer as atribuições e serviços de trânsito de sua competência, nos termos da legislação própria; exercer as atribuições de sua competência referentes a armas, munições e explosivos e informações de interesse da segurança; coordenar e executar as atividades de polícia preventiva e judiciária, nos casos de infrações penais contra a economia popular, saúde pública, meio ambiente, bem como nos delitos contra a Fazenda Pública e outros correlatos; prestar cooperação às autoridades administrativas na execução e cumprimento das leis e regulamentos, sob a sua direta fiscalização e exercer outros encargos pertinentes ao melhor desempenho da ação policial.

Destacam-se como ações na execução dos Projetos de Governo:

Lei nº 9.708, de 24 de julho de 1992, "Cria cargos no Quadro dos Servidores da Polícia Civil", publicada no Diário Oficial de julho de 1992; Lei nº 9.699 de 24 de julho de 1992, "Cria Cargos e Funções no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Polícia Civil"; curso de Formação de Delegados de Polícia, concluído em julho de 1992, para preenchimento de vagas existentes no interior do Estado; curso de Formação de Escrivães de Polícia, concluído em julho de 1992, para preenchimento de vagas existente no interior do Estado; inaugurados 03 prédios para Delegacias de Polícia no interior do Estado, com recursos financeiros oriundos do Estado, Prefeitura e Comunidade; em andamento, 40 obras no interior do Estado, para Delegacias de Polícia; reformados

prédios próprios de Delegacias de Polícia, no interior do Estado; projeto para aquisição de veículos para a capital, região metropolitana e interior: aquisição de 1.000 revólveres calibre 38 e munições; instalação de Núcleos de Processamento de Dados, sendo 29 em Delegacias da Capital e Região Metropolitana e 21 em Delegacias do interior; integração do Sistema Microfilmagem Plana - M.F.P. - (procurados); projeto pesquisa a indivíduos por tipo de participação em ocorrências; versão-resumo da rede; projeto de armazenamento e pesquisa de impressões digitais; desenvolvimento do Sistema RENAVAL; ampliada a Central Telefônica do Palácio da Polícia e reforma do Centro de Operações da Polícia Civil.

Do total previsto para o orçamento da Polícia Civil em 1992, 17% destinou-se a despesas de capital e 82% a despesas correntes. As suplementações representaram 171% sobre o previsto.

A realização orçamentária no ano de 1992 em despesas de capital foi de 0,69% do previsto, inferior ao exercício anterior (0,82%). As despesas correntes foram de aproximadamente 274%, do previsto, valor superior ao exercício de 1991 (89,65%).

**IV - SECRETARIAS DE ESTADO E SUAS
ENTIDADES VINCULADAS**

1 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SE)

- 1.1 - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS)**
- 1.2 - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)**

1 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SE)

A Secretaria de Estado da Educação é o Órgão do Poder Executivo do Governo incumbido de administrar a Educação, executando a política educacional traçada nos Programas de Ensino Fundamental e Médio, Educação Pré-Escolar e atendimento em creches, Educação Especial, Assistência aos Educandos, Esporte, Lazer e Recreação dentro do sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

Política do Órgão

Imprimir uma política educacional verdadeiramente democrática, voltada para o aperfeiçoamento das relações sociais, proporcionando assistência integral e integrada a todas as crianças e jovens, de forma abrangente e dirigida a todo o conjunto de classes sociais, fundamentada nos pré-requisitos:

- 1 - prioridades na dotação de recursos financeiros;
- 2 - redimensionamento adequado das unidades escolares;
- 3 - adoção do sistema de aproveitamento integral do espaço escolar;
- 4 - favorecimento de condições alimentares básicas;
- 5 - capacitação e atualização permanente dos profissionais da Educação;
- 6 - remuneração condigna dos profissionais da Educação;
- 7 - incrementação das atividades culturais e esportivas.

Atuação do Órgão

A SE tem como áreas de incumbência:

- educação pré-escolar e atendimento em creches; e
- ensino fundamental;
- ensino médio;
- assistência a educandos;
- educação especial;
- esportes em suas manifestações de educação, participação e performance, lazer e recreação;
- integração com as instituições de ensino superior;
- integração com as entidades estudantis;
- incentivo e publicação de obras e pesquisa no campo da educação;
- valorização e desenvolvimento dos profissionais da educação.

Linhas Prioritárias de Atuação do Órgão

Dentro da idéia da melhoria da qualidade do ensino e resgate da Escola Pública, a SE estabelece prioridades relativas à:

- Proposta Pedagógica:

- Implantação de CIEPs, CIEPs PROFSSIONALIZANTES, CIEPs RURAIS e CIEPs ESPECIAIS;
- desencadeamento de programas da qualidade de ensino;
- melhorias e ampliação do atendimento pré-escolar, através do Projeto Casas da Criança, que privilegia o atendimento à população da periferia e implemento da nutrição escolar;
- realização de convênios com Universidades, visando ao enriquecimento curricular dos professores, valorização e aperfeiçoamento das Escolas de Magistério e remuneração dos estágios;
- valorização dos cursos diurnos e noturnos com direcionamento ao mercado de trabalho (cursos supletivos, projetos de alfabetização de adultos).

- Recursos Humanos:

- resgate da condição salarial do magistério;
- racionalização no suprimento de recursos humanos.

- Manutenção e Expansão da Rede Física:

- elevação do número de vagas em 1993, através do aproveitamento integral do espaço escolar e da construção de novas salas;
- recuperação e reequipamento de toda a Rede Escolar Pública.

- Reforma e Modernização Administrativa:

- enxugamento da máquina administrativa;
- interligação de todas as Delegacias de Educação (DEs) com a Secretaria de Educação (SE), através da informatização.

A - GABINETE E ASSESSORIAS

Assessoramentos prestados/92:

- Assessoramento ao planejamento institucional/92, análise e pareceres sobre projetos especiais - através da Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais - APPE/GAB.
- Assessoramento no atendimento ao público interno e externo, informações ao público, agenda e preparação de audiências públicas, divulgação da atuação da SE, através da Assessoria de Comunicação Social - ACS/GAB.
- Assessoramento jurídico, em pareceres, processos, contratos, sindicâncias, orientações, elaborações de minutas, através da Assessoria Jurídica - AJU/GAB.

A.1 Novas Instalações

da Secretaria da Educação

Inauguração do novo prédio da Secretaria da Educação, à Av. Borges de Medeiros, 1501, Plataforma, junto ao Centro Administrativo do Estado do RS.

A.2 Reforma Administrativa

Em ação conjunta com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH/RS) e, através do Grupo Setorial da Secretaria da Educação, foi sistematizada a proposta de mudança organizacional desta Secretaria.

A.3 Conselho Estadual de Educação

- Elaboração, emissão e divulgação de atos referentes ao Sistema Estadual de Ensino, de caráter consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo.
- Realização de encontro com os Conselhos Municipais de Educação e Secretarias Municipais de Educação.
- Realização de visitas de avaliação e de verificação em órgãos ligados à área de ensino de 1º e 2º Graus, em função do Projeto de Ação Fiscalizadora.
- Participação no Fórum de Conselhos Estaduais de Educação, em Recife.

A.4 Conselho Estadual de Desportos

- Realização de eventos referentes ao Desporto.
- Implementação do funcionamento dos Conselhos Municipais de Desportos.
- Realização de cursos para Dirigentes Esportivos.
- Elaboração do informativo CRD.
- Realização do Concurso Anual de Monografias Desportivas.

B - DIRETORIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

B.1 Assessoria às Delegacias de Educação

- Participação nos encontros promovidos pela Secretaria de Educação, com as Delegacias de Educação, atendendo às solicitações e busca de alternativas para soluções de problemas apresentados.
- Reuniões para estudo e elaboração do anteprojeto de Lei sobre a Municipalização do Ensino Fundamental no RS.
- Desencadeamento do projeto de Municipalização do Ensino Fundamental no RS, através de proposta de Nucleação em 15 (quinze) Delegacias de Educação, na 1ª etapa do processo.
- Participação na elaboração do Decreto nº 34.549, de 12.11.92, referente à integração dos Municípios emancipados nas Delegacias de Educação.
- Implementação do transporte escolar de Municípios do Rio Grande do Sul.

B.2 Departamento de Apoio aos Municípios

- Repasse de recursos para 108 Municípios para custear obras, a 207 Municípios para aquisição de material básico, a 15 Municípios para aperfeiçoamento de professores, a 211 Municípios para

aquisição de mobiliário, a 219 Municípios na compra de passagens e locação de veículos, a 94 Municípios na aquisição de veículos, a 41 Municípios para aquisição de Veículos e Passagem Escolar, a 102 Municípios no pagamento mensal de 1682 professores e 329 servidores que atuam em escolas municipalizadas, a 310 Municípios para aquisição de material básico escolar, a 214 Municípios no pagamento de 2084 professores e 695 servidores municipais cedidos ao Estado, em situações de difícil provimento.

- Cedência de 1.113 professores estaduais a 306 Órgãos Municipais de Educação

B.3 Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais

- Análise, parecer, encaminhamento e/ou apoio no assessoramento de 41 Projetos Especiais, propostos por diferentes segmentos da comunidade externa;
- Sistematização da proposta de mudança organizacional da SE, dentro da Reforma Administrativa, com participação de Grupo Setorial da SE e em ação conjunta com a FDRH/RS (Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos).

B.4 Grupo de Assessoria Superior em Educação

- Reelaboração do projeto de Educação voltada para a Alfabetização de Adultos contendo o modelo teórico, os processos de aprendizagem e o plano de divulgação do projeto Nenhum Adulto Analfabeto;
- Apoio ao ensino informal através da distribuição de material institucional, em postos de atendimento amplamente divulgados nos meios de comunicação;
- Mobilização dos segmentos sociais objetivando atingir o maior número de analfabetos/RS para participação no Projeto.
- Revisões de conteúdo e produção gráfica dos livros 4, 5, 7, 8, 9 e 10 da alfabetização de jovens e adultos;
- Impressões de 420.000 exemplares de livros de alfabetização de jovens e adultos;
- Impressão de 720.000 exemplares do Manual do Monitor para atuar na alfabetização de jovens e adultos;
- Distribuição de 295.000 exemplares dos livros 1, 2 e 3 de alfabetização de jovens e adultos;
- Acompanhamento da elaboração dos materiais técnico-pedagógicos junto aos Grupos

B.6 Centro de Documentação

- Compra, recebimento e distribuição de 3.407 livros para o acervo das Delegacias de Educação e Órgão Central da Secretaria da Educação;
- Informatização dos Centros de Documentação de 18 Delegacias de Educação e respectivo treinamento teórico-prático;
- Assessoramento aos Centros de Documentação das Delegacias de Educação;
- Capacitação de recursos humanos da Assessoria Jurídica/SE sobre a utilização do sistema ALE.

B.7 Informática

- Implantação do Sistema de Informações Educacionais do Estado - SIEE.
- Realização de treinamentos para a implantação da Etapa de Recursos Humanos das Delegacias de Educação.
- Implantação dos Sistemas BDP, SPI e Obras em 19 Delegacias de Educação, através de treinamento.
- Operacionalização do sistema de Geração do Cadastro Escolar para manutenção das Informações Estatísticas do Ensino no Rio Grande do Sul, num total de 15.672 documentos trabalhados - matrícula final do alunado em 1991 e matrícula inicial do alunado em 1992.
- Atendimento às necessidades de informações dos usuários finais, MEC, DES, Secretaria da Educação e público em geral.
- Montagem das Estatísticas Educacionais para publicação, num total de 120 exemplares relativos ao ano de 1991 e 100 exemplares referentes aos anos de 1987 a 1990.
- Levantamento da situação do Ensino Supletivo no Rio Grande do Sul, num total de 3.156 formulários referentes a 1.052 cursos existentes no Rio Grande do Sul.
- Levantamento das funções de suplência, aprendizagem e qualificação profissional para CIP/MEC, num total de 368 formulários e 4 relatórios mensais.

C - DIRETORIA PEDAGÓGICA

C.1 Ação Supervisora

Acompanhamento e controle da execução dos programas desenvolvidos nos diferentes graus e níveis de Ensino, pelos Inspetores e Supervisores Escolares da Secretaria da Educação das 29 Delegacias de Educação e da Diretoria de Divisão Escolar, através da

realização de 11.043 visitas de assessoramento às escolas estaduais; da realização de 929 reuniões para desenvolver a proposta pedagógica na Rede Estadual de Ensino; da participação de 1.075 profissionais das DEs e Escolas em eventos promovidos pela SE; da realização de 415 eventos para atendimento às necessidades regionais e aos projetos tidos como prioritários no Plano de Ação Governamental para a Área da Educação; do assessoramento a 1.260 escolas, através de reuniões e sessões de estudo, para atendimento às propostas pedagógicas específicas: assentados, acampados, meninos de rua e outros; do atendimento à 5.393 pessoas na área de promoção social e da Saúde, através das DEs; do atendimento a 1.848 alunos na área de informática aplicada à Educação, através da 7ª DE.

C.2 Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs

- Inauguração de 9 (nove) CIEPs nas seguintes localidades: Dom Pedrito, Porto Xavier, Palmeira das Missões, Quaraí, Uruguaiana, Camaquã, Santa Maria, Três de Maio, Cerro Largo.
- Construção em andamento de 13 (treze) CIEPs nas seguintes localidades: Cruz Alta, São Sepé, Rio Grande, Sarandi, Santo Augusto, Ijuí, Nonoai, Santa Rosa, Passo Fundo, Cristal, Carazinho, Bagé e Santiago.
- Licitação e contratação da obra de 22 (vinte e dois) CIEPs, nas seguintes localidades: Frederico Westphalen, Osório, Novo Hamburgo, Soledade, Porto Alegre (transformação), Giruá, Santo Ângelo, Catuipe, Canela, Porto Alegre (CETE), São Miguel das Missões, Montenegro, Sapiranga, Alegrete, Tapes, Rosário do Sul, Butiá, Taquara, Bento Gonçalves, Vacaria, São Luiz Gonzaga, Humaitá.
- Implantação de 04 (quatro) CIEPs, concluído desenho das plantas e elaboração do Projeto, nas seguintes localidades: Lagoa Vermelha, Planalto, Pelotas, Tenente Portela e Caxias do Sul.
- Aquisição de equipamentos para 09 (nove) CIEPs já concluídos, que funcionarão em março de 1993.
- Realização do 1º Encontro Estadual para Profissionais atuantes nos CIEPs - equipes diretivas.

C.3 Departamento de Ensino - Pré-Escola

- Aquisição de material de consumo didático para atualização de professores.
- Realização de encontros e ciclos de estudos.
- Aquisição de equipamentos para escolas estaduais.
- Auxílio financeiro a instituições privadas envolvidas com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.
- Elaboração de 50 processos informativos relacionados ao Projeto Casas da Criança.
- Aprovação e execução de 09 projetos Casas da Criança.

C.4 Departamento de Ensino - Ensino Fundamental

- Acompanhamento do Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino.
- Proposta pedagógica de Educação Pública nos Acampamentos e Assentamentos de Agricultores e de Escolas Estaduais Indígenas no Rio Grande do Sul.
- Análise e revisão dos regimentos outorgados dos CIEPs.
- Elaboração, publicação e distribuição de 3.500 exemplares do documento " Avaliação Pedagógica no Processo Ensino Aprendizagem " para todas as escolas estaduais.
- Participação de técnicos em programas educativos na Televisão Educativa.
- Aquisição e distribuição de material para bandas escolares, num total de 14 escolas.
- Fornecimento às DES e DDE, de recursos didáticos para uso nas ações pedagógicas, como fitas cassetes, manuais para o professor, gravadores, máquinas de escrever, conjuntos de jardinagens, regadores, liquidificadores, bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul com mastro e pedestal, livros, jogos de xadrez e damas, normógrafo, jogos pedagógicos e outros.
- Realização de encontros, palestras, oficinas de estudos, ciclos de estudos para atualização de recursos humanos, dentro da proposta das vivências lúdico-criativas, envolvendo professoras, supervisores, chefias pedagógicas e Delegados de Educação.

C.5 Departamento de Ensino - Ensino Médio

- Atualização de recursos humanos atuantes no ensino de 2º Grau, através da aquisição de material didático para ações pedagógicas.
- Promoção de eventos pedagógicos em Porto Alegre e interior do Rio Grande do Sul.
- Provimento de material didático específico para as escolas estaduais de 2º Grau.

- Divulgação de experiências pedagógicas realizadas nas escolas públicas estaduais de 2º Grau, através de um Boletim Informativo.
- Redimensionamento do Currículo do 2º Grau das Escolas Profissionalizantes e da Habilitação Magistério.
- Acompanhamento do Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino.
- Participação em Seminários sobre formação de Professores.

C.6 Divisão de Ensino Técnico - Ensino Fundamental

- Suprimento das escolas estaduais agrícolas de 1º Grau, com material didático, equipamento, material permanente, através da aquisição de: ferramentas, capas de chuva, botas de borracha, macacões, combustível e gasolina.
- Liberação de recursos para atendimento a Projetos Pedagógicos.
- Elaboração, impressão, divulgação e distribuição de documentos de apoio e orientação à ação didático-pedagógica das escolas estaduais agrícolas.
- Assessoramento técnico às equipes de Supervisão da Diretoria de Divisão Escolar (POA) e das Delegacias de Educação, onde há escolas agrícolas de 1º Grau.
- Acompanhamento, orientação e controle das ações pedagógicas junto às equipes diretivas das escolas estaduais agrícolas de 1º Grau.
- Realização de 04 encontros com os Conselhos de Diretores das Escolas Agrícolas e Delegacias de Educação, com setores da Secretaria da Educação.

C.7 Divisão de Ensino Técnico - Ensino Médio

- Dotação de estrutura física, equipamentos, instalações, implementos e insumos para as escolas estaduais agrícolas de 2º grau e centros de profissionalização.
- Provisão de alimentos para alunos em regime de internato e semi-internato.
- Aquisição de capas de chuva, botas de borracha, luvas de lona, luvas e máscaras cirúrgicas para as escolas técnicas.
- Assessoramento técnico às equipes de supervisão da Diretoria de Divisão Escolar e das Delegacias de Educação para acompanhamento, orientação e controle das seções pedagógicas junto às equipes diretivas das escolas técnicas estaduais.

- Realização de visitas às Delegacias de Educação e Escolas Técnicas, para orientação, conforme solicitação.
- Realização de 09 (nove) Encontros com Conselhos de Diretores das Escolas Agrícolas, Industriais e Comerciais de Porto Alegre e do interior do Estado.
- Reuniões de estudo para implantação de Cooperativas nas Escolas Técnicas Agrícolas.
- Integração com órgãos como EMATER, SENAI, Conselho Regional de Contabilidade, Centro de Integração Escola-Empresa, UFRGS, OCERGS, PUC/RS, UFSM, CORSAN, a fim de buscar informações, subsídios e forma de acordos.
- Participação em reuniões da Comissão Interinstitucional de Educação nos acampamentos e assentamentos do RS.
- Elaboração, impressão, divulgação e distribuição de documentos como forma de apoio e orientação à ação didático-pedagógica nas escolas estaduais.
- Participação no Programa de Melhoria da Qualidade de Ensino para o 1º e 2º graus, referente à área técnica.

C.8 Ensino Religioso

- Realização de 05 (cinco) Encontros de Professores de Ensino Religioso, nas seguintes localidades: Rio Grande, Pelotas, Passo Fundo, Erechim, Santa Rosa.

C.9 Educação Indígena

- Realização de reunião para elaboração da proposta pedagógica para as escolas indígenas do RS, na localidade de Passo Fundo, 7ª DE.

C.10 Centro de Planejamento e Pesquisa

- Encontro com Grupo de Programação e Finanças, envolvendo 90 assessores técnicos das DES e chefias pedagógicas. Visitas às DES com vistas ao assessoramento na área de planejamento e programação.
- Descrição e análise da realidade educacional efetivadas e concluídas em 29 DES, encaminhadas à UFRGS (Faculdade de Educação) para impressão, conforme acordo efetuado em 1989 entre SE e UFRGS.
- Elaboração e divulgação de 03 cadernos - subsídios ao Planejamento Pedagógico, sobre Ação Supervisora - , Sistema de Avaliação do Ensino Básico, Expectativas regionais para desenvolvimento da área pedagógica (exercício 1993).

- **Elaboração e divulgação do relatório de pesquisa do Sistema de Avaliação do Ensino Básico, ciclo 1990:** SENEb/MEC/SE/RS na Diretoria Pedagógica/SE, para o Conselho de Secretários Municipais de Educação, Conselho Estadual de Educação, à Diretoria Pedagógica, ao Departamento de Ensino, aos Coordenadores Pedagógicos das DEs e para o Encontro Nacional do INEP (Belo Horizonte).

C.11 Departamento de Inspeção Escolar

- Acompanhamento e controle pelos Inspetores e Supervisores da Secretaria da Educação e Delegacias de Ensino da execução dos programas desenvolvidos nos diferentes graus e níveis de ensino, através de visitas realizadas às Delegacias de Educação e Escolas, averiguações sumárias, sindicâncias, reuniões e encontros.
- Participação na Comissão de Estágio Probatório.
- Participação na Comissão de Inscrição aos Exames Supletivos.

C.12 Departamento de Educação Especial

- Realização do censo em 100% dos Municípios do Estado, através das Delegacias de Educação e DDE, para identificação das reais necessidades quanto à Educação Especial.
- Expansão da rede, bem como da oferta de Inspeção e Supervisão, junto às classes especiais, através da realização de 04 encontros com Supervisores da Educação Especial das DEs, com participação de 50 supervisores, beneficiando 9.000 alunos; 20 visitas em Municípios diversificados, para orientações das diretrizes da Educação Especial; preparação de recursos humanos, realizações de estágios; ciclos de estudos sobre autismo e criação de CIEP Especial.
- Aquisição de material didático, equipamento e material permanente para 05 Escolas Especiais, 167 Classes Especiais para Deficientes Mentais.
- Atendimento para 12 alunos, através de Curso de Educação Rural, para deficientes visuais e 6 acompanhantes, (Cachoeirinha);
- Encontros na área de Deficiência Auditiva, (Santa Rosa) 300 pessoas; área de Deficiência Visual (Porto Alegre) 150 pessoas; área de Deficiência Mental (Porto Alegre) 300 pessoas.
- Realização de Cursos:
 - áreas de Deficiência Mental, Auditiva e Visual e na área do Superdotado,

- (Santa Cruz do Sul) para 30 professores;
- área de Deficiência Auditiva, Visual e Deficiência múltipla, (Porto Alegre), atingindo 80 professores;
- áreas de Deficiência Mental e Auditiva (Osório) para 60 professores;
- área de Deficiência Mental e Múltipla (Frederico Westphalen) para 50 professores;
- área de Deficiência Mental (Carazinho) para 50 professores;
- painel sobre Estimulação Precoce, para 150 participantes;
- curso de Atualização sobre Profissionalização e Pré-profissionalização para 28 professores, beneficiando 280 alunos.
- Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa Científica, mediante a elaboração de um documento, tendo em vista o Projeto "Desenvolvimento de recursos médios, psicológicos e informáticos, para integração social do portador de deficiência auditiva" (UFRGS e SE), abrangendo 30 alunos surdos, 15 professores e técnicos.
- Prestação de atendimento indireto a instituições/escola que desenvolvem a Educação Especial, na forma de Auxílios e Subvenções, conforme autoriza o Artigo 213 da Constituição Federal, concretizando-se mediante o apoio financeiro dos recursos do Estado em 116 APAES, constituídos por 9.000 crianças-aluno portadoras de Deficiência Mental e Múltipla.

C.13 Departamento de Ensino Supletivo

- Capacitação de Recursos Humanos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos para Centro de Ensino Supletivo (05 encontros);
- apoio e fornecimento de material didático, equipamentos e livros para Centros e Núcleos de Ensino Supletivo, como papel, lápis, borracha, televisores, videocassetes, microcomputadores, impressoras, fita crepe, fita cassete, fitas gravadas, módulo de bibliografia técnica;
- produção, reprodução e distribuição de módulos de ensino, nas disciplinas de 1º Grau para apoiar o Ensino Supletivo;
- assessoramento técnico e execução dos projetos de cooperativismo, geração de renda, recuperação do solo para Ensino Supletivo rural;

- assessoramento técnico na instrução de processos do funcionamento do Ensino Supletivo;
- realização de Exames Supletivos: em Educação Geral, 1º e 2º Graus (02), em Qualificação Profissional (02);
- implantação do sistema de informatização para emissão de certificados de 1º e 2º Graus do Ensino Supletivo.

C.14 Departamento de Estrutura e Funcionamento Escolar

- Elaboração da minuta de Regimento Outorgado para CIEP;
- análise e encaminhamento de pedidos de modificação na estrutura e funcionamento de escolas de 1º Grau (1456 processos) e 2º Grau (187 processos) em assuntos de criação de escola e/ou autorização, ampliação, transformação, extinção e cessação, bem como, reorganização de escolas (88 processos);
- análise e encaminhamento de regimentos outorgados (233 processos);
- análise e encaminhamento da vida escolar do aluno e controle escolar de atos legais (96095);

C.15 Departamento de Assuntos Universitários

- Renovação de 102 bolsas a professores da rede pública que freqüentam cursos de licenciatura;
- elaboração e publicação de 200 exemplares do documento "Estatísticas básicas do Ensino Superior-RS-1991";
- instrução quanto ao 0,5% da receita líquida prevista na Lei 9023/91 (30 processos);
- renovação de 515 cedências de professores e 40 novas às Instituições de Ensino Superior;
- assessoramento na elaboração e implantação de Projetos de Melhoria da Qualidade do Ensino, através de 40 visitas às DEs;

D - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

D.1 Centro de Ciências do Estado do Rio Grande do Sul

- Produção de textos instrucionais e de técnicas de ensino para apoio ao trabalho de docentes, em Matemática e Ciências, divulgados pelas Delegacias de Educação às Escolas, com publicação na Revista do

- Ensino e divulgação no Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa - INEP.
- Apoio à realização do IX Simpósio Sulbrasileiro do Ensino de Ciências.
- Elaboração e publicação do livro "Biologia Humana - um estudo teórico - prático".
- Encontro Estadual de Supervisores e Coordenadores de Feira de Ciências, com participação das 29 Delegacias de Educação e Diretoria de Divisão Escolar de Porto Alegre.
- Realização de 07 feiras regionais de Ciências no interior do Estado.
- Aquisição de equipamento de laboratório para Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus das 29 Delegacias de Educação, com a distribuição de 404 kits básicos.
- Realização de oficinas de Ciências, para organização e consolidação de grupos de estudo nas 20 Delegacias de Educação.
- Participação no desenvolvimento de Programa Nenhum Adulto Analfabeto.
- Participação em encontros, seminários e debates sobre Educação Ambiental e assuntos ligados à área de Ciências.
- Realização de 07 cursos sobre metodologia do Ensino de Ciências e de Matemática Experimental.
- Assessoramento às Delegacias de Educação, órgãos municipais e instituições, de caráter administrativo-pedagógico.

D.2 Departamento de Assistência ao Educando

- Promoção de condições favoráveis de permanência no Sistema Educacional e melhorias na qualidade de vida, visando à promoção social e da saúde, extensiva à família e a comunidade, através da manutenção da infra-estrutura dos serviços das áreas de saúde, alimentação e assistência escolar, a 100% do alunado da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul.
- Aquisição e distribuição de aparelhos corretivos; produção de folhetos sobre Grêmios Estudantis; repasse financeiro a 07 Casas de Estudantes Autônomas; atendimento e tratamento a 160 escolares portadores de necessidades especiais, via convênios com clínicas; armazenamento, distribuição e supervisão dos alimentos da Merenda Escolar; racionalização da distribuição alimentar por meio da informatização; realização de entrevistas para a seleção de estagiários em nutrição; contratação de 01 (um) prestadora de serviços para transporte da Merenda Escolar; contratação da CONAB

- para efetuar a armazenagem dos alimentos, dentro dos critérios de sanidade; confecção de 200.000 carteiras de saúde; atendimento médio de 1.200 alunos, com serviços médicos especializados em neurologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e cardiologia; aquisição de anestésicos para odontologia e outros medicamentos.
- Concessão de Bolsas de Estudos a alunos carentes e excedentes de escolas públicas e os amparados na Lei 5953-A/70 nos termos da Constituição Federal e Estadual, com a oferta de 3.677 vagas em escolas particulares de 1º e 2º graus, em contrapartida de cedência de professores estaduais (Proempa).
 - Compra de 2.121 vagas em escolas de 1º e 2º graus das Delegacias de Educação; realização de estudos conjuntos DOE/DAF, com vistas à projeção de plantas baixas das escolas sobre as áreas de nutrição; levantamento das necessidades de recursos humanos e materiais; levantamento de dados em escolas para um trabalho na área preventiva da adolescência, com atendimento e encaminhamentos para instituições disponíveis na comunidade; participação dos técnicos dos Centros do Adolescente no Comitê da Adolescência; realização conjunta com a União dos Escoteiros do Brasil para o acampamento escolar em janeiro/93; participação sistemática no Conselho Estadual do Idoso.
 - Realização de jornadas, cursos, encontros com merendeiras estaduais, municipais, coordenadores das SMECs, coordenadoras pedagógicas, nutricionistas; realização conjunta de 02 cursos com DRH de preparação para a aposentadoria; participação dos técnicos dos Projetos Adolescentes e Idosos em cursos, simpósios, congressos; realização da I Jornada de Saúde Escolar, com participação de odontólogos, médicos, psicólogos, enfermeiros, biólogos e reeducadores de todo o Estado; treinamento para 60 odontólogos sobre estratégias de trabalho; elaboração de textos técnicos/didáticos.
 - Atendimento às necessidades sócio-educativas nas Escolas Estaduais que mantêm o ensino de 1º e 2º graus, através do apoio financeiro às atividades desenvolvidas pelos Círculos de Pais e Mestres (doenças infecto-contagiosas e prevenção primária);
 - Repasse de verbas para 1.762 escolas de 1º e 2º graus, através do Círculo de Pais e Mestres.

D.3 Clube do Livro e Biblioteca Escolar

- Aquisição e distribuição de:
 - 21.604 livros técnico-didáticos para 20 Escolas Agrícolas;
 - 1.168 dicionários de língua estrangeira para escolas de 1º e 2º graus;
 - 117.789 livros técnico-pedagógicos para professores da pré-escola, de 1º e 2º graus, dentro do Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino;
 - 85.722 exemplares de livros de Literatura Infanto-Juvenil para escolas de 1º grau;
 - 4.670 livros de literatura geral para Escolas de Magistério e 2º Grau;
 - 760 mapas para Escolas de Magistério e 2º Grau;
 - 52.110 livros técnico-pedagógicos para escolas de 1º e 2º Graus;
 - 250 enciclopédias Barsa para escolas de 1º e 2º Graus;
 - 2.662 assinaturas da revista "Educação e Realidade" para escolas de 1º Graus;
 - 274 assinaturas do Jornal de Alfabetizadora para Escolas de 1º e 2º Graus;
 - Distribuição de 330.040 livros didáticos para escolas de 1º Grau pelo Convênio MEC/FAE/SE.

D.4 Centro de Apoio Tecnológico à Educação

- realização de Oficinas Pedagógicas, envolvendo professores da Rede Estadual de Ensino, em assuntos de História, Ciências, Educação Física, Cinema, Artes, Leitura e Produção Textual, Prática Pedagógica Construtivista, Matemática, Espacialidade, Gramática, Música no contexto Escolar, Alfabetização;
- realização de 29 cursos de atualização na área de Informática Educativa;
- aquisição de material de consumo com vista a atividades pedagógicas da Central de Apoio Tecnológico, à Educação e subcentros do Centro de Informática voltada à Educação, tais como, fitas para impressora, caixas de formulário contínuo, marcadores e apagadores de quadro magnético, lâminas de transparência, fitas de vídeo, baterias para filmadora, lâmpadas;
- distribuição de 32 microcomputadores IBM, 10 aparelhos de videocassete;
- aquisição e distribuição de equipamentos para subcentros, tais como: microcomputadores, videocassetes,

- televisores, microfones, fitas gravadas de coleção, quadros magnéticos, mesas para micros;
- aquisição de equipamentos CIED/Central de distribuição em Subcentros, tais como, cartuchos, "drives", abafadores de ruídos, aparelhos de ar condicionado, microcomputadores, chamadores para imprensa;
 - aquisição de equipamentos CRA/Central e Subcentros, tais como: televisores, "transcoder", videocassetes, microfones, "softwares" para bibliotecas;
 - aquisição e distribuição de bibliografia técnico-pedagógica às escolas e "softwares" para biblioteca de "softwares", Lotus 1.2.3, "Wordstar", "Front Runner", fitas de videocassete, televisores, "transcoder", tripé, caixa de som;
 - aquisição de fitas de vídeo gravadas para videoteca.

E - DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

E.1 Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos

- Realização de 117 reuniões de caráter técnico-administrativo sobre assuntos pertinentes às atividades do DDRH/SE.
- Realização de 09 cursos de capacitação de Recursos Humanos, segundo o Planejamento Estratégico 92/94, da Diretoria de Recursos Humanos - Previsão 92, para servidores e funcionários da Secretaria de Educação.
- Acompanhamento aos servidores com problemas de saúde, em avaliação médico-pericial e em processo de readaptação, com atendimento de apoio psicológico.
- Levantamento quantitativo e qualitativo dos trabalhos de consultoria escolar realizados pelas Universidades e outras Instituições, na Rede Estadual de Ensino.
- Realização da pesquisa científica para subsidiar ações a serem desenvolvidas no Programa Valorização da Vida - RS.
- Realização de pesquisa científica sobre a visão do educador frente à sexualidade.
- Atendimento institucional à 04 escolas estaduais de Porto Alegre, com a realização de Consultoria Escolar.
- Informatização e centralização de certificados, com vistas a atender o compromisso de moralização preconizado pela Secretaria de Educação.

- Atendimento a 383 estagiários, para acompanhar e orientar o processo de avaliação de seus desempenhos.
- Instrumentalização de educadores da Rede Estadual de Ensino, com subsídios teórico-científicos para a melhoria de sua formação pessoal e profissional, com a realização de um ciclo de palestras.
- Contratação emergencial de 2.307 professores, através da Lei 9.651/92.
- Realização de 8.485 nomeações de professores, entre regularização de situação funcional de contratados e nomeações novas.
- Nomeação gradativa de funcionários de escola, decorrente da realização de Concurso Público nas categorias de Servente, Merendeira, Secretário de Escola.
- Realização de Concurso Público para Bibliotecário, Agente de Portaria e Auxiliar de Serviços Escolares.
- Realização de novo Concurso Público para Magistério, áreas 1, 2 e 3.
- Em andamento a realização de Concurso Público para Técnico-Científico e Especialistas em Educação.
- Regularização da situação funcional dos professores cedidos às Instituições Particulares e de Ensino Superior.
- Estudo e análise para renovação dos acordos vigentes e com as Instituições de Ensino Superior e de denúncias existentes.
- Renovação de acordos com as APAEs/RS.
- Controle e acompanhamento da Rede de Escolas Estaduais quanto a recursos humanos.
- Definição de uma política de suprimento de recursos humanos específica para os assentamentos e acampamentos de colonos.

E.2 Departamento de Complexo de Pessoal

- Regularização da situação funcional dos servidores públicos lotados na Rede Estadual de Ensino.

E.3 Equipe de Controle de Cargos e Funções

- Análise de processos, encaminhamentos e soluções para atender à demanda de 8.500 sujeitos que são admitidos, promovidos ou remanejados em cargos de chefia ou de assessoramento, mediante trabalho de equipes, tais sejam:
 - Equipe de Protocolo (recebimento e expedição de processos, correspondência, coleta de dados para elaboração de levantamentos).

- Entrada: 8.585, Saída: 8.031,
Tramitando: 554.
- Efetuação de 500 atos de nomeação em CC e cargos com FG e de 400 atos de Dispensa - Exoneração em FG, CC.
 - Designação e dispensa de Diretores, Vice-Diretores dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de Ensino.

Designação - Diretor:	611
Vice-Diretor:	779
Dispensa - Diretor:	283
Vice-Diretor:	428

E.4 Núcleo de Apoio Administrativo - DRH

- Realização dos atos administrativo-financeiros referentes aos diversos departamentos e equipes do DRH.

E.5 Centro de Promoções do Magistério

- Levantamento da realidade atual e passada do Estágio Probatório dos Professores.
 - Discussão e definição dos princípios básicos norteadores de um Estágio Probatório.
 - Preparação de equipes administrativas das DES para orientação às 29 DES, referentes aos aspectos legais e fluxos de trabalho das Comissões COPROMAG, CPRE e CPQTG. Elaboração do manual de Instruções Técnicas da COPROMAG, encontro em POA com as equipes responsáveis nas DES pelas Promoções do Magistério.
 - Análise de documentos encaminhados à COPROMAG quanto a LAC, LI, DSO, DCO, LAP, com ou sem ônus para o Estado, bem como avaliação dos Professores do CL 50.
 - Análise de solicitações de alterações de níveis mediante o estudo de Certificados e Diplomas e posterior enquadramento na carreira pela equipe de apoio da CPRE:

Tramitação de processos:	
Entrada - iniciais:	2.068
retorno:	1.281
Saída - malote:	688
- outros:	113
- arquivo:	2.580
- Publicações:
- Alterações de nível: 2.565
 - Retificações: 72
 - Atualização dos registros de avaliação dos funcionários do Quadro Geral e Técnico Científico que atuam na SE e órgãos a ela ligados (DEs, Escolas) com universo de 6.917, que concorrem às promoções previstas na legislação.

F - DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

- Informatização dos dados relativos ao Repasse Trimestral de Verbas, aos Relatórios de Aplicação dos Recursos da Programação do Salário-Educação, demonstrativo do gasto direto e indireto com o aluno na escola da Rede Estadual de Ensino, controle dos gastos com prédios locados pela Secretaria da Educação, situação atual dos veículos automotores da Secretaria da Educação, Relatório de Execução das despesas em Educação, referente a obras escolares, apresentação da proposta orçamentária da SE para o ano de 1993, digitação de textos priorizados pela necessidade do serviço.

F.1 Unidade de Finanças

- Manutenção e conservação das escolas da Rede Pública Estadual, através do Repasse Trimestral de Verbas, em cumprimento ao que dispõe o Art. 202, parágrafo segundo da Constituição Estadual, num montante de Cr\$ 50.140.498.429,00 que, atualizado pelo IGP/DI de outubro/92 corresponde a Cr\$ 88.522.651.922,00.

F.2 Departamento de Obras Escolares

- Aquisição e/ou construção de prédios para sediar as Delegacias de Educação, dentro do Programa de necessidades para o desenvolvimento de Projetos de Prédios, envolvendo as Delegacias de Educação das seguintes localidades: Erechim, Ijuí, Gravataí, Osório, São Borja, São Luiz Gonzaga, Carazinho, Estrela (prédios locados).
- Ampliação e reestruturação dos prédios das Delegacias de Educação, nas seguintes localidades: São Leopoldo, Bento Gonçalves e Santa Rosa.
- Recuperação da rede física (conservação e manutenção) de 22 prédios das Delegacias de Educação.
- Construção de 09 (nove) Casas da Criança, utilizando dotação orçamentária do Projeto Guerra à Miséria, do Conselho de Apoio a Ações Comunitárias do Gabinete da 1ª Dama do Estado do RS.
- Conclusão da construção de 09 CIEPs.
- Obras em andamento em 13 CIEPs.
- Início de obras em 17 CIEPs.
- Obras licitadas em 05 CIEPs.
- Implantação e estudos para entrada do processo de licitação de 40 CIEPs.
- Manutenção, conservação e recuperação da Rede Estadual de Ensino através do projeto Mutirão.

- Recuperação da parte física das escolas técnicas.

F.3 Departamento de Manutenção Escolar

- Aquisição de material mobiliário e equipamentos gerais para prover o Órgão Central e sede das Delegacias de Educação.
- Aquisição de 60 kombis para a Secretaria da Educação e Delegacias de Educação.
- Aquisição de 01 caminhão para entrega de mercadorias na Secretaria da Educação e Delegacias de Educação.
- Aquisição de 02 FAX para agilizar as comunicações entre fornecedores, demais Secretarias e Estados.
- Informatização do controle patrimonial da Secretaria da Educação, pelo Sistema PAT.
- Suprimento das Escolas Públicas de 1º Grau com material didático, equipamentos, material permanente e mobiliário, como:
 - conjuntos escolares (mesas e cadeiras para o aluno);
 - mesas para o professor;
 - ventiladores;
 - bebedouros;
 - kit para secretaria;
 - quadros verdes;
 - armários;
 - mesas para leitor;
 - estantes de biblioteca;
 - máquinas de escrever;
 - máquinas de calcular;
 - mimeógrafos;
 - extintores de incêndio;
 - material para elaboração da merenda escolar;
 - aquisição de mobiliário e equipamento dos CIEPs localizados nos seguintes municípios: Quaraí, Uruguaiana, Santa Maria, Camaquã, Cerro Largo, Santiago, Dom Pedrito, Três de Maio, Palmeira das Missões e Porto Xavier.
 - aquisição parcial do mobiliário para o CIEP de Ensino Especial, localizado no município de Cruz Alta.

F.4 Unidade de Serviços Gerais

- Execução de ações administrativas de pessoal, finanças, material e patrimônio e serviços gerais.
- Prosseguimento ao Projeto Nenhuma Escola sem Telefone.
- Implantação do Projeto ÔNIBUS/CEASA - recuperação e adaptação dos veículos para transporte escolar.

G - SUBSECRETARIA DE DESPORTOS (SUDESP)

- Promoção, coordenação e participação em atividades, propiciando à comunidade escolar o acesso a momentos de recreação, cultura, esporte e lazer.
- Atendimento mensal a crianças com atividades físicas motoras de base, na faixa etária dos 04 aos 05 anos.
- Atendimento semanal a pessoas da comunidade, com atividades físicas.
- Manutenção das colônias de férias da comunidade escolar gaúcha: Colônia de Ar e Sol e Recreação e Lazer na Serra.
- Apoio ao desporto amador, nas modalidades de Atletismo, Basquetebol, Futebol de Campo, Judô, Handebol, Voleibol, Ginástica Olímpica, Ginástica Rítmica Desportiva e Dança Contemporânea.
- Realização de Supervisão em escolas estaduais de 1º e 2º Graus.
- Apoio técnico ao Conselho Regional de Desportos.
- Realização de encontros e reuniões com coordenadores e supervisores de Educação Física do Rio Grande do Sul.
- Distribuição de kits esportivos para 645 escolas estaduais.
- Realização dos XXI Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS.
- Representação nos XI Jogos Estudantis Brasileiros, em Blumenau/SC.
- Representação no 1º Jogo Aberto Brasil-Sul em Pato Branco/PR.
- Representação no 1º Jogo do Conesul em Santiago do Chile.
- Realização do 1º Jogo da Criança.
- Treinamento para 170 acadêmicos de Ed. Física para desempenho nas atividades de Recreação e Lazer no Litoral.
- Treinamento de 276 professores para atuação em recreação escolar.
- Atendimento a deficientes físicos matriculados na Rede Estadual de Ensino para participação em competições em nível regional, nacional e internacional.

- Realização de Jogos Intermunicipais e Rurais no Rio Grande do Sul.
- Manutenção e conservação do Parque Náutico de Porto Alegre, do Museu do Desporto, do Centro Estadual de Treinamento Esportivo e da Biblioteca.

1.1 - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE AO SUPERDOTADO NO RIO GRANDE DO SUL (FADERS)

- Divulgação às instituições e comunidade dos serviços prestados, através de folder, notícias, malas diretas e visitas.
- Realização de visitas a municípios do interior do Estado, através do projeto de sensibilização FADERS/FAMURS.
- Promoção de encontros e palestras e da Semana do Excepcional no Rio Grande do Sul.
- Prestação de Assessoria Técnica a APAEs e Secretarias Municipais de Educação.
- Promoção de cursos de treinamentos.
- Promoção do I Seminário Nacional em Educação Especial e VI Encontro Estadual da ABDM - Capítulo/RS.
- Realização de visitas a escolas estaduais de Ensino Especial de Porto Alegre.
- Realização de convênios e acordos, com vistas à complementação do atendimento pedagógico na área de Saúde.
- Concessão de auxílio financeiro a instituições-escola.
- Concessão de subvenções sociais a instituições-escola.
- Atendimento a familiares de pessoas portadoras de necessidades especiais, matriculados nos Centros e Escolas da FADERS.
- Realização de visitas a creches, escolas regulares e escolas técnicas para levantamento de recursos institucionais existentes.
- Levantamento censitário de pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Prestação de atendimento direto nas áreas de Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Esporte, Recreação, Lazer e Reabilitação a pessoas portadoras de necessidades especiais.

- Implementação dos serviços prestados pelas Unidades de Atendimento da FADERS.
- Manutenção e implementação de 13 Oficinas Pedagógicas e/ou Abrigadas nos Centros e Escola da FADERS.
- Promoção de inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.
- Conclusão das obras do Centro Abrigado da Zona Norte.
- Aquisição de equipamento, material permanente e de consumo.

1.2 - FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

- Manutenção de 2.233 matrículas nos Cursos Técnicos de Eletrônica e Mecânica.
- Manutenção de matrículas, por semestre, no Curso Técnico em Segurança do Trabalho.
- Estabelecimento da metodologia e do currículo das disciplinas dos cursos oferecidos.
- Realização do programa de aperfeiçoamento docente.
- Participação de docentes e servidores em encontros e cursos externos.
- Aquisição de equipamentos e material de consumo.
- Conservação dos prédios.

2 - SECRETARIA DA CULTURA (SEDAC)

- 2.1 - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)**
- 2.2 - Fundação Theatro São Pedro (FTSP)**
- 2.3 - Fundação Piratini-Rádio e Televisão Educativa (FP-RTE)**
- 2.4 - Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)**

À Secretaria de Estado da Cultura compete formular, coordenar e promover a política cultural do Rio Grande do Sul, aglutinando as ações dos órgãos e entidades que atuam neste âmbito, de acordo com as aspirações dos diversos segmentos culturais do Estado, e ao mesmo tempo, observando as diretrizes governamentais.

Com o intuito de cumprir com as atribuições da Secretaria e com as metas e programas referidos no Plano de Governo do Povo Grande do Sul para a Cultura, foram desenvolvidas ações e projetos artístico-didático-culturais voltados à comunidade gaúcha e em conformidade com as diretrizes estipuladas pela Política Cultural adotada na Administração Estadual. Neste sentido, registram-se como ações prioritárias desenvolvidas:

- realização de exposições de artistas plásticos gaúchos, nacionais e internacionais, bem como apresentações musicais e teatrais no Interior, formando um circuito de apresentações culturais nas diversas regiões do Estado;
- realização de atividades voltadas para o intercâmbio de valores e expressões regionais, através da itinerância pelos municípios gaúchos e valorização do artista com o programa Encontros com a Cultura do Interior, espaço para apresentação e projeção da expressão artística interiorana, na Casa de Cultura Mário Quintana;
- realização de exposições coletivas e individuais com valores regionais, nacionais e internacionais, bem como apresentações musicais, oportunizando à comunidade gaúcha o convívio com artistas de reconhecida expressão nacional e internacional, a exemplo de Carlos Fajardo, Nuno Ramos e o pianista Amaral Vieira bem como a realização da Semana Lupicínio Rodrigues;
- realização de mostras internacionais de arte judaica, japonesa, alemã, portuguesa e uruguaia;
- criação do Centro de Desenvolvimento da Dança do Rio Grande do Sul e Centro de Estudos, Documentação e Artes Cênicas do Estado;

- mostra de Artes Cênicas no Litoral;
- verão Cultural, com aproximadamente 200 espetáculos em municípios do Litoral do Estado, proporcionando mercado de trabalho para os profissionais gaúchos e lazer para a comunidade rio-grandense nos meses de verão;
- institucionalização do Ano Estadual das Artes Cênicas, por decreto governamental;
- realização de Festivais de Teatro e Dança na Capital e Interior do Estado, e circulação de espetáculos e oficinas teatrais;
- espetáculos de dança com apresentação de bailarinos de projeção nacional, a exemplo de Ana Botafogo in Concert (primeira bailarina do Teatro Municipal do Rio de Janeiro) e do primeiro bailarino do New York Ballet, Med Bahiri;
- assessoramento técnico a municípios, levantamento e cadastramento dos bens imóveis do Estado, realização de palestras e cursos de orientação à preservação do patrimônio cultural, tombamento de prédios significativos para a memória do Estado, tombamento da Mata Atlântica e declaração de Cidade Histórica para o município de Rio Grande;
- reativação das atividades e funcionamento do Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves da Silva, instituição cultural sediada no município de Cristal;
- desenvolvimento de programas de trabalho, através de oficinas, palestras, encontros, festivais, seminários, recitais, apresentações teatrais e musicais no Interior do Estado, de forma a subsidiar a ação cultural de cada município, possibilitando o crescimento e atualização dos valores e expressões regionais, bem como a apresentação das manifestações artísticas das regiões na Capital do Estado;
- reativação dos sistemas estaduais de bibliotecas públicas e museus;
- edição e publicação de obras literárias integrando as Coleções Rio Grande Político, Latino-América, Estado/Interior e Cultura. Foram editados 20 títulos com um total de 40.000 exemplares;
- publicações periódicas e sistemáticas do Boletim Informativo Trinta Dias de Cultura e Suplemento Cultural O Continente, com tiragem de 15.000 exemplares de cada edição bimestral;
- renovação do acervo de bibliotecas públicas (recebimento de doação de 6.000 volumes);

- reativação do Carro Biblioteca (biblioteca ambulante que presta atendimento à população da periferia, praças e vilas carentes da região metropolitana);
- realização de programas radiofônicos "Os Gaúchos e a Legalidade", transmitido por 200 emissoras do Estado;
- criação do Museu de Arte Contemporânea do Estado (Decreto nº 34.205, de 04.03.92);
- instalação da Academia Rio-grandense de Letras em espaço cedido pelo Estado;
- ampliação da área de exposição do Museu de Arte do Rio Grande do Sul;
- climatização da Sala de Reserva Técnica do MARGS. Reciclagem e reforma dos espaços de pinacotecas, galerias e salas do Museu;
- realização do Fórum Estadual de Museus, reunindo os museus do Estado, com o ensejo de traçar linhas básicas de ação e diretrizes normativas para o funcionamento dos mesmos, através do Sistema Estadual de Museus;
- realização de convênios, firmados com entidades públicas e privadas, para viabilização de bibliotecas, ampliação de espaços para exposições, museus e casas de cultura nos municípios do Interior;
- realização de intercâmbio cultural com os países vizinhos, especialmente Uruguai e Argentina, com a participação de grupos de teatro e dança, escritores e artistas gaúchos em festivais de dança, encontros de teatro, semanas de integração cultural e encontros literários em Corrientes (Argentina) e Maldonado (Punta-del-Este, Uruguai). Ainda a Cavalgada Internacional da Paz (La Plata), Seminário de Literatura e Bibliotecas Infanto-Juvenis da América Latina, Seminário Internacional da Cultura Íbero-Americana - Concentração Cone Sul, encontros de artistas plásticos argentinos e gaúchos, Feira do Livro Latino-Americana, edição de obras da Coleção Latino-América, com publicações de 5 títulos de autores argentinos e uruguaios, incluindo uma Antologia de Autores Uruguaios;
- promoção do intercâmbio e integração cultural com os países do Cone Sul, estabelecendo um sistema de reciprocidade, com participação em projetos conjuntos, à exemplo do Núcleo Cultural Internacional criado entre Brasil e Argentina, visando a integrar as comunidades de Uruguiana e Paso de Los Libres;
- implantação de 112 núcleos culturais, objetivando estimular, em cada município, uma organização que congregue todos os segmentos da comunidade. Estes núcleos desenvolvem trabalho integrado com os Centros

Regionais de Desenvolvimento, já estando implantados em 14 destes centros, e já realizadas 41 oficinas, desenvolvendo encontros semanais, oficinas e palestras, atingindo 4.107 (quatro mil, cento e sete) participantes, diretamente beneficiados;

- criação do Núcleo Cultural Internacional, integrando Brasil e Argentina, através de Uruguaiana e Paso de Los Libres;
- realização de exposição fotográfica montada pelo Museu de Arte do Rio Grande do Sul, intitulada Arquipélago dos Açores: um Elo com o Passado, promoção conjunta do Governo do Estado e Governo da Ilha dos Açores (Portugal);
- inventário de regiões farroupilhas, com registro do acervo histórico remanescente da Revolução, com cadastros e registros fotográficos de bens móveis e imóveis dos municípios de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Mariana Pimentel, São Jerônimo, Sertão Santana, Tapes e Triunfo;
- regulamentação do Conselho Estadual de Cultura, pelo Decreto nº 34.416, de 24 de julho de 1992;
- conclusão das obras de restauração do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa;
- restauração do prédio do Museu de Arte do Rio Grande do Sul;
- construção da sede da Biblioteca Pública Romano Reiff, Bairro IAPI, em Convênio com o Lions Clube;
- aquisição e recuperação do prédio do Teatro da FOSPA;
- reconstrução e restauração do Museu do Carvão em Arroio dos Ratos;
- reconstrução do prédio anexo ao Museu Júlio de Castilhos.

As realizações da área cultural num total de 56.172, atingiram um público de 31.449.817 pessoas, com um variado tipo de atividades.

2.1 - FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA)

No período de 1992, a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre desenvolveu e ampliou sua área de atuação, articulando sua atividade-fim, que é a promoção de concertos, com as atividades-meio, necessárias à consolidação e ao bom desempenho de todo seu organismo.

As apresentações da OSPA, ao longo dos anos podem ser divididas em dois grupos: os concertos oficiais, realizados no Teatro da OSPA, todas as terças-feiras, março a dezembro, cumprindo a programação dirigida prioritariamente aos sócios contribuintes, e os concertos especiais, atendendo a solicitações de participação em eventos e locais variados. Nos dois casos, os concertos trazem sempre a atração de um solista ou regente convidado, na maioria das vezes, patrocinados por empresas privadas.

Além desses dois grupos, também são importantes os projetos especiais, como os Concertos para a Juventude, em convênio com a Secretaria Estadual da Educação, um trabalho didático realizado com as escolas da Capital e do Interior; os concursos Jovens Solistas, em que os primeiros colocados têm a oportunidade de tocar com a Orquestra Sinfônica; as apresentações no Interior do Estado e até em outros Estados, como foi o caso do Rio de Janeiro (ECO/92), na Sala Cecília Meireles.

Consciente de seu papel como agente de cultura, e atenta às exigências e necessidades da sociedade, a OSPA realiza também concertos em praças públicas, estádios esportivos, praias, escolas, museus, fábricas, centros comunitários e prédios públicos.

Com um menor número de apresentações, há ainda a Orquestra de Câmara, que passa por uma reestruturação, o Coral Sinfônico da OSPA e a Escola de Música.

Na Escola de Música, são ministradas aulas de teoria e solfejo, violino, viola, contrabaixo, clarineta, harpa, tímpano, trompete e canto.

A Escola de Música tem como objetivo formar músicos profissionais que estejam em condições de suprir as necessidades da Orquestra Sinfônica, Orquestra de Câmara, Escola de Música e Coral Sinfônico.

As aulas, de caráter gratuito, vêm formando profissionais que, atualmente atuam na Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, orquestras sinfônicas de outros estados e até mesmo de nível internacional.

Totalizando 66 concertos para um público de 102.000 ouvintes, a OSPA realizou neste ano:

- concertos oficiais - 32

- concertos Série Jovens Solistas - 05
- concertos especiais - 13
- concertos no Interior do Estado - 04
- concertos para Juventude/SEC "OSPA VAI Às ESCOLAS" - 10
- OSPA no Brasil (ECO/92) - 01

As apresentações da Orquestra de Câmara, em número de duas, contaram com um público presente de 1.200 ouvintes.

2.2 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

A programação do Teatro São Pedro, em 1992, marcou destacada presença na cultura artística gaúcha em vários momentos, apresentando em seu palco nomes significativos no teatro nacional, como Fernanda Montenegro, Paulo Gracindo, Nathália Timberg, Regina Duarte e outros, bem como diretores conceituados e textos clássicos bastante famosos, a exemplo de "A vida é Sonho", de Dom Calderon de La Barea, e "A vida como ela é", de Nelson Rodrigues, com público superior a 36.000 expectadores.

Os espetáculos teatrais de 92 foram representados aqui pela produção nacional através de 12 peças adultas vindas do centro do País e 4 locais, mostrando ao público a capacidade de seus atores e diretores.

O teatro local, agora com seu espaço assegurado pelo edital semestral do Instituto de Artes Cênicas, da Secretaria da Cultura, teve seu momento especial com o VII Encontro Renner de Teatro.

Também o teatro infantil teve sua participação nas atividades do teatro, propiciando ao público mirim deliciosos momentos de grande diversão, com um público de 8.173 expectadores.

Além das peças teatrais, foram registradas neste ano, atividades de música, dança, exposições, lançamentos culturais, audiovisuais e oficinas. A música popular e a clássica, produzidas na cidade, estiveram lado a lado na programação do Teatro, desempenhando um papel significativo para a formação dos músicos gaúchos, conquistando espaços para a execução de shows, concertos e recitais, para um público superior a 15.000 expectadores. A música erudita no Teatro São Pedro se destacou principalmente pelas atividades da Orquestra de Câmara Teatro São Pedro que, durante este ano apresentou dois concertos mensais, sendo um de entrada franca. Os solistas que acompanharam a orquestra vieram de várias orquestras internacionais, como

o clarinetista americano Gary Drench, o norueguês Ole B hn e The Joiner Duo que, no concerto de dezembro, acompanhou a orquestra, um como solista (violino) e outro como regente. Também em 1992, registra-se a participação da Orquestra no II Festival Internacional de Música da Costa Rica, reafirmando cada vez mais sua posição de centro cultural do Estado.

2.3 - FUNDAÇÃO PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA (FP-RTE)

Em seu trabalho junto à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, a Diretoria da Fundação buscou, nestes 12 meses, imprimir características de profissionalismo e qualificação de seus veículos de comunicação - TVE e FM Cultura. Este trabalho iniciou como um desafio e hoje, com o reconhecimento público, reafirma a convicção de que o Estado do Rio Grande do Sul tem condições de sediar uma emissora educativa, com programação qualificada e com o compromisso de tornar a TVE uma emissora útil e comunitária.

Nestes 12 meses, este trabalho seguiu o objetivo permanente de transmitir ao público a melhor informação jornalística e cultural, com isenção e profissionalismo, com coberturas ao vivo, fazendo com que a TVE e FM Cultura se transformassem em canais de acesso às produções culturais de todo o Estado.

Hoje, a TVE conta com 25 retransmissoras no Interior, atingindo 70% da população.

Num universo de 9.128.000 habitantes, podemos considerar que a TVE/RS soma 6.389.600 telespectadores ativos, participando, opinando e fazendo sua programação.

A programação local "exporta" a cultura do Estado para 22 emissoras que integram o SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, com os programas Pandorga e Galpão Nativo e alguns especiais, como Açores.

Ainda como parte de sua expansão, assinou convênio com a Universidade de Santa Maria para a implantação de uma TVE naquele município. Este convênio é o primeiro de uma série que a TVE pretende realizar, visando transmitir aos telespectadores do Interior as informações da Capital, como também a do município.

Somando às conquistas já enumeradas, a Emissora recebeu, durante este ano, o Troféu Destaque Gaúcho Empresarial, Prêmio Administrativo Comercial e Industrial do Rio Grande do Sul, o Prêmio Destaque Viamão/92 e o Troféu Destaque Empresarial Del Cone Sul.

Após 12 meses de trabalho, a Fundação Rádio e Televisão Educativa produz 65% de sua programação, apresentando 11 programas educativos locais dos 18 veiculados na emissora.

De toda a programação apresentada na TVE, 26 programas são feitos por profissionais locais, somando 300 horas semanais de produção.

A TVE é hoje a segunda Televisão Educativa do Brasil, perdendo apenas para o maior complexo de televisão do gênero, que é a TV Cultura de São Paulo.

O Telejornal Hoje da TVE, envia matérias produzidas aqui para a TV Cultura de São Paulo, TV Nacional de Brasília, TVE do Rio de Janeiro e Rede OM de Televisão.

Foram cedidas, também, imagens de partidas de futebol para as emissoras comerciais da Capital, como TV Guaíba, TV Pampa, TV Bandeirantes, RBS TV e Rede OM de Televisão.

Entre as produções locais está o programa jornalístico "7 NO AR!" que, além de ser o maior programa de variedades da TVE, é o líder em audiência em seu horário em produção local. Para o sucesso deste programa contribuíram a seriedade e competência dos profissionais envolvidos.

Para o público jovem, a TVE lançou o programa Radar. Programa de auditório em que estudantes e jovens em geral participam ativamente dos debates diários sobre temas polêmicos de interesse da juventude.

A TVE continua dando ênfase ao esporte, efetuando cobertura para Porto Alegre e Interior, dos jogos de campeonatos amadores, além dos profissionais, realizados no Estado. A TVE destaca também outras modalidades, tais como futebol, basquete, vôlei, natação, automobilismo e outros.

Com o intuito de modernizar-se devido à rapidez com que novas técnicas são implementadas no setor de telecomunicações, está sendo implantado um programa de aquisição de modernos equipamentos, que visa a reformas na unidade de externas da TVE, como novo projeto de vídeo, áudio, energia e comunicação e complementação do sistema de áudio e transmissão da FM Cultura.

Neste ano, a FM Cultura definiu e valorizou a cultura local, consolidando um novo modelo de atuação no mercado. Associada a órgãos, fundações e entidades para trabalho conjunto, cujo objetivo comum é a educação pela arte e cultura, reformulou seu modelo de programação e postura de apresentação perante o público gaúcho.

2.4 - FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (IGTF)

O Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore foi criado pela Lei nº 6.736, de 19 de setembro de 1974, sancionada na data simbólica de 20 de setembro do mesmo ano. O Decreto-Lei nº 26.613, de 27 de dezembro de 1974 aprovou seus estatutos.

O IGTF foi criado para institucionalizar e colocar em bases científicas um trabalho de alta repercussão e de profunda expressão social no campo da cultura popular, o que vem realizando ao longo de seus 18 anos de existência.

O apoio incontestado a todas as atividades do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) (entidade que congrega mais de 1.500 Centros de Tradição Gaúcha - CTGs, com mais de 2, 5 milhões de associados) tem levado o IGTF a promover conjuntamente eventos como o Festival Gaúcho de Arte e Tradição (FEGART) que, sem sombra de dúvidas, se constitui no maior festival folclórico da América Latina, com a participação direta de 1.300 artistas e um público presente de 60.000 espectadores. Na área do folclore, mantém um trabalho constante de pesquisas, realizações e apoio a festividades populares, com mostra de folclore de grupos sociais de origem africana, alemã, italiana, eslava, polonesa, síria, árabe, asiática e de todas as correntes étnicas que enriquecem a demografia gaúcha.

Tem em sua estrutura duas áreas de atuação: produção e divulgação. A primeira conta com os setores de pesquisa, documentação e editoração. A segunda com a biblioteca/hemeroteca, museu, promoções e comercialização. A pesquisa elabora estudos e projetos sobre a cultura popular sul-rio-grandense, coletando fatos folclóricos carentes de bibliografia técnica, posteriormente avaliados e catalogados. Toda esta documentação conta com um acervo de aproximadamente 5.500 slides, 8.400 fotografias e 540 fitas e filmes.

A editoração busca formas de divulgar nossa cultura espontânea, transferindo para o grande público pesquisas concluídas pelo IGTF ou editando autores com obras de relevante valor. O IGTF tem 6 coleções distintas: Etnias, Folclore na Escola, Cadernos Gaúchos, Estante Continentina, Esparsos e Folhetos, contando com um total de 21 títulos publicados, além de várias obras prontas para impressão.

A biblioteca/hemeroteca presta um atendimento permanente, oferecendo acervo especializado com mais de 3.000 livros de folclore, tradicionalismo, história e cultura do Rio Grande do Sul, tendo, recentemente, incorporado ao seu acervo mais de 2.400 teses dos cursos de Pós-Graduação em Folclore e História.

O Museu do Instituto coordena Mostras de Indumentária do Ciclo Farroupilha, Mostra do Folclore Infanto-Juvenil, Mostra de Presépios e material sobre Ergologia e Tecelagem, montadas em diversas cidades e estados, conforme solicitações.

Em 1992, foi assinado pela Direção do Instituto, Secretaria do Planejamento e da Administração, Secretaria da Cultura e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, o Protocolo de Gestão, que tem como objetivo definir responsabilidades e assegurar a implantação das medidas constantes do relatório elaborado pelo Grupo de Estudos e Grupo Setorial do Programa de Reforma Administrativa do Poder Executivo. Como primeiro passo, está sendo ultimada a passagem e transferência de responsabilidade para o IGTF, do Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves da Silva, situado no município de Cristal.

Dentre as ações mais importantes em 1992 destacam-se:

- Mostra de Folclore Infanto-Juvenil;
- Mostra Didática de Indumentária do Ciclo Farroupilha;
- Mostra de Presépios;
- 37º Congresso Tradicionalista em Pelotas;
- Montagem do Acervo, Tombamento e Catalogação do Museu do "35" CTG;
- Semana Santa de Canela;
- VII Rodeio Crioulo de Capão da Canoa;
- 35ª Convenção Ordinária do MTG em Jaguarão;
- 34ª Convenção Extraordinária Gaúcha do MTC em Santo Ângelo;
- 22º Concurso de 1ª Prenda do Estado do RS em Novo Hamburgo;
- Folclore Aplicado à Educação;
- Introdução ao Folclore;
- Cultura Açoriana;
- Indumentária Gaúcha;
- Danças Gauchescas;
- Folclore, Regionalismo e Tradicionalismo;

- Cultura Sul-Rio-grandense;
- Ciência do Folclore;
- 17ª Semana do Folclore;
- Semana Farroupilha - coordenação das comemorações no Estado;
- 7ª Festival Gaúcho de Arte e Tradição (FEGART) em Farroupilha;
- 38ª Feira do Livro de Porto Alegre;
- Cultura Espontânea do Vale do Rio dos Sinos;
- Cultura Espontânea em Osório;
- O Folclore de Mostardas;
- 8ª Reponte da Canção Crioula em São Lourenço;
- 4ª Tafona da Canção Nativa em Osório;
- 13ª Tertúlia Nativista em Santa Maria;
- 9ª Mi-Maior de Gavetão - Concurso de Trovas em Sapucaia do Sul;
- 3ª Canto Alegretense em Alegrete;
- 3ª Festival Nativista Coxilha Negra em Butiá;

**3 - SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO
AMBIENTE (SSMA)**

A SSMA tem como atribuições:

- formular e incrementar a política estadual de saúde;
- coordenar o Sistema Único de Saúde no âmbito estadual;
- promover, assessorar e apoiar a municipalização da saúde;
- coordenar e gerir a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros;
- gerir sistemas públicos de alta complexidade tecnológica, de referência estadual e regional;
- produzir imunobiológicos, medicamentos, insumos laboratoriais e farmacêuticos;
- formar e capacitar recursos humanos para a saúde;
- promover o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde;
- promover a pesquisa, a informação e informatização em saúde;
- estabelecer mecanismos de controle e avaliação técnico-político-administrativa e financeira. do sistema de saúde;
- controlar, avaliar e divulgar indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito do Estado;
- estabelecer normas técnicas, padrões de qualidade e parâmetros de custo da assistência à saúde e ações de promoção de saúde do trabalhador no âmbito estadual;
- estabelecer normas para regular as atividades dos serviços privados de saúde, no âmbito estadual;
- estabelecer normas técnico-científicas de promoção, proteção e recuperação da saúde;

estabelecer padrões éticos para pesquisa, ações e serviços de saúde;

estabelecer instâncias e mecanismos de controle e fiscalização inerentes às ações de vigilância sanitária e proteção ambiental;

participar, supletivamente, em atividades e ações de responsabilidade do Ministério da Saúde e dos Municípios.

A - AÇÕES DE PROTEÇÃO À SAÚDE

A.1 -Vigilância Sanitária

Entre as ações desenvolvidas na área de vigilância sanitária destacam-se a fiscalização do exercício profissional e o controle de alimentos e outros produtos de consumo humano.

O antigo conceito de "polícia sanitária" vem sendo substituído pelo de vigilância sanitária, que, de um lado, se apóia na coleta, processamento, análise e divulgação da informação e, de outro lado, utiliza essa informação como base para uma ação eficaz, exercida em conjunto com a comunidade.

Nesse sentido, a SSMA realizou as seguintes ações: 4.185 inspeções sanitárias, 413 infrações detectadas, 10 multas aplicadas, 56.362.820kg em apreensões realizadas, 1.062 registros de produtos, 25 surtos de doenças vinculadas a alimentos investigadas, 98.387 doações de sangue controladas (sistema informatizado) e 2.416 informações técnicas fornecidas.

A.2 -Vigilância Epidemiológica

A SSMA manteve, durante 1992, o acompanhamento e controle das doenças de interesse para a saúde pública, especialmente daquelas passíveis de redução ou eliminação através de ações de saúde.

Entre as doenças que mereceram atenção prioritária, destacam-se: poliomielite, sarampo, difteria, tétano, coqueluche, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, hanseníase, câncer, cólera, doenças cardiovasculares.

No anexo 1, apresenta-se a tabela com dados referentes às doenças notificadas no período 1989/92.

A.3 -Saneamento Domiciliar e Comunitário

O saneamento básico configura-se como um elemento essencial à proteção da saúde do indivíduo e da coletividade. Com base nessa premissa, a SSMA, através de seu Programa de Saneamento, desenvolveu as seguintes ações: 84 sistemas simplificados de abastecimento de água, 37 extensões de rede de água, 3.237 módulos sanitários domiciliares, 66 módulos sanitários duplos (escolas rurais), 19.098 melhorias domiciliares em água, dejetos e lixo, 185 projetos analisados e aprovados e 17.723 atividades de educação em saúde entre visitas domiciliares, reuniões comunitárias, palestras.

Foram investidos Cr\$ 1,5 bilhões e beneficiados 260 municípios, 6.540 famílias (31.883 pessoas) e 106 escolas (3.390 alunos), o que representa um aumento de 100% em relação ao realizado em 1991.

A atuação do PROSAN da SSMA se dá em áreas geográficas e tipologia de aglomerados populacionais não atendidos pelo órgão estadual de Saneamento. Esse programa tem como característica o desenvolvimento de ação educativa junto às populações beneficiadas.

A.4 -Controle de Zoonoses e Vetores

O controle e combate aos agentes transmissores de doenças constitui-se em uma ação essencial na ruptura do ciclo de transmissão dos agravos à saúde da população. Nesse sentido, a SSMA desenvolveu 460.483 ações em profilaxia da raiva, 280 em controle de borrachudos, 152 em desratização, 133 em desinsetização e 222 em fiscalização.

Além dessas ações, também foram desenvolvidas atividades voltadas para o controle da tungíase (bicho-de-pé) e dos mosquitos. Foram investidos Cr\$ 476 milhões no controle de zoonoses e vetores.

A.5 -Proteção Ambiental

Assim como as condições de saneamento, as condições ambientais são um dos fatores determinantes do estado de saúde do indivíduo e da comunidade.

Nessa perspectiva, a SSMA, através da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, executou uma série de ações voltadas para a preservação e melhoria do meio ambiente.

Entre essas ações, merecem destaque as de proteção ambiental, como: 1.223 licenças (prévia de instalação, de operação, de projetos arquitetônicos e de estudos de impacto ambiental); 350 pareceres quanto a emissões atmosféricas, ocupação do solo por

indústrias e instalações; 07 análises de risco ambiental; 1.250 vistorias, 250 penalizações (autos de infrações, interdições); 900 coletas de amostras, 7.500 análises laboratoriais; 300 atendimentos a emergências e 550 requisições do Ministério Público.

B - AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

B.1 - Assistência Ambulatorial

A rede própria e gerida pelo SSMA é constituída de 1.049 unidades assistenciais, assim distribuídas: 108 Postos de Assistência Médica (PAM) e 941 Unidades Sanitárias, onde são realizados atendimentos médicos em expediente restrito ou diário, odontológicos e/ou especializados.

As unidades sanitárias da SSMA realizaram durante o ano um total de 2.627.942 atendimentos médicos, 596.712 atendimentos odontológicos e 355.482 atendimentos por outros técnicos de saúde.

Em 1992 serão aplicados Cr\$ 671 trilhões na assistência ambulatorial, sendo que 14% desses recursos serão destinados à rede pública (SSMA e prefeituras) e 86% ao setor privado conveniado ao SUS/RS. Atualmente, dos 10.074 prestadores de serviços cadastrados no sistema ambulatorial, 1.975 (19,6%) pertencem à rede pública e 8.099 (80,4%) ao setor privado conveniado.

Os recursos acima referidos provêm do Ministério da Saúde/INAMPS e constituem-se na remuneração dos serviços prestados, paga diretamente aos prestadores conveniados ao Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul.

B.2 - Assistência Hospitalar

Dos 418 hospitais existentes no Estado, foram assistidos 409 hospitais vinculados ao SUS. Entre esses, 05 são federais, 06 estaduais, 06 municipais, 237 filantrópicos, 10 universitários e 145 contratados.

Do total de 409 hospitais vinculados ao SUS/RS, constata-se que 17 (4,16%) são hospitais próprios da União, Estado e Municípios e 392 (95,84%) são hospitais privados conveniados ao sistema.

Dos 34.733 leitos hospitalares existentes no Estado, 27.949 são leitos hospitalares conveniados ao SUS, (clínicos, pediátricos, obstétricos, cirúrgicos, psiquiátricos, fisiológicos e UTI).

A relação leitos hospitalares/habitantes no RS é de 3,8 leitos/1000 habitantes com relação aos 34.733 leitos existentes no Estado e de 3,0 leitos/1000 habitantes com relação aos 27.949 leitos conveniados ao SUS. De acordo com o INAMPS, são necessários 2,32 leitos/1000 beneficiários e pela OPS 6 leitos/1000 habitantes.

As internações hospitalares por especialidade, no Estado, totalizam 1.030.505 internações, com 46,56 % na área clínica, 16,60 % na pediatria, 17,68% na obstetrícia, 16,07% na cirurgia, 3,00% na psiquiatria e 0,08% na fisiologia.

No ano de 1992, deverão ser pagas 1.030.246 autorizações de internação hospitalar, com uma despesa projetada de Cr\$ 1,4 trilhões. Essa despesa é custeada pelo Ministério da Saúde/INAMPS, paga diretamente aos prestadores de serviços conveniados ao SUS/RS.

No RS, o tempo médio de permanência hospitalar foi de 06 dias e a taxa de mortalidade média de 2,32%.

B.3 - Procedimentos de Alta Complexidade

Os procedimentos de alta complexidade tecnológica constituem um grupo de procedimentos diagnósticos e terapêuticos de última geração e de alto custo destinados a dar suporte às ações de assistência ambulatorial e hospitalar mais especializadas.

Na área cardiovascular, foram realizadas 7.682 estudos hemodinâmicos, 1.098 angioplastias, 490 marcapassos e 2.628 cirurgias cardíacas, totalizando 11.898 ações.

Na área renal, foram realizadas 2.770 diálises peritoneal, 252.708 hemodiálises, 126 treinamentos e 2.698 manutenções, totalizando 258.302 ações.

Na área de tomografia, foram realizados 18.034 no crânio, 1.642 no tórax e 2.048 no abdômen, num total de 21.726 tomografias.

Na área de neuroradiologia, foram efetuados 3.544 arteriografias, 1.190 mielografias, num total de 4.734.

Na área de medicina nuclear, foram realizados 94.758 radioimuno ensaios, 9.728 cintilografias num total de 104.486.

Na área de fisioterapia, foram realizadas 1.748.134 sessões fisioterápicas.

Na área de órtese/prótese foram realizados 1.540 implantes.

Na área de ultrassonografia foram executados 76.122 ecografias.

B.4 -Assistência Complementar

Essa ação desenvolvida pela SSMA destina-se a auxiliar os indivíduos ostomizados e aqueles que necessitam de próteses e tratamento fora do domicílio

A assistência desenvolvida aos ostomizados, constitui-se em 43.770 placas e bolsas distribuídas em 2.300 pacientes atendidos.

A ajuda supletiva (próteses) é efetuada em 147 aparelhos concedidos em 145 pacientes atendidos.

O tratamento fora do município realizou-se em 42 municípios.

O total aplicado em assistência complementar em 1992 foi de Cr\$ 1,1 trilhão.

C - OUTRAS AÇÕES E PROGRAMAS DE SAÚDE

C.1 -Operação Litoral

Trata-se de uma operação integrada desenvolvida pela SSMA destinada a dar o necessário suporte médico-sanitário à população que se desloca para o litoral nos meses de verão.

Foram desenvolvidas as seguintes ações: 95.877 atendimentos ambulatoriais, 644 hospitalizações, 7.847 inspeções sanitárias, 11.491 kg alimentos apreendidos, 4.824 medicamentos apreendidos, 105 infrações detectadas, 50 interdições realizadas, 1.593 alvarás expedidos, 76 análises de água-potabilidade e 88 balneabilidades.

C.2 -Operação Inverno

A operação inverno constitui-se em uma ação da SSMA, desenvolvida nos meses de agosto, setembro e outubro de 1992, destinada a ampliar o atendimento ambulatorial a fim de reduzir a morbi-mortalidade e as internações hospitalares decorrentes das doenças próprias do inverno. Nesse sentido, foram ampliados turnos de atendimento em unidades sanitárias e realizadas campanhas de educação para a saúde.

No período da operação inverno foram realizados 17.794 atendimentos ambulatoriais, com uma resolutividade de 98%, ou seja, apenas 2% dos pacientes atendidos foram encaminhados para outros serviços ou hospitais.

AÇÕES DE SUPORTE

D.1 - Apoio Laboratorial às Ações de Saúde Pública

No sentido de dar suporte às ações da saúde, o Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB) desenvolveu as ações relativas a 6.651 análises em alimentos, água, plásticos; entre outros, 1.418 dosagens de flúor na água (saúde bucal), 28.533 exames em parasitologia, bacteriologia, micologia, virologia, hemato/bioquímica e toxicologia com 14.856 número de amostras examinadas e 3.451 número de pessoas atendidas.

D.2 - Produção de Imunobiológicos e Insumos Laboratoriais

O IPB apresentou em 1992 a produção de 535.150 vacinas contra a raiva (doses), 168.583 camundongos CF₁, 2.000 antígenos (chagas, hidatidose), 5.500 soros de coelho para cultura (ml), 2.647 tiras para teste de Indol, oxidase, 240 células para diagnóstico (tubos) e 2.154.668 reativos e meios de cultura (ml).

D.3 - Produção e Suprimentos de Medicamentos

Foram realizados em 1992, 116.239.752 unidades em medicamentos básicos com um custo de Cr\$ 14,3 trilhões, 684.326 unidades em medicamentos excepcionais com um custo de Cr\$13,7 trilhões e 2.166 frascos de fator VIII (sangue) com um custo de Cr\$ 4,5 trilhões.

Do total de 116.974.075 unidades de medicamentos que ingressaram na SSMA 26.376.594 (22,54%) foram fornecidas pelo Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS), 65.979.270 (55,40%) fornecidos pela Central de Medicamentos (CEME/MS) e 24.618.214 foram adquiridos pela SSMA no mercado (21,04%).

Em relação ao desempenho do LAFERGS obteve-se como resultados 25.689.057 unidades de medicamentos produzidos, com um aumento de 19% em relação à produção de 1991, com um total do custo de produção de Cr\$2,1 trilhões, um total do preço do mercado de Cr\$11,6 trilhões e Cr\$9 trilhões de economia social.

As tabelas em anexo (2a e 2b) apresentam, de forma detalhada o quantitativo programado e realizado, bem como as despesas executadas por fonte de medicamentos para o SUS/RS.

D.4 -Desenvolvimento de Recursos Humanos

SSMA, através da Escola de Saúde Pública, realizou durante 1992 uma série de ações voltadas para o desenvolvimento de recursos humanos e o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde.

Foram ministrados trinta e quatro cursos e treinamentos, executados cinco programas de pós-graduação, realizados cinco seminários e outros vinte e sete eventos (encontros, painéis, etc).

As pesquisas realizadas foram duas.

A biblioteca desempenhou papel importante no apoio às atividades da E.S.P. O setor manteve a aquisição de dez periódicos, atendeu a 4.765 consultas e empréstimos de material bibliográfico e, ainda, a 3.795 empréstimos de material instrucional.

A Escola preparou, também, cento e vinte e oito concursos e ministrou onze mil e oitocentos e sessenta e quatro horas/aula, beneficiando 106.917 participantes, tendo aplicado em suas atividades cerca de seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros. Entre os projetos prioritários da SSMA, em 1992 destaca-se:

- Reforma Administrativa, discutida e aprovada a nova estrutura organizacional da SSMA, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela equipe da reforma administrativa.

- Projeto Sulvacina que se constitui em prioridade primeira da SSMA, objetiva a cobertura vacinal total dos menores de um ano. No ano de 1992 foram aplicadas 137.962 doses de vacina SABIN (3ª dose), 138.021 doses de vacina DPT (3ª dose) e 144.978 doses da vacina anti-sarampo (dose única). Na campanha nacional de vacinação contra o sarampo foram aplicados 2.151.795 doses.

No dia nacional da multivacinação foram aplicadas 2.148.638 doses de vacina SABIN, sendo 1.065.648 doses correspondentes à primeira etapa e 1.082.940 doses correspondentes a segunda etapa.

Na vacinação de rotina em grupos de risco foram aplicadas 734.050 doses de vacina SABIN, 732.170 doses de vacina DPT, 222.104 doses de anti-sarampo, 200.601 doses de vacina BCG, 483.167 doses de vacina anti-tetânica e 13.033 doses de vacina anti-rábica. No somatório das campanhas e da atividade sistemática atingiu-se 76,4% da população alvo na imunização contra a poliomielite, 76,5% na imunização contra difteria, coqueluche e tétano, 80,3% na

- imunização contra o sarampo e 78,1% na vacinação contra a tuberculose.
- Municipalização das ações e serviços de saúde constitui-se em uma das estratégias fundamentais para a construção de um sistema único de saúde no RS. Nesse sentido, a SSMA promoveu a municipalização da saúde em 98 municípios do Estado, o que representa 29% do total. Em anexo, apresentamos a relação de municípios com a saúde municipalizada. Cabe destacar que, além dos serviços, também estão sendo municipalizadas as ações e programas de saúde, permanecendo a SSMA como agente coordenador, controlador e avaliador do sistema de saúde do Estado;
 - Novo Sistema de Atenção à Saúde Mental, seguindo a tendência mundial e a política nacional de saúde mental, o Estado do Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado do País a aprovar a Lei de Reforma Psiquiátrica. A SSMA, durante 1992, desenvolveu intensa ação na divulgação e implementação da Política Estadual de Saúde Mental, através de Conferências municipais e Conferência Estadual, construindo-se, desta maneira, as bases para a implantação de um novo sistema de atenção à saúde mental no Estado. Este novo sistema prevê a progressiva extinção dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por leitos psiquiátricos em hospitais gerais e outros recursos assistenciais como pensões públicas comunitárias, centros de atenção psicossocial e oficinas terapêuticas. A SSMA vem desenvolvendo uma série de transformações no Hospital Psiquiátrico São Pedro, visando a sua preparação e adequação à atual política de saúde mental. Foram concluídas 17 obras de reforma de unidades de saúde em 10 municípios, Júlio de Castilhos, Santa Maria, Quinze de Novembro, Tapejara, São Borja, Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Três Coroas e General Câmara. Foi concluído o posto de Assistência Vila Nova, em Bento Gonçalves. Estão em execução obras de reforma em 13 unidades nos municípios de Rio Grande, Carazinho, Santa Maria, Santana do Livramento, Porto Alegre, Charqueadas, Ernestina, São Sebastião do Caí, Santo Ângelo, Campo Bom, Novo Hamburgo e Alegrete. Está, ainda, em construção o novo prédio da Unidade Sanitária Murialdo em Porto Alegre, com 960,87 m².

**4 - SECRETARIA DA JUSTIÇA, DO
TRABALHO E DA CIDADANIA
(SJTC)**

4.1 - Casa da Cidadania

**4.2 - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
(FGTAS)**

**4.3 - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
(FEBEM)**

A Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, instituída pela Lei 9.433, de 27 de novembro de 1991, que introduziu a Reforma Administrativa no Estado do Rio Grande do Sul, passou a ter como áreas de competência a administração penitenciária, proteção ao cidadão, metrologia, serviços de perícias criminais, médico-legais e serviços de identificação civil e criminal, fomento à política de emprego e ao mercado de trabalho formal e informal, desenvolvimento comunitário, fomento ao sindicalismo urbano e rural em todos os níveis, ação social, implantação de programas de suplementação alimentar aos trabalhadores e seus dependentes, assistência e profissionalização do menor abandonado e carente.

No período da atual Administração, principalmente no ano de 1992, preocupou-se o Governo em imprimir à Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania a marca prevalente dos valores da cidadania. Este conceito tem sido o principal vetor a orientar as ações da Secretaria, como será relatado nas ações desenvolvidas por este órgão e suas vinculadas no período de janeiro a dezembro de 1992.

Na realização das atividades de Administração Penitenciária, foram investidos, no Sistema Penitenciário, Cr\$94,4 bilhões em obras para construção, ampliação e recuperação de estabelecimentos penais, gerando 860 e recuperando 410 vagas. Em 16.100m² de área edificada, foram concluídas as obras em 1.122m² e estão em andamento em 9.188m². Além dos estabelecimentos na Capital, Presídio Central e Instituto Psiquiátrico Forense, foram ou estão sendo recuperados estabelecimentos penais em Carazinho, Canguçu, Caxias do Sul, Espumoso, Iraí, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, São Borja, Sarandi, Três Passos, Uruguaiana.

Para 1993, está se propondo a implantação de penitenciárias regionais moduladas nos municípios de Bagé, Canoas, Caxias do Sul, Guaíba, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo, Santa Maria, Santo Ângelo e São Jerônimo. O sistema construtivo pré-moldado em concreto armado compõe-se de três módulos: de vivência, com

uma área edificada de 2.133,4m², com capacidade para 132 presos (4 celas e 16 alojamentos); módulo de apoio com capacidade para 70 presos; módulo administrativo com 1.163,68m². O custo do módulo, de vivência ou do módulo de apoio é de Cr\$5,7 bilhões, do módulo administrativo é de Cr\$3,2 bilhões.

As atividades da Secretaria foram desenvolvidas através dos seguintes setores:

A - SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

A Superintendência executa as atividades relacionadas à Administração Penitenciária através de duas unidades:

A.1 - Grupo Executivo do Trabalho Prisional

O trabalho prisional, em épocas passadas, sempre teve correlação com a execução da pena, estando associado ao caráter de vingança e punição, sempre vinculado à pena, ou melhor, aumentar o aspecto aflitivo da pena.

Consistia o trabalho em atividades improdutivas, não contribuindo em nada para a recuperação do apenado, tanto econômica como socialmente, mas sim como uma agravação da pena, tornando-a mortificante e dolorosa.

Presentemente, com o advento da Lei de Execução Penal nº 7.110, de 11 de julho de 1984, que estatui no seu artigo 28: "o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e social", sendo essa a função do Trabalho Prisional, na moderna concepção penitenciária".

Preceituando a Lei de Execução Penal o trabalho prisional como dever social do preso, dispõe a legislação citada em seu artigo 41, inciso II, que é direito do preso a atribuição de trabalho e sua remuneração, o Estado deve suprir este direito do apenado, providenciando a ocupação da mão-de-obra prisional de maneira produtiva e remuneratória, haja vista que o condenado, privado de sua liberdade, não pode exercer tal direito. Portanto, para a consecução do que preceitua a Lei de Execução Penal e de acordo com a concepção da política e filosofia da Superintendência dos Serviços Penitenciários, o trabalho dos apenados, gerenciado pelo Grupo Executivo do Trabalho Prisional, visa ao aproveitamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra prisional,

através de convênios com entidades públicas e privadas.

O trabalho com o apenado tem como objetivos: combater os efeitos corruptores do ócio, contribuindo com a ordem e disciplina; colaborar com a manutenção do equilíbrio orgânico e psíquico do apenado; contribuir sob o ponto de vista educativo para a formação da personalidade do ser humano; agilizar o processo de reeducação e reinserção social; promover ocupação, qualificação e treinamento da mão-de-obra prisional; providenciar ao apenado atividades produtivas, com remuneração de sua força de trabalho; oportunizar através do trabalho prisional a remissão de pena, na razão de um dia de pena por três dias de trabalho; minimizar os custos de manutenção do sistema penitenciário.

O sistema prisional concentra o trabalho em três grandes áreas: atividades agropecuárias, atividades industriais e atividades artesanais.

Em 1992 a Administração Penitenciária celebrou cerca de 83 protocolos com entidades privadas e públicas visando a permitir que um número cada vez maior de apenados pudesse trabalhar. Entre eles, citamos os seguintes: com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e com as Prefeituras Municipais de Getúlio Vargas e Venâncio Aires, a implantação de viveiros e produção de mudas florestais; com a Prefeitura Municipal de Nova Prata, a preparação de embalagens de mudas florestais do viveiro municipal; com AGROCERES Importação, Exportação, Indústria e Comércio Ltda e com a Prefeitura Municipal de Venâncio Aires, a produção de hortigranjeiros; com Tortelli Indústria, Comércio e Representações Ltda., a confecção de calçados; com a Indústria e Comércio de Artigos Esportivos Abianna Ltda., a montagem de bolas de couro; com a Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul, a produção de artefatos de cimento e telas de arame; com a Prefeitura Municipal de Nova Prata; a reciclagem de lixo da usina municipal.

A atividade agrícola está em desenvolvimento nas casas especiais, como o Presídio Central de Porto Alegre, Colônia Penal Agrícola "General Daltro Filho", Instituto Penal de Mariante, Instituto Psiquiátrico Forense "Maurício Cardoso" e Penitenciária Estadual do Jacuí, e também (39) municípios, abrangendo as (8) regiões penitenciárias do Estado.

Dentro dos objetivos firmados pela Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, objetivando a ocupação de mão-de-obra prisional em sua totalidade, atualmente os seguintes presídios e casas especiais do sistema penitenciário possuem 100% de sua massa carcerária ocupada em trabalho produtivo remunerado: Presídios Municipais de Canela, Caxias do Sul, Erechim, Novo Hamburgo, São Francisco de Paula, Sobradinho, Montenegro, São Sebastião do Cai, Colônia Penal Agrícola de Charqueadas, Instituto Penal de Mariante, Penitenciária Feminina Madre Pelletier e Casa Albergue Feminino. O efetivo carcerário, do Estado é de 9.188 apenados; destes, 6.187 estão desenvolvendo um trabalho, representando 62% do total. A distribuição por atividade é a seguinte: indústria, 21%; artesanato, 7%; conservação e limpeza, 7%; agricultura, 3%; outros serviços, 11%; serviço externo, 13%. Para 1993, pretende-se criar condições para que 90% dos apenados estejam trabalhando, através da celebração de cerca de 70 protocolos com entidades públicas e privadas.

A.2 - Unidade de Atendimento Educacional e Social

A Lei de Execução Penal nº7.110, de 11 de julho de 1984, seção V, em seus artigos 17, 18, 19, 20 e 21 prevê assistência educacional e formação profissional ao homem preso.

Com base na Lei de Execução Penal, a Superintendência dos Serviços Penitenciários, em sua Unidade de Atendimento Educacional e Social, através da Equipe Educacional, presta assistência a todos os estabelecimentos penais da Grande Porto Alegre e Interior do Estado.

Em 1992, foram realizadas, pela Equipe Educacional, as seguintes atividades:

- **Projeto de Alfabetização e Iniciação Profissional:** atividade conjunta SUSEPE, Secretaria da Educação e Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), tem por objetivos: promover a preparação e a ocupação do trabalhador carente, apenado e recluso em penitenciárias e presídios do Estado do RS, em atividades produtivas, buscando uma dimensão mais humana e uma maior aproximação com a realidade social para qual deve retornar, fornecendo-lhe condições de melhoria na área de capacitação e oportunidade de trabalho, visando a sua adequada reintegração na comunidade; proporcionar a complementação de estudos de 1ª a 4ª série. Esse projeto beneficiou, na primeira fase, 600 presos e,

de forma indireta, 3.100 pessoas em 16 municípios e se estenderá a toda a população carcerária. Os cursos profissionalizantes são ministrados por instrutores da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social.

- **Projeto Nenhum Adulto Analfabeto:** alfabetiza os apenados, utilizando material didático, disposto em módulos, fornecidos pela Secretaria de Educação. Este projeto está sendo aplicado em todos os presídios, beneficiando 80% dos apenados analfabetos ou semi-analfabetos.
- **Núcleo de Orientação do Ensino Supletivo (NOES):** foram implantados NOES nos presídios que suprem as exigências da Secretaria da Educação e realizados cursos em convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social. Através de 30 protocolos, 1.050 presos participaram de cursos de qualificação profissional. Acompanhando, orientando e supervisionando as atividades educacionais em todos os estabelecimentos penais, a Equipe Educacional proporcionou a 1.552 presos a oportunidade de prestarem exames supletivos na 1ª e na 2ª etapas em todo o Estado. Outras atividades desenvolvidas pela Unidade de Atendimento Educacional e Social foram: exposição de artesanato, feita pelos presos, no "stand" da FGTAS na EXPOARGS, EXPOINTER e Feira das Regiões; inauguração de Galeria de Arte no Presídio Central, exposição de peças em pedra-sabão dos presos do Presídio Central na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, na Caixa Econômica Estadual e na Casa de Cultura Mário Quintana; realização do Natal do Filho do Preso, no Complexo do Jacuí, através de doações; realização do I Encontro da Criminalidade (ENCRI).

Para o ano de 1993, está prevista a instalação de uma oficina mecânica escola, no interior do Presídio Central, que possibilitará a qualificação permanente do homem preso e o conserto dos veículos do Estado.

Através da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, serão instaladas usinas de beneficiamento de lã, a curto prazo, no Presídio Central, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Presídios de: Bagé, Uruguaiana, Santana do Livramento, Alegrete e Estadual do Jacuí, especialmente para oportunizar a confecção de cobertores para os presos.

Implementação de cursos profissionalizantes para presos em final de cumprimento de pena, através da

canalização de recursos do Departamento Nacional de Formação Profissional do Ministério do Trabalho.

No Plano de Ação da UAES, para a Equipe Educacional está prevista a qualificação profissional do apenado e implantação de uma proposta educacional voltada para o sistema penitenciário, isto é, que, dentro de cada estabelecimento, o preso possa durante o processo ensino-aprendizagem, ser avaliado e readaptado de forma global. Para tanto, o quadro de funcionários deverá ser aumentado para permitir que esses objetivos sejam plenamente atingidos.

B - CONSELHO PENITENCIÁRIO

O Conselho Penitenciário é o órgão encarregado de cumprir o dever do Estado de executar as penas impostas pelo Poder Judiciário. As sugestões sobre a concessão de benefícios, atribuição contida no art. 10 da LEP, e a conseqüente liberação de apenados constituem atividades importantes, na medida em que aliviam as tensões dos presídios, quase sempre com superpopulação carcerária.

Os resultados alcançados justificam os recursos empregados, uma vez que os benefícios concedidos aos apenados, além de representarem cumprimento da lei, diminuem a população carcerária.

O Conselho Penitenciário, órgão de execução penal vem realizando sistematicamente visitas à rede penitenciária. As constatações feitas nestes estabelecimentos são minuciosamente relatadas, através de ofícios encaminhados ao Senhor Secretário da Justiça, do Trabalho e da Cidadania e ao Senhor Superintendente dos Serviços Penitenciários, tendo por objetivo fundamental informar das irregularidades eventualmente encontradas, bem como sugestões para o aprimoramento das instituições prisionais dentro do programa governamental para a área penitenciária.

Criado pelo Decreto Estadual nº 33.199, de 29 de março de 1990, o Programa de Acompanhamento Psicossocial do Liberado Condicional presta de forma sistemática, assistência psicossocial ao liberado condicional, ou seja, aquele que, cumprindo parte da pena, recebe a oportunidade de cumprir o seu restante em liberdade e sob condições.

São atribuições do Conselho cumprir e fazer cumprir a legislação referente ao atendimento de diversos benefícios ao apenado, à fiscalização dos estabelecimentos penais, bem como assistência ao egresso, através do Programa de Acompanhamento Psicossocial do Liberado Condicional. Este Programa, através de seu corpo técnico, promove a assistência psicossocial ao liberado condicional, direcionando a atenção, reintegração e adaptação social do

preso, visando a reduzir a probabilidade de reincidência em sua vida delitiva, fornecendo-lhe, quando necessário, carteira de identidade de trabalho e também encaminhando-o a empresas conveniadas para a obtenção de emprego.

No período, o Conselho Penitenciário, dentro do programa referido, manteve contato, através de seu corpo técnico, com as promotorias públicas das Comarcas de São Gabriel, Passo Fundo, Canela, Giruá, Santiago, São Francisco de Assis e Erechim para esclarecimento sobre o programa visando a sua implementação a pedido dos Promotores .

Nesse ano, foram realizadas 175 sessões ordinárias e emitidos 2.563 pareceres, sendo 1.033 sobre livramento condicional, 799 sobre indulto pleno, 718 sobre o indulto parcial, 11 sobre suspensões do livramento condicional e 2 sobre troca de regime .

Dentro do programa governamental para a área penitenciária, destaca-se a assistência ao egresso, através do Programa de Acompanhamento Psicossocial do Liberado Condicional. Inicia-se após a concessão do livramento condicional, onde o beneficiado é encaminhado a este Conselho para recebimento de sua carteira de liberado condicional, momento em que se vincula diretamente ao programa, somente se desvinculando ao término da pena.

A equipe é formada por quatro psicólogas e uma socióloga, que fazem a avaliação psicológica: personalidade, capacidade de juízo crítico, condições de adaptação ao mundo externo, funções do ego e mecanismo de defesa.

Durante o ano de 1992 foram atendidos um total de 182 apenados.

C - ESCOLA DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO

Em 24 de dezembro de 1969, foi criada a Escola do Serviço Penitenciário, através da Lei nº 5.140, com a finalidade de formar, especializar e aperfeiçoar servidores e candidatos a cargos da Superintendência dos Serviços Penitenciários, bem como realizar pesquisas, análises e difusão de assuntos relativos à criminologia e ciências penitenciárias.

A Escola do Serviço Penitenciário tem procurado disciplinar o ensino de qualificação profissional, obedecendo a um processo contínuo e progressivo, constantemente atualizado e aprimorado. Procura manter sempre intercâmbio com órgãos penitenciários de outros estados e países da América Latina, principalmente da Argentina, e tem conseguido os melhores resultados.

Os diferentes cursos realizados pela Escola são desenvolvidos através de uma sucessão de fases, intercalando-se disciplinas teóricas e práticas, estas últimas ministradas em estabelecimentos penais.

Em 1992, a Escola concluiu e publicou a pesquisa "O papel do Agente Penitenciário nos estabelecimentos de regime fechado, semi-aberto e aberto"; realizou a pesquisa "O rito de passagem do aluno do curso de formação de Agente Penitenciário para o exercício profissional"; desenvolveu o projeto "Reorganização, Expansão e Informatização do Sistema Bibliográfico da ESP"; publicou o nº 09 da Revista da ESP; lançou o livro "Marginalidade e Controle Social".

D - INSTITUTOS MÉDICO-LEGAL, DE CRIMINALÍSTICA E IDENTIFICAÇÃO

Esta nova área de competência da Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania teve, em 1992, como pontos básicos em sua administração, o reaparelhamento material e de recursos humanos, pois foram adquiridos inúmeros equipamentos, tais como: três microônibus para transporte de cadáveres, aquisição de um macaco eletro-mecânico, retomada das obras do Instituto de Criminalística, bem como a revalidação do concurso público para perito criminalista, entre outros.

E - DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

As atividades de relações do trabalho são desenvolvidas pela Secretaria através do Departamento de Relações do Trabalho criado em agosto de 1992, destacando-se nesse período:

- instituição da Comissão Coletiva de Trabalho e do programa estadual para criação das Comissões de Representação de Empregados que têm por objetivo qualificar as relações capital X trabalho e aprimorar o diálogo entre patrões e empregados. Participaram da solenidade de assinatura, em setembro, representantes dos trabalhadores e empregadores, através de seus sindicatos e federações;
- fórum sobre Saúde e Segurança do Trabalhador, realizado nos dias 14 e 15 de outubro, com a participação de cerca de 150 pessoas, entre técnicos da área, membros de CIPAS, fiscais do trabalho, empregadores e trabalhadores. O objetivo do fórum foi o de estabelecer bases para definição de uma política de segurança e saúde do trabalhador no Estado. Foram painelistas os membros do Ministério do Trabalho, Secretários de Trabalho do Distrito Federal e do Espírito Santo, membros das diferentes centrais sindicais, especialistas

da área de saúde do trabalhador, membros de sindicatos patronais e de trabalhadores do Estado. Foi editado um "folder" com as conclusões do evento, destacando-se: falta de conscientização do trabalhador, empregador e sindicatos sobre a importância da segurança e saúde no trabalho; impunidade dos responsáveis por mortes e mutilações; deficiência dos serviços de inspeção do Ministério; ausência de diagnóstico das doenças profissionais; desconhecimento por parte do trabalhador dos riscos a que está exposto; necessidade de conscientizar o trabalhador de que ele é o principal agente de promoção de sua saúde e o melhor fiscal do seu ambiente de trabalho e, assim, estará exercendo sua cidadania;

- Cartilha do Trabalho Doméstico, lançada oficialmente no Dia da Cidadania, dia 10 de dezembro, com a participação das Presidentes do Sindicato das Empregadas Domésticas e do Movimento das Donas de Casa e seus assessores jurídicos. A Cartilha contém a legislação básica que rege a relação trabalhador/empregador doméstico e despertou grande interesse, tanto de empregadores como de empregados da Capital e do Interior, de onde tem chegado inúmeras solicitações. Ela está sendo distribuída na Casa da Cidadania, no posto do Departamento de Relações do Trabalho, tendo sido distribuídos 1.500 exemplares na primeira semana.

Em 1993, o Departamento de Relações do Trabalho dará continuidade ao projeto iniciado com o lançamento da Cartilha do Trabalho Doméstico, através do aprimoramento da qualificação profissional (realização de painéis sobre legislação e cursos profissionalizantes), modernização contratual da relação empregado/empregador, servindo a Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania de canal mediador nos confrontos trabalhistas. Ampliação da área de atuação do projeto para o Interior do Estado, através dos Centros Sociais Urbanos da FGTAS.

Baseado nas conclusões do fórum sobre Saúde e Segurança do Trabalhador, será instituído, em 1993, o Sistema Estadual de Saúde e Segurança do Trabalhador que objetiva integrar as ações do Estado na promoção de uma política de segurança e saúde do trabalhador, com participação de trabalhadores e empresários. O programa terá a participação, além da Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, da Polícia Civil, da Brigada Militar, da Delegacia Regional do Trabalho, prefeituras municipais e sindicatos da área de segurança e saúde.

Em 1993, o Departamento desenvolverá um sistema de trabalho e produção com o trabalhador rural, permitindo a sua permanência e de seus descendentes no campo, através da geração de emprego e renda. O projeto será desenvolvido em conjunto com a Secretaria da Agricultura, Secretaria de

Ciência e Tecnologia, EMATER, prefeituras municipais e sindicatos rurais. Objetiva a criação de granjas comunitárias e de microempresas produtivas, através de cursos de formação e capacitação profissional e de orientação sobre como cultivar e manter a terra produtiva. Serão levadas em consideração as diferenças quanto à exploração da terra existente no Estado.

F - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

As atividades relacionadas à promoção social, que faziam parte das atribuições da ex-STASC e ainda não devidamente enquadradas na estrutura organizacional da SJTC, são desenvolvidas pelo Departamento de Promoção Social.

Em 1992, o Departamento desenvolveu as seguintes ações:

- **Plano Estadual de Atenção à Infância no Rio grande do Sul:** o projeto visa a implementar as ações do PIMES relativas à elaboração do Plano de Atenção à Infância (PEAI/STASC/PIMES), compreendendo: realização de um diagnóstico da situação da população infantil em idade pré-escolar, bem como da rede e do serviço de atenção à infância carente na mesma faixa etária, no Estado do Rio Grande do Sul; confecção de um cadastro unificado de estabelecimentos de creche e pré-escolas, existentes no Estado, tanto na rede pública como na rede privada; elaboração do Plano Estadual propriamente dito, incluindo diretrizes, definição dos agentes institucionais e suas atribuições e prioridades, com vista à implantação de uma política estadual de atenção à infância em idade pré-escolar. O projeto está em fase de negociação com o BADESUL, reformulação do plano de custos por subprojeto, por exigência do Conselho do FUNDO PIMES, avaliação pela comissão do Banco Mundial, tendo sido garantidos os recursos para as fases de levantamento da situação, cadastramento, diagnóstico e elaboração do Plano Estadual de Atenção à Infância. Foi elaborado relatório circunstanciado das atividades até o momento, bem como levantamento da demanda do setor crecheiro na atual Administração Estadual.
- **SOS Criança:** prestação de serviços de assistência, acompanhamento e encaminhamento da infância e adolescência nas denúncias de negligência, maus tratos e abuso sexual. Os procedimentos utilizados são: as entrevistas com crianças, adolescentes, pais ou responsáveis; visitas domiciliares; elaboração de estudos sócio-econômicos ou psicossociais; contatos com autoridades policiais, judiciárias e administrativas; remoção para colocação dos usuários em hospitais, albergues ou instituições especializadas. De janeiro a novembro o SOS Criança registrou 1.918 ocorrências.

- **Registro e Apoio às Entidades:** encarregado do cadastramento de entidades civis sem fins lucrativos. Segundo a Lei Estadual nº 6361/71, somente as entidades cadastradas na SJTC podem habilitar-se ao recebimento de auxílio ou subvenções estaduais. Entre registros provisórios e definitivos, o número atual de entidades registradas é de 18.157. Passou a fazer parte das atividades do setor a declaração de utilidade pública. No ano, foram declaradas 144 entidades. Há um comprometimento da União, através do Ministério da Ação Social/Secretaria Nacional de Promoção Social em convênio com o Governo do Estado, para o repasse de recursos no valor de Cr\$14 bilhões para execução do recadastramento de entidades assistenciais.

- **Atendimento ao Idoso:** visa auxiliar as entidades assistenciais e prefeituras municipais nas demandas emergenciais da população idosa.

- **Convênios para Profissionalização de Menores Carentes:** visa encaminhar ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal menores que serão selecionados para exercerem cargo de Menor Auxiliar de Serviços de Apoio. Foram encaminhados para seleção no Banco do Brasil, através da indicação de entidades assistenciais e escolas, 1.169 menores, sendo 883 em Porto Alegre, 120 em Passo Fundo, pela Delegacia Regional, e 166 em Caxias do Sul, através do Convênio Delegacia Regional, Prefeitura Municipal e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Para a Caixa Econômica Federal foram encaminhados 33 candidatos.

- **Balcão de Ferramentas:** é uma linha de crédito para desempregados e sub-empregados que financia instrumentos e ferramentas de trabalho de forma a gerar ocupação e dar melhores condições de vida à população de baixa renda. A 1ª Delegacia Regional da SJTC, implantada em 20/12/91, em Porto Alegre, prestou atendimento a 2.097 interessados. Destes, 149 foram encaminhados para financiamento, 127 assinaram contrato, 11 quitaram os financiamentos. Em 13 Delegacias Regionais, com sede em Santo Ângelo, Taquara, São Jerônimo, Pelotas, Montenegro, Tramandaí, Santa Maria, Santa Rosa, Ijuí, Cruz Alta, Espumoso, Erechim e Lagoa Vermelha, foram atendidos 2.121 interessados; destes, 248 foram encaminhados para financiamento e 212 assinaram contrato.

- **Programa de Incentivo ao Crescimento Social (PIC):** objetiva contribuir para maior racionalidade e abrangência das ações sócio-assistenciais no âmbito comunitário, através de convênios de cooperação técnico-financeiro com prefeituras municipais e entidades comunitárias. Linhas de ação: equipamentos comunitários, oficinas-escola, atividades produtivas, pequenas melhorias comunitárias, atividades culturais e de lazer. Em 1992, foram concedidos recursos no valor de Cr\$8,9

milhões a 3 Prefeituras Municipais, Pouso Novo, Nova Prata e Mostardas, e a 6 entidades particulares.

- **Apoio às Ações de Melhoria Social:** visa à concessão de auxílios a prefeituras e entidades sócio-assistenciais no atendimento às populações carentes, a atender às demandas emergenciais da população de baixa renda (alimentos, vestuário, medicamentos); a proporcionar melhorias nas instalações físicas das entidades assistenciais e auxiliá-las na aquisição de equipamentos e outros recursos. Em 1992, foram analisados e informados cerca de 40 solicitações de entidades e prefeituras, tendo sido concedidos auxílio a 8 prefeituras municipais, Itacurubi, Guarani das Missões, Santo Augusto, Ibirapuitã, Roque Gonzales, Tapera, Campos Borges e Salto do Jacuí; a 7 entidades sócio-assistenciais nos municípios de Itacurubi, São Borja, Montenegro, Porto Xavier, Lajeado, Soledade e Porto Alegre. O total de recursos concedidos foi de Cr\$9 milhões.
- **Apoio à Formação Sindical:** visa a apoiar as entidades dos trabalhadores e a Universidade do Trabalhador para a realização de cursos, treinamentos, seminários, encontros, eventos, pesquisas e documentação relacionados com as questões do trabalho e da formação sindical. No período, foi analisado e informado o projeto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Soledade, cuja finalidade é a capacitação e formação sindical dos trabalhadores, tendo sido concedidos Cr\$2 milhões para implementação do projeto. Foi autorizado um recurso de Cr\$600 mil para a União das Associações Comunitárias de Santa Maria, para remuneração de serviços pessoais.
- **Fiscalização e Segurança do Trabalho:** visa à implementação de ações relacionadas com a proteção e segurança do trabalhador, através de fiscalização e cumprimento da legislação trabalhista. Como fruto de convênio existente entre a SJTC e a FUNDACENTRO foi realizado o Curso de Atualização para Instrutores de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), (maio/92). O motivo da realização é a constatação da necessidade de atualização constante dos instrutores em vista dos novos riscos que se apresentam aos trabalhadores pelas inovações tecnológicas bem como de novas formas de proteção aos mesmos. Foram 37 os instrutores da Região Metropolitana que concluíram o curso. Em decorrência do mesmo convênio, foi realizado o Curso de Legislação Penal sobre Acidentes do Trabalho para os formandos da Escola de Polícia, ou seja, 120 novos Delegados de Polícia e 80 novos Escrivães oriundos dos diversos municípios do Estado. Foi realizado em setembro o segundo Curso de Atualização para Instrutores de CIPAS, tendo em vista o grande número de interessados que não conseguiram vaga no primeiro curso; 37 instrutores concluíram o curso, entre os quais se

incluem: Técnicos em Segurança do Trabalho, Médicos, Enfermeiros, Auxiliares de Enfermagem e Engenheiros do Trabalho, da Capital e do Interior do Estado.

- **Capacitação Profissional do Trabalhador:** visa a apoiar financeiramente prefeituras e entidades na promoção de cursos e treinamentos voltados à população de baixa renda, com vista a proporcionar melhores condições de acesso ao emprego ou ao exercício de ocupações produtivas rentáveis. Em 1992, foi realizado o Curso Noções Básicas de Gerenciamento, solicitado pelo Centro Ana Terra. O projeto incluiu entre os funcionários os tomadores de financiamento do Programa Balcão de Ferramentas. O curso foi realizado no período de 27/8 a 23/9 e coordenado pela Secretaria. O curso contou com a participação efetiva de 17 beneficiários atendidos na Região Metropolitana e dele resultou a proposta de uma exposição de produtos e serviços, que foi efetivada no Centro Administrativo Fernando Ferrari, no final do mês de novembro.

- **Comitê Interinstitucional de Articulação da Assistência Social:** a partir de 23 de outubro, o Departamento de Promoção Social, representando a SJTC, participou da criação, definição de objetivos e normas, bem como das primeiras ações concretas do Comitê Interinstitucional de Articulação da Assistência Social juntamente com a LBA, FCBIA, FAMURS, CRAS-10ª Região e Frente dos Estados e Municípios. Entre as finalidades do Comitê, destaca-se a de influir e acompanhar a tramitação da Lei Orgânica de Assistência Social, cujo projeto se encontra na Câmara dos Deputados. Para tanto, o Comitê se propõe à mobilização das forças populares e institucionais do Estado.

O Departamento de Promoção Social ainda está negociando a implementação dos projetos a seguir discriminados.

- **Descentralização de Atendimento ao Jovem Infrator,** em conjunto com a FEBEM, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude e Defensoria Pública, tem por objetivo assistir o adolescente infrator no seu próprio meio cultural, respeitando as diretrizes da política dos Direitos da Criança e do Adolescente, que prevê a municipalização do atendimento.

- **Albergue para Mulheres Vítimas de Violência,** prevendo abrigo temporário de no máximo 30 dias para 60 mulheres, vítimas de violência, e seus filhos, oportunizando atendimento em grupo, trabalho conjunto na execução de tarefas no albergue, busca de recursos na comunidade, como trabalho, moradia e outros, creche para os filhos, assistência jurídica, psicológica e social em geral.

- **Olarias - Oficinas,** cujo objetivo é proporcionar um trabalho educativo, ocupação e renda para os jovens a

partir de 14 anos, através da implantação de olarias - oficinas em municípios que possuam a matéria-prima, o que viria baratear o custo do produto, beneficiando com isso a população de baixa renda que teria acesso à construção ou melhorias nas habitações. O projeto deverá beneficiar 12 municípios do Interior do Estado do Rio Grande do Sul.

- Centro de Defesa da Criança e Adolescente (CEDECA), que visa a combater, de forma organizada e sistemática, a violência e discriminação contra crianças e jovens negligenciados, integrando-se ao Plano Nacional de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes. Através de programas específicos, a SJTC pretende unir-se aos esforços dos demais poderes constituídos e de grupos da sociedade civil. Os programas serão norteados por duas grandes linhas:

- 1 prestação de serviços de defesa à criança e ao adolescente, envolvendo SOS Criança, Advocacia da Criança, Formação para o Trabalho, Casa Abrigo;

- 2 prestação de atendimento à criança e ao adolescente, através de uma rede de "casas" de abrigo ou albergagem, envolvendo: Casa Aberta - por intermédio de educadores de rua, será estabelecido contato direto com meninos e meninas em locais onde costumam se agrupar, oferecendo-lhes oportunidades concretas para reestruturar suas vidas; Casa Moradia - residência para jovens de 12 a 18 anos incompletos, cujo resgate do vínculo familiar se tornou inviável; Casa Reviver - local especialmente criado para o atendimento e a recuperação de crianças que fazem o uso de drogas e que não têm acesso a tratamentos especializados.

- Proposta preliminar do Projeto de Assistência e Proteção a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social: face ao Pacto Nacional pela Infância, firmado em Brasília entre o Governo Federal e os Governadores, foi feita uma proposta preliminar para atendimento a crianças e adolescentes que se encontram nas ruas da cidade, tanto as que estão abandonadas de fato, assumindo sua própria manutenção e busca de abrigo, dormindo nas ruas, praças, soleiras de porta, como os meninos na rua que são crianças que possuem famílias ou responsáveis, porém são negligenciados pelos mesmos, estimulando o trabalho na rua, não os motivando para a escola. O projeto deverá ser executado pela SJTC, municípios, através dos Conselhos Municipais, Secretarias de Educação e Saúde, em suas competências específicas. O trabalho tem como base os educadores de rua que deverão ser recrutados em todos os municípios em que o problema se apresenta, a partir da indicação por município, seleção, capacitação e treinamento. Em junho,

foi elaborado o Projeto " Meu Guri " e apresentando à Coordenadoria de Ação Social e ao Senhor Governador. A partir daí o mesmo passou a ser discutido, algumas sugestões foram recebidas por escrito, outras através das discussões. Como objetivo geral, o projeto visa a atender de forma preventiva e direta as crianças e jovens que fazem das ruas o seu espaço de sobrevivência, integrando ações em nível estadual e municipal, tanto do poder público como da sociedade em geral.

Se implantado esse projeto, a ele se integrará o Projeto do Centro de Defesa da Criança e Adolescente (CEDECA).

- Centro de Atenção à Criança Negligenciada e ao Idoso, a ser instalado em 1993, em um pavilhão do Vida-Centro Humanístico para atender 120 crianças e adolescentes em albergagem, por até 30 dias. No período diurno, a capacidade no Centro-Dia para idosos será de 60 vagas. Nesses locais, os jovens terão atendimento que inclui sistema de albergagem, e os idosos permanecerão no período diurno. Serão desenvolvidas atividades diversas destinadas às duas faixas etárias, sob a coordenação de técnicos com formação especializada.
- Tele-Acidente do Trabalho, em conjunto SJTC, DRT, FUNDACENTRO e Ministério Público será colocada à disposição das comunidades a possibilidade de denúncias de situação de risco à saúde e segurança do trabalhador, de forma a prevenir acidentes graves ou fatais. Está prevista a instalação de uma central telefônica em Porto Alegre e 20 postas no Interior do Estado, nas Delegacias Regionais da SJTC, em convênio com o Ministério do Trabalho e da Administração (MTA).
- Bases para uma Política Estadual para a Família, documento elaborado por solicitação do Ministério de Bem-Estar Social para a 2ª Conferência Mundial sobre os "Direitos Econômicos das Famílias", realizado em Curitiba em 1992. A Conferência foi preparatória do Ano Internacional da Família - 1994. Com base nos subsídios fornecidos pelos Estados deverá ser formulada uma Política Nacional para a Família.
- Programa SOS Família, em consideração à necessidade de o poder público, através da SJTC, implementar uma política global de atendimento à família, em atenção à co-responsabilidade desta, conforme prevê o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, propõe-se a criação de um serviço de atendimento a famílias com indicadores de violência doméstica, num processo de interdisciplinariedade. Os objetivos do programa são: detectar as causas e conseqüências da violência doméstica; prestar atendimento de natureza preventiva, reabilitadora e promocional às famílias; resguardar a integridade física, mental e social da criança; possibilitar a promoção da família, incluindo assistência material. Para 1993, propõe-se o atendimento

a 250 famílias que se encontram em acompanhamento pós-ocorrência, a realização de pesquisa documental, buscando delinear o perfil das famílias alvo do programa; efetuar seminários, treinamentos, palestras sobre o tema, inclusive interiorizando tais ações.

4.1 - CASA DA CIDADANIA

Instituída pelo Decreto nº 33.172, de 18.09.90, alterado pelo Decreto 34.332, de 21.05.92, a Casa da Cidadania, vinculada à Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, tem como objetivo a promoção e integração dos órgãos de execução das atividades relativas à defesa da pessoa humana, das liberdades constitucionais e direitos fundamentais individuais e coletivos, bem como das prerrogativas e garantias a elas inerentes.

Supervisionada pela Secretaria e administrada por um Conselho Curador e por uma Secretaria Executiva, a Casa da Cidadania abriga postos de atendimento ao público, em especial os que funcionam em regime de plantão permanente, através dos sistemas e serviços seguintes: Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, Sistema Estadual de Proteção Ambiental, Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Defesa da Cidadania.

As ações desenvolvidas na Casa da Cidadania, em 1992, foram efetivadas através dos órgãos a seguir relacionados.

A - CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SISTECON)

Nos meses de janeiro e fevereiro, foi implantada a operação Verão 92, com postos em Cidreira e Capão da Canoa, além de reforços aos escritórios municipais de Tramandaí e Torres.

Foi desencadeada a operação de controle de qualidade das águas minerais, colocadas à disposição do consumidor, quando os testes constataram a não conformidade com os padrões sanitários para consumo.

O Conselho participou na elaboração do documento "Plano de Seguro Saúde Código do Consumidor", bem como da audiência pública de discussão, dando origem ao anteprojeto para normatização da atuação do setor.

Foi encaminhada ao Ministério Público uma relação de, aproximadamente, 200 reclamatórias contra a SHARP Administradora de Consórcio, contra reajustes ilegais.

O Conselho liderou o Movimento Nacional de Defesa do Consumidor, o que veio suspender a veiculação de peça publicitária, "Tesourinha do Mickey/Minie", por ser considerada abusiva frente aos sentimentos das crianças.

Em 1992, foram atendidas em média 1.200 consultas mensais, além de, aproximadamente, 3.000 informações, prestadas verbalmente ao balcão ou por telefone sobre os mais variados problemas das relações de consumo, tendo sido constatada a mudança no perfil do consumidor, pois passou a haver procura de consumidores pertencentes às classes média e média alta, o que não acontecia em períodos anteriores e também por pessoas jurídicas, a fim de obterem orientação à solução de seus problemas.

Foi iniciado o atendimento a reclamações de proprietários sobre vazamentos e infiltrações nos seus imóveis, com realização de audiências conciliatórias, vistorias e encaminhamentos ao juizado de pequenas causas, quando não solucionados pelo Conselho.

O Conselho, através de seus técnicos, se fez presente em encontros, seminários, congressos, palestras: participou da 38ª Feira do Livro, em Porto Alegre, marcando presença, no Dia da Cidadania, programado pela Câmara do Livro; é integrante do comitê de motivação do Programa Qualidade/RS.

Para 1993, o Conselho se propõe a intensificar a interiorização do órgão, através da criação e promoção das Comissões/Escritórios Municipais de Defesa do Consumidor (hoje são 30 escritórios instalados); executar a operação Verão 93, com a base nos municípios de Cidreira, Tramandaí, Imbé, Capão da Canoa e Torres, com o mínimo custo possível para o Estado; concluir a informatização do SISTECON; organizar o Congresso de Direito do consumidor, no mês de março, bem como o 12º Encontro de PROCONS no ano de 1993; melhorar a qualificação do atendimento, através da profissionalização, com a instituição do quadro funcional, conforme anteprojeto já elaborado.

B - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDM/RS)

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher teve como destaques, em 1992, os seguintes projetos:

- Guia da Violência Contra a Mulher - a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou um projeto de lei sobre a elaboração de um guia, delegando ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RS a responsabilidade de seu

conteúdo. Assinarão essa publicação, de caráter massivo, o CEDM/RS e a Câmara Municipal de Porto Alegre. O Conselho formou comissão para o desenvolvimento desse trabalho;

- Cartilha sobre os Direitos da Mulher na Família, no Trabalho e na Sociedade;
- o CEDM/RS encaminhou ao Exmo. Sr. Secretário da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, um projeto que objetiva informar as mulheres gaúchas sobre a legislação vigente. O desconhecimento dessa legislação vem prejudicando a população feminina, tirando-lhes a iniciativa para fazer valer os seus direitos;
- o CEDM/RS vem atendendo a um expressivo número de mulheres que buscam orientação, encaminhando-as para os órgãos competentes;
- elaboração da cartilha sobre a saúde do adolescente, projeto elaborado com a SSMA, FCBIA e CEDM;
- elaboração da cartilha sobre os direitos da mulher no trabalho, na sociedade e na família;
- produção de cinco (5) vinhetas para TVE, sendo três (3) sobre violência, uma (1) sobre o Conselho da Mulher (Institucional) e uma (1) com a atriz Renata Sorrah sobre o respeito à mulher. Essas vinhetas continuam a ser veiculadas. No dia 08 de maio - Dia Internacional da Mulher - foi realizado, no Centro Humanístico Vida, atividade promovida pelo CEDM/RS e várias entidades, Sindicatos, clubes de mães e comunidade em geral. Nos dias 11, 18 e 25 de março, o Conselho realizou, com a casa de Cultura Mário Quintana, o seminário "Feminino e o Século XXI", com a participação de mulheres de diversas áreas.

Em 1992, foi lançada a Campanha "Finque pé nos seus Direitos", campanha através de cartazes enviados para todos os órgãos públicos, regionais da OAB, movimentos de mulheres, entidades e sindicatos, visando à mobilização das mulheres gaúchas para o cumprimento das conquistas legais, noticiada em todos os meios de comunicação.

O Conselho continuou a luta em defesa da mulher, vítima de violência, seja se posicionando frente a situações concretas, seja participando em reuniões, encontros, proferindo palestras, visando ao esclarecimento ou ao encaminhamento de soluções, seja propondo instrumentos, juntamente com outros órgãos, ou entidades, que viabilizem as soluções sobre os problemas de violência, como a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, a implantação do albergue municipal para mulheres vítimas de violência e seus filhos, a implantação da "Casa de Apoio à Prostituta" que deseja deixar a prostituição.

C - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CEDICA)

O CEDICA, em 1992, concluiu a pesquisa sobre o censo das instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social no Rio Grande do Sul. Esse levantamento foi o primeiro realizado no Brasil. O Rio Grande do Sul tem hoje um trabalho de primeira grandeza em nível de levantamento de instituições de atendimento a crianças de risco, material riquíssimo para os Conselhos Municipais de Direito e Tutelares reordenarem o seu atendimento.

O Conselho prestou orientação às Prefeituras Municipais e aos Conselhos Municipais de direitos da criança e do adolescente; manteve correspondência com as Prefeituras Municipais para obter informações sobre os Conselhos Municipais de Direito e sobre os Conselhos Tutelares; assessorou o Conselho Municipal de Porto Alegre no projeto de criação da Casa Abrigo para crianças maltratadas; designou comissão especial para elaborar documento sobre a prostituição infantil.

D - CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO (CEI/RS)

O Conselho Estadual do Idoso do Rio Grande do Sul (CEI/RS) é um órgão colegiado, com função articuladora, consultiva e deliberativa que tem por finalidade estabelecer as diretrizes de política social para o idoso no Estado.

Sua estrutura organizacional contempla quatro órgãos que, durante o ano de 1992, sofreram algumas modificações: o Conselho Pleno, o Conselho Diretor, a Secretaria Geral e as Comissões Técnico Operacionais.

O Conselho Pleno, realizou quatro (4) reuniões ordinárias, nas quais deliberou sobre o Plano de Ação Anual, as diretrizes de política social e a discussão e a aprovação de planos e projetos elaborados pelo Secretário-Geral e Comissões Técnico-Operacionais, bem como a definição das prioridades para 1993. Além dessas, foram realizadas seis (6) reuniões extraordinárias cujos assuntos versaram sobre as apresentações das atividades, programas ou projetos de idosos, desenvolvidos pelas instituições públicas ou privadas que compõem o Conselho Pleno.

Coube, ainda, ao Conselho Pleno, garantir o encaminhamento do Projeto de Lei Regulamentar do CEI/RS, cuja proposta foi compatibilizada entre os interesses do Governo do Estado, traduzidas pelo Secretário da Justiça, do Trabalho e da Cidadania e os das entidades privadas, órgãos públicos e grupos organizados que compõem o Conselho.

O Conselho Diretor reuniu-se semanalmente, a partir de abril, quando foi eleito pelo Conselho Pleno, juntamente com a Secretaria-Geral, para: dar providências ao andamento das ações propostas no Plano de Ação, deliberar sobre apoio a projetos encaminhados por Prefeituras Municipais, Universidades e entidades públicas e/ou privadas; deliberação de questões encaminhadas pelas Comissões Técnico-Operacionais; encaminhamento de questões administrativo-financeiras do CEI/RS junto a SJTC; contatos, reuniões e/ou visitas a instituições e/ou autoridades com vista ao fortalecimento da identidade do CEI/RS, como órgão fator de políticas sociais para o idoso.

Coube ainda, ao Conselho Diretor, através de sua Diretora-Presidente, definir a pauta e coordenar as reuniões do Conselho Pleno, bem como representar o CEI/RS em eventos, cerimônias, reuniões e outros, que tinham por objetivo discutir a situação atual do idoso, promovendo sua inserção no contexto sócio-educativo-cultural.

A Secretaria-Geral realizou reuniões semanais com os coordenadores e/ou vices-coordenadores das comissões técnico-operacionais, cujos assuntos versaram sobre programação e/ou montagem de eventos, assessoramento técnico e/ou discussão de projetos, avaliação do funcionamento das comissões, discussão e estudo de questões relativas aos idosos, com vista a estabelecer procedimentos, avaliação da implantação das ações propostas no Plano de Ação, organização e coordenação das atividades programadas para o mês do idoso.

Coube, ainda, à Secretaria-Geral, a organização e coordenação de um seminário interno, com a participação dos integrantes de todos os órgãos do CEI/RS, com o objetivo de avaliar as atividades desenvolvidas em 1991, bem como finalizar a montagem do Plano de Ação 1992. Este seminário possibilitou, ainda, a discussão para a definição de papéis e atribuições dos órgãos que compõem o CEI, das instituições do Conselho Pleno e dos cargos.

A Secretaria-Geral, juntamente com o Conselho Diretor, participou de eventos, nos meios de comunicação para expor finalidade e objetivos do CEI; subsidiou o Secretário da Justiça do Trabalho e da Cidadania para abertura de canais e espaços políticos para o CEI, contactou instituições públicas e privadas, com vista ao desenvolvimento de ações conjuntas em prol dos idosos, prestou assessorias e/ou consultorias técnicas a prefeituras municipais, universidades e entidades, na implantação de programas locais, subsidiando, inclusive, com vista à implantação de Conselhos Municipais.

As Comissões Técnico-Operacionais, em número de seis (6) em 1992, congregaram em torno de cem (100) representantes de entidades públicas e privadas e grupos de idosos, através de reuniões quinzenais.

As principais ações desenvolvidas pelas Comissões foram a ocupação dos espaços disponíveis para divulgação das questões do idoso; o acompanhamento e participação em projetos ou atividades; a divulgação de eventos educativo-culturais e de lazer que propiciassem a participação dos idosos e intercâmbio entre os grupos; a manutenção da gratuidade nos cinemas, durante o mês de setembro e nas apresentações da OSPA; visitas a cinco (05) instituições que se preocupam e desenvolvem atividades com os idosos no campo da espiritualidade; a edição mensal da "Carta aos Irmãos do CEI" pela comissão de espiritualidade; prestação de assessoramento técnico à Secretaria-Geral; estudo de alternativas de atendimento ao idoso, subsidiando as instituições executoras.

Contou com uma assessoria para a área da cultura que promoveu, para as Comissões, a divulgação dos projetos existentes e da programação mensal da Secretaria de Estado da Cultura e implantação de ações junto aos órgãos da Secretaria que têm por objetivo apoio às atividades desenvolvidas pelos grupos de idosos.

O Conselho Estadual do Idoso participou com conferencista e/ou palestrante, no IV Encontro de Conscientização sobre o Envelhecimento, promovido pelo IPA, com a presença de 72 pessoas; no Seminário da 3ª Idade em Getúlio Vargas, promovido pela Prefeitura Municipal, com a palestra sobre Políticas Municipais para a 3ª Idade, com a participação de 285 pessoas; na II Jornada de Geriatria e Gerontologia do Planalto Médio promovida pela AMRIGS/CREATI-UPF, com a presença de 450 idosos; na II Semana de Estudos de Enfermagem, da Universidade de Ijuí, palestra sobre o "Processo de Envelhecimento e seus Aspectos Biopsicossociais, Espirituais e Éticos" e sobre "Mitos, Preconceitos e Verdades na 3ª Idade" com a participação de 200 pessoas; no Fórum Global da ECO 92, no Rio de Janeiro, como painelistas no Painel do Movimento de Defesa da Vida, com "Aspectos da Velhice no Brasil de Hoje"; fez-se representar na 38ª Feira do Livro - Dia da Cidadania, divulgando o trabalho realizado junto a idosos; na inauguração do Centro de Convivência da Universidade de Caxias do Sul. Como órgão de apoio participou do II Curso de Noções Básicas de Gerontologia Social, promovido pela Associação Nacional de Gerontologia; e do IV Seminário Estadual: Universidade - Espaço Aberto à 3ª Idade, promovido pela PUC/RS, com a participação de 700 pessoas. Participou de cursos de preparação para a aposentadoria na CEEE, CRT, CORSAN, Secretaria da Educação, ministrando aula sobre "Aspectos Psicossociais da Aposentadoria; ministrou aulas em cursos sobre a 3ª idade nas Universidades de Passo Fundo, Santa Maria, Rio de Janeiro e Caxias do Sul.

Proferiu palestras em Artigas/Uruguai, Porto Alegre e Quaraí. Prestou assessoria, consultoria e orientações ao Conselho de Defesa dos Direitos dos Idosos de São Leopoldo, na sua forma de funcionamento e na organização de treinamento para pessoas que atuam com

idosos no Município; à Prefeitura de Arroio dos Ratos na implantação de um Centro de Convivência do Idoso; às Prefeituras de Venâncio Aires e Cachoeirinha, em atividades recreativas em comemoração ao Dia do Idoso.

Finalizando, cabe ressaltar que a participação de representantes do CEI/RS nesses eventos, foi efetivada sem nenhum custo para o Conselho, dado o apoio das instituições ou ao fato de os representantes custearem suas próprias despesas.

4.2 - FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (FGTAS)

A Fundação é voltada para a promoção social e o desenvolvimento comunitário das populações socialmente carentes e ao pleno desenvolvimento da cidadania do trabalhador gaúcho. Para tanto, atua em duas grandes áreas: o trabalho e a ação social. Criada pela Lei nº 9.433, de 27 de novembro de 1991, tem por finalidade implantar e desenvolver, no âmbito do Estado, programas e projetos nas áreas do trabalho, da promoção e assistência social.

Neste exercício, foram abrangidos 74 municípios, através de um rede instalada de 53 Centros Sociais Urbanos, 55 Postos SINE, 23 Gerências Regionais. Além da Universidade do Trabalhador em São Leopoldo, dispõe ainda do Vida-Centro Humanístico, do Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente, do Centro do Trabalhador Autônomo, do Centro de Triagem do Migrante e da Casa do Artesão. Entre as ações realizadas em 1992, destacam-se:

A - ÁREA DO TRABALHO

Viabilizou a capacitação e/ou formação profissional de 4.139 trabalhadores, através da realização de 271 cursos, em convênio com escolas formadoras de mão-de-obra ou ministrados por instrutores qualificados.

Realizou, através do Sistema Nacional de Emprego, a captação de 49.155 vagas no mercado formal de trabalho. Teve uma demanda de 196.164 candidatos inscritos, dos quais 72.110 foram encaminhados e, destes, 26.134 colocados em emprego. Intermediou serviços para diaristas, através dos Centros do Trabalhador Autônomo de Porto Alegre, Pelotas, Tramandaí e Torres. Esses Centros registraram 298 cadastramentos, 4.179 solicitações de serviços e 4.110 serviços prestados. Executou a emissão de 66.139 carteiras de trabalho (convênio SINE/DRT).

Intermediou emprego para pessoas portadoras de deficiências, captando 276 vagas no mercado de trabalho.

Dos 332 inscritos, foram encaminhados 189 e, destes, 70 foram colocados.

Prestou 789.168 atendimentos ao Seguro Desemprego. Implantou o Programa Jovem Trabalhador (14 a 18 anos), em parceria com entidades e Prefeituras, fornecendo 228 bolsas profissionalizantes e 123 bolsas ferramentas (convênio FCBIA).

Operacionalizou (e operacionaliza), conjuntamente com FEE, DIEESE e FAPERGS, a Pesquisa de Emprego e Desemprego com publicação mensal de boletins informativos.

Implantou 12 micro unidades de produção, beneficiando 148 famílias no Estado (Pró-rural).

Promoveu o desenvolvimento do artesanato gaúcho, através da comercialização dos produtos, cadastramento de artesãos (17.124), oficinas de artesanatos (35 cursos - 267 participantes) as voltadas para a conscientização do trabalhador quanto à segurança, higiene e medicina do trabalho: 132 cursos com 1.147 participantes e 4 palestras com 1.124 participantes.

Realizou, em convênio com Ministério do Trabalho, 48 cursos e palestras para 2.107 participantes mestres e contra mestres da Construção Civil, culminando em um encontro de avaliação.

Realizou 39 cursos para 1.108 trabalhadores, visando à formação de lideranças, legislação trabalhistas políticas salariais, negociação coletiva.

Apoiou entidades sindicais que atuam na Universidade do Trabalhador e promoveu 34 eventos para 2.143 pessoas.

B - ÁREA DE AÇÃO SOCIAL

Desenvolveu ações voltadas para as Crianças e Adolescentes tanto em Porto Alegre como no Interior do Estado. Na Capital manteve em funcionamento o Centro da Vila Farrapos (120 crianças), realizando um trabalho integrado com as famílias. Nos demais municípios, esse segmento foi atendido nos Centros Sociais Urbanos.

Prestou assistência à velhice, promovendo a nucleação de 64 grupos de convivência com 3.136 participantes.

Realizou, através do Centro de Triagem de Migrantes - CTM, 1.100 atendimentos à população de baixa renda.

Desenvolveu, nos meses de inverno, o Projeto Acolher, prestando 7.175 atendimentos aos moradores de rua.

Realizou, em parceria com entidades sócio-comunitárias, o atendimento a 344 crianças e adolescentes, estimulando e orientando atividades esportivas, recreativas, culturais, reforço escolar e complementação alimentar.

Realizou assistência comunitária em 48 municípios através de equipes sediadas em 53 Centros Sociais Urbanos. Nesses Centros, funcionaram, regularmente, 623 grupos (creches, pré-escola, mulheres, idosos, esportivos, teatro, dança) com 17.100 participantes. Ao todo foram atendidas, nos CSUS, 195.101 pessoas que participaram de atividades eventuais.

4.3 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) é o órgão executivo das políticas da criança e do adolescente, atribuição conforme os artigos 4º e 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O "Sistema Gaúcho de Atendimento à Criança e ao Adolescente" constitui-se em instrumento de integração entre todas as parcelas oficiais ou comunitárias que, de qualquer modo, tenham ações incidentes sobre a infância e adolescência, entendendo-se por sistema uma política executada, não de forma fragmentada e isolada, mas em parceria, num processo de ação de políticas que envolvam o Estado, o município e a sociedade civil.

As atribuições da FEBEM são as seguintes:

- realizar as ações governamentais do Estado, da política dos direitos da criança e do adolescente, mormente o abandonado, o carente e o infrator;
- assegurar à criança e ao adolescente assistidos a efetivação dos direitos referentes à saúde, alimentação, educação, profissionalização, lazer, cultura e esporte, em unidades próprias ou em convênio;
- enfatizar o atendimento qualitativo da criança e do adolescente quanto à escolarização e profissionalização;
- viabilizar a produção de bens e serviços, visando à auto-sustentação e geração de renda. Estimular, através dos meios de comunicação, a participação efetiva da comunidade na busca de soluções para a problemática da criança e do adolescente abandonados, carentes e infratores;

- pesquisar, desenvolver e aplicar técnicas e métodos próprios quanto ao atendimento de seus assistidos em todas as áreas;
- incentivar as ações comunitárias preventivas de maneira a assegurar o atendimento da criança e do adolescente junto a sua comunidade de origem, preservando a convivência e os vínculos familiares;
- assegurar o atendimento em pequenas unidades e grupos reduzidos, preservando-lhes a identidade e oferecendo-lhes ambiente de respeito e dignidade, em caráter transitório, privilegiando o retorno à família de origem ou colocação em família substituta;
- estimular a implantação e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a formação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em âmbito municipal e estadual e integrá-los quando a lei permitir;
- promover a articulação entre entidades públicas e privadas de ação social, bem como buscar recursos e meios junto à comunidade e organismos nacionais e internacionais, visando ao bom atendimento da criança e do adolescente vinculados a programas sociais, ou em forma de parceria;
- realizar por si mesma, ou em conjunto, estudos e pesquisas, estabelecer diagnósticos da situação social, bem como promover cursos, seminários e congressos pertinentes;
- prestar assistência técnica aos municípios, entidades comunitárias, Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, nas esferas estadual e municipal;
- manter unidade de atendimento destinada à criança e ao adolescente, em regime de internação, de abrigo, de liberdade assistida e apoio sócio-educativo em meio aberto;
- inscrever seus programas, na forma da lei, no Conselho Estadual e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A FEBEM desenvolveu suas ações, em 1992, através de quatro (4) coordenações.

A - Coordenação de Atendimento de Infratores (CAI)

- reformou o prédio do Instituto Central de Menores e implantou 16 quartos individuais;
- implementou programas técnicos pedagógicos com o atendimento em 03 turmas, em fins-de-semana e férias, na área da escolarização,

- profissionalização, lazer e geração de renda;
- reformou o Instituto Educacional Feminino;
 - reformou o Instituto Juvenil Feminino e construiu a Escola Anexa de I Grau, SEC/FEBEM;
 - reformou a Unidade de Infratores de Uruguaiana, dentro da proposta da descentralização da política, com o atendimento máximo de 30 adolescentes;
 - implantou uma unidade de semi liberdade em Cachoeira do Sul, com a participação da Prefeitura, Conselhos do Direito da Criança e Adolescente e FEBEM;
 - implantou uma unidade integrada entre FEBEM, Ministério Público e DIPAME de atendimento à criança e ao adolescente, situado no complexo da FEBEM - Pe. Cacique.

A CAI tem por objetivos, em 1993, implantar um Centro Integrado de Recepção do jovem acusado de ato infracional; implantar 3 microunidades de atendimento em regime de semiliberdade de 150 m², sendo duas em Porto Alegre e uma no Interior; implantar 8 pólos de atendimento do infrator no Interior do Estado, visando ao retorno e permanência dos adolescentes na comunidade de origem, de acordo com a política de descentralização do atendimento, em parceria com o Estado e o Governo Federal.

B - Coordenação das Ações Educativas e Participantes (CAEP)

- construiu cinco Unidades Residenciais com o objetivo de atender às crianças do Instituto Infantil Samir Squeff e de outras Instituições, onde se busca unir grupo de irmãos;
- adaptou um núcleo para coordenação de todas as Unidades Residenciais, 15 em funcionamento;
- transferiu o Instituto Cônego Padre de Nadal, localizado em Viamão, para novo prédio na Av. Padre Cacique, junto à sede;
- abriu uma Unidade para atendimento de 15 menores em situação de risco em Caxias do Sul.

Propõe-se, para 1993, dar continuidade à proposta de transformação dos grandes prédios em Unidades Residenciais preconizado pela administração, abrangendo os Institutos: Samir Squeff, Odila Gay da Fonseca e Irmão Miguel Dario; mudar o Instituto D. Bosco, masculino e feminino, para outra área onde os obrigados possam ser melhor beneficiados em função do trabalho terapêutico com a terra; dividir o atendimento em áreas físicas distintas para a clientela do Instituto Juvenil Feminino em regime de abrigo e semi-liberdade; ampliar o prédio do Instituto

Cônego Paulo de Nadal para atender mais 25 crianças e adolescentes; dar continuidade ao processo de parceria, para montagem de mais uma unidade de abrigo em Montenegro, para atendimento a meninos; ampliar o atendimento de apoio sócio-educativo em meio aberto no Interior, através de parcerias com as prefeituras municipais e entidades comunitárias.

C - Coordenação de Ações Comunitárias (CAC)

- prestou assessoria a oito (8) microrregiões dos Conselhos Tutelares de Porto Alegre;
- acompanhou as doze (12) entidades sociais particulares (internatos) que abrigam 92 crianças encaminhadas para a Fundação, através de contrato de cooperação técnico-financeira;
- executou e acompanhou 24 Lares Substitutos (regulares e transitórios) que abrigam 85 crianças internadas na Capital e grande Porto Alegre;
- executou e acompanhou 117 lares vicinais, que atendem a 1.195 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos;
- prestou assessoria aos Conselhos Tutelares de Alvorada, São Leopoldo e Campo Bom;
- desenvolveu ações nas Vilas da Grande Cruzeiro do Sul, prestando atendimento a crianças e adolescentes, além de suas famílias, numa proposta integrada com a comunidade, através de atendimento direto em 5 núcleos e indireto em 4 núcleos, atendendo a um total de 675 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos.

Para 1993, a CAC propõe-se a prestar assessoria de acompanhamento à implantação e manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares da Grande Porto Alegre e a implantação e execução do projeto de atendimento descentralizado à população da zona norte de Porto Alegre.

D - Coordenação das Ações de Formação para o Trabalho (CAFT)

- realizou 58 cursos profissionalizantes em três centros da Região Metropolitana, atendendo a 2789 alunos;
- reformou e ampliou as oficinas, serralheria e malharia do Centro de Preparação para o Trabalho Padre Cacique (CPTPC), e a marcenaria do Centro Profissionalizante Ana Jobim (CPAJ) em Viamão;

- implantou as oficinas dos cursos de artesanato em gesso e serigrafia do CPTPC e da lancharia do CPAJ;
- implantou o projeto, educativo remunerado, visando à geração de renda para alunos da Fundação;
- implementou os Projetos Aprendiz SENAC e Aprendiz SENAI, visando ao treinamento de instrutores, implantou a série metódica, e colocou os alunos como aprendizes junto às empresas;
- realizou o seminário da coordenação, visando à reestruturação dos programas de formação profissional;
- atendeu a crianças em projetos especiais, sendo 11 crianças em pré-escola e 39 em extraclasse;
- realizou 2 pesquisas de mercado de trabalho para adolescentes em Porto Alegre;
- fez 2.445 inscrições e encaminhou 2.521 para emprego e estágio, sendo colocados 1.553 adolescentes;
- executou projetos de prontidão para o trabalho, de iniciação descentralizada, junto às unidades de atendimento de ação direta, nos Institutos Educacional Feminino, Juvenil Feminino, Nehyta Martins Ramos, Carlos Santos, Central de Menores, Juvenil Masculino;
- desenvolveu projetos de prontidão para o trabalho no Interior do Estado, de iniciativa descentralizada, nos municípios de Taquari, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Paula e Uruguaiana;
- realizou treinamento para formação de instrutores na Brigada Militar;
- participou em comissão interinstitucional, FEBEM/Delegacia Regional do Trabalho, para tratar dos programas de emprego para jovens, em comissão especial de caráter nacional, em Brasília, sobre perspectivas da legislação do trabalho de crianças e adolescentes.

Para 1993, a CAFT tem por objetivos reequipar oficinas dos cursos profissionalizantes; implementar quadro de instrutores de formação profissional da Fundação; celebrar convênios com empresas públicas e privadas, visando à formação de mão-de-obra, realizar cursos profissionalizantes e doação de equipamentos e material de consumo; estruturar o centro profissionalizante, anexo do CPTPC, como unidade autônoma, aberto ao atendimento de 120 jovens/dia em diversos cursos; reformar as oficinas de padaria e de serralheria do CPTPC; implantar o projeto oficinas alternativas do anexo do CPTPC; implementar convênios com a Brigada Militar para a formação profissionalizante nos municípios de Santa Maria, Porto

Alegre, Montenegro e Getúlio Vargas; implantar oficina de artesanato em cerâmica no CPAJ, com 16 vagas; implantar cursos de higiene e beleza (16 vagas), serviços e escritório (40 vagas) e funilaria (16 vagas) no CPAJ; implementar convênios com a Prefeitura Municipal de Viamão de mútua cooperação com o CPAJ.

Em 1992, a FEBEM deu continuidade à execução de projetos especiais como: Bola no Pé, Escola de Samba Renascer da Esperança, o Coral; iniciou a implementação dos projetos: Disque Criança (em 12 municípios), Grupo de Escoteiros Nambikuassu, CTG Querência dos Piaçitos, Loteria da Criança, Grupo de Ginástica Rítmica Desportiva.

5 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SDES)

- 5.1 - Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)**
- 5.2 - Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)**
- 5.3 - Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR)**
- 5.4 - Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JC)**
- 5.5 - Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINOSUL)**
- 5.6 - Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA)**
- 5.7 - Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA)**

A reestruturação administrativa empreendida pelo atual Governo, objetivando a sua modernização e agilização, criou a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, através da Lei nº 9.433.

Com as atribuições da extinta Secretaria da Indústria e Comércio significativamente ampliadas, a SDES passou a responder pela coordenação e acompanhamento da execução e avaliação das políticas de desenvolvimento econômico e social das regiões do Estado, pelo desenvolvimento industrial, pelo desenvolvimento comercial, pelo desenvolvimento turístico, pelo registro do comércio e pelos serviços gráficos.

A adoção do princípio do trabalho conjunto, da parceria com instituições e entidades públicas e privadas, através da interação de objetivos e ações, possibilitou a expansão da área de atuação da Secretaria e a obtenção de resultados efetivos num curto espaço de tempo.

Por outro lado, a efetiva participação da população nas decisões do governo constitui o grande desafio que a atual administração se impôs, cabendo à Secretaria a responsabilidade de implantar, coordenar e acompanhar as estruturas decisórias pertinentes a esse modelo de gestão participativa.

Para fazer frente a esses desafios impostos tanto pela avaliação, coordenação e fiscalização das políticas de desenvolvimento do Estado definidos pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRD's e pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento - CED, quanto pela promoção do desenvolvimento econômico e social, estabeleceram-se quatro grandes sistemas de ação para esta pasta: Sistema Estadual de Qualidade e Produtividade, Sistema Desenvolver, Sistema Turismo e Sistema de Reestruturação e Modernização da SDES e das Empresas Vinculadas.

A - CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO

O Conselho Estadual de Desenvolvimento, órgão colegiado formado pelos presidentes de diversas entidades representativas da comunidade riograndense, atua no âmbito das decisões mais abrangentes, relativas às diretrizes gerais da política de desenvolvimento econômico e social.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento foi implantado em 17.6.91. No corrente ano foram realizadas 15 reuniões e criadas 6 comissões: Área Social, Infra-estrutura, Econômica, Administrativa, Marketing e da Qualidade e Produtividade, que já realizaram um total de 35 reuniões.

Entre os resultados das reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento, destacam-se:

- Definição das Comissões dos Comitês Técnicos Assessores do CED para acompanhamento dos grandes projetos;
- Protocolo de Colaboração assinado entre Governo e FIERGS para desenvolver um Programa de Modernização da Indústria e da Infra-estrutura do Estado;
- Lançamento da Campanha Promocional "Qualidade de Vida no RS";
- Reforma Tributária/FEDERASUL;
- Legislação Tributária: uma comparação no âmbito do MERCOSUL;
- Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial: apresentação do Pólo de Ciência e Tecnologia e recuperação de solos dentro do Programa Microbacias;
- Projeto de Modernização e Reconversão Industrial;
- Medidas urgentes para uma política tributária competitiva;
- Programa Balcão de Inadimplência (SF);
- Proposta do Programa Estadual da Qualidade e Produtividade (SDES);
- Proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento Rural, baseado na conversão da dívida externa (OCERGS);
- Projeto Universidade Estadual;
- Discriminação do RS no Orçamento Geral da União: uma proposta para 1993, encaminhada ao Congresso Nacional;
- Orçamento do Estado/sinopse.

B - CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTOS (CRD)

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRD's, formados pelas lideranças regionais escolhidas num processo de discussão democrática da qual participa toda a comunidade, definem as prioridades específicas para cada região.

A Secretaria exerce a função de secretaria executiva, estabelecendo a coordenação entre as atividades dos dezenove Conselhos Regionais já instalados.

Os CRD's definiram a Proposta para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1993 e a Proposta para o Orçamento do Estado de 1993, prevendo repasse de recursos para atendimento das prioridades locais.

Em dezembro de 1992, foi realizado o Seminário de Avaliação dos CRD's, com o objetivo de apreciar a sua atuação - atividades desenvolvidas, projetos priorizados, resultados obtidos, participação das diversas Secretarias e as perspectivas para os próximos anos.

Participaram todos os presidentes dos CRD's, acompanhados de Conselheiros, formando uma plenária com aproximadamente 120 participantes, que contou com a presença do Governador e Secretários de Estado de Ciência e Tecnologia, para Assuntos Internacionais, do Desenvolvimento Econômico e Social, de Energia, Minas e Comunicação, do Planejamento Territorial e Obras e representantes do Secretário da Agricultura e Abastecimento.

Para o ano de 1992, os CRD's priorizaram os investimentos do Estado, que estão discriminados a seguir:

INVESTIMENTOS DO ESTADO PRIORIZADOS PELOS CRD'S 1992 - VALORES SET/OUT EM Cr\$ MIL

CENTRAL	5.530.129
NOROESTE COLONIAL	11.454.517
PRODUÇÃO	1.900.883
HORTÊNSIAS	5.574.300
FRONTEIRA NOROESTE	8.010.156
LITORAL	18.255.380
NORTE	2.280.360
MISSÕES	5.005.059
NORDESTE	4.222.980
FRONTEIRA OESTE	11.665.270
ALTO JACUÍ	2.096.956
MÉDIO ALTO URUGUAI	970.457
SUL	4.259.801
SERRA	8.350.000
VALE DO RIO PARDO	4.823.290
VALE DO TAQUARI	306.000
CENTRO SUL	5.623.876
VALE DO CAI	120.000

CAMPANHA	1.500.600
* DIVERSOS CDR'S	2.322.000
TOTAL GERAL	104.272.020

 * Estudos de alternativas de desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do sul.

C - SISTEMA ESTADUAL DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

C.1 - Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade Qualidade RS.

O Qualidade RS, lançado dia 15 de outubro, visa a melhorar a qualidade dos produtos e serviços produzidos no Rio Grande do Sul, atingindo um melhor índice de competitividade, tanto em nível interno quanto internacional.

Entre as ações desenvolvidas pelo programa destacam-se:

- ações conjuntas e contatos com diversas entidades para subsidiar a elaboração do PGQP;
- missão Técnica ao Japão (SDES, SCT, CIENTEC E SENAI) para subsidiar a elaboração do PGQP;
- elaboração da proposta básica do PGQP e sua discussão com entidades e instituições envolvidas com a questão;
- acompanhamento das ações, em nível federal e estadual, voltadas à melhoria de qualidade e produtividade e difusão das mesmas;
- participação em reuniões e grupos de trabalho com vista à interação com o programa nacional e de outros Estados;
- organização e realização do Seminário de Lançamento do Qualidade RS, com a presença de 1200 pessoas;
- constituição e regulamentação da Comissão Estadual da Qualidade e Produtividade;
- apresentação do Programa Qualidade RS em reunião com entidades de classe, empresas e universidades do Estado e representantes do Governo Federal;
- participação em eventos sobre Qualidade e Produtividade:
 - seminário Nacional da Indústria de Calçados - ABICALÇADOS
 - II Seminário dos Subprogramas setoriais dos Complexos Industriais
 - encontro Técnico sobre Projeto Especializado em Gestão da Qualidade

I Fórum Internacional da Qualidade e Produtividade, com entrega do Prêmio Nacional da Qualidade, realizado em Brasília

Seminário de Lançamento do Programa de Qualidade e Produtividade na Construção Civil - SINDUSCON

Seminário "A Cultura Tecnológica do Mundo" - SENAI/RS

Inauguração do Centro Tecnológico de Mecatrônica SENAI/RS

Lançamento da Rede Metrológica RS

Segunda reunião do PBQP - Coordenação Integrada dos Programas Estaduais com apresentação do Qualidade RS

- encaminhamento de Proposta para realização de curso em TQC na JUSE, Japão, para dirigentes empresariais, sindicais e governamentais, viabilizando ação estabelecida pelo Comitê de Métodos de Gestão.

C.2 - Programa de Modernização e Reconversão Industrial

O Programa de Modernização e Reconversão Industrial objetiva criar instrumentos de ação voltados à modernização dos segmentos industriais, do complexo agroindustrial e dos setores de infra-estrutura pública do Rio Grande do Sul, com vista à obtenção de melhoria da produtividade e dos padrões de competitividade da economia gaúcha em relação ao mercado internacional, especialmente ao MERCOSUL.

Visando à execução do Programa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- assinatura de Protocolo FIERGS/Governo do Estado;
- encaminhamento de Carta-Consulta através do COFIEIX;
- encaminhamento junto ao DEAIN;
- gestões junto às autoridades federais;
- reunião na sede do BID em Washington;
- articulação com entidades envolvidas;
- reavaliação dos componentes do Projeto.

C.3 - Programa de Desenvolvimento da Indústria Química e Petroquímica

O Programa de Desenvolvimento da Indústria Química e Petroquímica tem como objetivo proporcionar apoio tecnológico na implantação e expansão das indústrias dos ramos químicos do Rio Grande do Sul.

Com esse objetivo, vêm sendo desenvolvidas as seguintes ações:

- implantação de Programa de Estímulo à Indústria Petroquímica com vista à instalação do Banco de Dados e do Centro de Tecnologia em cooperação com sistema PNUD/UNIDO;
- tratativas com instituições e entidades envolvidas visando à implantação do Banco de Dados e do Centro Tecnológico;
- vinda da missão da UNIDO de 15 a 16 de setembro, com a finalidade de dar continuidade às ações para implantação do Centro de Tecnologia Química e Petroquímica;
- análise de incentivos fiscais e financeiros a serem estabelecidos para o segmento.

C.4 - Programa de Desenvolvimento de Pólos Tecnológicos

O objetivo dos Pólos Tecnológicos é desencadear um processo de otimização das potencialidades regionais para seu desenvolvimento científico e tecnológico, ampliando as atividades de pesquisas e extensão com o setor produtivo e o setor público.

Entre as atividades do Programa de Desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos que vêm sendo implantados no Estado por indicação dos CRD's, destaca-se a participação conjunta SDES/SCT na promoção da:

- promoção do Pólo Tecnológico de Modernização Industrial (CRD Serra), Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Noroeste, Pólo Tecnológico de Alimentos (CRD Produção), Núcleo de Integração de Tecnologia (CRD Missões), Pólos Tecnológicos da Região Sul (CRD Sul), Pólo Tecnológico de Alimentos (CRD Fronteira Oeste) e Pólo Tecnológico Carboquímico (CRD Campanha).

C.5 - Programa Mercosul/Integração Mundial

O Mercosul foi criado com os seguintes objetivos: inserir competitividade à economia dos quatro países, favorecer economias de escala, estimular os fluxos comerciais com o resto do mundo, promover a abertura econômica e balizar as ações dos setores privados e da sociedade como um todo.

Visando a alcançar esses objetivos foram efetivadas as seguintes ações:

- participação e organização em Missões Oficiais em ação conjunta com a SEAI, com destaque à Missão Oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul aos USA, Japão, Hong Kong e Taiwan - 17.04 a 03.05.92; Rodada de Análise do Processo de Reconversão Industrial RS-Uruguai - 08 a 10.07.92 e Encontro Técnico e Empresarial RS-Buenos Aires-Córdoba - 08 a 13.09.92;
- recepção a missões e empresários estrangeiros;
- apoio à instalação da Casa de Córdoba em Porto Alegre.

C.6 - Programa Estadual de Apoio ao Software Pólo Softsul

Este programa visa a articular forças econômicas privadas e instituições governamentais para promover o desenvolvimento de um pólo de produção e de exportação de software e serviços técnicos de informática.

Entre as ações desenvolvidas salientam-se:

- inserção da Região Metropolitana de Porto Alegre no Programa Nacional de Software para Exportação - SOFTEX 2000 - do CNPq, mediante a elaboração de trabalho conjunto do Governo do Estado, UFRGS e Assespro/RS; na primeira quinzena de dezembro/92, foi assinado Protocolo de Intenções entre o Executivo Estadual e o CNPq para a implantação desse núcleo do SOFTEX 2000 no Rio Grande do Sul. A Assembléia Legislativa aprovou, para o Pólo Softsul, recursos orçamentários para 1993, no valor de Cr\$ 1,2 bilhões, que serão a contrapartida do Estado no SOFTEX 2000;
- elaboração do projeto de lei para a não incidência de ICMS sobre o Software, enquanto produto intelectual. Minuta aprovada pelo Governador, a ser enviada à Assembléia Legislativa;
- articulação com o BANRISUL para a utilização da agência do Banco, em Nova Iorque, para servir de base à

exportação de software gaúcho. Futuramente, o mesmo deverá ser feito com o escritório de Buenos Aires;

- início da pesquisa junto às empresas de software e serviços técnicos de informática do Rio Grande do Sul, com vista à atualização do perfil setorial. Trabalho coordenado pela Assespro/RS, com colaboração desta Secretaria;
- realização de reunião de trabalho com mais de vinte empresas gaúchas produtoras de software, com objetivo de cadastrar aquelas que estão desenvolvendo projetos de exportação de software ou que tenham potencial para tanto;
- o município de Novo Hamburgo, a partir da criação do SOFTSUL, sancionou Lei isentando as empresas de ISSQN e IPTU pelo prazo de cinco anos, sendo o primeiro município da Região Metropolitana a aderir ao Programa.

D - SISTEMA DESENVOLVER

D.1 - Zona de Processamento e Exportação - ZPE

É constituída por um loteamento industrial situado em local com infra-estrutura adequada e área cercada, dotado de uma empresa administradora, onde se instalarão empresas produtoras de bens destinados à exportação, que receberão tratamento cambial, tributário e procedimentos administrativos diferenciados.

A ZPE é um instrumento de desenvolvimento regional que, através das ligações que estabelece com o mercado local de mão-de-obra, insumos, matérias-primas e empresas locais, propicia o incremento do emprego e da densidade econômica da região.

Visando à implantação da ZPE-Rio Grande, destacam-se as seguintes atividades:

- elaboração e publicação do Projeto ZPE-Rio Grande.
- organização e participação no Seminário sobre ZPE-Rio Grande com a presença do Secretário Executivo do CZPE/SDR, com vista a apresentar o Projeto para avaliação da comunidade de Rio Grande;
- concluídos todos os projetos de infra-estrutura, à exceção do de energia elétrica, em elaboração pela CEEE;
- contatos com empresas interessadas na ZPE Rio Grande.

D.2 - Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM/RS

O FUNDOPEM/RS tem como objetivo apoiar, mediante incentivos financeiros, a implantação e a expansão de projetos industriais de empresas de pequeno, médio e grande portes, visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Desde sua criação, em 1988, foram incentivados 86 projetos industriais, com investimentos fixos da ordem de US\$ 1,812 bilhões e 21.250 novos empregos.

No atual governo, foram beneficiadas 27 empresas com US\$ 300 milhões de investimentos fixos e 5.942 novos empregos.

No corrente ano, foram incentivados 17 projetos industriais, com investimentos fixos da ordem de US\$ 206 milhões e 3.760 novos empregos.

D.3 - Projeto Prorenda Microempresas/RS

Esse projeto visa ao desenvolvimento do empresário de microempresa, incentivando o associativismo através de entidades representativas fortalecidas.

Destacam-se as principais realizações:

- seminário de Planejamento ZOPP - Gramado;
- protocolo de Intenções SDES/GTZ - PRORENDA MICROEMPRESAS;
- treinamento Técnico - SENAI, SEBRAE, SENAC;
- reativação da Federação Gaúcha das Associações das Pequenas e Microempresas do RS;
- criação da Associação Regional Taquariense de Micro e Pequenas Empresas;
- assinatura do Convênio SENAI/SENAC/SEBRAE/SDES/GTZ para capacitação gerencial;
- protocolo de Intenções BANRISUL/SDES para implantação de linha de crédito;
- apresentação do Projeto em oito municípios do Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e em cinco entidades;
- difusão do associativismo em doze municípios do RS;
- consultoria em cinco entidades de apoio;

- treinamento de cinco associações de empresários de microempresas;
- consultoria prestada por quatro técnicos chilenos ao BANRISUL-Linha de Crédito.

D.4 - Distritos Industriais

Essa atividade tem como objetivo propiciar a implantação ou realocação de indústrias em lotes dotados de infra-estrutura básica, localizados nos Distritos Industriais de propriedade do Estado.

As principais ações desenvolvidas foram:

- contatos com a FEPAM visando ao licenciamento nos Distritos;
- obtenção de documentos e dados visando à regularização dos Distritos Industriais;
- demarcação de lotes, análise de projetos executivos e vistoria nas instalações das empresas nos Distritos Industriais;
- projetos e licitações de obras com vista à implantação de infra-estrutura nos Distritos Industriais;
- análise de Cartas-Consulta e projetos de viabilidade econômica de empresas interessadas nos Distritos Industriais;
- campanha promocional com redução temporária nos preços dos lotes dos Distritos Industriais.

D.5 - Áreas Industriais Municipais e Pavilhões Industriais.

O apoio à implantação de Áreas Industriais Municipais visa a desenvolver a mentalidade empresarial do município e ordenar o espaço urbano do mesmo, propiciando a implantação ou realocação de empresas em lotes dotados de infra-estrutura básica.

A elaboração de projetos e apoio à implantação de Pavilhões Industriais nos municípios tem como objetivo principal o desenvolvimento de microempresas no seu local de origem.

Destacam-se, a seguir, algumas das atividades desenvolvidas:

- conclusão de Planos Diretores das Áreas Industriais dos municípios de: Canguçu, Espumoso, Santo Ângelo, Camaquã, Santo Antônio da Patrulha, Santo Augusto e Cerro Largo;
- em andamento o Plano Diretor da Área Industrial de Três Passos;
- repasse de recursos para Áreas Industriais de: Alegrete, Cachoeira do Sul, Carazinho, Espumoso, Iraí, Lagoa Vermelha, Nova Prata, Rosário do Sul, Tapera e Bento Gonçalves;
- conclusão do Relatório de escolha de área para implantação de Áreas Industriais nos municípios de: Catuípe, Capão do Leão e São Francisco de Paula;
- em andamento estudo de avaliação de uma gleba para implantação de Pavilhão Industrial Modulado nos municípios de: Cachoeira do Sul e Constantina;
- assessoramento à Prefeitura Municipal de São Gabriel;
- elaboração de projetos e apoio a implantação de pavilhões industriais;
- assistência técnica para organização e gerenciamento do programa de pavilhões industriais;
- auxílio financeiro para implantação do Programa SIM - Solução para Implantação de Microempresas nos municípios de: Pelotas, Santa Rosa, Passo Fundo, Ijuí, Giruá, Constantina, São Sepé e São Francisco de Paula;
- programação de repasse de recursos para os municípios definidos pelos CRD's.

D.6 - Política Tributária e de Incentivos

Esse programa visa a propor a adoção de instrumentos legais para a promoção e desenvolvimento da indústria, do comércio e do turismo. Nesse sentido, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- orientação a empresários e investidores sobre condições de implantação de empreendimentos no Estado e incentivos;
- análise e elaboração de propostas de incentivos para o setor petroquímico, agroindustrial, recuperação industrial e outros;
- redução do ICMS na cesta básica do trabalhador;
- redução de ICMS para máquinas e equipamentos.

E - SISTEMA TURISMO

O Sistema Turismo tem como objetivo integrar as atividades de turismo no Estado e estabelecer as diretrizes básicas para a implantação de uma política estadual para o setor turístico, a ser desenvolvida conjuntamente pelo Governo do Estado e iniciativa privada.

Destacam-se, a seguir, as principais ações desenvolvidas:

- definição de diretrizes e ações prioritárias do Plano de Ação 91/94;
- estabelecimento da regionalização turística do Estado, conforme a sistemática dos CRD's;
- publicação dos Calendários Turísticos;
- contatos com entidades e participação em eventos com vista à promoção da atividade turística;
- acompanhamento das atividades da CRTUR de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo;
- plano Diretor de Marketing;
- lançamento da Campanha Terra de Muitas Terras;

F - SISTEMA DE REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SDES E DAS EMPRESAS VINCULADAS

Dentro desse sistema, desenvolveram-se as seguintes ações:

- adaptação física do 16º e 17º andares do Centro Administrativo para a localização dos novos órgãos integrantes da estrutura organizacional da Secretaria;
- definição das equipes de trabalho;
- implantação da nova estrutura organizacional;
- revisão do PDI e informatização - rede, computadores, treinamento;
- otimização de recursos financeiros e programação de investimentos para o exercício;
- reforma do andar térreo da Junta Comercial do Estado;
- elaboração do projeto de construção do anexo da Junta Comercial com recursos dos setores público e privado;

- alocação de recursos humanos para atendimento dos serviços de registro do comércio;
- aprovação de processo para abertura de concurso público para Junta Comercial;
- interiorização e informatização dos escritórios regionais da Junta Comercial.

5.1 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)

A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) foi fundada em 12 de janeiro de 1973, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do Estado, atuando como órgão de apoio e executor da política traçada pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social.

No decurso de 1992, atendendo às diretrizes que objetivam a modernização da estrutura estadual, a Companhia submeteu-se a uma reestruturação organizacional, com o redimensionamento de seus recursos humanos e materiais.

A CEDIC enquanto objetivo social presta serviços a pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou de direito privado, visando à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa, tendentes a fomentar e dinamizar o desenvolvimento industrial e comercial do Estado, mediante a elaboração e execução de estudos, projetos, programas, planos, obras e a realização de outros serviços conexos às suas finalidades ou delas decorrentes, bem como a participação acionária em outras empresas visando ao desenvolvimento econômico do Estado.

São suas atribuições:

- desapropriar áreas, em seu próprio nome ou em nome do Estado, bem como comprar e vender bens imóveis destinados a áreas industriais;
- prestar assessoramento técnico à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social;
- implantar pavilhões industriais para microempresas em distritos industriais;
- coordenar a implantação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE em Rio Grande.

A CEDIC, dando cumprimento aos seus objetivos e visando a compatibilizá-los a política de desenvolvimento estabelecida pelo Poder Executivo para o ano de 1992, direcionou seus trabalhos para a implementação dos

distritos industriais, a inauguração do Distrito Industrial de Alvorada-Viamão, a extensão de rede elétrica nos Distritos Industriais de Rio Grande e Alvorada-Viamão e a dinamização do processo de venda dos lotes nos Distritos Industriais.

Nesse sentido, assinou 4 (quatro) escrituras de compra e venda de terrenos localizados nos Distritos Industriais de Cachoeirinha, Gravataí, Rio Grande e Santa Maria; firmou escrituras de Promessa de Compra e Venda nos Distritos de Cachoeirinha, Gravataí e Rio Grande, sendo neste último 2 (dois) contratos; e em termos de contratos preliminares de Reserva de Área realizou 25 reservas, 1 (uma) em Gravataí, 3 (três) em Rio Grande, 9 (nove) em Santa Maria, 1 (uma) em Cachoeirinha e 11 (onze) em Alvorada - Viamão.

Os investimentos previstos em Distritos Industriais atingiram US\$ 25,8 milhões, gerando 2050 empregos.

Outro objetivo a ser destacado foi a implementação da Zona de Processamento de Exportação ZPE/Rio Grande, através da execução do levantamento da cobertura vegetal do Distrito Industrial de Rio Grande e a reforma do Centro Administrativo do mesmo, visando a sua utilização para a sede da administradora da ZPE/Rio Grande.

5.2 - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas teve sua constituição autorizada pela Lei Estadual Nº 6.573, de 05/07/73, como sociedade anônima de economia mista e capital autorizado. Atualmente é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SDES), conforme a Lei Nº 9.433 de 27/11/91.

Os objetivos da Sociedade, de acordo com seus estatutos, são a execução de serviços gráficos em geral e o exercício de atividades correlatas, cabendo-lhe, em especial, a edição do Diário Oficial do Estado, do Diário da Assembléia Legislativa, do Diário da Justiça e do Diário da Indústria e Comércio. Conforme determinações contidas no Decreto Nº 32.900, de 07/07/88, cabe exclusivamente à CORAG a confecção de todo o material gráfico necessário às atividades dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, inclusive empresas subsidiárias, fundações e autarquias.

Elaborou-se, no transcorrer do ano, o organograma da nova estrutura administrativa da Empresa e de seu quadro de pessoal, visando a redimensionar de forma mais racional as diversas atividades da Companhia, com uma conseqüente redução de custos operacionais que permitirão, inclusive,

uma diminuição de funções gratificadas presentemente existentes na CORAG. Esse organograma, após aprovação, determinará as novas diretrizes referentes ao quadro de pessoal.

Esse trabalho desenvolvido pelo SENAC, pela sua profundidade, trará reais contribuições à modernização da CORAG. Também sob a responsabilidade do mesmo, foi elaborado estudo sobre a insalubridade existente em todos os setores da Empresa.

A Companhia, no ano de 1992, obteve um faturamento acima das expectativas em relação a anos anteriores, resultado de excelente captação de serviços gráficos.

A área industrial ou operacional, responsável pelo acréscimo de faturamento, teve uma produção física assim distribuída: Diário Oficial do Estado - 2.347.234, Diário da Assembléia - 278.280, Informativos - 1.096.167, Impressos em Geral - 67.490.456, Separatas de Deputados - 239.603, Revistas - 63.200, Livros - 263.628, Cadernos - 461.000, e Centímetros/Coluna de Publicações - 4.459.311.

Inúmeras atividades têm racionalizado, agilizado e incrementado a produção industrial da CORAG. Dentre as mais importantes, destaca-se a unificação do setor de Paginação de Obras com os setores de Diagramação. O resultado obtido proporcionou vantagens de ordem operacional, com desocupação de área física e racionalização dos cargos de chefia. Foi extinta uma das chefias da Diagramação e a chefia da Paginação. Atualmente, um só chefe responde pelos dois setores, absorvendo os dois turnos de trabalho da Diagramação.

Os setores de Revisão passaram a contar com um Manual com Normas-Padrão de Revisão, objetivando dinamizar e aprimorar o trabalho executado.

Nessa mesma área, houve a extinção do turno da noite do setor de Tipografia, com o remanejamento de quatro funcionários para setores mais necessitados, sendo que os demais funcionários foram afastados da Empresa.

A redução do quadro de funcionários da área industrial foi um dos objetivos da Diretoria da Empresa, sem, contudo, diminuir a produtividade, que se manteve nos mesmos níveis, independentemente de redução de número de servidores.

A captação de novos serviços também não sofreu nenhuma queda.

A área industrial destacou-se pela racionalização do fluxo de trabalho. Estudo envolvendo esse assunto, de toda a parte operacional, continua em execução e

implantação. Conforme projeção, trará uma melhor distribuição e racionalização de cargos e salários.

Outro setor (assessoria) que continua merecendo a atenção da Diretoria Industrial é a Assessoria de Planejamento e Controle de Produção. Está sendo promovida uma revisão crítica dos controles executados, visando à otimização dos mesmos. Essa assessoria sofreu inúmeras transformações, na busca incessante de seus reais objetivos, ou seja, dotando a Empresa de total controle da parte produtiva, desde o recebimento de trabalhos, até sua efetiva entrega.

Sob a coordenação do Diretor Industrial, elaborou-se um estudo e formulação do Plano Administrativo, como suporte para a implantação da informatização das áreas de carência da CORAG.

Outro estudo elaborado foi o de Organização e Métodos, concluindo-se pela necessidade de implantação do sistema na Empresa.

Quanto à conservação e manutenção do atual parque gráfico, foi dado um importante passo com a liberação de importação de peças de reposição para máquinas Off-Set.

A área administrativa destacou-se pela permanente preocupação na manutenção dos bens da Empresa. A Divisão de Controle Patrimonial e de Recursos Humanos sofreram auditorias, onde os problemas levantados já mereceram os necessários reparos.

A produção industrial da Empresa apresentou um grande incremento no ano, motivado por um expressivo volume do trabalho, o que a obrigou a tomar medidas emergenciais, inclusive com a utilização de serviços de terceiros, para conseguir desencumbir-se dessa missão.

Essa situação evidenciou, de forma bem clara, as dificuldades enfrentadas pela CORAG pela falta de investimentos em máquinas e equipamentos, única maneira capaz de fazer com que a Empresa atenda às necessidades do Estado, relativamente a serviços gráficos.

Embora a contenção de gastos que tem caracterizado a atual administração, relatórios referentes à política de novos investimentos foram encaminhados à Secretaria, visando a uma definição quanto à conveniência ou não da CORAG modernizar o seu parque gráfico.

Apesar das dificuldades enfrentadas por esse órgão, no que diz respeito a investimentos na área produtiva, foram realizados serviços de manutenção de equipamentos, adquiridos 02 (dois) compressores herméticos e peças para máquinas impressoras, 01 (um) circulador de água para máquina Off-Set, bem como equipamento de escritório e utilitário.

5.3 - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)

O objetivo da CRTUR é a prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, visando à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa, tendentes a fomentar o turismo e atividades correlatas no território do Estado do Rio Grande do Sul.

A CRTUR, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, é o organismo que articula a política do turismo no Estado do Rio Grande do Sul. Sua atividade decorre da resolução política do Governo encaminhada pela Secretaria e está voltada a estimular o crescimento de um setor vital para o desenvolvimento regional. Ouvindo as comunidades do Estado, constatando o processo de conscientização dos mais diversos segmentos de nossa sociedade quanto à importância da inserção do setor nas atividades rentáveis do Estado, esta Companhia, aliada à Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, órgão que reúne o trade turístico, Associação Brasileira de Jornalismo e escritores de turismo/RS e técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborou o Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo. O documento demonstra a necessidade de planejamento global e as especificidades de cada região. Trata-se de um programa de ações e atividades capazes de bem estruturar toda a política setorial a partir da matriz que é o município. Em consonância com a política de conselhos regionais coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, estão sendo, desta forma, entregues os instrumentos para execução de tarefas voltadas para o incremento da atividade turística.

A política da Companhia compreende:

- articular e integrar efetivamente os órgãos oficiais e particulares com vista a dotar o Estado de infraestrutura física e de recursos humanos, bem como promover o produto turístico gaúcho em nível nacional e internacional;
- executar programa de divulgação do turismo rio-grandense, coordenando e investindo em atividades publicitárias que demonstrem os atrativos apresentados pelo Estado como meio de dinamizar a comercialização da oferta turística gaúcha;
- promover e apoiar a formação de recursos humanos especializados em turismo, via integração com entidades públicas e privadas, dedicadas ao ensino e formação profissional;
- implementar o Plano Estadual de Turismo, atualizando-o frente às novas necessidades apresentadas pelo setor;

- executar o programa de manutenção e de realização de obras de apoio à infra-estrutura turística, bem como aperfeiçoar os instrumentos com que conta a estrutura pública de turismo do Estado.

Tendo em vista a preocupação do Governo do Estado na busca de uma estrutura leve, transparente, racional e dinâmica, foi elaborado um trabalho de reestruturação da Empresa, criando instrumentos capazes de propiciar condições ideais para que possa atingir o seu principal objetivo de fomentar a atividade turística no Estado, em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo.

Entre os projetos e atividades desenvolvidas em 1992, cabe destacar os que seguem.

A - Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo do Rio Grande do Sul

Continuidade à execução das ações programadas no Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, elaborado pelo Sistema Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social/Companhia Rio-Grandense de Turismo e Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo, que contém os seguintes programas básicos:

- Programa de Ampliação da Demanda Turística;
- Programa de Organização e Desenvolvimento da Oferta Turística;
- Programa de Manutenção da Qualidade de Matéria-Prima;
- Programa de Regionalização Turística.

B - Promoção/Comercialização

A situação privilegiada do Rio Grande do Sul, situado no centro dos países do Cone Sul, evidenciou a necessidade sistematizar as ações de comercialização, de forma a consolidar a imagem atrativa do Estado junto aos centros emissores, aumentando o fluxo e a permanência de visitantes externos ao Estado. Assim sendo, buscou-se executar programa de divulgação do turismo gaúcho, coordenando e investindo em atividades publicitárias que demonstrem os atrativos apresentados pelo Estado, como meio de dinamizar a comercialização da oferta turística, aliado à promoção do produto rio-grandense em nível nacional e internacional.

Dentro dessa atividade Promoção/Comercialização cabe destacar a participação em eventos internacionais, nacionais e estaduais a seguir descritos:

B.1 -Eventos Internacionais

- Bolsa de Turismo em Lisboa (BTL), Lisboa/Portugal
- Feira Internacional de Turismo (FITUR) Madri/Espanha
- Congresso da Confederação das Organizações Turísticas da América Latina (COTAL), Santo Domingo/República Dominicana
- Congresso da Associação Argentina das Agências de Viagens e Turismo (AAVYT), Mar del Plata/Argentina

B.2 -Eventos Nacionais

- Congresso da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo (ABRAJET), Brasília/DF
- Congresso da Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV), Rio de Janeiro/RJ
- Encontro Nacionais de Bacharéis e Estudantes de Turismo (ENBETUR), Camboriú/SC
- ECO/92 e Feira dos Destinos Ecológicos Nature Brasil, Rio de Janeiro/RJ

B.3 -Eventos Estaduais

- Festival de Publicidade e Turismo (FIPTUR), Porto Alegre/RS
- Festival de Turismo de Gramado, Gramado/RS
- 8º Repente da Canção Crioula do Litoral Sul, São Lourenço do Sul/RS
- XII Rodeio Crioulo Internacional e IV Tafona da Canção, Osório/RS
- Encontro dos Organismos Oficiais de Turismo, Imbé/RS

B.4 -Reuniões Técnicas

- Sistema Nacional de Turismo, em Brasília, Curitiba, Belo Horizonte e Recife
- Avaliação da Temporada Verão 91/92, com o trade turístico, em Porto Alegre/RS
- Fórum Estratégia de Ação Promocional Turística do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS
- Comissão de Turismo Integrado da Região Sul (CTI/SUL)
- Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste da Argentina (CRECENEA)
- Programa de Qualidade e Produtividade RS

B.5 - Material Promocional

- Confecção do calendário de Eventos Turísticos do Rio Grande do Sul do 2º semestre/92 e 1º semestre/93
- Plano de Marketing 92/93

B.6 - Encontros Comerciais

- Córdoba
- Rosário
- Santa Fé

Estes "work-shops" foram realizados em ação conjunta iniciativa privada/Estado/municípios, onde o produto turístico gaúcho foi divulgado e comercializado.

C - Ações Integradas com o Cone Sul - Protocolo 23

Considerando a necessidade de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, foi assinado o Protocolo Regional Fronteiriço (23). No Brasil, o acordo é constituído pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul (CTI-SUL) e, na Argentina, pelas Províncias de Formosa, Chaco, Santa Fé, Misiones, Corrientes, e Entre Rios, (que integram a Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste da Argentina (CRECENEA).

Objetivando identificar e propor projetos de desenvolvimento conjunto, reuniram-se a CTI-SUL e o CRECENEA para propor soluções para os problemas operativos fronteiriços, visando a facilitar a circulação de pessoas, mercadorias e veículos, bem como a elaboração de roteiros turísticos integrados.

Foram realizados encontros comerciais em Córdoba, Rosário e Santa Fé, numa ação conjunta iniciativa privada/Estado/municípios, onde o produto Rio Grande do Sul foi divulgado e comercializado.

D - Ações CTI-SUL

Articuladamente, a CTI-SUL, após a aprovação dos Governos dos quatro Estados, esteve presente em eventos promocionais de caráter nacional e internacional, visando à comercialização do produto turístico de forma integrada.

O item Turismo Ferroviário foi considerado prioritário dentro do Plano Nacional de Turismo.

Dentre as ações CTI-SUL, cabe, ainda, destacar:

- participação conjunta nas reuniões do Sistema Nacional de Turismo, promovidas pela EMBRATUR;

- reativação do Protocolo 23 - Regional Fronteiriço, face às novas necessidades de intercâmbio, com vista à implementação do MERCOSUL.

E - Assessoria de Comunicação Social

Realizou, em 1992, as atividades que seguem:

- coordenação da participação da Diretoria da CRTUR em entrevistas de rádio e televisão, principalmente nas emissoras do Interior do Estado;
- distribuição de 52 matérias a veículos de comunicação social de fora do Estado;
- distribuição de 27 matérias à imprensa especializada, inclusive de fora do Estado e do País;
- coordenação da edição especial da Revista Programa, para o Congresso da ABRAJET;
- participação do programa de treinamento para oficiais e praças da Brigada Militar do Estado, com vista à melhoria do atendimento aos turistas.

F - Sinalização Turística e Indicativa Rotineira

Formação de comissão para elaboração de estudo de viabilidade e levantamento das vias de acesso aos municípios gaúchos e programa de roteiros turísticos. Foi elaborada proposta para a execução de projeto de sinalização especial nos locais de interesse turístico, uniformizada em todo o Estado, padronizando a informação turística, de forma a popularizar os elementos informativos.

G - Centro de Captação de Eventos

Elaboração de estudo de viabilidade para implantação de um centro de eventos no Estado do Rio Grande do Sul.

H - Qualificação de Recursos Humanos

Termo de Cooperação Técnica com a Brigada Militar e a Associação Brasileira de Relações Públicas-RS/SC.

Termo de Convênio com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Introdução ao Sistema de Informações Turísticas (SINTUR) - Fase I, através de participação em Curso de Introdução à Computação, realizado na EMBRATUR, em Brasília.

Elaboração, com o SENAC, do Plano de Curso para Formação de Guias de Turismo Especializados em Roteiro Ecológico.

I - Assessoria aos Municípios

A realidade do setor turístico do Estado apresenta de peculiaridades. As áreas com menor ou maior grau de desenvolvimento de turismo somam dezenas de municípios, tendo componentes atrativos especialmente distribuídos nas diversas regiões do Estado. Estas características, somadas às de ordem natural, econômica e sócio-cultural configuram, igualmente, diversificadas possibilidades e tendências de mercado. Dentro deste contexto e com o objetivo de criar condições para melhor apoiar e assessorar os Municípios, foi elaborado e instituído o Decreto 32.037/85, que dispõe sobre a classificação de municípios de interesse turístico e sua intervenção no Programa de Comercialização do Estado.

O atendimento aos municípios no que se refere à aplicação do Decreto tem sido contínuo, e os que são classificados passam a dispor de regime de prioridade na tramitação de suas proposições e assessoramento ao desenvolvimento do turismo.

J - Turismo Ecológico

O projeto tem como objetivo o aproveitamento racional do patrimônio natural do Estado, de forma a não comprometer o maior produto turístico, que é a própria natureza, valorizando o aspecto contemplativo e a necessidade de preservação.

A Comissão de Turismo Ecológico é constituída por representantes do IBAMA, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, FEPAM, Fundação Zoobotânica, Secretaria do Planejamento e da Administração, Secretaria de Ciência e Tecnologia, SENAC e CRTUR.

Com vista à elaboração do Guia Nacional de Roteiros Ecológicos, pela EMBRATUR, procedeu-se ao levantamento dos atrativos ecológicos fiscalizados e de propriedade das entidades a seguir relacionadas:

- CRTUR - Parque da Guarita e Parque do Caracol;
- Secretaria da Agricultura e Abastecimento-Parque Florestal do Turvo (Yucumã) e Parque Itapuã;

- Fundação Zoobotânica - Delta do Jacuí, Parque Zoológico, Jardim Botânico e Parque de Proteção do Ambiente da COPE SUL;
- IBAMA - Parque Nacional dos Aparados da Serra, Estação Ecológica do Taim, Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Florestas Nacionais): Canela, São Francisco de Paula e Passo Fundo;
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Reserva Ecológica do Lami.

L - Turismo Social

O Turismo Social tem como objetivo ampliar o número de pessoas que fazem turismo, através da democratização da atividade turística, como a elaboração de programas para públicos com características, possibilidades e interesses específicos: os jovens, os idosos e programas que atinjam e beneficiem a comunidade em geral.

L.1 - Albergues da Juventude

Implantação de quatro albergues da Juventude: A.J. Parque Osório, em Tramandaí; A.J. Tramandaí, em Tramandaí; A.J. Pousada Porto Alegre, em Porto Alegre; e A.J. Pousada do Viajante, em Canela.
 Nº total de pernoites: 19.215.
 Nº total de associados: 3.500.
 Levantamento de informações visando à elaboração do Manual Operacional de Albergues da Juventude, editado pela EMBRATUR.

L.2 - Clubes da Maior Idade

Implantação de cinco Clubes da Maior Idade privados, em Porto Alegre: C.M.I. Bairro Petrópolis, C.M.I. Moinhos de Vento, C.M.I. Sociedade Polônia, C.M.I. Associação Funcionários Banco do Estado do RS, C.M.I. Escola Técnica Parobé.
 Implantação de dois Clubes da Maior Idade privados no Interior: C.M.I. Passo Fundo e C.M.I. Santo Ângelo.
 Participação no IV Encontro Nacional de Clubes da Maior Idade, em Minas Gerais.
 Levantamento de informações visando à elaboração do Manual Operacional de Clube da Maior Idade, editado pela EMBRATUR.
 Número de associados: 1.550.

L.3 -Táxi-Turismo: Aperfeiçoamento de Recursos Humanos

O programa Táxi-Turismo tem por objetivo integrar os táxis urbanos no desenvolvimento dos pólos receptores, ao mesmo tempo serve como elemento de apoio logístico e de promoção turística, garantindo ao turista serviço de táxi adequado, mediante a melhoria de condições de conforto, segurança e apresentação do veículo, bem como de padrões de atendimento dos motoristas. Foi implantado o projeto nos Municípios de Ijuí e Uruguaiana.

M - Estatística, Informação e Recepção

Tem por objetivo prestar informações por telefone, correspondência, distribuição de material informativo e promocional e o atendimento aos Centros de Informações Turísticas (CENINTUR's) do Aeroporto Internacional Salgado Filho, Rodoviária e Casa de Cultura Mário Quintana, na Capital, bem como no Interior do Estado, em Aceguá-Bagé, Chuí, Cristal, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, Porto Vera Cruz e Uruguaiana.

Informações prestadas por telefone : 1.762

Material de divulgação distribuído : 136.824

Entre outras atribuições, presta apoio à realização de eventos, normalmente através da cedência de recepcionistas e, quando realizados em Porto Alegre, os CENINTUR's da Capital são colocados à disposição. Foram atendidos no ano de 1992 um total de 61 eventos.

A Estatística elabora relatórios mensais dos movimentos dos CENINTUR's e divulga os dados mensais da EMBRATUR relativos ao Boletim de Ocupação Hoteleira, sendo que:

- contagem, conferência e separação da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes: 324.864;
- conferência e tabulação dos dados do Boletim de Ocupação Hoteleira : 2.376.

O DEIR coordena a Pesquisa da Demanda Turística Internacional, através de convênios com a EMBRATUR, sendo realizada em três etapas, nos meses de fevereiro, julho e novembro (alta, média e baixa temporadas, nos Municípios de Porto Alegre (Aeroporto), Santa Vitória do Palmar (Chuí), Santana do Livramento e Uruguaiana.

M.1 - CENINTUR's Capital e Interior

Seleção e treinamento das recepcionistas para o Posto de Informações de Osório, Ijuí e Pantano Grande (durante alta temporada 92/93).

Inauguração dos Postos de Informações Turísticas na RS-030, km 89 e BR-101, km 99 - Osório, durante a alta temporada 91/92 e 92/93.

Inauguração do Traller da SOS FREE-WAY, em convênio com a Ribeiro Jung S/A, próximo à área de repouso da BR 290, na alta temporada 91/92.

Inauguração da CENINTUR Aceguá, em Bagé, localizado na Receita Federal.

Implantação do Sistema Informatizado no Centro de Informações Turísticas do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Supervisão do CENINTUR São Borja e assinatura de convênio com a Prefeitura Municipal para a instalação de um novo Centro de Informações Turísticas.

Reinauguração do Centro de Informações Turísticas de Jaguarão e inauguração do Centro de Informações Turísticas e Serviços localizado na BR-116, km 25, durante a alta temporada 92/93.

Introdução ao SINTUR - Sistema de Informações Turísticas - Fase I, através de participação em Curso de Introdução à Computação, realizado na EMBRATUR, em Brasília.

Seleção e treinamento de recepcionistas para os Postos de Informações localizados nos Shoppings Centers Iguatemi e Praia de Belas, em ação conjunta com as Lojas Paquetá, durante a alta temporada 92/93.

N - Engenharia e Arquitetura

Com o objetivo de indicar ao público os níveis de conforto, serviços oferecidos pelos estabelecimentos turísticos, de orientar investidores e empresários quanto aos padrões exigidos para enquadramento e classificação dos empreendimentos nos tipos e categorias desejados, a EMBRATUR classifica os meios de hospedagem e turismo, de acordo com as resoluções normativas do CNTUR, mediante a aplicação da respectiva matriz de classificação, sendo considerados os aspectos construtivos, equipamentos, instalação e serviços.

O - Administração do Acervo

Manutenção e fiscalização dos equipamentos pertencentes ao acervo da Companhia em Cachoeira do Sul, Cidreira, Canela, Flores da Cunha, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, São Miguel das Missões, Torres, Tramandaí e Viamão.

P - Centro de Atividades Descentralizadas EMBRATUR/CRTUR - CADE/RS-CRTUR

Atividades desenvolvidas pelo CADE/RS, conforme Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR) e COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO (CRTUR).

- Cadastramento e Classificação de Empresas, Empreendimentos, Serviços Turísticos e Equipamentos Turísticos

- classificação de agências de turismo: 92
- classificação de transportadoras turísticas: 3
- classificação de empresas organizadoras de eventos: 1
- habilitação de empresas à estímulos financeiros: 5
- classificação empresas exploradoras de meios hospedagem: 10
- cadastramento de guias de turismo e recadastramento: 179
- classificação de veículos de turismo: 98

- Atendimento ao Consumidor e ao Empresário do Turismo

- atendimento em geral: 3.679

- Controle de Qualidade do Produto Turístico

- Processos de apuração e infrações e reclamações: 27
- notificações expedidas: 43
- comunicações expedidas: 38
- autos de infração: 07
- processos diversos tramitados: 1.301

5.4 - JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (JC)

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul, criada por ato da Princesa Dona Isabel, em 24 de maio de 1877, tem como principais atribuições:

- execução do registro do comércio;
- assentamento dos usos e práticas mercantis;
- fixar o número, processar a habilitação e a nomeação, fiscalizar, punir e exonerar os tradutores públicos e intérpretes comerciais, leiloeiros, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e os prepostos ou fiéis desses profissionais;
- organizar e revisar as tabelas de emolumentos, comissões ou horário dos profissionais enumerados no item anterior;
- fiscalizar os trapichos, armazéns de depósitos e as empresas de armazéns gerais;
- solucionar consultas formuladas pelos poderes públicos a respeito do registro do comércio e atividades afins;
- publicidade institucional e/ou obrigatória.

Na consecução de suas finalidades, a Junta realizou a constituição de 53.201 novas firmas e sociedades e a extinção de 14.121.

Na área de processamento eletrônico, ora vigente na Junta Comercial, os acréscimos verificados no ano de 1992 foram os seguintes:

- implantação do cadastramento de cancelamento de firma individual;
- geração de NIRC;
- cursos no Departamento Nacional de Registro do Comércio Brasília;
- introdução ao processamento de dados;
- Edix V;
- administração do Edix V;
- geração de relatórios para SINDIMICRO;
- reestruturação de cadastros existentes.

Seguindo a política de descentralização dos serviços do registro do comércio nas 42 microrregiões existentes, já foram instalados através de convênios com as prefeituras municipais e associações de classes, 37 escritórios, faltando apenas 4, a saber: Canoas, Vacaria, São Jerônimo e Tenente Portela.

Convém salientar que durante o ano de 1992 só foi instalado o escritório descentralizado de Guaporé.

5.5 - CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S.A. (VINOSUL)

A VINOSUL, criada pela Lei nº 6.441, de 11 de novembro de 1972 e constituída em 22 de fevereiro de 1973, com sede em Caxias do Sul, está vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social.

A empresa exerce atividades reguladoras e orientadoras do setor vitivinícola e da fruticultura em geral, através de pesquisa, experimentação, promoção e outras atividades, e serviços relacionados direta ou indiretamente com suas finalidades, delas decorrentes ou cuja execução interesse ao desenvolvimento do setor. Exerce também atividades de concentração de mosto de uva e outras frutas, assim atua como órgão auxiliar do Estado, na formulação e execução da política estadual da vitivinicultura.

Durante o exercício de 1992, a VINOSUL, através de suas duas unidades industriais - Caxias do Sul e Bento Gonçalves - realizou as seguintes atividades:

- concentração e dessulfitação de 7.184.006 litros de mosto de uva na unidade industrial de Bento Gonçalves;
- concentração e dessulfitação de 7.138.423 litros de mosto de uva na unidade industrial de Caxias do Sul;
- armazenamento de 4.132.700 litros de mosto de uva para fins industriais.

Encontra-se em andamento o projeto de privatização da Empresa, sendo que, em 1992, foram avaliados seus bens patrimoniais, visando a transferência do controle acionário, via leilão da Bolsa de Valores.

5.6 - FESTA NACIONAL DA UVA, TURISMO E EMPREENDIMENTOS S.A. (FENUVA)

A FENUVA tem como objetivo principal a promoção da Festa Nacional da Uva através do planejamento e programação de sua exploração comercial. Nos períodos em que a festa não se realiza, a FENUVA promove feiras e exposições agrícolas industriais de âmbito regional, nacional ou internacional e outras atividades próprias de sua organização.

Durante o ano de 1992 tramitou o projeto de lei para municipalização da empresa, atendendo à expectativa da comunidade local.

No final de dezembro, foi assinada a Lei que autorizou o Estado a negociar com o Município de Caxias do

Sul 51% das ações da FENUVA, sob o seu controle, passando o referido município a ser acionista majoritário da mesma.

5.7 - AÇÚCAR GAÚCHO S.A. (AGASA)

O Açúcar Gaúcho S.A. teve o seu processo de liquidação iniciado em 30.02.92, através de Assembleia Geral de Acionistas. Foi realizado inventário patrimonial da empresa e em 30.10.92 foi publicado seu Balanço Patrimonial.

6 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

- 6.1 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**
- 6.2 - Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA)**
- 6.3 - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)**
- 6.4 - Departamento Aeroviário do Estado (DAE)**

A Secretaria dos Transportes, órgão que coordena a política dos transportes no Estado, cumpre suas funções através de quatro órgãos vinculados que são: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), responsáveis pelo setor rodoviário; Departamento de Portos, Rios e Canais (DEPRC), com atuação no setor hidroviário; e o Departamento Aeroviário do Estado, órgão específico do setor aeroviário.

No transcorrer de 1992, a Secretaria dos Transportes consolidou sua estratégia de ação baseada na participação efetiva na política de integração com os estados da Região Sul e com os países do Cone Sul. Neste particular destacam-se:

- no âmbito do CODESUL, reuniões com os representantes do CODESUL/CRECENEA (Conselho Regional dos Empresários do Nordeste da Argentina) em Foz do Iguaçu, visando ao desenvolvimento integrado de municípios de fronteira do RS e da Argentina. Participação no Fórum Técnico Inter-secretarias na Secretaria do Planejamento e da Administração para tratar do Programa de Ações Integradas do Sul (PAIS) e dos subprogramas: Plano de Desenvolvimento Regional Integrado da região Sul (PDRI), Sistemas Integrados de Pleitos (SIP) e Programa de Ação e Coordenação Integrada (ACIN);
- em relação ao MERCOSUL, realizaram-se reuniões com representantes da Câmara Paraguaia de Exportadores de Cereais e Oleaginosas (CAPECO/PARAGUAIA), no Brasil, para preparar a reunião de Foz do Iguaçu (CODESUL/CRECENEA), visando a operacionalizar o escoamento da safra de soja paraguaia de 1992.

Buscando uma maior integração entre os países do Mercosul, houve reunião tripartite entre representantes das regiões fronteiriças Brasil/Argentina e da República do Paraguai, para formular um acordo de cooperação para racionalização das operações de transportes de cargas transitórias por estas regiões.

No intuito de captar novas cargas para os portos gaúchos, a Secretaria realizou um levantamento da oferta de transporte hidroviário nas travessias internacionais na Região do Alto Uruguai, e uma análise das alternativas para suprir a deficiência operacional entre São Borja e Santo Tomé.

Tentando buscar uma ampla integração entre os diversos modais de transportes que operam no Estado, a ST tem participado efetivamente em reuniões de negociação com o Departamento Nacional de Transportes Aquaviários (DNATA), órgãos da Secretaria Nacional de Transportes (SNT)/Ministério da Infra-Estrutura (MINFRA), a fim de estudar as possibilidades de antecipação da renovação do contrato de concessão do DEPRC com a União.

Em decorrência das alterações havidas na administração hidroportuária federal, a Secretaria vem implementando medidas para implantação do futuro porto de Cachoeira do Sul, entre os quais a elaboração de um relatório técnico com descrição da cobertura vegetal existente em área de 182ha, para liberação pela FEPAM.

No transcorrer de 1992, a Secretaria dos Transportes, em convênio com a Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Pelotas, implementou a 1ª fase do estudo para o desenvolvimento de Modelo de Gerenciamento de Estradas Municipais para as Prefeituras do Interior do Estado.

A fim de alcançar os objetivos do Programa de Corredor de Exportação e Abastecimento do Estado do RS, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- previsões dos fluxos de carga, para que se tenha idéia das necessidades básicas de transporte nos corredores;
- programação, coordenação e controle do escoamento e abastecimento no mercado interno (RS), Repúblicas do Paraguai e Uruguai, nos corredores de transporte dos portos de Rio Grande e Porto Alegre;
- Identificação e avaliação da capacidade de transporte de carga rodo-ferro-hidroportuário no Estado, para locação e distribuição do sistema de transporte e armazenagem no escoamento da safra, recomendando ações de curto prazo de cunho administrativo, institucional, legal, gerencial e físico-operacional para as autoridades estaduais e federais;
- elaboração de relatórios analíticos do desempenho operacional das modalidades de transporte, com identificação das disfunções, pontos críticos e posteriores recomendações de médio e longo prazos aos setores responsáveis;

- estudos da nova estrutura organizacional da Secretaria dos Transportes, das atribuições dos órgãos vinculados, conforme as novas diretrizes da Reforma Administrativa.

No que se refere às auditorias operativas, a Secretaria dos Transportes realizou as seguintes atividades:

- auditoria no DEPRC: encontra-se suspensa, aguardando julgamento de mandado de segurança impetrado pela DREER Engenheiros Associados;
- auditoria no DAER: a licitação encontra-se em fase de julgamento da proposta técnica;
- auditoria da CINTEA: o processo licitatório encontra-se em fase de julgamento da habilitação das empresas concorrentes, processo em diligência com prazo suspenso.

6.1 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

O DAER é uma autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes, que tem como principais atribuições: estudar, projetar, implantar, melhorar e conservar as rodovias a seu cargo, e também disciplinar e fiscalizar o uso dessas estradas; prestar assistência técnica aos municípios e executar obras por delegação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Uma das funções mais relevantes é o de propiciar a todas as zonas produtoras condições para o escoamento das produções agrícola e industrial, ligando-as aos centros de consumo.

O DAER mantém em atividade 17 unidades de conservação localizadas em pontos estratégicos do Estado, incumbidas de promover a conservação e melhoramentos das rodovias de sua malha que atualmente é composta de 9.800km. Além disso, busca implantar novas rodovias e melhorar a rede estadual, realizando serviços de terraplenagem, pavimentação e obras de arte, proporcionando aos usuários das rodovias do Estado condições razoáveis de trafegabilidade, visando à segurança e ao conforto.

As ações mais importantes, no decorrer de 1992, no planejamento rodoviário foram:

- através da Diretoria de Planejamento, foi realizado o Seminário sobre Normas de Projeto do DAER, cujo objetivo foi analisar as normas utilizadas e a sua adequação à nossa realidade econômica e social. Foram apresentadas 20 proposições, das quais 17 foram aprovadas, sendo que estas aprovadas serão estudadas pelo DAER, objetivando sua implementação;

- Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais (PNMRE), programa com financiamento do Banco Mundial, com operações na ordem de US\$ 190 milhões. O programa para 5 anos prevê restauração de 855km e recapeamento de outros 1.145km. O programa foi aprovado pelo Banco Mundial, e já vem sendo implementado. Estão sendo tomadas medidas necessárias para a licitação dos 3 primeiros trechos;

- programa de pedágio: a Praça de Pedágio, pioneira no programa, foi inaugurada em 04.12.92. Funciona com pessoal próprio do DAER, com uma arrecadação média diária de Cr\$ 40 milhões. Dentro de 180 dias, já deverão estar operando outras duas praças de pedágio: a de Rincão do Cascalho, com 18.000 veículos/dia e a de Sapiranga, com 12.000. Na seqüência, deverão entrar em operação, no exercício vindouro, as seguintes: Arroio do Meio, em agosto de 1993; Caxias do Sul, em outubro de 1993; Gramado, novembro de 1993.

Outras dependem de entendimentos políticos, entre o Estado e a União, no sentido de definir a jurisdição da BR-386 (Estrada da Produção) e BR-290 (Free Way);

- programa de corredores de transportes do RS: continuam as tratativas junto ao DEAIN-COFIEX, para obtenção do financiamento junto ao SID, visando a pavimentar 800-900km de rodovias e compra de equipamentos rodoviários e veículos para melhorar o parque de máquinas do DAER. O valor total do programa é US\$ 298.430.000,00.

Dentre as ações mais importantes no decorrer de 1992, no planejamento rodoviário, citamos a conclusão de 660km de projetos rodoviários; 1.695km de projetos rodoviários em andamento; 1800m de projetos de pontes e viadutos e estudos topográficos em 500km.

O DAER foi responsável, no período, pela supervisão de construção de obras em rodovias, tendo concluído 165km, sendo 150km de obras concluídas em pista simples, 10km em pista dupla e 3km de estradas restauradas. Através da Unidade de Serviços Concedidos, o DAER gerencia o Sistema de Transporte Municipal, abrangendo 275 terminais rodoviários, 1.831 linhas, com uma frota de 1.985 ônibus. Em 1992, foram implementadas uma série de novos serviços, tais como:

- criadas 61 novas linhas de transporte coletivo;
- implementados 13 terminais rodoviários;
- renovada a frota (500 veículos);
- informatizado o sistema de cálculo tarifário;
- realizado o 1º Encontro de Fiscais de Tráfego da Capital e do Interior.

Relativamente ao controle e segurança de tráfego rodoviário, destacam-se: a realização de patrulhamento rodoviário, a construção de postos policiais e a implantação de novas balanças, para pesagem de veículos de carga localizadas no Interior do RS como em Feliz, Cortado, Passo Fundo, Palmares e Estreito.

No exercício de 1992, o DAER investiu em obras de construção e restauração valores orçados em Cr\$ 625 bilhões; e em custeio, incluindo o custo de conservação da malha rodoviária, pessoal técnico, administrativo e amortização de equipamentos, valores de Cr\$ 840 bilhões.

6.2 - COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), empresa pública criada pela Lei nº 5.753/69, é o órgão responsável pela execução de obras referentes às estradas vicinais no Estado do Rio Grande do Sul.

Atuando em conjunto com 333 municípios gaúchos que são seus acionistas, a CINTEA procura atingir os seguintes objetivos: consolidação da malha vicinal do Estado, assegurando trafegabilidade permanente de veículos; integração da malha vicinal com a rede troncal e com os centros de armazenamento e comercialização; diminuição do custo de transporte.

A Companhia, visando a atingir os objetivos propostos, realiza seu trabalho através de cinco atividades básicas, a saber: construção e reconstrução de estradas vicinais, construção de aterros de acesso e terraplenagem, construção de obras de arte especiais e de pontes pré-moldadas.

A CINTEA executou, em 1992, 29,8km de construção de estradas, 756,9km de reconstrução ou melhorias e realizou obras com volumes de 46.000m³ de aterros e terraplenagens diversas.

O projeto de construção de pontes pré-moldadas, pioneiro no Estado, iniciado em fins de 1988, consolidou-se no exercício de 1989 e continuou no decorrer dos anos de 1990 e 1991. Em 1992 foram construídos 12,0m. de pontes pré-moldadas e 16,2m de obras de arte especiais. Foram desenvolvidos 9 novos projetos, dos quais 2 foram contratados e 1 foi concluído.

O parque dos equipamentos rodoviários está constituído por 573 unidades. No curso do exercício, aproximadamente em torno de 30% manteve-se fora da atividade operacional, para fins de consertos, revisões e reformas.

No exercício de 1992, não houve alterações relevantes nos fatores de produção. A Companhia continuou operando com os mesmos equipamentos rodoviários, estando as últimas aquisições ingressando na terceira vida útil; na área de recursos humanos, não ocorreram ingressos e sim saídas espontâneas do quadro; na área financeira, a Companhia não obteve recursos por capitalização.

A CINTEA pertence ao grupo das empresas definidas pelo Governo do Estado que se submeterá à processo de consultoria e auditoria administrativa, operativa e técnica. Está em andamento o processo de licitação pública para contratação da empresa que realizará a auditoria.

6.3 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

O Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes, tem como atribuições a administração dos portos organizados de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, bem como o planejamento e execução dos serviços concernentes à construção, melhoramento, ampliação, conservação, demarcação e balizamento dos portos, canais de acesso e vias fluviais e lacustres da malha hidroviária do Estado.

A administração dos portos, a execução dos serviços de dragagem e balizamento dos canais interiores e a manutenção da barra do Rio Grande são feitos por concessão federal ao Estado do Rio Grande do Sul. Já as demais incumbências, correspondentes às obras e manutenção da malha fluvial e lacustre, constituem encargos do Estado.

Para cumprimento de suas atribuições previstas na Lei nº.1.561/51, regulamentada pelo Decreto nº 19.667/69, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais conta com cinco unidades coordenadas pela Direção Geral, que são a Administração dos Portos de Rio Grande, de Porto Alegre e de Pelotas, dos Serviços Delegados e das Vias Fluviais.

O Porto de Rio Grande constitui a principal unidade do DEPRC, possuindo as maiores e mais modernas instalações portuárias, responsáveis por uma expressiva movimentação de cargas, salientando-se a soja e seus derivados, adubos, fumo, calçados, congelados e petroquímicos.

O Complexo Portuário de Rio Grande é formado por três zonas principais: Porto Velho, Porto Novo e Superporto, todas dotadas de instalações e equipamentos, porém apresentando profundidades diferenciadas: o Porto Velho com 4,5 metros, o Porto Novo com 10 metros e o Superporto com 14 metros.

O Superporto, implantado na área de expansão, foi planejado buscando-se a construção de terminais individuais de alta capacidade e elevado rendimento, operando navios de grande porte, salientando-se o Terminal de Trigo e Soja (TTS) e o Terminal de Contêineres (TECON).

A movimentação total de cargas observada em 1992, nos portos administrados pelo DEPRC, foi de 21.114 milhões de toneladas, sendo 10.200 mil toneladas no Porto de Rio Grande, 10.660 mil toneladas no Porto de Porto Alegre e 284 mil toneladas no Porto de Pelotas.

A movimentação de contêineres no Porto de Rio Grande atingiu aproximadamente 104.398 TEUS (unidades equivalentes de vinte pés). As principais mercadorias movimentadas são soja e derivados (4.708 mil t), fertilizantes (504 mil t) e petróleo cru (438 mil t).

No Porto de Pelotas, a principal mercadoria movimentada foi clínquer para a indústria de cimento, com 155 mil toneladas.

O Porto de Porto Alegre apresentou no último exercício incrementos de 35% na movimentação de fertilizantes e 100% na de soja e derivados. Houve o início de uma série de embarques de madeira em toras para o Marrocos e a Finlândia. Foi também inaugurada uma linha de navegação direta entre Porto Alegre e Buenos Aires, para carga geral utilizada e containerizada, com utilização de um novo tipo de Roll-on/Roll-off.

A Administração de Serviços Delegados durante o ano de 1992 efetuou a dragagem de 500.000m³ de lama e areia nos canais de acesso a bacias de evolução dos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas; fez a manutenção de 215 sinais de balizamento na Lagoa dos Patos e Guaíba. Efetuou também o plantio de 32.000 mudas de arbustos para fixação das dunas no lado leste da Barra de Rio Grande; manutenção dos dois molhes da Barra; e docagem e reparação em seco de suas duas dragas.

A Administração de Vias Fluviais, responsável pela manutenção de vias navegáveis interiores, dragou 150.000 m³ de areia e cascalho nos rios Jacuí e Taquari; e fez derrocamento submerso de 2.428m³ no rio Taquari. No Estaleiro de Triunfo, fez a manutenção dos meios flutuantes. Efetuou a manutenção da sinalização náutica nos rios Jacuí e Taquari e a operação das estações hidro-meteorológicas.

Os principais investimentos feitos pelo DEPRC foram a dragagem, para aprofundamento para 40 pés, do canal da Barra de Rio Grande, onde foram gastos até o momento Cr\$ 4.657 milhões; recuperação e melhoramentos nas condições de operação do TTS (Terminal Trigo e Soja), onde já foram investidos cerca de Cr\$ 5.000 milhões, de um total de Cr\$ 8.500 milhões; e a assinatura de convênio com o Batalhão

Ferrovário e início dos serviços para a construção do Porto de Cachoeira do Sul.

Encontra-se em curso a realização da Reforma Administrativa, sendo realizada a licitação para a contratação da auditoria operativa. A licitação está em fase de julgamento da proposta técnica, atualmente suspensa, aguardando julgamento de mandado de segurança impetrado por uma das concorrentes.

6.4 - DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

O Departamento Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul (DAE) tem como principais atribuições, no âmbito do Estado: estudar e organizar o Plano Aeroviário; elaborar programas de expansão e desenvolvimento dos transportes aéreos; executar a política aeroportuária e aeroviária; administrar, planejar, projetar, construir e conservar a rede aeroportuária; realizar a manutenção e executar as operações da frota aérea oficial.

A política de atuação do DAE, no que se refere aos aeroportos, insere-se dentro da política nacional aeroportuária, definida no Plano Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul, em que ficam estabelecidas responsabilidades, tanto no plano federal, estadual, como também no municipal. Assim, cabe ao DAE a construção, manutenção, desenvolvimento e administração de um sistema de aeroportos classificados como regionais e sub-regionais, ficando para o Ministério da Aeronáutica os de Porto Alegre, Uruguaiana, Bagé e Pelotas, juntamente com as bases aéreas. Os demais são responsabilidade dos Municípios, tendo o DAE como suporte técnico.

As obras executadas e em andamento no decorrer de 1992 foram as seguintes:

- Hangar do DAE, no Aeroporto Internacional Salgado Filho: em fase de conclusão, a construção de novo hangar. A Unidade de Aeronáutica, anexa ao hangar, está sendo construída.
- Aeroporto Regional de Passo Fundo:
 - terraplenagem das laterais com equipe pesada própria e auxílio do DAER: essa obra é uma exigência do Ministério da Aeronáutica, com objetivo de regularizar a operação por instrumentos (IRF) no Aeroporto. Consiste no alargamento da faixa de pista (faixa livre de obstáculos) de 80 metros de largura para 300 metros. Obra em andamento;
 - reservatório e sistema de abastecimento de água no Aeroporto: obra concluída;

- valas: obra em andamento;
- reservatório e sistema de abastecimento de água no Aeroporto: obra concluída;
- iluminação do pátio de estacionamento de Aeronaves: obra concluída;
- conservação periódica através de equipe leve do DAE, consistindo em cercamento, ceifamento e enleivamento.
- Aeródromo de Carazinho:
 - drenagem e pavimentação: obra em fase de conclusão. Aeródromo já homologado;
 - sinalização diurna: realizada pela equipe leve;
 - colaboração do DAER com empréstimo de máquina de demarcação.
- Aeroporto Regional de Rio Grande:
 - reposição do material de balizamento: Em fase de homologação para operações por instrumento;
 - conservação periódica através da equipe leve do DAE, consistindo de ceifamento.
- Aeroporto Regional de Caxias Do Sul:
 - reposição do material de balizamento;
 - conservação periódica através da equipe leve do DAE, consistindo de ceifamento.
- Aeródromo de Capão da Canoa e Torres: conservação periódica através da equipe leve do DAE, consistindo em ceifamento.
- Aeródromo de Belém Novo: construção de bueiro e entrada secundária ensaibrada no Aeródromo. Obra concluída.

Desenvolveram-se, ainda em 1992, os estudos e projetos:

- Aeroporto Regional de Santo Ângelo: projeto geométrico, de terraplenagem, de drenagem, de pavimentação e de sinalização diurna e prolongamento da pista de decolagem, recuperação da pista existente e ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves. Projeto concluído.
- Aeroporto de Cachoeira do Sul: projeto geométrico, de terraplenagem, de drenagem, de pavimentação e de sinalização diurna da pista de decolagem e pátios de estacionamento de aeronaves. Projeto concluído.

- Aeródromo de São Sepé: projeto geométrico, de terraplenagem, de drenagem, de pavimentação e de sinalização diurna da pista de decolagem e pátios de estacionamento de aeronaves. Projeto em fase de conclusão.
- Hangar do DAE:
 - projeto da unidade de aeronáutica: edificação para agrupar toda a parte Administrativa do hangar (Unidade de Aeronáutica) e sala para autoridades: concluído.
- Aeródromo de Carazinho:
 - projeto do terminal de passageiros: concluído;
 - projeto de residência do guarda aeroportuário: concluído.
- Aeródromo de Cachoeira do Sul:
 - projeto do terminal de passageiros: concluído.

Outras atividades desenvolvidas no decorrer de 1992 foram:

- projeto básico de iluminação do pátio do aeroporto regional de Passo Fundo: Concluído;
- projeto básico de iluminação do pátio do aeroporto regional de Santo Ângelo: concluído;
- estudos de reaproveitamento da estrutura do hangar antigo;
- extração e ensaios do material do subleito para projeto do aeródromo de Horizontina;
- extração e ensaios do material do subleito para projeto do aeródromo de São Sepé.

Reforma Administrativa:

- o "Protocolo de Gestão" desta Autarquia foi assinado em 10 de agosto de 1992, tendo ocorrido modificações na estrutura anteriormente existente, como agrupamento de diversos núcleos.

7 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SAA)

- 7.1 - Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)**
- 7.2 - Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)**
- 7.3 - Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB)**
- 7.4 - Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC)**
- 7.5 - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A (CEASA)**
- 7.6 - Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA)**

Como órgão executor da política estadual agrícola e de abastecimento, a SAA presta serviço diretamente, com os seus seis Departamentos, e através de órgãos vinculados e relacionados: Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA); Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC); Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA); Central de Abastecimento (CEASA/RS); Fundação Zoobotânica (FZB) e Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

As atividades, por Departamento, da SAA, em 1992, foram as seguintes:

A - DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO ANIMAL

O Departamento de Produção Animal é responsável pela promoção de políticas de produção animal em todos os seus níveis, fiscalização sanitária dos produtos de origem animal, bem como pelo melhoramento genético dos animais.

Para atender a esses objetivos, sua estrutura compreende cinco grandes coordenadorias: Defesa Sanitária Animal, Inspeção de Produtos de Origem Animal, Zootecnia, Parque Estadual de Exposições "Assis Brasil" e Centro Rio-Grandense de inseminação artificial.

Em nível de interior do Estado, o Departamento possui 16 Coordenadorias Regionais, responsáveis pela fiscalização e atuação de 231 Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas, que abrangem os 444 municípios do Estado.

A sua estrutura funcional é composta de, aproximadamente, 2.000 funcionários, sendo que destes, 389 são técnicos de nível superior.

As prioridades do Departamento foram:

- erradicação da febre aftosa com vacinação antiaftosa em 8.962.251 bovinos e bubalinos; atendimento a 26 focos; coleta de material em 19 focos; 199.195 certificados de

controle de trânsito; 85 autos de multas; 26 de credenciamentos de revendedores; 2 cursos técnicos; e 32 reuniões técnicas;

- erradicação da peste suína clássica: suspensão da vacinação contra PSC nos municípios da área I (212 municípios); fiscalização da vacinação em municípios da área II (32 municípios), 181.046 suínos vacinados; formação de 4 equipes técnicas para atuar em focos de PSC; realização de 7 reuniões com 4 associações de criadores; 15 reuniões técnicas; adequação da legislação de PSC;
- erradicação da sarna e piolheira ovina: sofreram vigilância epidemiológica com constatação de focos 297 propriedades para a piolheira ovina e 138 propriedades na sarna ovina; foram efetuados 2.457 banhos piolhídeos; 9.436 ovinos revisados no outono e 129.017 ovinos, na primavera para a piolheira ovina; 38.672 ovinos revisados em outubro e 42.275 ovinos revisados na primavera para a sarna;
- inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal: foram treinados 28 médicos veterinários, 34 frigoríficos inspecionados e 291.000 carcaças bovinas inspecionadas;
- melhoramento genético do rebanho bovino: foram produzidos 142.504 doses de sêmens e 98.661 doses distribuídas, bem como 176.462 litros de nitrogênio líquido distribuído; participaram do circuito de distribuição 72 municípios e outros 192 atendidos; foram realizados 32 cursos para inseminadores treinando 393 pessoas;
- melhoramento e manutenção do Parque de Exposições Assis Brasil;
- melhoramento do campo nativo: o departamento é responsável pelo atendimento de aproximadamente 350.000 produtores rurais, abrangendo 13.000.000 de bovinos, 3.000.000 de suínos e 9.000.000 de ovinos, respectivamente.

B - DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO VEGETAL

Compete ao Departamento de Produção Vegetal desta Pasta:

- elaborar estudos, fomentar e fiscalizar a produção vegetal e promover o controle às pragas e moléstias que afetam as culturas em geral;
- estimular a produção de sementes e mudas, promover a defesa sanitária vegetal, o fomento de novas culturas e

- a participação nos levantamentos sócio-econômicos agrícolas;
- fornecer supletivamente bens de produção e prestação de serviços;
 - inspecionar e fiscalizar a produção de sementes e mudas, de acordo com a legislação vigente;
 - participar no estabelecimento das diretrizes governamentais da política agrícola do Estado, na área da produção vegetal;
 - promover a fiscalização e inspeção, controle da área enológica e de bebidas em geral, da produção à comercialização, segundo a legislação vigente;
 - executar a fiscalização do comércio e uso de insumos e produtos agropecuários, segundo a legislação vigente.

Com a implantação da Reforma Administrativa, o DPV deverá ser transformado em Departamento da Produção e Fiscalização Vegetal (DPFV). As Divisões existentes (Sementes e Mudanças, Defesa Sanitária Vegetal, Fomento e Enologia) serão reduzidas a duas (Divisão de Apoio à Produção Vegetal e Divisão de Fiscalização).

Ficarão vinculados à Divisão de Apoio à Produção Vegetal: Centro de Processamento de Dados; Estação Experimental de Farroupilha; Centro de Moagem de Calcário; e Centro de Treinamento e Qualificação Rural de Capela de Sant'ana.

À Divisão de Fiscalização ficarão vinculados o Serviço de Vigilância e Fiscalização Fitossanitária, Serviço de Fiscalização de Agrotóxicos, Serviço de Fiscalização de Sementes e Mudanças, Serviço de Fiscalização Enológica e outras bebidas e serviço de laboratório.

As atividades desenvolvidas no ano de 1992 por Divisão foram as seguintes:

- Divisão de Enologia: foram analisadas 7.077 amostras no laboratório, 38.462 determinações analíticas, emitidas 80.019 guias de trânsito livre, 198 milhões de litros de produtos desembaraçados à comercialização, e 1.103 inspeções sanitárias;
- Divisão de Defesa Sanitária Vegetal: cadastramento de 8.304 pés de acácia-negra, controle do serrador, - 2.034 Inspeções em matas (em 35 municípios), 19 entrevistas/palestras sobre o serrador e 356 emissões de multas e intimações, 1.514 receituários agrônômicos, 389 imóveis rurais inspecionados, 105 municípios trabalhados, 624 informações fitossanitárias, 29 treinamentos em agrotóxicos, foram inspecionados 131,7ha de pomares de citros, 3 indústrias e beneficiadores, 156

viveiros de citros e 49 lavouras de moranguinho, participação em 12 seminários de fruticultura, e combate ao gafanhoto crioulo em 9.000ha;

- Divisão de Fomento: no Centro de Treinamento de Mecanização da Lavoura (CTML) foram plantados 9,0ha de pastagens e realizados 10 cursos de mecanização e 6 de apicultura, foram produzidos 22.286 pintos, 69 novilhos, 155kgde mel, 24.605 dúzias de ovos e 1.157 aves, no Moinho de Calcário em Carazinho foram moídas 1.496t de calcário, comercializadas 1.260t entregues 1.265t, foram comercializados 23,33t de Füller e entregues 19,56t; na Estação Experimental de Farroupilha foram recepcionados 83 visitantes técnicos, 107 atendimentos a produtores rurais, 6.216 embalagens preenchidas, 87 tratos culturais, 31 coletas de material, 14 preparos de sementeiras, 10.670 preparos e plantios de mudas e 2.715 distribuições de mudas, na Divisão de Sementes e Mudanças foram realizadas 172 inspeções de UBS, 331 inspeções de campo em uma área de 4.620ha, foram produzidas 1.683t de sementes básicas, 45t de sementes registradas e 3.754t de sementes certificadas.

C - DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

O DRNR elaborou, em 1992, o Plano de Desenvolvimento Florestal Estadual e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação através dos Decretos nº 34.255 e 34.256, de 02 de abril de 1992, conforme ficou estabelecido no Código Florestal instituído pela Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992.

Com a finalidade de arrecadar recursos destinados a executar a Política Florestal, conforme artigo 4º do Código Florestal Estadual, o DRNR está elaborando estudos para a regulamentação do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO - FUNDEFLO/RS (Decreto nº 34.550, de 23 de novembro de 1992).

Nas atividades de fomento à produção florestal, além da orientação e apoio técnico a viveiros conveniados, o Departamento coletou 8.892,415kg de sementes de essências florestais, adquiriu 290kg de sementes de Eucalyptus spp. e 50kg de Pinus Elliotti, distribuiu 1.807,305kg de sementes e organizou em conjunto com outras instituições o 7º Congresso Florestal Estadual.

Foram também desenvolvidas atividades de fomento à cultura de erva-mate, com participações no subgrupo nº 8 do Programa MERCOSUL e o desenvolvimento de uma sinopse do setor ervateiro. Técnicos do DRNR participaram da Reunião Nacional de Iniciativa Privada ligada ao Complexo Erva-Mate/MERCOSUL do I Curso de Capacitação em Erva-Mate, na Província de Misiones, na Argentina e visitas técnicas ao Oeste de Santa Catarina. A Divisão de Educação, Promoção e

Treinamento promoveu e executou 9 Encontros de Educação Ambiental e Conservação de Recursos Naturais Renováveis com 698 participantes, 3 cursos em conjunto com EMATER, METROPLAN e Comitê da Bacia do Rio Gravataí, 8 cursos para viveiristas e 1 curso prático de conservação do solo para os agrônomos da Faculdade de Agronomia de Pelotas. A Divisão de Conservação do Solo e Água coordena, tecnicamente, o Consórcio Intermunicipal de Defesa do rio Camaquã e presta assessoramento para sub e microbacias hidrográficas, quais sejam: sub-bacia piloto do Arroio Duro, sub-bacia do Arroio Velhaco em Camaquã, microbacia Itaquarinchim, em Santo Ângelo e microbacia do Ipê, em Santa Rosa. Também, tem-se dado orientação e Assistência técnica em açudagem, piscicultura e vermicompostagem, assim como aplicado os recursos do convênio LBA, Prefeitura Municipal de Camaquã e Secretaria da Agricultura e Abastecimento em recuperação de açudagem e peixamento no Município de Camaquã. Na área de conservação do solo e água, efetuou-se a locação de 1.472,58km de terraços, 140 canais escoadouros, controle de 252 voçorocas e manutenção de 3.823,14km de terraços. Procedeu-se a orientações em trabalhos de melhoramento de pastagens em 4.714,5ha, recomendação de adubação para 28.045,5ha. Nesse período, foram ministrados 354 palestras, efetuadas 524 divulgações na Imprensa e 5.054 agricultores, prefeituras e sindicatos rurais foram visitados.

Foram realizados trabalhos de conservação do solo no trecho da estrada entre Santa Bárbara do Sul e Palmeira das Missões, juntamente com geólogos e engenheiros do DAER. Realizou-se, também, o levantamento da Bacia Hidrográfica de 6 açudes, já concluídos, na Estação Experimental de Santa Maria. Está sendo implantado o Projeto de Ampliação das atividades do Centro de Fomento à Produção Florestal de Tramandaí, onde estão sendo iniciados os trabalhos com vermicompostagem, ervas e plantas medicinais e condimentares, pisciculturas e alelopatia. A Divisão de Unidades de Conservação é responsável pela manutenção e administração de 44.906,32ha de Unidades de Conservação, distribuídos em 5 Parques e 2 Reservas Biológicas. As ações desenvolvidas para cumprimento das atribuições da DUC constituem-se em atividades administrativas, técnicas, de treinamento de pessoal, divulgação e educação e convênios com prefeituras e demais instituições.

D - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

O Departamento de Assistência ao Cooperativismo que, a contar da efetivação da Reforma Administrativa, passará a ser denominada Departamento de Desenvolvimento Agrário, conta atualmente com quatro divisões a saber:

- Divisão de Terras Públicas: foram feitas, em 1992, 395 emissões de títulos e concessões de uso, 7 escrituras assinadas, 201 esclarecimentos em busca e pesquisa, 436

atendimentos em croquis e plantas xerográficas, 6.132,39ha atendidos com medições topográficas, 27 lotes rurais subdivididos;

- Divisão de Assentamento Agrário: assentou 363 famílias em 9 projetos, em uma área de 3.767ha, forneceu 52.909kg de alimentos para os assentados, realizou cadastramento e recadastramento de todos os colonos assentados e/ou em terras do Governo do Estado;
- Divisão de Geografia e Cartografia: realizou a delimitação de municípios, delimitou 94 municípios emancipados em 1992, fez a correção de limites de municípios emancipados em 1988 num total de 45 no exercício, forneceu certidões de área para a Secretaria da Fazenda, tendo fornecido em 1992, 54 certidões para cálculo de ICMS, confeccionou o cartograma do Estado, execução e impressão do mapa político do RS, atualizado e com encartes hipsométricos (relevo) e Cone Sul, escala 1:750.000 (cerca de 80% do trabalho já concluído), edição do mapa hipsométrico do RS na escala 1:900.000 (trabalho já concluído) e correção dos limites municipais;
- Divisão de Associativismo e Cooperativismo: no ano de 1992 foram realizadas 27 reuniões com agricultores de baixa renda, discutindo a organização associativa, mais 30 reuniões, visando a promoção e organização de cooperativas em assentamentos, 10 reuniões tratando da organização de projetos agroindustriais, cadastramento de 515 famílias de agricultores em projetos de cooperativa e associações, prestação e assistência a entidades cooperativas e associativas e atendimento ao público/prefeitos, representantes de entidades e outros.

E - DEPARTAMENTO DE COMANDOS MECANIZADOS

O Departamento de Comandos Mecanizados é uma unidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento que tem prioritariamente a incumbência de perfurar poços tubulares profundos para suprimento d'água às propriedades rurais e construir açudes objetivando formar reservas hídricas para dessedentação humana, animal, irrigação e piscicultura. Outras atividades integram o programa de trabalho do DCM, tais como: terraplanagem para implantação de agroindústrias, pocilgas, aviários; aberturas de vias de acesso internos nas propriedades rurais para escoamento das produções; obras de conservação do solo em projetos de microbacias hidrográficas, além de obras de drenagem e irrigação, subsolagem de lavouras, objetivando beneficiar os produtores rurais.

As obras executadas em 1992 foram: 597 microaçudes construídos; 2 barragens construídas; 102 terraplanagens; 393 obras em microbacias; 85 aberturas de

vias de acesso; 65 subsolagens de lavoura; 1 drenagem/irrigação; 58 sistematizações de lavouras; 140 perfurações de poços tubulares profundos com 9.914,5 metros lineares. Totalizou 15.958 horas-máquinas. Foram beneficiados com obras 107 municípios.

F - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA

O Departamento realizou, em 1992, as seguintes atividades:

- MERCOSUL: reestruturou a equipe técnica e participou de reuniões regionais, nacionais (São Paulo, Curitiba e Florianópolis) e internacionais (Buenos Aires, Montevideu, Assunção), elaborou diagnóstico preliminar sobre o setor e impressão da sinopse e realizou o "WORKSHOP" Agropecuária Gaúcha frente ao MERCOSUL;
- Programas Setoriais (Qualidade e Produtividade): Uva/Vinho (sem orçamentação); Erva Mate, Cebola X Pescado Artesanal e Fruticultura Tropical (estão em articulação);
- Programas de apoio: participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento com os Condomínios Rurais, Microbacias Hidrográficas, Comissão Marketing e FUNDOPEN.

G - PROGRAMAS ESPECIAIS

- Condomínios Rurais: no ano de 1992, foram contratados 32 projetos de suinocultura envolvendo 700 famílias; 3 projetos de abastecimento de água, envolvendo 105 famílias; 14 projetos de armazenagem, envolvendo 450 famílias; 32 projetos de bovinocultura de leite, envolvendo 383 famílias; 40 projetos de mecanização, envolvendo 671 famílias; 2 projetos de agroindústria, envolvendo 63 famílias; 3 projetos de telefonia rural, envolvendo 78 famílias; 2 projetos de aviário, envolvendo 14 famílias; 1 projeto de construções rurais, envolvendo 3 famílias; 14 projetos de eletrificação rural, envolvendo 224 famílias; 6 projetos de irrigação, envolvendo 54 famílias; e 76 projetos de correção e conservação de solo, envolvendo 2.021 famílias. Cabe salientar que estes projetos foram contratados pelo Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) envolvendo em 1992, em valores correntes, Cr\$ 28,94 bilhões.
- Programa de Citricultura: contratação pelo FEAPER, em 1992, de 178 planos, envolvendo 999ha, com 449.820 mudas, com um valor de Cr\$ 1,86 bilhões.

- Programa Troca-Troca: em 1992 foram movimentados 4.300.000Kgde milho e 380.700Kgde feijão, envolvendo 225.000 produtores rurais, com um valor de Cr\$ 17,00 bilhões.
- Programa de Apoio aos Frigoríficos: participaram do Programa, até 31.12.92, 43 estabelecimentos, com 13.388 funcionários; o montante de recursos aportados até 31.12.92, atualizados pela UPF/RS, foi de Cr\$ 34,01 bilhões; o total de abate médio/mensal destes estabelecimentos foi de 90.609 cabeças.

7.1 - ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPRENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)

Compete à EMATER executar a política oficial de extensão rural para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Extensão rural é um método de educação informal que procura levar ao homem do campo os conhecimentos obtidos nos centros de pesquisa agropecuária, com a finalidade de elevar a renda e o bem-estar das famílias rurais.

A Instituição também executa, para o Governo Estadual, o convênio deste com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, visando à classificação dos produtos de origem vegetal e seus resíduos de valor econômico.

O serviço de extensão rural no Rio Grande do Sul é realizado em regime de parceria, eis que, para a sua manutenção, concorrem o Governo Estadual destacadamente, mas também o Governo Federal e os Municípios, além de recursos que a própria organização consegue auferir.

As atividades desenvolvidas em 1992 foram as colocadas a seguir.

A - REFORMA ADMINISTRATIVA

A empresa sofreu auditorias operacional, administrativa e financeira, realizadas pela FDRH e CAGE, cujos relatórios foram entregues ao Grupo Executivo da Reforma.

Paralelamente, a Diretoria elaborou um plano amplo de reforma, submetido àqueles órgãos e já aprovado pelo Secretário da Agricultura e entregue ao Secretário do Planejamento. Esse plano propõe, em síntese, a preparação da empresa para o ano 2.000. Compreende:

- **Condomínios Rurais:** o trabalho consiste na organização do grupo que deseja se associar para constituir um condomínio, elaboração do projeto técnico, acompanhamento das obras e assistência aos produtores na fase de funcionamento; foram elaborados 1.213 projetos, executados 700 projetos, envolvendo 25.754 produtores rurais;
- **Programa Troca-Troca:** consiste na compra e distribuição de sementes qualificadas a pequenos produtores rurais, os quais pagaram à Secretaria de Agricultura do Estado o equivalente a tantos quilos de grãos comercial por quilo de semente recebida; foram movimentadas 4.300 t de milho, 380,7t de feijão e assistidos 225.000 agricultores em 220 municípios do Estado; a EMATER verifica as condições das sementes recebidas pelos produtores e pericia eventuais problemas relacionados com o uso das mesmas;
- **Assentamento de Agricultores:** os agricultores assentados pelo Governo Estadual e pelo Governo Federal são igualmente assistidos pelo órgão estadual de extensão rural; a EMATER participou em 4 assentamentos, em uma área de 2.848ha, em 6 municípios, atendendo 327 famílias; a Empresa também vistoriou e avaliou para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento Estadual, 77 glebas públicas (80.057ha) e 18 glebas privadas (17.214ha);
- **Feiras do Litoral:** integram os Planos de Verão do Governo Estadual para o litoral, onde os produtores são assistidos, organizados e acompanhados pela EMATER durante as feiras; foram realizadas 24 feiras, com 380 produtores feirantes envolvendo 3.000 produtores; o número de consumidores atendidos foi de 545.000 e comercializados 5.450 t produtos;
- **PRÓ - GUAÍBA:** a EMATER elaborou, para a Secretaria do Planejamento, os estudos e projetos relacionados com o Programa acima, no que tange ao "Sistema de Manejo e Controle de Contaminação por Agrotóxicos" através do trabalho de microbacias hidrográficas; estão previstos investimentos de US\$ 28,2 milhões na 1ª etapa, para 117 microbacias em 89 municípios, envolvendo 7.820 propriedades rurais e 116.130ha nas áreas críticas do Alto Jacuí e do Baixo Jacuí;
- **Programa RS 2000:** compreende a aplicação de recursos financeiros do Estado, Municípios e privados, na recuperação e preservação da fertilidade do solo; a EMATER teve participação na fase de concepção e participação na fase de implementação através da organização de produtores, elaboração de projetos técnicos, supervisão e assistência aos produtores;
- **Microbacias Hidrográficas:** tem por objetivo a recuperação da fertilidade do solo, a proteção do mesmo

contra a erosão, o uso racional do solo e da água e a proteção do meio ambiente em geral; a EMATER é o principal braço do Governo Estadual para executar esse programa, fazendo isso através de métodos de extensão rural. Em 1992, acumulativamente em relação aos anos anteriores, a Empresa atuou em 273 microbacias, perfazendo uma área de 273.000ha, em 140 municípios;

- Programa de Citricultura: à EMATER cabe verificar as condições das mudas distribuídas pela SAAB, elaborar os projetos técnicos e assistir os produtores na implantação dos pomares; foram atendidos 2.848 produtores no plantio de 1.341.321 mudas plantadas em 3.060ha.

C - PROGRAMAS DA EMATER

O pequeno e o médio produtor rural representam 98% do público atendido pela Instituição. Desenvolve suas atividades extensionistas através de programas montados em conjunto com as comunidades em nível municipal.

Os programas se dividem em subprogramas e estes em projetos. A seguir estão relacionados os principais:

- Programa de Produção e Abastecimento: objetivam elevar a produtividade e a produção de lavouras e criações, bem como organizar os produtores para a comercialização de seus produtos; em 1992 foram atendidos 92.317 produtores na lavoura, 36.932 produtores em criações e 200 feiras de produtores;
- Programas de Apoio à Produção: objetivam a melhoria da infra-estrutura de produção e a eficácia do processo produtivo; compreende projetos de administração rural, agroindústria, mecanização agrícola e assentamentos, entre outros; na administração rural foram assistidas 800 famílias e 22 agroindústrias;
- Programas de Proteção ao Meio Ambiente: visam promover a proteção do meio ambiente solo, água, flora e fauna, objetivando o desenvolvimento auto-sustentado; nas Microbacias hidrográficas foram atendidos 13.650 produtores; na Defesa Sanitária Vegetal, 29.960 produtores; no Controle Biológico de Pragas, 7.112 produtores; e no Programa de Solo e Reflorestamento, 50.917 produtores;
- Programas de Promoção Social: objetivam melhorar a qualidade de vida das famílias assistidas, através da organização do lar, saneamento básico, preparação e conservação de alimentos, hortas e pomares domésticos entre outros; foram 67.378 mulheres assistidas diretamente; 1.141 agentes de saúde; 21.631 hortas domésticas; 3.107 hortas escolares; 14.831 pomares

domésticos; 31.298 pessoas no consumo adequado de alimentos; 28.650 indústrias caseiras de alimentos; 23.353 residências no abastecimento d'água; 22.561 na melhoria da habitação e 20.359 no saneamento básico; na preservação de doenças e saúde oral foram assistidos, respectivamente, 136.652 e 138.331 pessoas; na integração com escolas/aluno foram atendidas 4.110 escolas com 132.680 alunos;

- Programa de Classificação de Produtos de Origem Vegetal: teve um volume de 5.468.584t de produtos classificados e foram emitidos 109.987 certificados;
- Programas com Jovens: foram assistidos 30.546 jovens e 432 grupos/chefes de jovens;
- Programas de Irrigação: a EMATER assistiu 3.380 produtores em uma área irrigada de 39.732ha; Acumulativamente, em relação aos anos anteriores, 2.298 microaçudes tiveram assistência da Empresa, em 97 municípios.

7.2 - COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

A COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA) é uma sociedade anônima de economia mista do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Recentemente completou 40 anos de atividade, executando a Política Oficial de Armazenagem do Governo do Estado, através da prestação de serviços na guarda e preservação de grãos e produtos altamente perecíveis.

Isoladamente a CESA se constitui na maior entidade armazenadora estadual, mesmo considerando-se as cooperativas, indústrias, estabelecimentos comerciais e outros órgãos oficiais que atuam nesse segmento.

Sua importância está fundamentada na qualificação técnica de suas unidades, pois detem 63% de todos os silos elevados das dez principais entidades do setor, além de dois dos três únicos frigoríficos polivalentes do Estado.

Na rede de 26 silos e armazéns (788.200 t), ingressaram trigo, soja, milho, arroz, cevada e outros grãos, sendo que nas duas unidades frigoríficas (66.000 m³) houve o recebimento de frutas "in natura", carnes diversas e outros produtos lácteos e industrializados.

Em 1992 a Companhia viu-se frente a uma difícil situação financeira, gerada pela redução de seus estoques médios, tendo em vista, basicamente, a extinção dos estoques reguladores do Governo Federal, o que já vinha

acontecendo desde o ano anterior, e que determinou o atraso no pagamento de tributos, encargos sociais e fornecedores.

Ainda no transcurso do presente ano, buscou-se regularizar essa situação, colocando-se os débitos em dia e parcelando-se as dívidas de curto e médio prazos.

Com vista à Reforma Administrativa, no dia 17 de dezembro de 1992, foi firmado o contrato para a realização da Consultoria e Auditoria Administrativa na CESA, atividade que deverá estar concluída em três meses.

As atividades desenvolvidas em 1992 foram as seguintes:

A - PROGRAMA DE ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM

- Armazenagem a Meio-Ambiente (Silos e Armazéns): a movimentação física projetada para 1992, considerou o crescimento das safras de verão, embora esse aumento da produção não tenha ingressado com a mesma intensidade na Rede Armazenadora. No segundo semestre, contudo, embora a redução determinada com a extinção dos estoques reguladores do Governo Federal, a implantação do PROGRAMA DE METAS, até então inédito na Empresa, mudou a presença da CESA ante seu mercado. O recebimento da safra de inverno, basicamente trigo, já é 35% superior ao realizado no ano passado, quando o volume de colheita é muito próximo ao ano de 1991. A movimentação realizada em 1992, no total foi de 10.465.000 toneladas, divididas da seguinte maneira: 906.000t no recebimento; 7.309.000t na estocagem; 864.000t na expedição; 403.000t na limpeza; 352.000t na secagem; 435.000t no expurgo e 196.000t no expurgo.
- Armazenagem em Ambiente Controlado (Frigoríficos): o resultado de 1992 superou as expectativas neste tipo de armazenagem. Foram movimentados um total de 224.316 paletes, dividida da seguinte maneira: 23.097 paletes no recebimento; 18.818 paletes na paletização; 11.875 paletes na pré-refrigeração; 2.291 paletes no congelamento; 11.529 na movimentação; 129.549 paletes na estocagem e 27.157 paletes na expedição.

B - PROGRAMAS DIVERSOS

- Formação de Hortos Florestais: destinam-se ao auto-abastecimento de lenha para os secadores de grãos.
- Manutenção, Adequações, Melhorias Operacionais e Recuperação Estrutural de Diversas Unidades da Rede: fechamento de fissuras, infiltrações, aeração, reformas

de fornalhas e reforma do transbordador flutuante CESA II, entre outros.

- Armazéns FEAPER: realizou projetos para a construção e acompanhamento de obras de 14 armazéns comunitários para o FEAPER.
- Secadores de Leite Fixo e Mini-Silo: desenvolveu e testou um protótipo de secador leite fixo para ser oferecido como alternativa ao pequeno produtor; desenvolveu, também o protótipo de um mini-silo (200 sacas) para uso do pequeno produtor.
- Convênio EMATER: firmou convênio com a EMATER com vista a difusão de técnicas de armazenagem aos pequenos produtores, através dos extensionistas dessa Organização.
- Programa de Metas: estabeleceu o "Programa de Metas", na realidade o primeiro programa mercadológico da Companhia em 40 anos, fixando metas de recebimento, acompanhamento e questionamento dos desvios no final de cada safra (na atual safra de trigo, comparativamente a 1991, foi recebido 35% a mais de produto, o que significa, por enquanto, um resultado de 10% acima da meta pré-fixada).
- Sistema de Tarifa- Produto: propicia a alternativa do cliente pagar seus serviços (débitos) com parte do seu próprio produto (despesa paga com o equivalente em produto).
- Comercialização: reativada a área de Comercialização de Produtos para Terceiros, de modo a atender o pequeno e médio produtor e captar novos clientes para a Empresa.
- Rede Ouro do Banco do Brasil: firmou convênio de modo a integrar às unidades da CESA na Rede Ouro de Armazenagem do Banco do Brasil, sistema em que a Companhia é exclusiva no Estado e pelo qual os produtos financiados por esse Banco deverão ser depositados na CESA (sistema operacional em 1993).

7.3 - FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB)

A FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL, criada pela LEI/RS nº 6.497, de dezembro de 1972, iniciou suas atividades em 20 de março de 1974.

É uma entidade instituída e mantida pelo Poder Público, dotada de patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, supervisionada pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul.

São atribuições básicas da Fundação:

- manter e administrar áreas e estabelecimentos destinados à proteção e preservação da flora, da fauna e outros recursos naturais, como parques zoológicos, jardins botânicos, museus e estabelecimentos similares;
- manter coleções de plantas e animais "in vivo" nacionais e estrangeiros e coleções de estudo de ciências naturais;
- proporcionar condições para estudos e pesquisas por parte de investigadores nacionais e estrangeiros, promovendo a difusão dos resultados obtidos;
- colaborar com poderes públicos na preservação dos recursos do meio ambiente;
- desenvolver atividades científicas, culturais, recreativas e turísticas, inclusive através de convênios com entidades públicas e privadas;
- assessorar os poderes públicos em matéria pertinente ao uso dos recursos naturais;
- realizar outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

A Fundação Zoobotânica vem perseguindo tenazmente seus objetivos fundamentais agrupados nos Programas "Ciência e Tecnologia em Recursos Naturais", "Conservação de Recursos Naturais Renováveis", Educação Ambiental, Cultura e Lazer" e "Administração". Cabe destacar que a Fundação recebeu auditoria interna pela CAGE e SPA, com vista a Reforma Administrativa e que a mesma foi realizada e entregue ao Secretário do Planejamento e Administração-RS.

A maioria das mais importantes metas do FZB dizem respeito à Conservação da Biodiversidade, recentemente contemplada em importante diploma internacional durante a ECO-92.

Nessa linha pode e deve a Administração Estadual consignar maiores dotações orçamentárias como forma de contrapartida capaz de possibilitar o acesso a recursos de agências nacionais e estrangeiras para investimento em pesquisa e conservação de recursos naturais, pois são fortes as razões de natureza científica, ética, estética e econômica para a proteção da Diversidade Biológica.

Cumprido destacar, finalmente, que a FZB deverá gerir nos próximos quatro anos recursos da ordem de US\$ 12.221.000,00 na implementação do Programa PRÓ-GUAÍBA dos quais US\$ 6.537.861,00 serão para despesas de custeio e o restante US\$ 5.683.220,00 para investimento.

Em consonância com as atribuições básicas supracitadas a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, através do Museu de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico, desenvolve projetos e atividades de conformidade com o Plano Plurianual e Programação do Governo do Estado.

A - MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS

Órgão cultural ativo que agrega diferentes aspectos do conhecimento humano, em forma de coleções, acervos museológicos e publicações, tem como seus objetivos estudar, catalogar, colecionar e expor amostras da flora, da fauna e aquelas encontradas no solo. Mantém uma sala de exposição com 320 m², com 49 vitrinas sobre flora e fauna atuais, fósseis e dioramas representativos de ambientes característicos do Estado do Rio Grande do Sul, com um Acervo de Coleções Científicas de 262.501 lotes. A visitação ao Museu, em 1992, foi de 30.659 pessoas. Neste ano foram realizados 126 dias de trabalho/campo, com diferentes equipes de pesquisadores, contabilizados 96 projetos de pesquisa em andamento e 12 trabalhos técnicos e de pesquisa científica concluídos. O Museu mantém convênio com o Ministério da Saúde, dentro do Programa Nacional de Autosuficiência em Imunobiológicos; promove a organização de cursos, conferências e publicações, visando despertar e fortalecer o respeito à natureza; organiza a montagem de cursos voltados para área museológica e das ciências naturais na capital e no interior do Estado; interioriza o Programa de Educação Ambiental, Cultura e Lazer; incrementa as coleções científicas e do Banco de Dados do Ambiente Natural (BDA); recebe, através de órgãos financiadores (CNPq, FAPERGS, FINEP) bolsas e auxílios para pesquisa. No ano de 1992 foram 74 bolsas e auxílios de pesquisa. Consta do GUIA RIDALC como "Centro de Excelência nas áreas de Ecologia, Zoologia e Botânica";

Adquiriu, com recursos da FAPERGS, através do Programa de Recuperação dos Centros de Pesquisa do Estado, um Microscópio Eletrônico de Varredura (MEV) único existente em Órgãos de Pesquisa da Administração Estadual.

Em 1992 foram treinados 10 estagiários de iniciação científica (não remunerados) e 4 estagiários da FDRH (remunerados). O Museu captou recursos na ordem de Cr\$ 106.792.459 através de convênios e prestação de serviços e CR\$ 94.012.970 de auxílios institucionais (FAPERGS, CNPq).

B - JARDIM BOTÂNICO

Dispõe de área de preservação de 43ha, norteia-se pelo propósito de conservação ambiental, propagação de espécies e educação do público. Constitui-se num Centro de Preservação da Flora Regional; contribui para a preservação da diversidade genética das plantas e colabora para garantir a utilização sustentável das espécies vegetais.

É um valioso instrumento pedagógico de Educação Ambiental; proporciona, através de observações e passeios orientados, condições para que o público em geral, e principaalmente o público estudantil, aprecie os recursos naturais preservados de espécies nativas, lagos e banhados e outros preparados pelo homem, tais como vegetais exóticos e produção de mudas. A visitação de público foi de 96.304 pessoas e foram atendidos 20.004 escolares.

As principais atividades no exercício de 1992 foram 14 excursões para exploração e pesquisa botânica, 36.539 mudas produzidas, sendo que 9644 comercializadas e 13.328 plantadas para coleção e ajardinamento.

O Jardim Botânico ampliou o seu acervo em 95 espécies, tendo, em 1992, 312 espécies catalogadas no Index Seminum. Foram remetidas 156 amostras científicas através do Banco de Sementes, atendidas 684 consultas técnico-científicas e publicados e apresentados 3.200 trabalhos técnico-científicos. O Jardim Botânico participou em 5 Congressos e Seminários, teve 2 auxílios de pesquisa recebidos.

C - PARQUE ZOOLOGICO

Situado numa área de 850ha, no Município de Sapucaia do Sul, às margens da BR 116. Como finalidades básicas mantém coleções de animais para fins culturais e recreativos; efetua estudos e pesquisas sobre a fauna; contribui, através de recreação e cursos, para a formação de uma mentalidade conservacionista da fauna nos diferentes níveis culturais da população; mantém uma área de recreação pública para adultos e crianças; coopera com planos, programas, projetos, iniciativas públicas e privadas que visem ao desenvolvimento da indústria do turismo.

No Parque Zoológico mais de 205 espécies com aproximadamente 2.138 indivíduos são confinados em recintos semelhantes aos habitats naturais. O Parque em 1992 recebeu 435.180 visitantes e 56.223 veículos, realizou cursos de educação ambiental para 8505 alunos envolvendo 92 escolas.

Para a alimentação dos 2.138 animais, produziu 8749 litros de leite, 1920Kgde iogurte, 1994 dúzias de ovos, 81Kgde mel, 456.300Kg de forrageira e 101481 molhos de hortigranjeiros. Foram produzidas ainda 68633 mudas de

árvores, 2.339 peças de madeira, 9307 ratos, 517 coelhos, 1762 marrecos. O hospital veterinário atendem 2043 animais.

O Zoológico, em 1992, teve 143 funcionários e 21 estagiários.

7.4 - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

As atividades realizadas em 1992 pela Companhia foram as seguintes:

- Recuperação e ampliação da bacia leiteira: nos postos de coleta e resfriamentos de leite foram recuperados os dos municípios de Torres e Osório e construídos os novos postos de Toropi, Sarandi e São José do Ouro; outros 5 postos estão em fase de conclusão da obra civil e 4 em análise de viabilidade;
- Relação matéria-prima e derivados: em 1992 a participação na relação foi de 41% de leite e 59% de derivados; a situação na gestão anterior foi de 75% de leite e 25% de derivados;
- Captação de leite: em janeiro de 92 era de 360.698 litros/dia para 424.931 litros/dia em novembro, representando um incremento de 17,81%;
- Pasteurização de leite "C": a média mensal de ensacamento foi de 5.268.483 litros;
- Lançamento de novos produtos: a Companhia lançou o leite Light em julho com produção total no mês de 32.000 litros; em novembro a produção foi de 175.590 litros;
- Leite "B": em Porto Alegre a produção foi de 158.845 litros no mês de janeiro para 149.890 litros no mês de novembro; nos municípios de Vacaria, Santa Maria, Bom Retiro do Sul e Montenegro estão sendo realizados trabalho de fomento;
- Venda e transferência da Usina Central: concretizado entendimento com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre para liberação da área do Plano Diretor;
- Fomento e assistência técnica: convênio CORLAC/EMATER;
- Convênio com a LBA: encaminhamento à LBA de solicitação de financiamento para aquisição de 2.000 matrizes;
- Apoio a agricultores assentados: apresentado para estudo ao Sr. Secretário da Agricultura projeto para produção, pelos agricultores assentados, de 25.867.521 litros de leite tipo "C";

- Programa de transferência da Usina Central: estudo das medidas para efetuar programas de mudanças.

7.5 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (CEASA/RS)

As Centrais de Abastecimento do RS S/A (CEASA/RS) tem por atribuição básica promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos hortigranjeiros (frutas, hortaliças, flores e produtos de granja), na forma de atacado, com um regulamento de mercado que estabelece as normas de uso.

A CEASA/RS oferece, além do ponto de comercialização, vigilância, estacionamento, luz, limpeza, orientação de mercado, treinamento para produtores, informação de mercado (histórico estatístico, preços e tendências).

As principais atividades desenvolvidas em 1992 foram as colocadas a seguir:

- obras de recuperação estrutural dos pavilhões em Porto Alegre: estava projetada a recuperação de seis pavilhões de 2.000 m² cada, tendo sido realizado somente obras parciais em dois pavilhões por falta de recursos;
- a construção de CEASAS no interior do Estado: em Ijuí a obra encontra-se em fase final de construção (90%); em Passo Fundo na metade da construção (50%); e em Santo Ângelo e Santa Maria estão em fase de terraplanagem, com ambas já licitadas;
- construção de Câmaras Frigoríficas: está previsto a construção de uma câmara frigorífica armazenadora em cada CEASA no interior do Estado, com capacidade de 5.000 t cada uma e módulos frigoríficos expedidores em cada condomínio hortigranjeiro organizado, com capacidade diferenciada dependendo da produção local;
- expansão dos Parques de Comercialização de Porto Alegre e Caxias do Sul: a expansão do parque de Porto Alegre não foi realizada por falta absoluta de recursos; na unidade de Caxias do Sul, além da falta de espaço físico e recursos, existe uma tratativa com a CONAB de cedência de área já construída para uso dos produtores; caso isto se concretize, não haverá necessidade de recursos, a curto prazo, a não ser para estacionamento;
- recuperação de Pavilhão de Citrus: reforma total de um pavilhão de 2.000 m² para atender produtores e atacadistas de citrus. Obra finalizada;

- programa de Varejo: participação na divulgação, orientação e controle de preços dos seis mercados existentes (5 em Porto Alegre e 1 em Cachoeirinha);
- reimplantação do Varejão aos sábados nas dependências do Pavilhão dos Produtores na CEASA;
- participação nas feiras do litoral com a EMATER: controle de preços e orientação na classificação dos produtos);
- treinamento em comercialização para extensionistas da EMATER e Secretários Municipais de Agricultura (interiorização): foram treinados 200 técnicos (entre agrônomos e técnicos agrícolas) com o objetivo de qualificá-los nas lides que envolvem a comercialização, com o intuito dos mesmos assessorarem os grupos de produtores que atuarão no abastecimento das CEASAS do interior. OBS.: Estes treinamentos tiveram duração de dois a cinco dias e foram realizados em Porto Alegre, Passo Fundo, Erechim e Santa Maria;
- recepção de excursões educativas (interiorização) : foram atendidos 800 produtores dos municípios envolvidos com as futuras Centrais Regionais; as excursões foram realizadas com programação de visita ao mercado, aulas práticas de classificação, aulas teóricas de formação de preços, constituição de canais de comercialização e Produção Programada;
- emissão de boletins de preços: foram emitidos 5.000 boletins entre cotações diárias de preços e Boletins Mensais, através da DIVISÃO TÉCNICA e SINA (Serviço de Informação do Mercado Agrícola) este último em convênio entre SAA e MARA;
- palestras a .campo para produtores: foram realizadas 20 palestras para produtores nas suas regiões de produção, em classificação e padronização de embalagens.

7.6 - INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

O Instituto Rio-Grandense do Arroz, criado e oficializado pelo Decreto-Lei nº 20, de 20 de junho de 1940, e institucionalizado pela Lei nº 533, de 31 de dezembro de 1948, tem por finalidade incentivar, coordenar e superintender a defesa da produção, da indústria e do comércio do arroz produzido no Estado.

No decorrer de janeiro a setembro de 1992, a Comissão Setorial de Reforma Administrativa da Autarquia, nomeada por portaria do Senhor Presidente do IRGA, elaborou um projeto amplo visando a revisar os Estatutos com vista a

reduzir os custos operacionais, flexibilizar processos e melhorar a eficiência dos serviços que presta.

Definidas como metas prioritárias, pela Diretoria, a pesquisa e a assistência técnica foram alvo de profunda reestruturação com a criação de Regionais, que permitiu um planejamento mais eficaz, tanto do ponto de vista global, como do ponto de vista regional, na identificação das reais necessidades regionais.

Secundariamente, mas não menos importante, foi proposta a criação da Divisão de Política Setorial e a Divisão de Organização, Sistemas e Métodos. A primeira, com o intuito de dinamizar o processo e ampliar os níveis de informações sobre o mercado arrozeiro e promover a inserção da Autarquia no MERCOSUL.

A implantação da Divisão de Organização, Sistema e Método, visa estabelecer um plano diretor de informática, para o processamento de sistemas contábil, controle e registro de pessoal, estatísticas econômicas, controle patrimonial, controle de projetos de pesquisa e registros de estoque de arroz. Observa-se, com a implantação desta área, um significativo aumento de eficiência nos processos administrativos e gerenciais, com redução de pessoal e de custos da administração geral.

Afora estes quatro pontos, o projeto de reforma, em análise pelo Conselho Deliberativo de Autarquia, inclui ações que buscam, fundamentalmente, a alteração da Lei Institucional 533, através de uma maior democratização na representatividade do Conselho Deliberativo, bem como a redução no número de seus integrantes e aprimorar e modernizar a Instituição, preparando-a para cumprir suas finalidades, em consonância com os anseios da classe orizícola gaúcha.

Na área da Assistência Técnica, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- criação de 05 unidades regionais;
- convênios de Cooperação Técnica com a UFRGS/PUC e Associação de Produtores de Arroz (Uruguaiana/Itaqui/Cachoeira do Sul/POA);
- implantação de campos experimentais regionais nos municípios de Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Rosário do Sul, Palmares e Itaqui;
- inauguração de sedes próprias em Rosário/Restinga Seca;
- implantação do escritório municipal de Mostardas;
- lançamento da Campanha da Boa Semente.

Em termos de Política Setorial, a autarquia realizou, através do Convênio IRGA/UFRGS/IEPE, a aplicação de 900 questionários de campo e o treinamento de 40 profissionais com o objetivo de obter perfeito conhecimento sobre o mercado de arroz e inserir o IRGA no MERCOSUL.

Foram elaborados 05 documentos sobre as vantagens comparativas entre os países do MERCOSUL referentes à cadeia produtiva do arroz, com a participação de técnicos e diretoria em reuniões estaduais, nacionais e internacionais sobre o tema.

Na área de pesquisa, com o objetivo de impulsionar a modernização tecnológica da lavoura do arroz, foram atingidas as seguintes metas:

- implantação de 05 campos experimentais;
- análise de 1.300 cultivares e linhagens, nos ensaios regionais;
- implantação do sistema de informatização, com 03 computadores;
- campo de produção de 76 hectares para a produção de sementes básicas e certificados com a produção de 6.000 sacos;
- implantação de um sistema de dados para leitura especializada em arroz irrigado;
- integração: produtor/empresas/IRGA, através de convênios junto aos campos experimentais regionais;
- convênios de cooperação técnica com empresas privadas;
- implantação de sistema de integração de biblioteca, através de projeto da FAPERGS;
- modernização do laboratório de química de solos da Estação Experimental do Arroz, através de projeto da FAPERGS;
- reestruturação do sistema de irrigação e drenagem do campo experimental;
- ligação do setor da pesquisa com entidades nacionais e internacionais via EMBRATEL.

Neste exercício, o IRGA implantou, na Granja Vargas em Palmares do Sul, um condomínio rural onde foram assentadas 10 famílias em uma área de 140 hectares, através de uma ação integrada entre Prefeitura Municipal de Palmares do Sul/EMATER/IRGA, visando à mudança da cultura individualizada para cultura associativa dos produtores selecionados para o condomínio.

No setor de informática,

foram implantados o banco de dados sobre a produção, indústria e comércio do arroz e a informatização de todo o processo administrativo da autarquia.

A atuação do IRGA junto ao produtor, através de todas as suas unidades, permitiu que fossem alcançados os seguintes resultados globais:

- municípios atendidos: 100;
- nº análises de sementes: 245;
- cursos: 12;
- reuniões/eventos: 54;
- consultas atendidas: 5.123;
- visitas a propriedades: 2.226;
- coleta de sementes: 1.683;
- entrevistas (pesquisa a campo): 943.

8 - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

**8.1 - Companhia Estadual de Energia Elétrica
(CEEE)**

**8.2 - Companhia Rio-Grandense de
Telecomunicações (CRT)**

8.3 - Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM)

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, instituída pela Lei nº 3.602, de 01-12-58, tem as competências de: propor as diretrizes e normas de Política Energética do Estado, garantindo à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e à Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS) o papel de agentes executivos de suas decisões; promover a expansão da eletrificação rural do Estado, bem como dar assistência ao cooperativismo de eletrificação e telefonia rural; realizar pesquisas e orientar a racional exploração do carvão mineral, além de outros recursos minerais de interesse do Estado, através da Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM); promover o desenvolvimento de fontes alternativas de energia; coordenar as diretrizes do Programa Estadual de Mineração, orientando sua execução através do Conselho Estadual de Mineração (CEM); promover a Política de Telecomunicações do Estado, assegurando a sua execução através da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT); supervisionar e acompanhar a execução dos planos e programas das entidades vinculadas, visando a assegurar-lhes a máxima eficiência empresarial.

A administração direta da SEMC na Implantação da Reforma Administrativa concluiu, em 1992, a elaboração da Proposta da Nova Estrutura Organizacional da Secretaria, já estando em fase de conclusão o Protocolo de Gestão a ser assinado em breve pelo Senhor Secretário. Além disso, foi assinado convênio entre a Secretaria e a PROCERGS para a elaboração de um Plano Diretor de Informática da Pasta, tendo sido implantados dois terminais para o correio eletrônico e instalados, pela PROCERGS, 5 microcomputadores, sendo um deles emulador de terminal. Também foi implantado, em 1992, o módulo de Acompanhamento do Plano Plurianual junto às três entidades vinculadas, módulo este que integra o Sistema de Acompanhamento das Ações de Governo (AAG). Implantou-se também o Relatório Gerencial Mensal das Companhias vinculadas, destinado a alimentar o lap-top do Senhor Governador.

Quanto à Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT), através de pesadas ações, visando à

melhoria da qualidade dos serviços prestados, conseguiu-se que a mesma passasse da 28ª colocação nacional no ranking das empresas de comunicação para o 18º lugar e que seu grau de endividamento decrescesse de 73,93%, em março de 1991, para 42,5%, em setembro de 1992, com uma dívida de 319 milhões de dólares. Por outro lado, a exploração dos serviços obteve um crescimento real de 11,4% em 1992. Quanto a expansão dos serviços, destaca-se a instalação de 48.619 terminais na planta telefônica automática, mais 8.307 troncos acrescentados à planta interurbana, além da instalação, em 04 de dezembro, do Serviço de Telefone Móvel Celular, Banda A, com 4 mil terminais de sua primeira fase. Encontra-se em fase de conclusão o Edital para Licitação de Rede Estadual de Comunicação de Dados.

Relativamente à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), para uma disponibilidade de 14.502 Gigawatts hora (GWh), suas usinas próprias geraram 6.684 GWh sendo que 7.818 GWh foram adquiridos de Itaipu e do Sistema Interligado. Durante 1992, foram concluídas subestações com uma potência instalada total de 574,8 Megavoltampere (MVA) a um custo total de US\$ 74,021 milhões, estando em andamento a construção de subestações, com a potência instalada total de 471,45 MVA, a um custo total de US\$ 42,7 milhões. Em 1992, foram concluídos 183,92 Km de linhas de transmissão a um custo de US\$ 17 milhões e estão em construção mais 52 km de linhas de transmissão a um custo de US\$ 7 milhões. Já nas obras de distribuição foram construídos 3.521 km, com um investimento total de US\$ 22,1 milhões, beneficiando 67.824 consumidores em todo o Estado.

Em relação à Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM), as ações prioritárias, em 1992, destinaram-se a:

- implantação do lavador de meio denso, na Mina de Candiota, para produção de carvão CE 4700 de uso industrial para a ampliação do mercado da CRM, hoje restrito ao carvão termelétrico. Custo do Projeto: US\$ 4,2 milhões.
- implantação da 2ª Linha de Britagem de Carvão de Candiota, garantindo o fornecimento à Usina Termelétrica (UTE) Presidente Médici II. Custo do Projeto: US\$ 153 mil.
- pesquisas minerais - foram executados 350 metros de perfurações em Cachoeira do Sul, Candiota e Minas do Leão (Butiá).
- meio ambiente - foi intensa a atividade da Divisão de Meio Ambiente, criada em 1989 na CRM.
- desbloqueio das contas - esforços conjugados entre o Governo do Estado e a administração da empresa resultaram no desbloqueio das contas da CRM, bloqueadas desde 1989.

A produção de 1992 foi de 1.680.500 toneladas de carvão Run Of Mine (ROM), destinados, basicamente, à UTE Presidente Médici. Em 1992, a CRM aplicou o montante total de US\$ 4,5 milhões. Para 1993, está prevista uma produção de 1.950.000 toneladas de carvão ROM, a conclusão da 2ª Linha de Britagem de Candiota e do Lavador de Meio Denso de Candiota.

A - CONSELHO ESTADUAL DE MINERAÇÃO (CEM)

Ao Conselho Estadual de Mineração, criado pelo Decreto 32.198, de 20-03-83, incumbe coordenar a política de desenvolvimento da produção mineral do Estado, a ser executada pela Coordenadoria do Conselho.

A Coordenadoria, a braços com a falta de um quadro de funcionários permanentes e com sua dotação orçamentária reduzida, envidou seus melhores esforços para dar andamento aos seguintes projetos prioritários:

- rochas ornamentais - para desenvolver a exploração, o beneficiamento e a exportação das rochas ornamentais do Estado;
- assessoria técnica às prefeituras e à Secretaria da Fazenda para auxiliar no planejamento da mineração e do aumento da arrecadação estadual;
- núcleos de lapidação - para a criação de núcleos de capacitação profissional em lapidação de gemas e artesanato mineral.

B - COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)

Na Comissão Estadual de Energia, sua atribuição primordial de fomentar o desenvolvimento das fontes alternativas de energia e assessorar a SEMC no planejamento energético global do Estado destacou, em 1992, a elaboração do Balanço Energético Estadual, a avaliação da demanda reprimida de energia para irrigação do arroz em 80 MVA e na atividade industrial em 60 MVA além da elaboração de 120 Diagnósticos Energético-Ambientais para os municípios. Para 1993, é prevista a elaboração de 200 diagnósticos municipais.

C - COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SULGÁS)

No que diz respeito à Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul, sua fase de implantação, com base na Lei nº 9.705, de 24-07-92, ocupou boa parte dos esforços da diretoria, além das ações junto aos órgãos federais, visando à participação da SULGÁS na distribuição do gás originário da Bolívia e da Argentina, tendo também sido elaborados projetos para a avaliação do mercado e para a viabilização da distribuição do gás no Estado.

8.1 - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

A Companhia Estadual de Energia Elétrica tem como atribuição planejar, construir e operar o sistema elétrico do Rio Grande do Sul.

A Empresa tem a concessão dos serviços de energia elétrica em 96,9% da área geográfica do Estado, atendendo diretamente a 292 municípios e, indiretamente, aos demais 41 municípios gaúchos.

A CEEE mantém atualmente 28 usinas geradoras, 170 subestações transformadoras, 9.500km de linhas de transmissão, 122.000km de redes de distribuição e 77.000 transformadores de distribuição, que atendem a 2.390.000 consumidores em todo o Estado.

A - MERCADO

O mercado de energia elétrica do Rio Grande do Sul apresentou um crescimento de 3,8% em 1992, para um aumento de 67.000 novos consumidores.

O faturamento da CEEE em 1992 atingiu US\$ 900 milhões, gerando US\$ 145 milhões de ICMS para o Estado.

B - GERAÇÃO

Na área de geração de energia, a CEEE deu continuidade, em 1992, às ações, no sentido de viabilizar a Usina de Candiota III, com capacidade de 350 MW para a 1ª unidade.

Com relação à Usina de Dona Francisca, com potência de 125 MW, está em andamento a licitação no regime de empreitada por preço global na modalidade "turn key".

A disponibilidade de energia elétrica da CEEE, em 1992, foi de 14.502GWH, sendo que 6.684GWH gerados por usinas próprias e 6.818GWH recebidos de Itaipu e do Sistema Interligado Sul-Sudeste.

C - TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

Durante o ano de 1992, a CEEE, visando a atender ao crescimento do mercado de energia elétrica do Estado, desenvolveu obras nos setores de transmissão e distribuição:

LINHAS DE TRANSMISSÃO CONCLUÍDAS EM 1992		
	km	US\$
LT 69 KV - Ramal Bianchini	0,18	12.600
LT 69 KV - Triunfo-São Jerônimo	0,30	42.400
LT 69 KV - Charqueadas-Triunfo	0,10	42.400
LT 69 KV - Charqueadas-Triunfo: Reforma	15,00	49.200
LT 69 KV - S.Ângelo 2 -S.Ângelo 1 - C1 C2	12,70	3.556.160
LT 230 KV - Passo Real-S.Ângelo	146,90	11.938.902
LT 230 KV - Ramal Nova Prata	8,74	1.402.270
Total	183,92	17.043.932

LINHAS DE TRANSMISSÃO COM OBRAS EM ANDAMENTO EM 1992		
	km	US\$
LT 69kv - Rio Grande 3 - São José do Norte	2,00	4.000.000
LT 69kv - Tapera-Soledade	42,50	2.728.573
LT 230kv - Alegrete 2-Livrament	2,90	454.500
LT 230kv - Bagé 2-Livramento	2,90	454.500
LT 69kv - Ramal Livramento 2 (HAR/LIV 1)	1,50	213.500
TOTAL	51,80	7.851.073

OBRAS DE DISTRIBUIÇÃO EM 1992	
Redes Construídas	3.521 km
Urbanas 878 km	
Rurais 2.643 km	
Melhorias em Redes	1.124 km
Nº de Transformadores Acrescidos	2.141
Nº de Postes Acrescidos	26.756
Nº de Consumidores Beneficiados	67.824
Valores Investidos	US\$ 22,1 milhões

Obs.: valores até 31/10/92

8.2 - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

A Companhia Rio-grandense de Telecomunicações tem por missão a instalação, operação e exploração dos serviços públicos de telecomunicações e afins, incluindo, aí, a teleinformática, no âmbito de todo o território do Rio Grande do Sul.

O Estado do Rio Grande do Sul detém, aproximadamente, 85% do capital votante e a TELEBRÁS 14,2%. A outros acionistas cabe o capital de 0,8%. Do capital total da Empresa, considerando ações ordinárias e preferenciais, cabe ao Estado 41%, à TELEBRÁS 6,9% e a outros acionistas (assinantes) 52,1%.

A CRT, atualmente, empreende programas de expansão que envolvem um total de 749 obras em andamento em 531 localidades de 258 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Somente em Porto Alegre, a quantidade de obras chegam a 107. No período em questão, a CRT concluiu 306 obras das 698 obras previstas, que correspondem a 44% do quadro total inicialmente previsto na gestão. A conclusão dessas obras vem beneficiar diretamente 276 localidades.

Ainda em relação ao cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano de Governo, "Povo Grande do Sul", a CRT está prontificando o edital para licitação da Rede Estadual de Comunicação de Dados, cuja conclusão está prevista para o final de 1993.

A - EXPANSÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

Foram instalados mais 48.619 terminais na planta telefônica automática do Estado, o que representa 35% dos 139.128 terminais inicialmente previstos nos planos de expansão em andamento a partir de março/91. Com relação à planta interurbana, são mais 8.307 troncos, ou seja, 27% dos 30.258 troncos inicialmente previstos a partir de março/91.

Destaca-se, a seguir, os eventos mais significativos: ampliação de 47 centrais automáticas, com 27.199 terminais; implantação de 50 centrais automáticas, com 21.420 terminais; substituição de 08 centrais automáticas, com 3.800 terminais; acréscimo de 44.819 terminais automáticos instalados; atendimento de 18 condomínios em Porto Alegre, com instalação de, aproximadamente, 2.600 terminais telefônicos; implantação de uma central interurbana digital, totalizando 3.600 troncos na localidade de Passo Fundo; ampliação de 5.516 canais multiplex (interurbano); ampliação de 8.307 troncos-trânsito (analógico/digital); instalação de 27,6km de fibra ótica; atendimento a 203 pequenas localidades, com obras de baixa capacidade (comunidades rurais); implementação, em

janeiro de 1992, da numeração com sete dígitos nos telefones de Porto Alegre e Região Metropolitana, envolvendo 192 centrais e, aproximadamente, 290.000 terminais.

a.1 - Serviço Móvel Celular (Telefone Celular)

- Em 04 de maio de 1992, foi assinado, em sessão pública, o contrato celebrado entre a CRT e a Ericsson para a implantação do Serviço Móvel Celular, Banda A, no Estado do Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1992, esse contrato foi ativado, em caráter experimental, compreendendo os 4.000 terminais da primeira fase desse projeto, os quais atenderão inicialmente a usuários de Porto Alegre e Região Metropolitana.

B - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Desempenho do Serviço Telefônico - DST é medido através de oito indicadores, que dão uma visão da qualidade dos serviços prestados, levando-se em consideração a ótica do usuário. Esses indicadores agrupados determinam a posição da CRT no ranking composto por todas as Empresas do setor de telecomunicações.

As principais ações desenvolvidas no decorrer do ano foram as seguintes: execução de programa de manutenção preventiva, em nível de centrais telefônicas, rede de cabos, fiação e acessórios; implantação de gerência das visitas improdutivas; ativação de novas centrais, propiciando a liberação de pendências por falta de número; implantação do projeto visitas repetidas, com execução de reteste em 100% dos pedidos de conserto; incremento da canalização de transmissão, permitindo a melhora do índice de congestionamento; execução de plano de proteção elétrica na rede externa; fiscalização intensa dos circuitos em tráfego; ampliação e remanejamento de equipamentos, de rotas e juntores DDD; manutenção preventiva de rede em áreas de alto tráfego; criação da Região Operacional de Porto Alegre e Programas de aumento de produtividade, através de treinamento, gerência, responsabilização, automatização dos circuitos manuais.

C - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A CRT, no que se refere à receita de exploração dos serviços, obteve um crescimento real de 11,4 % decorrentes do crescimento do número de terminais e, principalmente, pela produtividade na geração de pulsus e chamadas telefônicas interurbanas. Os dispêndios com pessoal consumiram 63,7% da receita de exploração líquida dos serviços. O grau de endividamento, que em março/91 era

de 73,93%, em setembro/92, com uma dívida total de 319 milhões de dólares, ficou reduzido para 42,5%.

A CRT está realizando Concorrência Pública nº CRT-CE-PR 455/92-CC-120/92, visando à contratação de empresas especializadas para reavaliação do seu ativo imobilizado.

8.3 - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

A Companhia Rio-grandense de Mineração, vinculada à Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicações, autorizada a funcionar como Empresa de Mineração pelo Alvará nº 103/70, do Ministério das Minas e Energia, em consonância com a política mineral do Estado, atua nos setores de pesquisa, extração, beneficiamento e comercialização de carvão, bem como de outras substâncias minerais. Nesse sentido, os projetos em curso, de pesquisa mineral, do lavador de meio denso e da II linha de britagem da Mina de Candiota, desenvolvidos por esta Companhia, tem como suas atividades operacionais as Minas do Leão (Butiá e Candiota); fazem parte das ações prioritárias do Governo do Estado.

Em conformidade com o Plano de Governo, a CRM adquiriu, em outubro de 1991, o lavador de meio denso da Aços Finos Piratini, ora em implantação na Mina de Candiota, para produzir carvão CE 4700, destinado ao atendimento do mercado industrial, especialmente da indústria cimenteira; a produção desse tipo de carvão ampliará substancialmente o raio de atendimento do mercado consumidor, permitindo uma maior competitividade da CRM, hoje restrita ao carvão termelétrico fornecido à Usina Candiota II. Sua implantação terá um prazo de 24 meses, com uma capacidade de alimentação de 170 t/h de carvão ROM, uma produção de 20.000 t/mês de carvão CE 4700 e de 27.000 t/mês de carvão CE 3300. Será investido neste projeto, no período, um montante de US\$ 4,2 milhões.

Com o objetivo de ampliar a disponibilidade de carvão britado na Mina de Candiota, garantindo o fornecimento à Termelétrica Presidente Médici e para o futuro lavador desta Mina, foi dado início, em julho deste ano, à implantação da III linha de britagem da Mina de Candiota; nesse projeto, será investido um montante de US\$ 153 mil.

Outrossim, foi dada continuidade aos testes tecnológicos da argila interbancos e superior da Camada Candiota; esses testes apresentaram dados positivos para o aproveitamento industrial deste mineral; em seguimento, serão priorizadas a divulgação dos dados e a busca do mercado consumidor.

O projeto básico da Mina do Leão II, revisado em 1989, resultou na versão que prevê a capacidade nominal de produção de 2.051.000 t/ano de carvão ROM, cuja destinação prevista será a termoeletricidade, a indústria cimenteira, a gaseificação e a redução direta do minério de ferro. A proposição, com emprego de 4 frentes de produção e 7 de desenvolvimento, apresenta uma viabilidade econômica bastante satisfatória, criando a real possibilidade de retomada da implantação do projeto. A primeira produção pode ser obtida 2 anos após o início da implantação e a produção nominal, em menos de 3 anos. O projeto encontra-se com mais de 50% de sua parte física implantada. Ressalta-se a importância que esta Mina terá no fornecimento de carvão para a Usina Termelétrica Jacuí I, a qual deverá contribuir, significativamente, na geração de energia elétrica no Estado.

Na geração de 2100mw, definidos para a Usina Termelétrica de Candiota III, para um fator de capacidade de 40%, serão consumidos 7.360.000 t/ano de carvão ROM, objeto da futura Mina do Poacá. Para a primeira máquina (350 MW), a CRM possui atualmente equipamentos de descobertura e extração, com capacidade de atender à demanda de carvão dessa etapa, bem como a da atual Usina Candiota II.

Concernente à área de pesquisas minerais, foram executados, no período, 350 metros de perfurações nas localidades de Cachoeira do Sul, Candiota e Minas do Leão.

Quanto ao desempenho operacional da Empresa no período, prevê-se uma produção total de 1.680.500t de carvão mineral ROM, volume de produção que vem se mantendo devido, principalmente, ao consumo do carvão produzido na Mina de Candiota, atendendo a demanda da Usina Termelétrica Presidente Médici.

No que tange aos investimentos realizados no período, para dar andamento aos projetos referidos anteriormente e outros investimentos relativos ao reaparelhamento das Minas, a Companhia aplicou US\$ 4,5 milhões.

A CRM, para o período de 1993, prevê uma produção de 1.950.000t de carvão ROM e a conclusão de dois dos projetos em andamento: a IIª linha de britagem e o lavador da Mina de Candiota. Os outros projetos prioritários, Mina do Leão II e a Mina do Poacá, dependem do reinício dos trabalhos da implantação das Usinas Jacuí I e Candiota III, respectivamente.

**9 - SECRETARIA DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA (SCT)**

**9.1 -Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do
Rio Grande do Sul (FAPERGS)**

9.2 -Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)

A Secretaria de Ciência e Tecnologia tem como atribuição básica promover o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, competindo-lhe articular e coordenar ações do setor, divulgar informações e pesquisas, proporcionar a formação e o aprimoramento de recursos humanos e apoiar órgãos e entidades que investem em pesquisa.

A Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) integram a estrutura da Secretaria, cada uma com sua missão: a CIENTEC, promovendo programas de desenvolvimento científico-tecnológico em várias áreas, e a FAPERGS, agindo como órgão básico de fomento à pesquisa.

O atual Governo encontrou a Secretaria de Ciência e Tecnologia ainda em implantação. Com a compreensão exata de que na área de ciência e tecnologia não devem ocorrer descontinuidades, pela dimensão estratégica e extensa de seus programas, todos os projetos iniciados na administração anterior tiveram implementação e continuidade. Irrigou-se a área com as idéias renovadoras, buscando-se ampliar a ação da SCT para o setor primário e para as áreas de geologia, mineralogia e meio ambiente.

No que tange à implantação da Reforma Administrativa, a SCT cumpriu plenamente as estratégias e diretrizes estabelecidas no Decreto nº 34.045, de 18/09/91, e na Ordem de Serviço nº 1891-95, de 04/10/91, fornecendo à Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) todos os subsídios solicitados. Nessa Reforma, a SCT assume uma posição muito peculiar, porquanto não fará propriamente uma reestruturação organizacional, mas, sim, deverá ter implantada sua estrutura organizacional, a ser definida mediante Decreto do Poder Executivo.

Desde a institucionalização da área de C & T na Administração Estadual, a Secretaria tem atuado com técnicos e servidores cedidos de outros órgãos ou ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas. A Lei de criação da SCT foi omissa quanto aos cargos, que deverão ser, agora, preenchidos mediante relotação e\ou concurso público.

Ainda no campo institucional, foi aprovada a Lei 9521, de 23 de janeiro de 1992, que substituiu o Conselho do Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Rio Grande do Sul (CODECITE) pelo Comitê Técnico Assessor, evitando-se, assim, a existência de dois conselhos vinculados à mesma Secretaria do Estado.

O Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia está em vias de ser constituído formalmente. Tem apoio em dispositivos constitucionais e legais. Falta a definitiva estruturação da Secretaria e a implantação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Durante o ano de 1992, a SCT desenvolveu os seguintes programas e projetos:

A - PÓLOS TECNOLÓGICOS

O programa do atual Governo apoia-se no desenvolvimento regional com efetiva participação das comunidades locais. Nesse sentido, o Estado tem interagido na implantação de pólos tecnológicos, com a finalidade de formar mão de obra qualificada e massa crítica para o desenvolvimento tecnológico, gerar novas tecnologias e produtos para empresas existentes, apoiar o surgimento de novas empresas e realizar pesquisas em setores econômicos regionais.

Já estão desenhados, pela vontade regional e com o apoio do Estado, os seguintes pólos:

- Programa Regional de Cooperação Científico-Tecnológica (PRCT\NORS).
Municípios-referência dos pólos: Ijuí, Panambi, Santa Rosa e Três Passos. Áreas: metal-mecânica, informática, construção civil, alimentos e agropecuária. Investimentos do Estado em 1992: 1 bilhão de cruzeiros (maio e junho).
- Pólo de Modernização Tecnológica em Alimentos, Região da Produção.
Município referência: Passo Fundo. Áreas: plasticultura, aveia, piscicultura, batata, semente e fazenda alternativa. Investimentos do Estado em 1992: 500 milhões de cruzeiros (maio e junho).
- Núcleo de Integração Tecnológica, Região das Missões.
Base para um futuro pólo tecnológico, com ações em energia e meio ambiente, diversificação agropecuária e informática industrial. Município-referência: Santo Angelo. Investimentos do Estado em 1992: 400 milhões de cruzeiros (junho e julho).

- Pólo de Modernização Tecnológica do Setor Pesqueiro, Litoral Sul.
Municípios-referência: Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e Arroio Grande. Aproveitando a base tecnológica das Universidades locais, a forte concentração de pescadores e indústrias de pesca, o pólo está sendo organizado e já tem aprovados importantes projetos de pesquisa e desenvolvimento ligados ao setor pesqueiro. O Governo do Estado estará liberando recursos no primeiro trimestre de 1993.
- Pólo de Modernização Industrial, Região Sul.
Municípios-referência: Pelotas e Rio Grande. O Estado já apoiou projetos na área de biotecnologia e engenharia elétrica. Hoje, a comunidade demanda um pólo voltado para a modernização industrial. O Governo do Estado repassará recursos para este pólo no primeiro trimestre de 1993.
- Pólo de Modernização Tecnológica em Alimentos, Região Sul.
Município-referência: Pelotas. Áreas: frutas e hortaliças, laticínios, cereais, suinocultura e avicultura. Repasse de recursos do Governo do Estado terá início no primeiro trimestre de 1993.
- Pólo de Modernização Industrial, Região da Serra.
Município-referência: Caxias do Sul. A partir do Centro Tecnológico de Mecatrônica (recém implantado pelo SENAI) e da Universidade de Caxias do Sul, estrutura-se um Pólo com base neste setor de ponta, de estratégico interesse para o RS, envolvendo também projetos nas áreas de qualidade e metrologia. O Estado iniciará a liberação de recursos no primeiro trimestre de 1993.
- Pólo Carbomineral da Região da Campanha.
Município-referência: Bagé. Aprovado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento, encontra-se em fase de estruturação, com projetos já submetidos à SCT.
- Pólo de Modernização Tecnológica em Alimentos, Fronteira Oeste.
Município-referência: Uruguaiana. Áreas: piscicultura em propriedades rurais, laticínios e plasticultura de hortifrutigranjeiros. Recursos do Estado estarão sendo repassados no início de 1993.

Para viabilizar a implantação dessas iniciativas, têm sido desenvolvidas ações voltadas para o esclarecimento dos objetivos dos pólos, orientação na elaboração dos projetos, além do apoio técnico e de acompanhamento nas áreas jurídica e administrativa.

B - PROGRAMA DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

Como parte desse Programa (iniciado pelo Diagnóstico e Programa de Desenvolvimento da Indústria de Móveis), a área de Competitividade Industrial da SCT elaborou um Diagnóstico do Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul, como etapa inicial de um programa de desenvolvimento para esse setor.

No desdobramento do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Móveis do Rio Grande do Sul, a SCT tem interagido na realização de cursos e seminários acerca da Gestão para a Qualidade e para a capacitação de profissionais na área de design.

A SCT participa também da articulação com vista a um Diagnóstico de Vitivinicultura e integra o Foro do Couro, este reunindo pecuaristas, industriais, técnicos e órgãos de Governo, visando à eficiência coletiva da cadeia da produção.

C - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEICT) E REDE REGIONAL DE INFORMAÇÕES.

O Projeto do Sistema Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia visa a estabelecer canais apropriados à transferência de informações em Ciência e Tecnologia, com a finalidade de atender às demandas da comunidade científica e tecnológica, órgãos de planejamento e setor produtivo do Estado do Rio Grande do Sul, através a viabilização da Rede Regional de Comunicação de Dados, prevista para entrar em operação no primeiro semestre de 1993.

Recursos repassados pela FAPERGS possibilitaram a aquisição dos roteadores e periféricos necessários à instalação da Rede.

A implantação do Sistema Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia ainda não pôde ser viabilizada operacionalmente. Embora todas as instituições participantes do protocolo de intenções (assinado em 06 de março de 1991) estejam motivadas para o projeto, existe carência de recursos materiais, humanos e financeiros.

O Projeto Qualidade-RS corresponde ao Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), desenvolvido em conjunto pelas Secretarias de C & T e de Desenvolvimento Econômico e Social. Tem seu referencial no documento básico do PGQP, amplamente divulgado quando do lançamento oficial do Programa, dia 15 de outubro. Nesse documento, estão definidos os objetivos gerais e específicos do Programa, bem como sua estrutura organizacional e ações propostas.

Durante o mês de novembro, foram constituídos os cinco Comitês Gerais, com participação de cerca de 25 pessoas por Comitê.

A reunião da Comissão Estadual da Qualidade e Produtividade, realizada em dezembro, aprovou o Regimento Interno dos Comitês Gerais; o Calendário de Eventos para 1993 e a regulamentação do Decreto que criou a Comissão e instituiu o ano de 1993 como o "Ano da Qualidade" no Rio Grande do Sul.

O informativo do Programa encontra-se em fase de elaboração e tem previsão de lançamento para o final de janeiro de 1993.

Desde a inauguração do Módulo I: Vida, Ciência e Tecnologia, localizado no Centro de Referência Humanística-VIDA, o espaço destinado às exposições itinerantes foi ocupado por diversas instituições públicas, objetivando divulgar o trabalho por elas realizado. Participaram o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, com a mostra "Arte, Ciência e Tecnologia"; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul\Núcleo de Documentação e Pesquisa, com a mostra "História da Indústria no Rio Grande do Sul"; a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, com a mostra "Ecossistema Banhados"; a Fundação Universidade do Rio Grande, com a mostra "Estação de Apoio Antártico-Programa Antártico Brasileiro"; e a Fundação de Ciência e Tecnologia, com a mostra "50 ANOS da CIENTEC".

O Museu de Ciência e Tecnologia (Módulo I) tem atraído e ampliado o público frequentador do Centro VIDA. Por outro lado, escolas de 1ª e 2ª graus do Estado e, até mesmo de outros municípios, têm respondido positivamente, levando seus alunos a desenvolverem trabalhos junto aos laboratórios do Museu, bem como ao comparecimento às palestras e exposições.

Durante o ano 1992, cerca de 9.500 pessoas visitaram o Museu.

A instalação e o desenvolvimento desse Módulo Experimental tem contado com o apoio da FAPERGS e de empresas privadas (EDISA Informática, Hoesht e Tintas Renner), além de instituições como o CREA, a TVE e alguns consulados.

F - APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PRIMÁRIO

O setor técnico da SCT tem assessorado a implantação do Projeto de Apoio às Pesquisas de Transferência de Embriões Bovinos no Estado do Rio Grande do Sul, que já resultou na instalação, no município de Selbach, pela Prefeitura local, de uma área-piloto e na criação de uma Associação de Produtores de Leite. Apóia também o Projeto de Implantação do Centro de Diagnóstico e Pesquisa em Patologia Aviária no Estado do Rio Grande do Sul. Os municípios envolvidos (Passo Fundo, Lajeado, Estrela, Garibaldi e Ijuí) contam com a colaboração das Prefeituras locais na cedência de área física e de pessoal de apoio para a implantação de laboratórios desse centro no interior.

Além dessas ações, vêm sendo acompanhados os projetos dos Pólos Tecnológicos nas áreas agropecuária e agroindustrial, com participação, ainda, em outras iniciativas interinstitucionais, inclusive sobre o MERCOSUL.

G - RECURSOS MINERAIS

A SCT tem promovido iniciativas no sentido de viabilizar a preservação das reservas fósseis de madeira petrificada dos municípios de Mata, São Vicente do Sul, São Pedro e Santa Maria, cujas ocorrências possam servir a estudos e pesquisas, ao mesmo tempo em que desenvolve ações no sentido de definir os principais gargalos tecnológicos relativos à mineração e lapidação de pedras preciosas no Estado.

Na área do carvão, a Secretaria tem atuado nos foros em que se discutem os problemas relacionados com esse recurso mineral, especialmente no que se refere ao seu aproveitamento e implicações ambientais.

H - EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM C&T

Dentro de uma estratégia de estimular, ampliar e qualificar a divulgação da Ciência e da Tecnologia no Estado, foram realizados:

- dois cursos de C & T para Jornalistas (Santa Maria e Pelotas);
- o Projeto Memória, que visa à recuperação e organização da memória da institucionalização da C & T no Rio Grande do Sul;
- Projeto C & T na Tevê - veiculação, na Televisão Educativa, de vinhetas (vídeos institucionais) sobre conceitos, programas e ações de C & T;
- Jornal da SCT - foram elaboradas quatro edições, com tiragem de 3.000 exemplares cada, divulgando as principais iniciativas na área de C & T no Rio Grande do Sul;
- Calendário de Eventos de C & T no Estado - foram publicados dois números do Calendário de Eventos em C & T. A primeira publicação relacionava 257 eventos, sendo que esse número aumentou para 1113 na segunda (julho de 1992). Do terceiro número, em vias de elaboração, constarão 919 eventos. Essa iniciativa da SCT (com o apoio do IBICT veio suprir uma lacuna informativa na área.
- Conferências e Workshops de Divulgação Científica: foram concedidos auxílios para implantação do projeto "Implementação de Oficinas Voltadas ao Desenvolvimento de Atividades para a Iniciação em C & T" e "1ª Semana de Integração Científica e Tecnológica Juvenil do Cone Sul" (Assoc. Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul), "Encontro Internacional em qualidade e Confiabilidade" (FUNDATEC), realização da III FEITEC em Santa Rosa (FIDENE), "I Mostra de Tecnologia Gaúcha" (Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul), "III Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva" e "I Encontro de Saúde Coletiva do Cone Sul" (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva), "XI Congresso Estadual de Medicina Veterinária", "III Jornada Internacional de Hidatíose" e o "II Encontro de Médicos Veterinários do Cone Sul" (Sociedade de Veterinária do Rio Grande do Sul).

A SCT pelo seu Titular e técnicos, esteve presente a mais de 50 eventos científicos durante o ano de 1992. Igualmente, participou do Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia e de reuniões com organismos federais.

9.1 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

Com o substancial aumento de recursos aportados à FAPERGS e, principalmente, com o compromisso governamental de repassar e, se necessário, garantir a credibilidade da Fundação, mostrando-a capaz de atender às demandas da sociedade e de gerenciar, de maneira eficaz, os recursos destinados ao fomento da Ciência e Tecnologia no RS. A nova proposta de trabalho implicou a atualização do corpo de consultores da FAPERGS, com a incorporação crescente de especialistas de instituições de pesquisa do interior do Estado e de outros Estados da Federação; a formação de novas comissões assessoras de coordenação por área de conhecimento, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de avaliação e acompanhamento de projetos; finalmente, uma reestruturação administrativa, que está culminando com a realização de um concurso público para provimento de cargos, além da informatização interna, com vista a uma maior agilidade na tramitação dos processos.

Em termos reais, em valores atualizados para dezembro de 1992, os recursos repassados pelo Tesouro à FAPERGS vêm crescendo desde a promulgação da Constituição Estadual em 1989. As perspectivas para 1993 são as melhores possíveis, tendo o Governo do Estado aprovado o Programa da FAPERGS - 1993 num montante de, aproximadamente, 18 milhões de dólares.

Em 1992, não houve maiores novidades nas linhas de atuação da FAPERGS em relação a 1991, tendo sido financiados projetos dentro dos Programas de Bolsas e Auxílios Correlatos, Auxílios ao Pesquisador, Auxílios a Grupos de Pesquisa, e Programas Específicos.

As Bolsas e Auxílios Correlatos, que integram o Programa de Formação de Recursos Humanos da FAPERGS, tiveram o seguinte desempenho em 1992: foram aprovadas 1251 bolsas de Iniciação Científica a jovens pesquisadores, vinculados aos mais diversos Centros de Pesquisa do Estado (39 instituições beneficiadas), 33 bolsas de Iniciação Técnica (total de Cr\$ 99.972.000,00) e 45 bolsas de Apoio Técnico (total de Cr\$ 171.180.000,00). Foram concedidas também 376 bolsas de Aperfeiçoamento (total de Cr\$ 2.420.250.000,00), 89 bolsas de Mestrado (total de Cr\$ 1.030.500.000,00) e 38 bolsas de Doutorado (total de Cr\$ 412.021.000,00). a FAPERGS outorgou ainda 120 bolsas de Recém-Mestre (total de Cr\$ 1.692.750.000,00), 15 bolsas de Recém-Doutor (total de Cr\$ 661.221.000,00) e 16 bolsas de Pesquisador Visitante (total de Cr\$ 214.450.000,00).

Dentro dos Programas de Auxílio ao Pesquisador e a Grupos de Pesquisa, foram destinados Cr\$ 44.442.176.270,00 para 1.292 projetos.

As áreas de Ciências Agrárias (com 15,36%), Ciências Humanas e Sociais (com 15,10%); Ciências da Saúde (com 14,02%) e Engenharia (com 12,67%) foram as que receberam maior volume de recursos.

Os financiamentos a Programas Específicos foram concedidos sob as seguintes formas:

- Programa de Estímulo à Interação de Grupos e Centros de Pesquisa com o Setor Produtivo - foram apoiados 18 projetos (num total de Cr\$ 4.698.463.000,00), nos quais interagiram Centros de Pesquisa das mais diversas instituições do Estado com empresas dos mais variados ramos de atividades, apontando para produtos e processos com maior qualidade tecnológica.
- Programa de Recuperação dos Centros de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - forma aprovados 15 projetos, num total de Cr\$ 5.449.312.000,00.
- Programa de Expansão de Acervos Bibliográficos - A FAPERGS apoiou 41 projetos, num valor total de Cr\$ 3.884.556.000,00.
- Rede Estadual de Informações em C & T - a FAPERGS vem apoiando a constituição dessa Rede, tendo concedido Cr\$ 3.022.651.500,00 em 1992.

Com a finalidade de viabilizar a entrada de recursos externos para financiar projetos de interesse do Estado, a FAPERGS intermediou Convênio entre a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência\Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, para o repasse de Cr\$ 23.798.500,00, destinados ao projeto que visa ao levantamento da questão da criança e do adolescente em situação de risco no Rio Grande do Sul.

Foi realizado também o Convênio FAPERGS\Comunidade Econômica Européia (recursos de Cr\$ 286.357.000,00), para um programa conjunto CENERGS\UFRGS\METROPLAN, que visa o determinar a matriz energética do Estado e sua evolução até o ano 2010.

A síntese das atividades da FAPERGS, em seus diversos Programas, revela que foram aplicados, no ano de 1992, Cr\$ 52.323.476.270,00 em 2.543 projetos (valores atualizados para dezembro de 1992).

Um comparativo entre 1991 e 1992 mostra que:

- o programa de bolsas sofreu sensível incremento, passando de 1337 para 1932 o total de bolsas concedidas:
- o auxílio para organização de eventos evoluiu de 69 para 165, enquanto que o número de viagens para reuniões científicas diminuiu de 217 para 141, demonstrando a

política da FAPERGS de incentivar mais a realização de eventos no Estado;

- houve também uma diminuição no financiamento de auxílios individuais à pesquisa.

Para 1993, com o programa aprovado pelo Sr. Governador, a FAPERGS deverá mudar substancialmente sua maneira de fomentar o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Rio Grande do Sul, assumindo fortemente a indução de projetos que possam contribuir de forma mais rápida para o desenvolvimento do nosso Estado.

9.2 - FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

No ano em que a instituição completou seu jubileu de ouro (a contar da criação do ITERGS), pode-se caracterizar como satisfatória a atuação da CIENTEC na pesquisa tecnológica e desenvolvimento experimental; na realização de análises, testes e ensaios; e em consultorias e assistência técnica.

Como atestado desse bom desempenho, cabe registrar o recebimento do tradicional prêmio da FIERGS Distinção Indústria (Fundição Jacuí - CIENTEC\FAPERGS).

Neste ano, a atividade da pesquisa agropecuária foi incorporada à CIENTEC, que agregou 24 estações de pesquisa, distribuídas por todo o Estado, e quatro Institutos de Pesquisas Agronômicas (IPAGRO), Instituto de Pesquisas Zootécnicas Desidério Finamor (IPVDF), Instituto de Pesquisas Zootécnicas Francisco Osório (IPZFO) e Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis Ataliba Paz (IPRNRAP).

As atividades de Pesquisa, Desenvolvimento (P & D) e Consultoria, no exercício de 1992, agruparam-se nos seguintes programas: Química Industrial, Construção Civil, Energia, Tecnologia Ambiental e Agroindústria.

Um total de 12 projetos foram concluídos neste exercício e outros 20 tiveram continuidade, seja contando com financiamento externo, ou com recursos próprios.

Foram firmados 14 Convênios, Contratos ou Termos de Cooperação Técnica com diversas instituições. Convênios de intercâmbio técnico-científico foram assinados com nove Universidades: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade

Federal de Santa Maria (UFSM) e Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Procurou-se suprir a deficiência de pessoal com a automação de ensaios, de forma a atender às demandas de indústrias do Estado, bem como de empresas públicas estaduais e federais.

Foram expedidos, durante 1992, cerca de 1.500 laudos (relatórios, certificados, pareceres e cartas explicativas), número este que representa um pequeno acréscimo em relação ao ano anterior.

Foram feitos investimentos nos laboratórios do Departamento de Biotecnologia e de Química, tendo em vista sua importância na realização do controle de qualidade da merenda escolar (convênio com a FAE) e controle da Sacola Econômica do SESI, e também por constituir-se em laboratório credenciado pelo DINAL para análise de produtos alimentícios em fase e industrial de desenvolvimento.

Investimentos significativos foram efetuados também nos laboratórios de Conforto (Departamento de Engenharia de Edificações) e de Carvão e de Análise Instrumental (Departamento de Química), tendo sido concluído também o Laboratório de Eletroeletrônica, com a aquisição de padrões para a aferição de instrumentos elétricos e eletrônicos, atividade de atuação quase que exclusiva da CIENTEC no Estado.

Todas as obras foram realizadas com recursos próprios da CIENTEC, obtidos através da prestação de serviços e da Lei nº 6719.

Dando continuidade a sua política de informatização, a CIENTEC firmou contrato com a PROCERGS para a elaboração do seu Plano Diretor de Informática.

No decorrer de 1992, foi oportunizado o treinamento e aperfeiçoamento, tanto na instituição como a nível externo, de 181 servidores, representando 47,26% do total do Quadro de Funcionários da CIENTEC - Setor Industrial.

Por outro lado, a atuação da CIENTEC em diversos órgãos de representação demonstra sua crescente inserção nas definições de políticas setoriais, bem como seu reconhecimento como instituição executora de atividades de P & D.

Com a incorporação da pesquisa agropecuária, a CIENTEC passou a desenvolver tecnologias para os setores agropecuário e florestal, bem como a prestar serviços de análise e diagnóstico em diversas áreas, através de seus quatro Institutos.

A - INSTITUTO DE PESQUISAS AGRONÔMICAS (IPAGRO)

Foram desenvolvidos 283 projetos de pesquisa: Sede do IPAGRO (41), Estação Experimental de Viamão (13), Estação Experimental de Nova Prata - Guabijuí (22), Estação Experimental de Veranópolis (37), Estação Experimental de Caxias do Sul (11), Estação Experimental de Osório - Maquiné (7), Estação Experimental de Júlio de Castilhos (13), Estação Experimental de Taquari (41), Estação Experimental de São Borja (53), Estação Experimental de Santo Ângelo (9).

No campo da biotecnologia, foi aprovado projeto da cultura de tecidos, e está sendo montado um laboratório para desenvolver trabalhos para a obtenção de fruteiras e olerícolas livres de moléstias.

Em horticultura, foram executados projetos em citros, videira, pessegueiro, ameixeira, pereira, figueira, cebola, pimentão, cenoura, repolho, abacaxi, banana e maracujá. Além da continuação desses trabalhos em 1993, estão sendo planejados, através do Plano de Recuperação dos Centros de Pesquisa, trabalhos em batata-doce e biotecnologia em batata, em conjunto com a Universidade de Pelotas.

Nas culturas anuais, foram continuados os trabalhos de melhoramento e introdução de cultivares de trigo, soja, feijão, milho, sorgo e triticales, com produção de semente básica.

B - INSTITUTO DE PESQUISAS ZOOTÉCNICAS FRANCISCO OSÓRIO (IPZFO)

Foram desenvolvidas as seguintes atividades: estudos e pesquisas sobre pontos de estrangulamento do atual sistema produtivo agropecuário, com destaque para o manejo correto das pastagens nativas do RS e de outras forrageiras de importância; desenvolvimento de técnicas de produção de sementes, controle de pragas e plantas daninhas às pastagens; silagem e fenação de forrageiras; desenvolvimento de tecnologias que visem ao aumento da produtividade animal (carne, leite, lã, ovos e outros produtos de interesse econômico); e geração de tecnologias que se integrem às atividades agrícolas através de sistemas de produção agropastoris, principalmente para pequenas e médias propriedades.

O IPZFO desenvolve, no momento, 29 projetos de pesquisa, executados na sede em Porto Alegre e nas Estações Experimentais Zootécnicas nos municípios de Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel, Tupanciretã, Uruguaiana, Vacaria e Santa Rosa.

**C - INSTITUTO DE PESQUISAS VETERINÁRIAS DESIDÉRIO
FINAMOR (IPVDF)**

Foram executados exames laboratoriais: histopatológicos e bacteriológicos em geral, sorológico para a tristeza parasitária bovina, parasitológicos de fezes, virológicos e sobre brucelose e leptospirose, além da produção de diversos reativos para diagnósticos sorológicos de rotina.

Foram executados ou estão em andamento 26 projetos de pesquisa, envolvendo as áreas da febre aftosa, brucelose, histopatologia, parasitologia, virologia e patologias suínas, bovinas e ovinas. A maior parte destes projetos vem sendo financiada pela FAPERGS e CNPQ; três projetos sobre febre aftosa, brucelose e babesiose estão sendo financiados pela Agência Internacional de Energia Atômica (IAAE) e um outro pela Fundação Internacional para a Ciência (FIS-Suécia).

**D - INSTITUTO DE PESQUISAS NATURAIS RENOVÁVEIS
ATALIBA PAZ (IPNRAP)**

Em 1992, foram desenvolvidas atividades de conservação do solo, testes de chuva simulada, preparo do solo, plantios e manutenção de experimentos de determinação de perdas de solo por erosão em condições de chuva natural (em Eldorado do Sul, Santa Maria e Ijuí), escolha e adequação de novas áreas para implantação ou experimentos, e produção de alevinos, entre outras iniciativas. Dentre as limitações encontradas, destaca-se que a dotação orçamentária liberada em 1992 não foi suficiente para a manutenção das Estações Experimentais e, tampouco, permitiu a construção de novas instalações para os laboratórios. O trabalho que vem sendo executado só foi possível, principalmente, pelas receitas próprias. A situação do pessoal, cedido provisoriamente à CIENTEC, continua pendente de solução legal definitiva.

10 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS (SPO)

- 10.1 - Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN)**
- 10.2 - Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico do Sul (SITEL)**
- 10.3 - Fundação Metropolitana e Regional de Planejamento (METROPLAN)**
- 10.4 - Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB)**

10 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS
(SPO)

A Secretaria do Planejamento Territorial e Obras (SPO) tem como principais atribuições:

- promover a organização territorial do Estado;
- incentivar o relacionamento com as administrações municipais e compatibilizar as ações do Estado no espaço físico estadual;
- organizar, planejar e executar integradamente as funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Porto Alegre e aglomerações urbanas constituídas;
- prover a população urbana de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário;
- fomentar o equacionamento e buscar o equilíbrio entre as disponibilidades e as necessidades de uso dos recursos hídricos;
- elaborar, implantar e promover a racional utilização do patrimônio imobiliário e da construção de prédios públicos estaduais;
- prover de moradias a população de baixo poder aquisitivo;
- promover e equacionar as questões relativas a resíduos sólidos e drenagem urbana.

Na área de Planejamento Urbano (legislação urbanística, engenharia urbana, arquitetura paisagística), foram atendidos 28 municípios e, na área de assistência administrativa-contábil e jurídica aos municípios, foi dado atendimento a 39 municípios do Estado.

No Programa de Assistência Técnica e Jurídica aos Novos Municípios, em número de 94, foi realizado:

- 1ª fase: realizados 5 encontros regionalizados nos municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Ijuí;
- 2ª fase: em execução o diagnóstico dos novos municípios. Foi realizado encontro para prefeitos, vices, vereadores e assessores municipais, totalizando 1.100 pessoas. Em realização encontros técnicos regionais, para assistência individual a pequenos grupos de novos municípios;
- 3ª fase: realização de cursos, em 1993, para servidores municipais dos novos municípios, via convênio CERTAN (SPO e Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo).

Foram, ainda, editados 250 conjuntos de material bibliográfico, contendo 18 assuntos diferentes para as 94 Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos novos municípios.

As etapas do Programa, até agora vencidas, geraram nos demais municípios do Estado uma demanda de assessoramento técnico, bem como do material técnico bibliográfico produzido especificamente para os novos municípios criados em 1992.

O programa de construção de poços e açudes no interior do Estado (Programa de Açudes e Poços - PAP), em convênio com a Corsan, envolveu a perfuração de 161 poços e prestou atendimento a 59 municípios, beneficiando 150 localidades.

No Projeto de Fornecimento de Água a pequenas comunidades rurais, atingiu-se a meta de perfuração de 200 poços, sendo que um grande número não foi montado, em função da não liberação de recursos, tornando-se inviável a sua utilização.

Em consequência, agravam-se as já precárias condições de abastecimento de água nas pequenas comunidades rurais do RS, com reflexos na saúde pública, tendo em vista, principalmente, as doenças de veiculação hídrica, tal como o Cólera. Associa-se a esta realidade o problema do êxodo rural, a emancipação de 94 municípios, que exigirão uma maior ação governamental bem como os cíclicos períodos de estiagem que afetam profundamente o meio rural.

Para o ano de 1993 previram-se recursos orçamentários no valor de Cr\$3,6 bilhões, a serem alocados no Projeto de fornecimento de água a pequenas comunidades rurais.

Na área da habitação, foi realizada em conjunto com a COHAB-Companhia de Habitação do Estado e METROPLAN - Fundação Metropolitana e Regional de Planejamento, uma pesquisa habitacional para aferir, quantitativa e qualitativamente, as necessidades habitacionais do Estado. Após análise e tabulação dessas informações, será feita a

conseqüente interpretação e emissão de relatórios pela equipe técnica da SPO. A partir desses dados, quando teremos a real situação de demanda habitacional no Estado, será possível a elaboração de um plano habitacional para o setor no RS.

Para 1992, o DIPLAN, como atividade de apoio ao CEDU para o desenvolvimento regional, elaborou o Plano Diretor Regional do Pólo Energético de Candiota, em conjunto com a FEPAM, CEEE e CRM, e atualmente realiza a análise demográfica do Censo de 1991.

No Programa Sul Fronteiras, para o 1º Subprograma, foi elaborada a Avaliação do Impacto das Grandes Obras previstas pelo Estado.

Já no 2º SubPrograma, foi elaborada a Proposta de Atuação Integrada nos municípios que constituem fronteira imediata com os países do MERCOSUL, colocando em discussão com os municípios e demais Secretarias do Estado as ações a serem desencadeadas. Estão em andamento acordos internacionais para as ações binacionais, especialmente nas áreas de saneamento e resíduos sólidos.

Foi concluído diagnóstico da Região de Fronteira, que será levado para discussão com as secretarias que participaram do trabalho e aos Secretários, para definição das ações a serem desencadeadas a curto, médio e longo prazo, consubstanciando-se, em 1993, num Plano de Desenvolvimento Integrado da Região de Fronteira.

Para o 3º Subprograma, no Programa Integrado de Saneamento e Meio Ambiente na área do MERCOSUL (PROSUL), foi elaborada proposta de trabalho do PROSUL, em discussão nos Estados do CODESUL, juntamente com a previsão dos recursos financeiros. Ainda neste Subprograma, encontram-se em elaboração os termos de referência para o desenvolvimento de projetos setoriais.

O 4º Subprograma refere-se ao Programa Integrado de Turismo na Área do MERCOSUL, para o qual está em elaboração a proposta de trabalho com as demais Secretarias do Estado. Também estão sendo feitos levantamentos dos elementos de interesse turístico do patrimônio histórico e cultural do RS, que servirão de base para a definição de roteiros-piloto para o turismo do Estado.

No Setor de Patrimônio Histórico, em 1992, foram realizados:

- projetos de restauração concluídos, com obras em andamento, aos quais se presta assessoria na fiscalização;
- E.E. de 1º e 2º Graus Paula Soares, Porto Alegre, em fase de construção;

- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, em andamento;
- Museu Antropológico Caldas Júnior, Sto. Antônio da Patrulha, em andamento;
- Anexo Museu Histórico Júlio de Castilhos, Porto Alegre, obras paralisadas;
- Projetos de Restauração concluídos, sem recursos destinados para viabilização das obras: Museu Histórico Júlio de Castilhos, Porto Alegre; Solar do Conde de Porto Alegre - Arquivo Histórico, Porto Alegre; Museu de História Natural, Parque Histórico e Turístico Gal. Bento Gonçalves, Cristal; Casa da Cidadania, Porto Alegre; Arquivo Público do Estado, Porto Alegre; Capela do Hospital Colônia de Itapuã, Viamão; Projetos de restauração de escolas.

No início do período, a Assessoria de Informática contava com um Supermicrocomputador EDISA 650, 4 terminais e uma impressora ligados a ele. Contava também com três Microcomputadores tipo PC-XT e duas impressoras. No decorrer deste um ano e meio, foram obtidos, junto a PROCERGS, mais 3 microcomputadores tipo AT-286 e foi iniciado o processo de compra para mais 4 terminais e duas impressoras para o Micro EDISA 650. Quanto à rede da PROCERGS, dos 2 terminais e 1 impressora, instalados no Setor de Protocolo e outros dois na Divisão de Finanças, foram adicionados 1 terminal e 1 impressora no Setor de Protocolo, 1 terminal e 1 impressora na Divisão de Material e Patrimônio e, ainda, dois terminais no Gabinete do Secretário.

Os trabalhos dessa área realizados no período foram:

- edição e impressão de contratos de obras;
- edição e impressão de editais de licitações;
- edição e impressão de atestados de obras;
- edição e impressão de discriminações técnicas;
- desenvolvimento de Sistema de Controle de Obras, com controle físico-financeiro;
- desenvolvimento de Sistema de Controle do Quadro de Pessoal da Secretaria;
- edição de textos para vários setores da Secretaria e
- centralização de relatórios.

No setor administrativo, que desenvolve atividades meio e de rotina, com a finalidade de garantir a

sustentação das outras áreas da Secretaria, 3 trabalhos foram destaque neste ano:

- levantamento do material que sobrou da construção do CAFF - Depósitos 1 e 2, com o objetivo de identificar, codificar, reavaliar e informatizar o material.
Situação atual: 60% do material está identificado e codificado;
- implantação, através da PROCERGS, do controle de material de expediente em estoque, com o objetivo de agilizar o controle, facilitar e agilizar emissão de balanços e balancetes; obter maior precisão na regulagem de estoque.
Situação atual: 100% implantado, com excelentes resultados.
- implantação, via PROCERGS, do recadastramento patrimonial da SPO. Situação atual: em andamento.

A - CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS (CONRHIRGS)

Vinculado à Secretaria do Planejamento Territorial e Obras, o CONRHIRGS tem como atribuições a compatibilização de normas e ações, a instituição de mecanismos de coordenação e planejamento das atividades governamentais no setor de recursos hídricos, bem como a proposição da política estadual de recursos hídricos.

No ano de 1992, o CONRHIRGS desenvolveu as seguintes atividades:

- coordenação das ações do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos;
- elaboração do anteprojeto de lei do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (Art. 171, da Constituição do RS);
- avaliação da disponibilidade de água na bacia do Rio Santa Maria;
- elaboração do projeto de rede de monitoramento hidrológico da Bacia do Guaíba (Programa Pró-Guaíba);
- análise de projeto de uso de água para irrigação (cooperação com a FEPAM), visando ao licenciamento ambiental;
- estabelecimento da cooperação técnica com o Ministério de Obras Públicas e Transportes da Espanha, na área de planejamento e recursos hídricos e sistema de previsão de cheias;

- acompanhamento das ações visando à retomada das obras do sistema de proteção contra enchentes no Vale do Rio dos Sinos, em cooperação com a SDR;
- estudo visando à administração dos sistemas irrigatórios, originados pelas obras de reservação de água financiados pelo Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos.

B - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM RECURSOS HÍDRICOS (FRH-RS)

O Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos, vinculado à Secretaria do Planejamento Territorial e Obras, é constituído por recursos que se destinam a financiar a elaboração de planos, programas e projetos e a execução de serviços e obras de interesse do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Durante o ano de 1992, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- construção de sete açudes comunitários em regiões de minifúndios, visando à reservação de água para irrigação de lavoura e hortigranjeiros: capacidade de irrigação: 280ha; famílias beneficiadas: 68;
- conclusão da Barragem VAC 04, no município de São Gabriel: capacidade de irrigação: 1.600ha/ano, de arroz;
- continuidade das obras da Barragem VAC 06, no município de São Gabriel: capacidade de irrigação: 1.500ha/ano, de arroz;
- projeto executivo da Barragem de Pulguéria, no Rio São Sepé, no município de São Sepé: capacidade de irrigação: 6.000ha/ano, de arroz;
- início da Barragem da Barra Falsa, no município de São José do Norte (Distrito de Bojuru), em parceria com a Associação de Usuários de Barra Falsa: capacidade de irrigação: 600ha/ano, de arroz; produtos beneficiados: 45;
- início do projeto executivo da Barragem do Butuí, municípios de Itaqui e São Borja: capacidade de irrigação: 8.000ha/ano, de arroz.

As ações acima descritas são financiadas pelo Banco Mundial, Secretaria Nacional de Irrigação e Governo do Rio Grande do Sul.

10.1 - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

A CORSAN tem como atribuições a realização de estudos, projetos, construção e exploração de serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários no Estado, bem como quaisquer outras atividades afins no saneamento básico.

Atualmente, são abastecidas por sistemas administrados pela CORSAN 265 redes municipais, 35 redes distritais e povoados. Com serviços de esgotos sanitários são atendidas 20 redes municipais, 2 povoados e 21 loteamentos ou núcleos habitacionais.

No corrente ano, a população abastecida corresponde a 4.824.000 habitantes e a população servida pelo sistema de esgoto atinge a 449.000 habitantes, tendo havido um incremento de população abastecida, em relação a 1991, de 140.000 habitantes.

A população atendida pelos sistemas de esgoto aumentou em 16.000 habitantes no mesmo ano.

Apesar de entraves de ordem financeira, ocorridos no ano, a Companhia ainda conseguiu um desempenho razoável quanto ao cumprimento do Plano de Investimentos, tendo efetivado as seguintes ações:

- ampliada a capacidade de produção de água em 560 l/s (representando acréscimo de 4,3% na capacidade produtiva da Companhia);
- executados 19 reservatórios em 11 localidades que totalizam o volume de 4.530m (representando um acréscimo de 1,4%);
- ampliada a rede de distribuição de água em 370 km;
- perfurados poços profundos em 58 localidades, em número de 160 poços;
- perfurados poços profundos em 142 pequenas comunidades rurais, através do Programa de Açudes e Poços, em número de 189 poços;
- aproveitados poços profundos, no reforço do abastecimento em 76 localidades, em número de 100 montagens;
- incorporados à Companhia novos sistemas de abastecimento de água em nº de 9;
- adquiridos hidrômetros destinados ao controle de consumo de água, em número de 26.000;
- instalados novos hidrômetros, em número de 170.000;

- recuperados hidrômetros defeituosos em número de 21.139;
- efetuados trabalhos de correção de vazamentos nas redes de distribuição em vários sistemas;
- aumentada a população abastecida em 140.000 habitantes.

Nos serviços de coleta de esgotos verificou-se a ampliação da rede coletora em 8.000m e prosseguimento da execução das obras de implantação do sistema de Canoas, que terá uma estação de tratamento de 260 l/s.

Estão ainda sendo elaborados 7 estudos de concepção e de projetos executivos de sistemas.

No setor de recursos humanos, desenvolveram-se ações destinadas a incrementar o treinamento especializado do pessoal, buscando o aprimoramento do corpo funcional e a maior eficiência operacional.

No decorrer do ano, foram treinados 1.564 funcionários através de 66 cursos. Foi realizado um trabalho de racionalização das atividades operacionais, obtendo-se uma significativa redução na necessidade de horas extras.

Com relação à área comercial, foi executado o recadastramento nas 35 maiores localidades do Estado, abrangendo 600.000 economias, resultando na integração de mais 20.000 economias ao sistema.

Foi, também, implementada a tarifa-consumo, há longo tempo reclamada pelas comunidades, buscando uma política tarifária mais justa com os pequenos consumidores.

Relativamente aos recursos hídricos, priorizada a implantação de um Sistema de Recursos Hídricos para o Rio Grande do Sul, com vistas a gestão de uma proposta de Projeto de Lei que regulamente o artigo 171 da Constituição do Estado.

A participação nos comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas prosseguiu de maneira intensa, através do envolvimento direto de técnicos de diversos setores da Companhia. A CORSAN esteve representada nas Comissões Técnicas de Gerenciamento das Bacias Rios do Sinos e Gravataí.

A CORSAN, durante o período, prosseguiu com seu trabalho de assessoramento às Prefeituras, no que se refere a ações de recuperação e preservação de mananciais, bem como ao atendimento de ocorrências que colocaram em risco a qualidade de suas águas.

10.2 - SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS DO PÓLO PETROQUÍMICO DO SUL (SITEL)

O Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico do Sul, vinculado à CORSAN, tem por objetivo fundamental prevenir e neutralizar o impacto sobre o meio ambiente, decorrente dos efluentes líquidos gerados nas unidades industriais do Complexo Petroquímico de Triunfo, localizado próximo à Região Metropolitana de Porto Alegre, garantindo, dessa forma, a integridade das bacias dos rios Jacuí e Guaíba, mananciais utilizados para o abastecimento de água de cerca de 40% da população urbana do Estado.

A capacidade instalada (vazão) do SITEL possibilita atender a uma demanda de processamento de efluentes orgânicos de 18.750m³/dia e de 12.960m³/dia de efluentes inorgânicos.

Foram processados pelo SITEL, em 1992, 3.420.000m³ de efluentes orgânicos e 1.600.000m³ de efluentes inorgânicos, provenientes das indústrias do Pólo Petroquímico.

No mesmo período, o SITEL dispôs, no solo, 5.220.000 m³ de efluentes tratados e 4.500m³ de lodo biológico na área das fazendas de lodo.

Os custos de operação do SITEL, realizados em 1992, totalizaram Cr\$ 34.250.000.000, 00 correspondendo a um custo unitário de efluente tratado de US\$ 1.30/m³.

Foram processados pelo Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos - SICECORS, um total de 5.540m³ de resíduos sólidos comuns, 5.120m³ de resíduos sólidos industriais e 1.830m³ de resíduos sólidos industriais especiais, com recursos orçamentários provenientes, integralmente, das indústrias usuárias do Pólo Petroquímico do Sul.

10.3 - FUNDAÇÃO METROPOLITANA E REGIONAL DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

A METROPLAN foi criada em 1974, centrando as suas atividades no planejamento integrado e assessoramento aos municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre, especialmente nas áreas de Desenvolvimento Urbano, Transporte, Preservação Ambiental, Uso do Solo e Habitação.

No que refere ao planejamento da região, a entidade elaborou o termo de referência ao Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado - PMDI, que vai definir a política de desenvolvimento a ser implementada na

Grande Porto Alegre. Além disso, concluiu o II Inventário de Vilas Irregulares, que constatou a existência de mais de 600 mil pessoas morando em 725 vilas não regularizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre.

No setor de obras viárias, a METROPLAN implantou importantes ligações na região, dentro de seu programa de pavimentação, com a conclusão das avenidas Flores da Cunha e Dorival de Oliveira, responsável pela ligação entre Cachoeirinha e Gravataí, num total de 10,4km de pavimentação e que beneficiou cerca de 200.000 pessoas. Além disso, foram pavimentadas a Estrada Gentil de Godoy, beneficiando mais de 20.000 moradores de Viamão e Alvorada, a Estrada Bérico Bernardes, ligando a Lomba do Pinheiro à Viamão, a rua Nazário, em Canoas, beneficiando a mais de 20.000 pessoas moradoras do conjunto Guajuviras e arredores. Outras obras continuam sendo executadas, entre as quais a Estrada Costa Gama, que, com seus 5,8km beneficiará a cerca de 100.000 pessoas na ligação alternativa com a Restinga.

A Secretaria de Planejamento Territorial e Obras, através da METROPLAN, iniciou também os projetos de engenharia e comunicação urbana da Via do Trabalhador, com 53km de extensão, que fará a ligação entre Viamão, Alvorada e Cachoeirinha, num investimento total da ordem de US\$ 6, 8 milhões.

No Programa Técnico para o Gerenciamento da Região Metropolitana (PROTEGER) a METROPLAN realizou estudos sobre as características físicas da Região, num investimento da ordem de US\$ 3 milhões. Entre os seus principais produtos finais está a instalação de uma rede hidrometeorológica para monitoramento da Bacia do Rio Gravataí e a medição da poluição causada ao lençol freático pelos "lixões" de Estância Velha e a Zona Norte da Capital. Encontram-se em fase de definição as novas etapas do PROTEGER II, que é desenvolvido em conjunto com a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) do Governo Federal.

Foi também desenvolvido o termo de referência do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região, como contrapartida da METROPLAN no Programa PRÓ-GUAÍBA e o Programa PRORENDA URBANO, integrante do Programa Metropolitano de Resgate Social. O PRORENDA prevê recursos da ordem de 4,0 milhões de marcos em melhorias urbanas em cinco vilas da capital, onde as comunidades definem as prioridades e a aplicação dos recursos.

Entre os novos estudos da METROPLAN, estão o Programa "O RS na Palma da Mão", que pretende prover o Estado de uma base cartográfica atualizada e o projeto "Ponto Seguro", que propõe a melhoria das condições nas paradas de ônibus da região metropolitana.

10.4 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB)

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, sociedade de economia mista, com participação majoritária do Estado, é o órgão incumbido de executar a política estadual de habitação popular.

Suas atividades constituem-se basicamente no planejamento e execução de empreendimentos habitacionais e na administração dos financiamentos concedidos.

A produção de habitações populares pela COHAB-RS, ao longo de 1992, foi caracterizada por uma extrema escassez de recursos, quer sejam originários do FGTS, ou de recursos próprios, limitando a abrangência social de sua atuação.

Tal fato vem ocasionando problemas no setor habitacional, sofrendo sérios desequilíbrios em seu fluxo de caixa.

Também tem gerado impactos negativos na retomada das obras e causando, ainda, desemprego no setor e agravando o problema social, com a falta de atendimento das necessidades de habitação.

As ações produtivas da COHAB, em 1992, foram as seguintes:

- Conjuntos de Habitações e/ou Lotes Urbanizados

Objetiva a produção de conjuntos habitacionais, com a construção de novas moradias e/ou lotes urbanizados, destinados à população com renda familiar de até 10 salários mínimos.

Concluíram-se 385 habitações em conjuntos (São Vicente do Sul 12, São Gabriel 43, Horizontina 86, Chiapetta 58, Santiago 88, Santo Ângelo 98), com recursos originários da CEF/FGTS, inclusive adiantamentos da própria COHAB, bem como 42 lotes urbanizados (Caxias do Sul 33, Pelotas 5, Carazinho 4), através da comercialização de lotes em áreas da COHAB.

Encontram-se em fase de obras (atualmente paralisadas) 720 unidades, bem como outras 992 unidades já contratadas com a CEF e aguardando liberação para início das obras, 609 em fase de contratação e 8.191 unidades em projetos.

- Unidades Isoladas (Cesta Básica)

Objetiva a construção ou melhoria de habitações isoladas, destinadas à população proprietária de terrenos urbanos, com renda familiar de até 10 salários mínimos.

Foram concedidos 977 financiamentos, em 51 municípios, para a produção de habitações no terreno dos próprios interessados, mediante o repasse de recursos originários da CEF/FGTS, estando muitos aguardando a retomada da liberação de parcelas pendentes pela CEF.

Encontram-se já contratadas com a CEF 4.522 novas unidades, outras 2.684 unidades estão aguardando contratação e 12.747 unidades em projetos.

- Projeto Chalet

Destinado a aferir a viabilidade para implantação de uma nova tecnologia construtiva repassada pelo IPT de São Paulo, através da utilização de madeira de reflorestamento (pinus tratado) para a construção de moradias.

Foram construídas 129 casas de madeira, através de Projeto-Piloto, no município de Caxias do Sul. Os recursos aplicados foram próprios da COHAB/RS.

- Escolas em Conjunto

Visa dotar os grandes conjuntos habitacionais de escolas.

Concluiu-se uma escola com 16 salas de aula, no município de São Leopoldo, na Vila Duque. Os recursos foram próprios da COHAB-RS

10.4.1 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

A COHAB-RS reavaliou a sua organização estrutural e administrativa, ajustando e adequando as funções de cada área, assim como dando uma nova dinâmica operacional. Normas, ordens de serviço e resoluções foram emitidas, destinadas a uma melhor definição das atividades, rotinas e procedimentos.

Após a negociação da dívida vencida com a Caixa Econômica Federal, que possibilitou a retomada do processo produtivo, uma vez não cumprido o compromisso de novas contratações, foi susinado a partir de julho o pagamento do

retorno dos empréstimos até uma nova renegociação, em condições mais vantajosas.

Paralelamente, foi efetuado um acerto de contas, referente a parcelas de obras realizadas e não desembolsadas, tendo a Caixa Econômica Federal quitada parte da dívida vencida, num montante de Cr\$ 5,9 bilhões cabendo, após, à COHAB o repasse aos executores.

Da mesma forma, quitou e negociou débitos referentes aos encargos sociais, negociou administrativamente diversas questões trabalhistas, obtendo, também, resultados favoráveis em diversas ações. Reduziu significativamente seus custos operacionais, além de adequar seu quadro de pessoal aos objetivos propostos.

A COHAB também desenvolveu um Plano com vista à redução da inadimplência e a regularização dos imóveis transacionados entre terceiros, que possibilite um significativo ingresso de receita, além de propiciar a retomada da pontualidade nos pagamentos.

Foram introduzidas novas rotinas ao Sistema Habitacional da COHAB - SHC, através da PROCERGS, bem como produzidos novos sistemas operacionalizados com equipe própria.

Foi elaborado o Plano Diretor de Informática - PDI, que recebeu aprovação do CEIRGS.

Objetivando o levantamento da demanda real por unidades habitacionais, encontra-se em desenvolvimento uma pesquisa conjunta com a Secretaria do Planejamento Territorial e Obras, que consubstanciará a proposta do Programa Estadual de Habitação Popular.

11 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO (SPA)

**11.1 - Fundação de Economia e Estatística
"Siegfried Emanuel Heuser" (FEE)**

**11.2 - Instituto de Previdência do Estado
do Rio Grande do Sul (IPERGS)**

**11.3 - Fundação para o Desenvolvimento de
Recursos Humanos (FDRH)**

**11 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO
(SPA)**

A Secretaria do Planejamento e da Administração foi criada pela Lei nº 9.433, de 27.11.91, a partir da fusão das Secretarias de Coordenação e Planejamento e de Recursos Humanos e Modernização Administrativa.

O órgão tem como competência: a coordenação geral do processo técnico de planejamento global, estudos, pesquisas e estatísticas sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e administrativas; análise, acompanhamento e avaliação do desempenho das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, assim como de subsidiárias e órgãos por aqueles instituídos e controlados direta e indiretamente; administração do Centro Administrativo do Estado; formulação, coordenação, acompanhamento de execução e avaliação das políticas de recursos humanos e organização administrativa no âmbito da administração pública estadual e no apoio às administrações municipais; elaboração, coordenação e acompanhamento do plano plurianual; previdência e assistência social ao servidor públicos e seus dependentes; serviço de transporte oficial e arquivo público.

A Secretaria tem como órgãos vinculados a Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" (FEE), o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) e a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH).

Em decorrência da implantação da Reforma Administrativa do Estado, a Secretaria estruturou-se nas seguintes áreas para o desenvolvimento de suas atividades-fins:

- Superintendência do Planejamento - tem por atribuição a coordenação do processo de planejamento do setor público estadual e sua tradução em programas, projetos e atividades; atua, também, no acompanhamento da ação governamental e na articulação intersetorial para execução de projetos que envolvam diversas instituições;

- Superintendência de Recursos Humanos - tem por finalidade o estabelecimento, acompanhamento e avaliação das políticas de recursos humanos no âmbito da administração pública estadual;
- Superintendência de Administração Geral - responsável pela administração do Centro Administrativo do Estado, pelos serviços de transporte oficial e arquivamento público;
- Secretaria Executiva do Fundo de Investimentos do Programa integrado de Melhoria Social (FUNDOPIMES) - responsável pela orientação e acompanhamento do Programa PIMES/RS;

Secretaria Executiva do Programa para Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba - responsável pela Coordenação das ações multissetoriais necessárias ao desenvolvimento do Programa.

A política adotada pela presente gestão da SPA esteve assentada em três grandes linhas de ação, a saber: a valorização e o fortalecimento da função planejamento como atribuição do poder público, a implementação da Reforma Administrativa e Modernização do aparato burocrático estatal e a manutenção e desenvolvimento de programas especiais, com a finalidade de articular e aprimorar a ação governamental nas áreas social, econômica, meio ambiente e infra-estrutura do Estado.

A valorização e o fortalecimento da função planejamento envolveu um esforço para aparelhar a Secretaria de forma a bem executar suas atribuições, em especial aquelas introduzidas no texto da Constituição Estadual. Nesse sentido, a ação planejadora que se encontrava desarticulada e pulverizada em diversos Departamentos pertencentes à estrutura organizacional da Secretaria, foi reestruturada em uma única Superintendência, com vista a executar de forma articulada e integrada as atribuições legais. Por outro lado, com o objetivo de instrumentalizar o Sistema Estadual de Planejamento, encontra-se em desenvolvimento junto à Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), o sistema de Acompanhamento das Ações Governamentais (SSAAG), que tem como escopo a construção de um sistema de informações completo, atualizado, confiável e ágil o suficiente para propiciar subsídios para a programação e controle de todas as atividades e projetos desenvolvidos no âmbito de setor público estadual.

A implementação da Reforma Administrativa e Modernização do aparato burocrático estatal instalou no setor público um processo de aperfeiçoamento da estrutura organizacional e dos serviços prestados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta. Em um primeiro momento, desenvolveram-se trabalhos relativos a macrorreforma,

incluindo a fusão e extinção de órgãos públicos, bem como a realização de auditorias operativas internas e externas. Em um segundo momento, buscou-se aprimorar a política de Recursos Humanos do Estado com o desenvolvimento de propostas e criação do regime jurídico único para os servidores e de isonomia salarial em toda a administração direta. Além dessas medidas, cabe salientar outras que apresentam extrema afinidade com a Reforma Administrativa do Estado, como é o caso da instituição do fundo de Demissões Voluntárias, cujo objetivo foi propiciar o desligamento voluntário de servidores estatutários e celetistas da Administração Direta e a proposta de criação de Fundo de Aposentadoria dos servidores públicos, com a finalidade de custear a folha de pagamento do pessoal inativo.

A promoção de programas especiais também mereceu a atenção prioritária da pasta. Atuando em articulação com os demais órgãos da administração pública estadual, no que se refere à manutenção e desenvolvimento de programas e projetos de natureza multissetorial e à obtenção de financiamentos externos, realizaram-se negociações e renegociações junto a organismos internacionais de financiamento com vista a dar continuidade ao Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES) e à assinatura de contrato junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para implementação do primeiro módulo do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia hidrográfica do Guaíba (PRÓ-GUAÍBA).

O Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), cuja finalidade é aprimorar a ação governamental na promoção do desenvolvimento municipal urbano, é um instrumento de política pública para a melhoria das condições de vida das populações urbanas de menor renda. Está estruturado de modo a transformar-se numa ação auto-sustentada e autocapitalizada, gerando recursos exigidos por projetos de saneamento básico, infra-estrutura urbana, equipamento comunitário, habitação e apoio institucional aos municípios. O Programa tem como gestor financeiro o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), e os recursos empregados são originários do Banco Mundial, Estado e Municípios.

O Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba (PRÓ-GUAÍBA) foi criado através do Decreto nº 33.360, de 27 de novembro de 1989, e alterado pelo Decreto nº 34.047, de 23 de setembro de 1991. Seu propósito básico é criar, para a área da Bacia Hidrográfica do Guaíba, as condições necessárias para o desenvolvimento racional e seus recursos naturais, recuperação da qualidade ambiental nas áreas urbanas e rurais, bem como o manejo ambiental sustentado da produção agrícola, pecuária, florestal e industrial.

A - SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO

No desempenho de suas atividades, a Superintendência de Planejamento, como órgão de apoio e orientação técnica às setoriais de planejamento, atuou ao sentido de operacionalizar ações compatíveis com o seu papel e com o sistema de planejamento.

Assim, no exercício de 1992, realizou as seguintes atividades:

- elaboração do documento "Elementos para Definição de uma Estratégia Global e das Diretrizes Gerais de um Plano de Desenvolvimento para a Sociedade Sul-Rio-Grandense: As Relações Econômicas Externas" (vol.II);
- elaboração do Projeto "Pro-Ferrocarril Vias de Integração Mercosul";
- participação na elaboração do Programa de Ações Integradas do Sul (Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul) - CODESUL;
- elaboração de Estudo sobre a situação sócio-econômica de municípios integrantes do Pró-Guaíba (22 municípios da Região Centro-Norte o Estado e 5 municípios da Grande Porto Alegre);
- análise do impacto das emancipações no processo de desenvolvimento do Estado, 1ª e 2ª edição;
- análise da configuração espacial do Rio Grande do Sul, como resultado do processo emancipacionista decorrente da Lei 9.070;
- elaboração de séries estatísticas sobre comportamento financeiro (Receita e Despesa) dos municípios gaúchos;
- análise do desenvolvimento regional face à redistribuição dos recursos oriundos das transferências (IPI e ICM);
- análise e avaliação do desempenho econômico de dezoito empresas estatais não-financeiras, relativo ao exercícios de 1991;
- elaboração de documento com objetivo de servir como subsídios para instituir imposto sobre o valor adicionado;
- elaboração e implantação do sistema de acompanhamento das ações governamentais;
- cadastramento das informações setoriais e emissão de relatórios mensais através do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFI);

- participação nas equipes setoriais criadas pelo Projeto de Reforma Administrativa do Estado;
- avaliação preliminar da proposta de Reforma Administrativo do Poder Executivo do Estado;
- participação na Comissão Executiva da Reforma Administrativa do Estado;
- participação nas Comissões de Licitações de Auditorias Externas dentro do Programa de Reforma Administrativa do Poder Executivo do Estado;
- participação em grupo de trabalho designado para elaborar anteprojeto de lei referente às Funções Gratificadas e Cargos em Comissão do Poder Executivo;
- apresentação de sugestões para o anteprojeto do Estatuto do Servidor Público e do Regime Jurídico Único, bem como para o de Política Salarial do Estado;
- elaboração de estudo sobre "Gerência de Projetos, uma Abordagem Participativa";
- estudo de viabilidade e elaboração do documento "Estudos para a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS";
- planejamento das atividades, elaboração das instruções e encaminhamento das mesmas aos órgãos setoriais com vista à elaboração da Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa - ano 1993;
- participação em Comissões temáticas e assessoramento a Conselhos e elaboração de trabalhos e pareceres afetos às áreas.

B - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

A Superintendência de Recursos Humanos tem por funções precípuas a formulação, coordenação, acompanhamento de execução e avaliação das políticas de recursos humanos no âmbito da Administração Pública Estadual.

Dentre as ações desenvolvidas pela Superintendência de Recursos Humanos, no período de 1992, destacam-se:

- elaboração do Projeto de Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas, bem como atualização e revisão do atual Estatuto do Servidor Público Estadual;

- elaboração de Projeto para constituição do Fundo de Aposentadoria do servidor público, com a finalidade de custear a folha de pagamento do pessoal inativo;
- elaboração de Modelo de Microestrutura Básica, destinado a fornecer subsídios à Reforma Administrativa em sua etapa inicial, tendo em vista a construção da estrutura básica das Secretarias;
- levantamento de Funções de Confiança na Administração Direta e Indireta;
- atualização de dados dos servidores da Administração Direta e Indireta, constituindo-se numa atualização do Censo realizado, com dados qualitativos;
- elaboração de proposta para organização do Sistema de Recursos Humanos do Estado, objetivando o estabelecimento de diretrizes que viabilizem a formulação e implementação da política de Recursos Humanos;
- acompanhamento da força de trabalho da Administração Direta e Indireta, fixação das quotas anuais de estagiários e alocação de concursados;
- desenvolvimento de proposta de Diretrizes para Planos de Carreira e Critérios para Isonomia Remuneratória da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas;
- estudo, aprovação e publicação de 508 promoções;
- publicação no Diário Oficial de 153.836 Atos referentes a 95 itens de registros funcionais;
- despacho e publicação de 3.310 processos de Aposentadoria;
- exame de processos:
 - . Adicional de Insalubridade-729 processos;
 - . Gratificação Especial-702 processos;
 - . Adicional de periculosidade-181 processos;
 - . Acidente de Trabalho-78 processos;
 - . Ressarcimento-96 processos;
 - . Revisão de Proventos-298 processos;
 - . Readaptação-15 processos;
 - . Ato Declaratório, Lei nº 2455/54-620 processos;
 - . Laudo de Aposentadoria-79 processos;

- . Laudos Periciais-12 laudos;
- . Pedidos de Perícias-102 processos;
- realização de 581 entrevistas e atendimentos de readaptações;
- despachos de 14.774 processos de vantagens (licenças-prêmio, avanços);
- nomeações, exonerações, designações e dispensas, num total de 25.998 atos publicados.

C - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

A Superintendência de Administração Geral tem por atribuições administrar o Centro Administrativo "Fernando Ferrari", Transporte Oficial do Estado, Arquivo Público, além de prover todos os recursos necessários ao plano de desenvolvimento dos serviços administrativos na órbita interna da Secretaria .

As atividade mais significativas desenvolvidas no período de 1992 foram as seguintes:

- No âmbito do Centro Administrativo:
 - elaboração e execução de Projeto de Melhoria das Instalações elétricas do Centro Administrativo, com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica;
 - instalação de Sistema Eletrônico de Segurança, com a finalidade de reduzir os custos mensais com vigilância contratada e propiciar maior controle sobre as áreas do complexo administrativo;
 - elaboração de estudos sobre a ampliação da creche do Centro Administrativo e transformação em Pré-Escola.
- No âmbito do Transporte Oficial:
 - desativação da oficina mecânica do Centro Administrativo com transferência dos bens móveis, equipamentos e ferramentas para a Brigada Militar;
 - elaboração de Projetos sobre novas cotas de combustíveis dos órgãos oficiais do Estado e de fixação de tarifas-quilômetro.
- No âmbito do Arquivo Público:
 - fornecimento de 26.711 cópias de documentos de registros civil, tabelionatos e processo do Poder Judiciário e Executivo;

- identificação e reorganização dos registros civis de 38 municípios;
- avaliação e organização da documentação do Instituto de Carnes;
- microfilmagem de 190.493 documentos e cadastramentos, via computador, de 240.800 registros;
- recolhimento de 145.000 prontuários do hospital Psiquiátrico São Pedro.

D - SECRETARIA EXECUTIVA DO FUNDO DE INVESTIMENTOS DO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL (FUNDOPIMES)

No exercício de 1992, foram aprovados 23 pedidos de financiamento e contratados 16 projetos de investimento. Essas contratações envolveram 14 municípios, uma companhia municipal de água e esgoto e uma entidade estadual, num total de Cr\$ 14.000.000.000,00 (quatorze bilhões de cruzeiros).

Do volume de recursos liberados pelo FUNDOPIMES, 4,8% destinou-se à área de desenvolvimento institucional; 4,6% para equipamentos comunitários; 68,24% para infraestrutura urbana e 22,36% para saneamento e meio ambiente.

E - SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO RACIONAL, RECUPERAÇÃO E GERENCIAMENTO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO GUAÍBA (PRÓ-GUAÍBA)

As atividades desenvolvidas do Programa PRÓ-GUAÍBA, durante o ano de 1992, caracterizaram-se na preparação e elaboração dos projetos que compõem o Módulo I, em conformidade com as orientações técnicas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesse sentido, foi desenvolvido um intenso trabalho de coordenação e integração de todas as instituições participantes do PRÓ-GUAÍBA, objetivando a formação e a transmissão de uma cultura de trabalho compatível com o marco filosófico do Programa, o qual propõe uma intervenção integrada de todas as Instituições Públicas, dentre as diversas esferas, face à problemática ambiental na Bacia Hidrográfica do Guaíba. O cronograma estabelecido para entrega dos projetos ao BID foi integralmente cumprido, estando o Programa apto a ser submetido à missão de análise do organismo internacional de financiamento.

O conjunto dos projetos elaborados para o módulo I do PRÓ-GUAÍBA e as respectivas instituições responsáveis, são os que seguem:

- Aspectos Institucionais e Financeiros do Programa - SPA;
- Informatização do PRÓ-GUAÍBA (SPA);
- Treinamento de Recursos Humanos (SPA/FDRH);
- Plano de Comunicação (SPA);
- Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba (SPA)
- Rede de Monitoramento Ambiental (FEPAM/CORSAN/DMAE);
- Plano de Ações para o Controle da poluição Industrial na Bacia do Guaíba (FEPAM);
- Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos em Cachoeirinha e Gravataí (CORSAN);
- Barragem da Olaria Velha no Rio Gravataí (CORSAN);
- Sistema de Abastecimento de Água para Cachoeirinha e Garavataí (CORSAN);
- Coleta e Tratamento de esgotos domésticos em Porto Alegre (DMAE);
- Plano Diretor de Resíduos Sólidos para a Região metropolitana de Porto Alegre (METROPLAN);
- Sistema de Resíduos sólidos em Porto Alegre (DMLU);
- Sistema de Manejo e controle de contaminação por Agrotóxicos (EMATER);
- Sistemas de Parques e reservas Naturais (FZB/DRNR);
- Estudos para consolidação do Sistema de Parques e Reservas (FZB);
- Promoção e Educação Ambiental (SEC).

11.1 - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE)

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), enquanto entidade vinculada à Secretaria do Planejamento e da Administração, define-se como uma instituição de pesquisa governamental, voltada à discussão dos problemas fundamentais do desenvolvimento

regional e ao apoio do processo de tomada de decisões por parte do setor público e do privado. Nesse sentido, a FEE vem cumprindo seu papel de efetuar estudos, pesquisas e análises de natureza sócio-econômica sobre a realidade brasileira e, especialmente, sobre a gaúcha. Da mesma forma, atendendo a outra de suas atribuições, tem-se dedicado à coleta, à sistematização, ao processamento e à divulgação de dados e informações estatísticas sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

A atual diretoria, em consonância com as diretrizes do Governo e com as atribuições estatutárias da própria Instituição, traçou como metas para sua gestão ao longo de 1992: a consolidação da área de produção e divulgação de informações estatísticas, através da base Informações Sócio-Econômicas-FEE (ISE-FEE); a atuação intensa na geração de informações primárias, através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED); o apoio às atividades de investigação analítica expressas pelas linhas de pesquisa e projetos desenvolvidos pelos diferentes núcleos que compõem a área técnica da Instituição.

Com relação à Reforma Administrativa proposta pelo atual Governo, no decorrer do ano foram implementadas as medidas administrativas referentes às modificações na estrutura da Instituição e que não implicam alterações na legislação em vigor.

Ao longo de 1992, alcançaram-se plenamente estas metas propostas. Para o próximo ano, tem-se como metas o aprofundamento e a ampliação da produção e da divulgação de informações estatísticas da FEE e da base ISE-FEE; a geração de informações mensais sobre emprego e desemprego, através de pesquisa de campo na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED/RMPA); e o desenvolvimento de atividades de pesquisa na área sócio-econômica. Essas atividades serão desenvolvidas através das seguintes frentes: na expansão da Base de Dados Estatísticos da Base de Dados Bibliográficos; na ampliação das informações geradas pela pesquisa PED/RMPA; na divulgação mensal da Carta de Conjuntura; na continuidade do acompanhamento conjuntural trimestral por conta da revista Indicadores Econômicos FEE; na presença da revista Ensaios FEE, veículo de divulgação de estudos e análises econômicas e sociais, bem como na de outras publicações da Fundação.

Além do arrolado anteriormente, propõe-se a instalação de um sistema de rede integrado ao atual parque de microcomputadores da Instituição, a ampliação do mesmo através da introdução de novas unidades, a evolução de seus softwares através da instalação de versões superiores e da utilização de um ambiente "WINDOWS"; também é proposta a elaboração do PIB trimestral por atividade econômica e a produção e divulgação do PIB setorial dos municípios do RS para o período 1985/92.

A assinatura de mais 10 convênios e a manutenção de nove é outra demonstração do esforço da FEE, no sentido de garantir a viabilização econômica dos seus projetos, buscando recursos alternativos, mas, sobretudo, testemunha o interesse de promover o intercâmbio com outras entidades, tanto de pesquisa quanto daquelas representativas dos vários segmentos da sociedade.

A busca permanente de uma maior inserção da FEE na sociedade reflete-se na sua preocupação de oferecer respostas mais imediatas aos desafios colocados pela conjuntura sócio-econômica, quer através das suas publicações e da realização de seminários abertos à comunidade científica e ao público interessado, quer pela generalização das intervenções de membros de seu corpo técnico na imprensa falada e escrita.

Assim, a Instituição tem demonstrado, em inúmeras ocasiões, o seu firme comprometimento com a análise da realidade sócio-econômica nacional, em particular a rio-grandense, e a busca de uma contribuição efetiva dentro das especificidades de sua atuação. Dessa forma, a FEE garante uma presença cada vez mais atuante junto à sociedade em geral e aos órgãos do Estado.

A seguir, uma síntese das atividades desenvolvidas pela Instituição no ano de 1992.

A - PUBLICAÇÕES

- Indicadores Econômicos FEE, volume 20, números 1, 2 e 3, contendo 24 estudos; o nº 4 encontra-se no prelo, com 10 estudos.
- Ensaio FEE, volume 13, números 1 e 2, com 11 artigos.
- Série Teses, número 15.
- Guia de Artigos de História Econômica do Rio Grande do Sul.
- Carta de Conjuntura FEE, ano 1, números 9 a 12 e ano 2, números 1 a 7.
- Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense, volume 14, número 12 e volume 15, números 1 a 10.
- Termômetro de Vendas, ano XVI, números 11 e 12 e ano XVII, números 1 a 10.
- SIVEIPEÇAS - Desempenho de Mercado, ano 1, volumes 11 e 12 e ano 2, volumes 1 a 10.
- Resenha Estatística do Rio Grande do Sul 1992, edições em português, inglês, espanhol e alemão.

B - ESTUDOS CONCLUÍDOS (NÃO PUBLICADOS)

Vinte e três (23) estudos foram concluídos, ainda não publicados, que abordam diferentes assuntos da realidade sócio-econômica.

C - ESTUDOS EM ANDAMENTO

Quarenta e dois (42) temas estão em estudo na Instituição.

D - CONVÊNIOS

Como já foi referido, a FEE mantém 19 convênios com instituições de pesquisa e entidades representativas dos vários segmentos da população.

E - INFORMAÇÕES AO PÚBLICO

A Base de Dados ISE-FEE recebeu 186.686 novos dados e atendeu a 5.602 consultas.

Ao acervo bibliográfico tiveram acesso 2.632 consulentes externos à Fundação e 12.474 livros ou periódicos foram consultados.

F - EVENTOS

Em 1992, a FEE promoveu vários encontros, painés, jornadas de estudo, com o objetivo de divulgar seus estudos e de oportunizar a discussão de temas polêmicos ou de interesse para a economia do Estado e do País.

G - PARTICIPAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Com o intuito de divulgar seus trabalhos e de cooperar com os meios de comunicação no esclarecimento de assuntos de interesse da população, a FEE concedeu entrevistas, participou de debates e publicou artigos.

H - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

A FEE colaborou com a realização de seminários e congressos, enviando seus técnicos como palestrantes e debatedores.

I - PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, GRUPO DE TRABALHO E CONSELHOS DE OUTRAS ENTIDADES.

A FEE, através de seus técnicos, esteve presente em comissões, grupos de trabalho e conselhos de entidades tanto estaduais quanto municipais.

11.2 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) é uma Autarquia da Administração Pública Estadual, criada pelo Decreto nº 4842, de 08 de agosto de 1931. Seu objetivo é o de oferecer atendimento previdenciário e médico-assistencial em favor dos servidores estaduais e seus respectivos dependentes.

Atualmente, o órgão possui mais de 782 mil beneficiários entre servidores e conveniados em inúmeros municípios.

A partir de dispositivos constitucionais que estabeleceram diretrizes para a instituição, foi elaborado um anteprojeto da nova lei do IPERGS, ora em tramitação e ampliaram-se as ações nas áreas previdenciária e assistencial.

Ainda no sentido de dar cumprimento a esses dispositivos, o órgão está, de forma gradativa, implantando o projeto de atualização do valor da pensões em manutenção, bem como ao pagamento do benefício no mês de competência.

Foram atualizadas as tabelas hospitalares de órteses e próteses, promovida a reclassificação hospitalar e o Plano de Assistência Médica está sendo atualizado. A assistência odontológica dos segurados ainda está no aguardo de sua regulamentação e fonte de custeio.

Dando ênfase à política do Governo do Estado, no sentido do resgate da dignidade do servidor público, foram promulgadas as Leis nº 9.670/92 e nº 9.700/92, que tratam, respectivamente, do Quadro de Pessoal e de Gratificações da Autarquia. No mesmo sentido, e também buscando a profissionalização e o aperfeiçoamento, foram realizados cursos e palestras visando ao treinamento e ao desenvolvimento dos servidores.

Ainda dentro das atividades de recursos humanos, deu-se continuidade aos estágios remunerados com alunos de 2º e 3º graus. Implantou-se, a partir de setembro, o programa Bom Menino e abriu-se espaço, na Sede, à feitura de trabalhos de conclusão de cursos aos formandos de instituições de nível técnico de 2º grau e superior, tudo isso objetivando atender e conciliar as necessidades da sociedade e do Instituto.

Destacou-se também a formação de grupos de trabalho que trataram da questão da Aposentadoria e seu impacto para os servidores.

Foi realizado estudo de reutilização dos espaços físicos no Edifício-Sede, a atualização dos aluguéis de imóveis de renda da Autarquia e o início dos processos de leilões públicos de materiais inservíveis. De outra feita, também foram retomados os trabalhos de controle no tombamento patrimonial do interior do Estado.

A par disso, teve a Instituição, por meio de seus técnicos, permanente e efetiva participação no trabalho de apoio e desenvolvimento aos projetos do Governo, tais como, Regime Jurídico único, Diretrizes Básicas para Implantação de Planos de Carreira e Isonomia de Vencimentos, Reforma Administrativa e Fundo de Aposentadoria.

A seguir, descrição sucinta das atividades da Autarquia, no decorrer de 1992.

A - DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

No decorrer do exercício, com o projeto de reformulação organizacional, houve um intercâmbio permanente de informações entre a comunidade e a instituição. Por outro lado, houve a necessidade do apoio dos órgãos jurídicos estaduais, ante a evolução da legislação social e previdenciária, em especial quanto aos menores sob guarda de segurados e viúvas que perderam essa condição em virtude de nova união, regidas até então pela Lei nº 7.672/82 até a Constituição Estadual de 03.10.89.

A essa Diretoria, igualmente, estão afetas as atividades de cadastro geral de segurados e de habilitação prévia de dependentes.

A massa protegida que em 1983 era de 620.272 pessoas, nesses 10 anos decorridos passou para 782.553.

Estão informatizados os serviços de pensão por morte de segurado e auxílio-natalidade, sendo o prazo de concessão de benefícios em torno de 30 dias. Para o próximo ano, pretende-se automatizar o ressarcimento das despesas funerárias de segurado.

Da mesma forma, os pensionistas têm seus benefícios pagos rigorosamente em dia, ocorrendo isso sempre até o dia 25 do mês de competência. No corrente exercício, estão sendo despendidos cerca de 380 bilhões de cruzeiros com a folha de pensões, não ficando nenhum valor desse benefício aquém do salário mínimo vigente.

O Instituto, durante todo o exercício, procedeu às atualizações constitucionais definitivas do benefício da pensão, medida essa que possibilita sejam efetuados os pagamentos diferenciados conforme a categoria funcional do ex-segurado. Esse procedimento já alcançou mais de 50% do total das pensões em manutenção, sendo que as restantes não sofrerão grandes alterações por serem pensões mínimas.

Foram despendidos, em 1992, mais de Cr\$ 380.000.000.000,00 com as pensões em manutenção do Instituto.

No corrente ano, foram concedidos cerca de 3.000 pecúlios post mortem e 6.500 auxílios-natalidade.

A Diretoria de Previdência também administra os planos complementares de saúde - PAMES E PAC - e o pecúlio facultativo.

O Plano de Assistência Médica Suplementar - PAMES possui, atualmente, cerca de 185 mil beneficiários e tem por finalidade oferecer, facultativamente, hospitalização em classe privativa com direito a acompanhante. No corrente ano, foram concedidas 14.626 novas propostas. Por sua vez, o PAC (Plano de Assistência Complementar) tem como objetivo a prestação de serviços de assistência médica mantidos pelo Instituto aos dependentes de segurados que não possam ser incluídos em suas Declarações de Beneficiários. Este último congrega em torno de 15 mil beneficiários, sendo que, neste exercício foram concedidas 2.644 propostas.

Como meta priorizada para o exercício de 1993, pretende a área dar continuidade à aplicação da revisão constitucional definitiva nos processos de pensão em manutenção, parcialmente executada neste ano, tentar a ampliação do ingresso de novos associados ao PAMES, PAC e pecúlio facultativo, bem como implantar a automatização do ressarcimento de despesas funerárias.

B - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A assistência médico-hospitalar oferecida pelo Instituto baseia-se no sistema de credenciamento de prestadores de serviços, que sejam entidades públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas. Assim sendo, os profissionais ou entidades são de livre escolha do segurado.

Para a consecução de seus objetivos, no transcorrer do ano, o Instituto contou, em todo o Estado, com a prestação dos serviços de mais de 6.000 médicos credenciados, nas diferentes especialidades, assim como cerca de 1.000 entidades nas diversas modalidades médico-hospitalares.

Ainda está sendo objeto de estudos a atualização do Plano de Assistência Médica do IPERGS. Tal medida se faz necessária em virtude dos constantes avanços da medicina e das crescentes necessidades dos segurados.

Em maio, foi atualizada a Tabela Hospitalar. Nesse trabalho, foi usada como parâmetro a Tabela da Associação dos Hospitais do Rio Grande do Sul. Essa adequação está oportunizando a garantia de trinta por cento dos leitos hospitalares credenciados a serem reservados aos segurados do Instituto. Também foi iniciada a reclassificação dos hospitais credenciados, com o intuito de aplicar critérios mais modernos e racionais no credenciamento. Igualmente, foi constante a atualização da Tabela de Órteses, próteses e Materiais Especiais do IPERGS.

No último exercício houve um sensível acréscimo em todos os procedimentos médicos.

Entretanto, manteve-se a tendência de decréscimo na concessão de reembolsos médico-hospitalares de 8.847 concessões em 1991 para 5.800 processos no ano.

Com meta plenamente alcançada neste exercício, a Direção procurou expandir, consolidar e fortalecer o bom relacionamento com os prestadores de serviços credenciados, a fim de propiciar um atendimento mais eficaz aos seus beneficiários.

C - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

A Diretoria aguarda o advento da implantação do Regime Único e outras ações do Governo do Estado para o estabelecimento de um Plano de Carreira dos servidores da Casa, assim como das demais medidas atinentes à Reforma Administrativa do Estado. Dessa forma, cabe ressaltar:

C.1 - Recursos Humanos

Iniciou-se a tarefa de proporcionar campo de atividade aos trabalhos de conclusão de cursos técnicos de 2º grau e de nível superior e empreendeu-se o início de um trabalho de preparação e readaptação social aos servidores, quando de suas aposentadorias. Tem-se como meta para o próximo exercício o desenvolvimento de um

programa de educação e prevenção de doenças profissionais e comunitárias e a continuação do programa de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos.

C.2 - Bens Patrimoniais

O Edifício-Sede e algumas unidades do interior, sofreram alterações e reformas com o intuito de uma melhor adaptação às necessidades de atendimento ao público. Foram iniciados os trabalhos de leilões públicos de materiais inservíveis por meio do DECAM. Pretende-se para o próximo exercício a criação de um depósito único para os móveis e equipamentos da Autarquia, a conclusão dos trabalhos de tombamento patrimonial, a revisão do cadastro de imóveis e o levantamento de todos os bens do Instituto.

Como meta para o próximo exercício, temos, ainda, a Informatização da folha de pagamento de pessoal.

D - DIRETORIA FINANCEIRA

A Diretoria Financeira, para a perfeita consecução de seus objetivos, que foi o de propiciar o pagamento de todos os benefícios e serviços médico-assistenciais em dia, contou com o desempenho de diferentes áreas, entre as quais a de Orçamento, Contabilidade e Finanças, contou-se com a implantação do módulo de Receita que viabilizou, em parte, o cumprimento dos cronogramas de desembolsos. Para o próximo ano, já estão programados dois projetos: o desenvolvimento e a implantação do Sistema de Controle de Custos e a interligação do módulo de Receita com todas as áreas do Instituto. Haverá, também, a revisão do Cadastro de Credores do Sistema Financeiro, com a implantação dos respectivos dígitos de controle para proporcionar maior segurança ao sistema.

D.1 - Convênios

Foram firmados convênios com o Estado e 11 novas Prefeituras e Câmaras Municipais, com a interveniência do IPERGS, para a prestação de benefícios e serviços assistenciais, totalizando, ao final do exercício, a manutenção de 116 Prefeituras Municipais, 6 Câmaras de Vereadores e 33 Entidades.

D.2 - Habitacional

A Carteira Habitacional do Instituto continua funcionando de forma a administrar os contratos existentes. No corrente exercício, o número de quitações até outubro foi de 222, o que reduz o total de contratos para cerca

com situação de atraso de mais de 90 dias.

D.3 - Serviços

A Informática também foi um segmento grandemente responsável pela agilidade com que foram concedidos e pagos todos os benefícios e serviços previdenciários. Sua atuação viabilizou a automação da concessão do benefício Pecúlio Post Mortem e oportunizou o desenvolvimento do módulo de Receita. Paralelamente, houve a reavaliação dos sistemas existentes, a implantação parcial da integração de sistemas, o treinamento operacional e a automação de escritórios em alguns setores da Casa.

Para o ano de 1993, a área de informática pretende implantar os seguintes projetos: processar a folha de pagamento de pessoal e elaborar relatórios estatísticos do Sistema Médico, ora realizado pela PROCERGS; criar nova versão para o Sistema de Assistência Médica, pela obsolescência do atual; criar um módulo de Engenharia do Sistema de Imóveis Próprios do IPERGS; providenciar na manutenção e atualização dos atuais sistemas da Autarquia; ministrar treinamento operacional; coordenar a elaboração de projetos de racionalização do trabalho e manter o acompanhamento em todos os sistemas mantidos pela PROCERGS na avaliação de seus custos.

Finalizando, informamos que a Autarquia atingiu plenamente seu objetivo precípua, que foi o de assistir, da melhor forma possível, a sua massa protegida.

11.3 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH foi criada como de Direito Privado pela Lei nº 6.464, de 15 de dezembro de 1972. Vinculada, originalmente, à Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, atualmente, de acordo com a modificação da estrutura administrativa, proposta e implantada pela Reforma do Estado, está vinculada à Secretaria do Planejamento e da Administração.

Suas finalidades institucionais são: desenvolver e valorizar o trabalhador público, otimizar e racionalizar o desempenho e aproveitamento do trabalhador e do serviço público, através de capacitação, consultoria e utilização de soluções gerenciais inovadoras.

Sua linha de ação é operacionalizada através de programas e atividades, orientadas pelo pressuposto de que

o investimento em Recursos Humanos alavanca e conduz o processo de conscientização e criatividade profissional da sociedade.

Em consonância com suas finalidades e sua linha de ação, atende um público constituído de todos os segmentos da Administração Pública Estadual, Municipal e Federal e níveis organizacionais da empresa privada, através de contratos e convênios.

No ano de 1992, a FDRH desempenhou importante papel junto à Reforma Administrativa do Estado, um dos principais projetos do Governo.

Através da Portaria nº 34/92, foi estabelecida a Coordenação Geral do Secretário do Planejamento e da Administração e a Coordenação Executiva do Diretor-Presidente da FDRH, sob orientação e supervisão do Governador do Estado.

Integram, ainda, o processo de realização da Reforma: uma Comissão Executiva, Grupos de Trabalho e Grupos Setoriais.

Esse trabalho desenvolvido denominou-se Auditorias Internas, sendo que, paralelamente a este, foram realizadas Auditorias Externas, coordenadas pela SPA, em algumas Fundações e Sociedades de Economia Mista.

A nova Estrutura Administrativa do Estado, redesenhada nos últimos seis (6) meses, foi concluída com um Projeto de Reforma Administrativa da Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ), proposto pela FDRH, a pedido do Governador.

Esse trabalho concluído e aprovado pela Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ), tendo presente a idéia de modernidade, adequou a Instituição à Nova Constituição a qual lhe concede a nomenclatura de Ministério Público; por solicitação da PGJ, a FDRH acompanhará sua implantação.

Atualmente, a Reforma, na etapa de Levantamento de Dados, está 100% concluída, na Elaboração do Projeto/Diagnóstico; 90% na fase Negociação/Implantação - que representa, efetivamente, o desencadeamento da Reforma está com 30% das ações previstas em andamento, sendo que, 50% de todos os órgãos analisados já firmaram o Protocolo de Gestão, que significa o compromisso formal entre o Governo do Estado, os Executores da Reforma e o Responsável pela Instituição-alvo da análise.

A instituição ainda realizou no decorrer deste ano as tarefas de conclusão da aplicação de provas e outros procedimentos em 11 (onze) concursos.

Nas atividades que se constituem em competência da Instituição, que são voltadas para a capacitação e

desenvolvimento de Recursos Humanos, realizaram-se 48 cursos e seminários, com uma carga de 2.392h, através dos seguintes programas:

A - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL

Realizou curso de Gestão de Políticas Públicas.

B - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Realizou curso de Formação de Consultores Internos.

C - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ADMINISTRAÇÃO

Realizou 8 cursos destinados à capacitação do setor público: Curso de Programação, Execução e Controle Orçamentário; Lei de Diretrizes Orçamentárias, Visão Geral da Administração Pública estadual Direta e Indireta e Deveres Funcionais, Visão Geral da Estrutura da Administração Pública Estadual, Administração de Materiais e Controle Patrimonial, Engenharia de Avaliações Metodológicas Científicas, Relações Interpessoais no Trabalho, Comércio Internacional, Básico de Câmbio. Ainda neste programa realizou 2 cursos destinados tanto à área pública como à área privada: Curso de Atendimento ao Público e de Licitação na Administração Pública Estadual.

D - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Realizou dois seminários: sobre a Visão Holística das Potencialidades Pessoais e Sociais do Ser Humano e sobre Aspectos Legais e Metodológicos de Projetos da Gerência, além dos Cursos de Treinamento para Chefias, de Desenvolvimento Gerencial, de Formação de Gerentes, de Treinamento para Chefias II, Treinamento em Datilografia, Relações Interpessoais e Ética no Trabalho.

**E - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ABERTO AO PÚBLICO**

Realizou curso de Formação de Instrutores, dois de Português - Redação de Relatórios e os cursos de Redação com Eficiência, de Treinamento de Arquivo, Administração de Recursos Humanos e Seminário de Atualização para Assessores de Comunicação Social.

**F - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PARA A EDUCAÇÃO**

Realizou 23 atividades nessa área, a saber:

- Capacitação de Recursos Humanos em Educação Especial - Deficiência Múltipla - Auditiva - Visual;
- Construção da Noção de tempo e Espaço;
- Construção do Conhecimento Musical no contexto Escolar;
- Work Shop: Atividades de Alfabetização e Ciências;
- Oficina: Gramática: O que é e como Ensinar;
- Operacionalização Básica em PC - Administrativo;
- Work Shop: O Batalhão das Letras nas histórias do Meu Mundo;
- Introdução à Linguagem Logo;
- Construção de Conceitos de Especialidade;
- Matemática nas Séries Iniciais;
- Leitura e Produção Textual nas Séries Iniciais;
- Prática Pedagógica Construtivista na 1ª Série;
- Erradicação do Analfabetismo;
- Seminário da 2ª Fase do Projeto "Um Salto para o Futuro";
- Duas Sessões de Estudos sobre a Cultura Afro e o Movimento Negro do RS;
- Educação Física numa Abordagem Construtivista;
- Ensino de História através do Uso da Documentação Histórica;
- MS-DOS 4.01;

- Cinema nas Escolas;
- Fazendo Artes na Escola;
- Língua Portuguesa e Aspectos Gramaticais;
- Atendimento ao Público.

12 - SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

- 12.1 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)**
- 12.2 - Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE-RS)**
- 12.3 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)**

A busca do equilíbrio das finanças do Rio Grande do Sul vem pautando as ações da Secretaria da Fazenda. Agindo de acordo com as metas propostas por esta administração, sempre voltadas para a melhoria da qualidade das condições de vida do povo rio-grandense - a Secretaria da Fazenda procurou garantir uma arrecadação capaz de assegurar a concretização de novos investimentos, indispensáveis para a geração de novos empregos e para um melhor desempenho da economia do Rio Grande do Sul.

Na busca de recursos para alavancar a economia gaúcha e colocar em dia a folha de pagamento do funcionalismo, já em 1991 a política adotada para a arrecadação de tributos estaduais foi arrojada. Como resultado, a Produção Fazendária, ao final daquele ano, cresceu 204,07% em relação ao produzido em 1990. Neste exercício, a produção exaccional atingiu um crescimento de 61,53% em relação ao ano de 1991.

Uma intensa ação fiscal foi implantada, objetivando garantir o recolhimento dos impositos de exercícios recentes e, ainda, créditos atrasados. A implementação da Operação Devedores, em março de 1991, deu um primeiro impulso à área da cobrança, abrindo espaço para o Balcão de Negociação Já, projeto que levou os devedores até a Secretaria da Fazenda, todos interessados em solucionar a questão da sua dívida. O Balcão, agora já utilizado pelo Governo Federal, através do ministro Antônio Brito, da Previdência Social - conseguiu negociar o pagamento de Cr\$ 1,6 trilhão, além de permitir o ingresso, imediato, de Cr\$ 192 bilhões em 1992.

O Caixa Único, também seguindo a política traçada de otimizar ao máximo os resultados obtidos na área de gestão das finanças, conseguiu uma considerável economia aos cofres. Como resultado concreto, somente em 1992 foram aplicados US\$ 498 milhões em investimentos, com especial destaque à infra-estrutura e área social.

A - SUPERINTENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Em 1991, a Produção Fiscal da Secretaria da Fazenda atingiu um recorde histórico de US\$446 milhões e, em 1992, foi batido aquele valor, quando alcançou um novo recorde de US\$468 milhões, fruto da implantação da Rede Inibidora à Sonegação Fiscal. Esse trabalho integrado por todos os órgãos direta ou indiretamente envolvidos na realização da receita, juntamente com a Secretaria da Fazenda, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral do Estado, etc., procura, por um lado, numa ação preventiva, induzir os contribuintes ao cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e por outro, numa ação repressiva, recuperar o tributo sonegado, através de autuações, processos de cobrança, julgamento de recursos administrativos e encaminhamento ao Ministério Público de evidências de crime de sonegação fiscal.

B - SUPERINTENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**B.1 - Cobrança**

Novo recorde está registrado no ano de 1992, com o efetivo ingresso de 5,82% a mais da receita do ICMS, em decorrência do esforço exacional na condução da "OPERAÇÃO DEVEDORES" e do "BALCÃO NEGOCIAÇÃO JÁ".

Essa produção representa um crescimento real de 61,53% em relação ao resultado do ano de 1991 e de 391,16%, se comparado com o ano de 1990.

PRODUÇÃO EXACIONAL		
ANO	DÍVIDAS COBRADAS	DÍVIDAS PARCELADAS
1990	US\$21,38 MILHÕES	US\$30,12 MILHÕES
1991	US\$65,01 MILHÕES	US\$100,00 MILHÕES
1992	US\$105,01 MILHÕES	US\$377,34 MILHÕES

No exercício 1992, foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado Cr\$841,46 bilhões (valores nominais) para cobrança judicial (dados do mês de dezembro estimados).

O Balcão de Negociação Já, programa implementado este ano, ofereceu aos devedores do Estado a oportunidade para negociação de suas dívidas em condições extremamente vantajosas e simplificadas.

Os resultados obtidos foram os seguintes (em bilhões de Cr\$):

- efetivo ingresso de numerário: 192
- denúncias espontâneas: 310
- desistências de recursos: 560
- parcelamentos negociados: 1.600

B.2 - Caixa Único

O objetivo do Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, é centralizar em uma única conta bancária os recursos disponíveis de 58 instituições das administrações direta e indireta do Estado, sem tirar a autonomia administrativo-financeira das entidades. Ele foi implantado em 24 de junho do ano passado e proporcionou aos cofres públicos do Estado, até 31 de dezembro, uma economia de Cr\$956,18 bilhões. Em apenas 18 meses de funcionamento, reduziu em Cr\$134,59 bilhões os custos de carregamento da dívida pública. Por centralizar os recursos, tornou possível a aplicação de grandes quantias que, em outra situação, estariam dispersas por várias caixas. A média de aplicação diária no mês de dezembro de 1992 foi de Cr\$713,1 bilhões em valores nominais.

B.3 - Patrimônio

No setor de Patrimônio, foram realizadas as seguintes ações:

- reavaliação e reelaboração de 51 projetos de venda de imóveis inservíveis;
- retomada da posse do prédio da Av. México, na cidade do Rio de Janeiro, com sua avaliação e inclusão no rol dos imóveis vendáveis;
- instalação da Secretaria da Cultura, em caráter definitivo, em prédio próprio do Estado, localizado na Rua dos Andradas (Ed. Santa Cruz);
- revigoramento dos trabalhos da Comissão de Desapropriação do Estado em funcionamento junto ao Departamento, com a participação de representante integrante de seus quadros;
- incremento do trabalho de revisão e atualização das autorizações de uso e cedência de imóveis públicos a terceiros, sob qualquer título;

- atualização das informações cadastrais das áreas rurais, através de trabalho conjunto com o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC - Secretaria da Agricultura).

B.4 - Despesa

Novas ações foram desenvolvidas, objetivando a racionalização do gasto público, tais como:

- regularidade no pagamento do funcionalismo público estadual;
- provisionamento de recursos para pagamento do 13º salário;
- pagamento pela primeira vez de 50% do 13º em novembro e do saldo em dezembro;
- formalização de acordo com os Municípios, CEEE, CRT, CORSAN e IPE, objetivando o encontro de contas entre débitos e créditos;
- pagamento em dia das transferências das cotas constitucionais devidas ao IPE e da folha de pessoal da EMATER;
- cumprimento dos avais bancários concedidos à CEEE e CRM;
- repasses trimestrais automáticos de verbas para manutenção das escolas, pela primeira vez, representando Cr\$ 155,500 bilhões.

C - GABINETE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

C.1 - Departamento de Estudos Financeiros.

Através deste departamento, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- edição e distribuição do volume XL - 1991 da série, "Finanças do Estado", contendo matéria relativa às finanças públicas estaduais e trabalhos técnicos;
- pareceres em processo e consultas, perfazendo um total de 20 informações/pareceres;
- elaboração da Mensagem para a Proposta Orçamentária 1993;

- previsão da receita da Administração Direta para a proposta Orçamentária 1993;
- acompanhamento mensal da execução orçamentária 1992, com o fim de elaboração dos relatórios gerenciais;
- acompanhamento de dados conjunturais, mensalmente, para elaboração dos relatórios de indicadores econômicos;
- reestimativas mensais da arrecadação (trabalho elaborado em conjunto com o DEPLAN/SAF);
- cálculo mensal das receitas vinculadas, a partir dos ingressos contabilizados;
- organização da matéria e elaboração de dados e textos a serem publicados na série " Finanças do Estado ", volume XLI - 1992";
- participação na elaboração de emendas ao Projeto-de-Lei de Orçamento da União 1993;
- preparação de informações destinadas à elaboração das propostas orçamentárias municipais para 1993. Os dados foram enviados a todas as prefeituras, através de correspondência.

C.2 - Departamento de Orçamento

Em 1992, este departamento desenvolveu as seguintes ações:

- elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- coordenação das atividades referentes à elaboração das Propostas Orçamentárias da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações;
- assessoramento permanente aos diferentes órgãos que integram a Administração Pública Estadual, em matéria orçamentária;
- participação, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, em reuniões técnicas relativas ao exame das postulações dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento;
- reuniões em nível interno e elaboração de trabalhos para buscar o aperfeiçoamento das técnicas orçamentárias;
- preparação de dados orçamentários, para reuniões presididas pelo Secretário da Fazenda;
- troca de informações orçamentárias com outras unidades da Federação.

C.3 - Departamento de Programação Orçamentária

Através deste departamento, foram desenvolvidas atividades, tais como:

- elaboração de 04 programações trimestrais para atendimento das despesas com manutenção da Administração Direta e Indireta do Estado;
- acompanhamento da execução orçamentária da Administração Direta, Indireta, Fundos, Outros Poderes, e Encargos Financeiros do Estado.
- elaboração de 567 pareceres em diversos processos da Administração Direta, Indireta, Outros Poderes e Encargos do Poder Executivo, relativamente à solicitação de recursos, contratação de serviços, projetos de lei, processos de pessoal, etc;
- participação na elaboração da Proposta Orçamentária para 1993, relativamente às administrações Direta, Indireta, Outros poderes, Encargos Financeiros do Estado;
- participação na elaboração do Projeto-de-Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- controle e acompanhamento dos recursos para os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (CRDs);
- acompanhamento das Despesas de Exercícios Anteriores, com vista a viabilizar os respectivos empenhos.

D - CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO

D.1 - Controle Interno

A atividade de controle interno primordial da CAGE, descentralizada através das Contadorias Seccionais junto aos três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - encontra-se totalmente informatizada através do Sistema AFE, observando-se o significativo volume de 4.802.146 operações no exercício.

D.2 - Dívida Pública

A atuação da CAGE, nesta área foi marcante em 1992, particularmente no segundo semestre, tendo em vista o avanço verificado com a União no processo de renegociação global da dívida, destacando-se as seguintes atividades:

- rolagem da Dívida Mobiliária-Giro 1991 (Títulos), acompanhamento do Custo Adicional de rolagem diária dessa dívida (LFT-RS e LBC) e realização de leilões de títulos;
- contabilização e acompanhamento do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC);
- desenvolvimento e Implantação do controle de acompanhamento dos empréstimos (dívidas por contratos);
- pleitos para rolagem da Dívida do Estado e da Administração Indireta, particularmente das entidades tomadoras de recursos do SFH junto à CEF (COHAB/RS e CORSAN);
- acompanhamento junto ao Senado Federal dos pleitos de rolagem da dívida externa do Estado;
- realização de estudos com apresentação de sugestões de alterações na legislação federal, particularmente da Resolução 58/90 do Senado, para melhor adequação dos interesses do Estado no alongamento do perfil da dívida;
- elaboração de minutas de projetos de lei e respectivas justificativas que autorizam o Poder Executivo a contratar operações de crédito.

D.3 - Auditoria

A CAGE, através de seu Departamento de Auditoria, marcou suas atividades em 1992 pela ampliação significativa de sua atuação, particularmente devido a sua participação na Reforma Administrativa do Estado através da realização das " auditorias operacionais " nos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Além do cumprimento de suas atribuições legais na realização de auditorias contábeis e atividades correlatas, utilizadas como suporte para o controle externo do Tribunal de Contas do Estado, a CAGE, através do Departamento de Auditoria, tem também direcionado suas atividades a operações de caráter gerencial de interesse da Secretaria da Fazenda em toda a Administração Estadual. Os produtos desenvolvidos no exercício podem assim ser discriminados:

- 38 relatórios de Auditorias Contábeis, sendo 11 em andamento;
- 21 relatórios de Auditoria de Pessoal, sendo 3 em andamento;
- 4 relatórios de Auditoria Especial, em andamento;
- 27 relatórios de Auditoria Operacional (Reforma Administrativa), sendo 14 em andamento;

- 12 notificações sobre irregularidades;
- 7 participações em Comissão de Sindicância e outras;
- 19 participações em Comissões para Contratação de Auditoria Externa, Serviços de Consultoria e Auditoria Administrativa;
- 56 informações emitidas.

D.4 - Estudos e Orientação Contábil

A CAGE, em sua função de realizar estudos sobre o resultado da gestão financeira e patrimonial do Estado, interpretando os elementos contabilizados da Administração Pública Estadual, promovendo orientação técnica e o aperfeiçoamento do pessoal, emite pareceres sobre matéria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, administrativa e outros, em sua área de competência, destacando-se:

- suporte no desenvolvimento (Contratos, Receita e Contas a Pagar) e implantação (Plano de Contas e Ementários) do Sistema AFE II;
- treinamento de pessoal e realização de cursos sobre Licitação e Contratos Administrativos, Contabilidade Pública, Auditoria Interna, Ordenadores de Despesa e Legislação de Pessoal;
- elaboração de minutas de Decretos e Ordens de Serviço;
- expedição de 3 Instruções Normativas e 16 Circulares, versando sobre matérias de alçada da CAGE;
- exame de 507 processos, sendo que 90 encontram-se pendentes.

D.5 - Informatização do Controle Interno

A CAGE conta com Departamento de Processamento de Dados-DPD atuante, contribuindo como suporte na informatização dos sistemas contábeis do Estado, em colaboração com a PROCERGS, agilizando e racionalizando operações, sendo que, recentemente, a " Versão II do AFE " foi objeto de significativa manifestação de parte de outros estados, quanto à qualidade e segurança do Sistema.

Em 1992, cumpre destacar o desenvolvimento dos seguintes produtos :

- AFE II: desenvolvimento dos módulos de receita, contas a pagar e extra-orçamentário no "Projeto Fundações e Autarquias";
- implantação do AFE II no IRGA, CIENTEC, FEE e OSPA e prestação de assessoria junto às entidades onde o Sistema já está implantado (DAER, FZB, IGTF, FEPAM, FPA, FDRH, FEBEM e TVE);
- implantação dos Sistemas de Gerenciamento de Pessoal e de Controle de Diárias (Projeto Contadorias Seccionais);
- pré-implantação do Sistema de Controle de Contratos e Obras.

E - ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS

Devido à Assessoria de Informática e Processamento de Dados-AIPD possuir um supermicro EDISA, vários micros e um corpo técnico formado por analistas de sistemas, programadores e digitadores, vários pequenos e médios sistemas e serviços são desenvolvidos a cada ano, podendo em 1992 serem destacados:

- Caixa Único - com a desativação da DIVERGS o sistema SIAC foi transformado e implantado na máquina da Assessoria. A SAF é responsável pela administração do sistema;
- Acompanhamento do Orçamento da União - desenvolvido em micro, em conjunto com o pessoal do Escritório de Representações do Rio Grande do sul em Brasília, fornece vários gráficos e planilhas que permitem um melhor gerenciamento dos recursos destinados ao Estado do Rio Grande do Sul;
- Assentamentos Mantidos em Cadastro - em estudos realizados pela AIPD verificou-se que no sistema Banco de Dados de Pessoal-BDP (PROCERGS) vários registros de assentamentos de funcionários eram mantidos em cadastro e apenas eventualmente eram utilizados. Após solicitação à PROCERGS para que os dados fossem mantidos "fora da máquina" e apenas quando da sua utilização mantidos on-line, obtiveram-se ganhos mensais que atualmente representam CR\$ 380 milhões.
- Cadastro Único - sob a supervisão da AIPD, a PROCERGS está implantando o Cadastro Único, para um melhor gerenciamento dos sistemas da Secretaria da Fazenda, mantidos pela PROCERGS.
- Plano Diretor de Informática-PDI - através do Comitê de Informática, foi aprovado o PDI da Secretaria da Fazenda

junto ao Comitê Estadual de Informática do Rio Grande do Sul-CEIRGS.

12.1 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BANRISUL)

A atuação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), em 1992, foi marcada pela necessidade de adaptação às transformações e dinamismo do mercado financeiro.

Nesse sentido, foram adotadas várias medidas de cunho administrativo, entre as quais destacam-se:

- incorporação da DIVERGS e do BADESUL, dentro do programa de racionalização do Sistema Financeiro Estadual;
- consolidação do Banco Múltiplo BANRISUL, com a criação da Carteira de Desenvolvimento e Investimento, DESIN.
- racionalização da rede de atendimento do Banco, com o fechamento de 13 Postos de Atendimento Bancário, 11 agências, ainda em 1991, e a redução do número de Gerências Regionais, de 21 para 16.
- manutenção do Programa de redução de custos de pessoal, com a continuidade do incentivo a aposentadorias, que, desde sua implantação, em setembro de 1991, representou 493 funcionários aposentados. Mesmo com a incorporação dos funcionários da DIVERGS e do BADESUL, num total de 248, foi possível reduzir o quadro de 11.343 para 11.257 funcionários.

Passaram a produzir efeitos em 1992, a redução dos benefícios iniciada no ano anterior, como a eliminação do Abono Assiduidade, Férias Antiquidade e do Empréstimo Retorno de Férias. Da mesma forma, a redução das horas-extras, que implicou uma economia de 1750 horas/homem.

Foi implantada uma nova sistemática de avaliação de agências, com base em critérios mercadológicos e de resultados, abrangendo as 303 agências do Banco.

A Política Mercadológica privilegiou a criação de novos produtos com base nos avanços tecnológicos obtidos pelo Banco ao longo do ano, através de seu plano de automação de agências. Destaca-se o lançamento do Fundo Banrisul Commodities, que, em apenas 2 meses, alcançou o saldo de Cr\$418,9 bilhões captados. O Banco já está apto a operar o Siscomex, sistema criado pelo Banco Central para agilizar as operações de comércio exterior. No âmbito das ações voltadas para o Mercosul, o BANRISUL firmou diversos convênios operacionais com bancos argentinos, o que culminou com o lançamento da TARJETA MERCOSUR, que permite

ao turista argentino realizar retiradas em cruzeiros nos caixas do Banco e em outros bancos conveniados.

Através da Carteira de Desenvolvimento e Investimento, foram implantados os Programas PRÓ-RENDA e PRÓ-LUZ e agilizadas as operações de financiamento com os Títulos de Desenvolvimento Econômico - TDE.

O BANRISUL lançou em 1992 os Programas de Financiamentos Empresariais "PROFIBAN" e "PROFIPEM", com recursos orçados de US\$ 35,0 milhões, destinados preferencialmente a pequenas e médias empresas.

Foi realizada, ainda, a integração dos sistemas de informática da CEE-RS e do BANRISUL, o que permitiu que os clientes acessassem suas contas em qualquer uma das agências automatizadas de ambas as Instituições, através do uso de cartão magnético. Foram unificadas as atividades de distribuição de numerário às agências e os serviços de malotes.

Em conjunto com a CEE-RS está se desenvolvendo a Operação Verão 93, que integra as atividades das duas Instituições para o atendimento dos clientes no litoral, durante o veraneio.

A Diretoria Executiva desenvolveu o Programa de Interiorização Administrativa do Banco, visitando 46 cidades-pólo, com a participação direta de 15.000 pessoas. O Programa constituiu-se em sucesso de mídia e de negócios.

Essas medidas propiciaram o atingimento das seguintes metas:

- captação total do público Cr\$10,4 trilhões com crescimento real de 32,0 %;
- depósitos a prazo e de poupança no valor de Cr\$3,9 trilhões e Cr\$1,6 trilhões, com crescimento real de 140,0% e 37% respectivamente;
- captação do FAF, Fundo de Commodity e Fundos de Renda Fixa no valor de Cr\$3,3 trilhões, com crescimento real de 70,0%;
- operações de crédito de Cr\$9,5 trilhões, com crescimento real de 43,0%;
- saldo da Carteira, em 31.12.92, Cr\$989,9 bilhões, com, crescimento real de 79,0%, atendendo 47.523 produtores;
- financiamentos de Cr\$381,3 bilhões, com crescimento real de 114,0%, e 1.241 unidades financiadas;
- saldos de CL de Cr\$85,0 bilhões, com redução real de 29,0%;

- patrimônio líquido de Cr\$2,7 trilhões, com crescimento real de 22,0%, devido à incorporação do BADESUL e DIVERG\$ e de lucros;
- investimentos de Cr\$74,0 bilhões, com crescimento real de 72%, elevando a 174 e a 52 o número de agências e postos automatizados, e a 46 cash dispenser instalados.

A - BANRISUL S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

A Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é uma Instituição Financeira, integrante do Sistema Financeiro Estadual, dedicada a operar no mercado de capitais com títulos e valores mobiliários e tem como principais atividades:

- operar com exclusividade em Bolsas de Valores à vista e a Termo, com títulos e valores mobiliários de negociação autorizada;
- comprar, vender e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros;
- formar e gerir, como líder ou participante, consórcio para lançamento público (Underwriting), bem como para compra ou revenda de títulos e valores mobiliários e, ainda, se encarregar de sua distribuição e colocação no mercado de capitais;
- encarregar-se da subscrição de títulos e valores mobiliários, prestar serviços técnicos destinados à operações mobiliárias e financiar a liquidação das operações realizadas por conta de seus comitentes;
- promover o lançamento de títulos e valores mobiliários públicos e particulares;
- instituir, organizar e administrar fundos mútuos de investimentos sob a forma de condomínio aberto, destinados a coletar e aplicar o numerário em títulos e valores mobiliários;
- organizar fundos de investimento sob a forma de sociedade de capital autorizado, para aplicação em títulos e valores mobiliários, bem como encarregar-se de sua colocação;
- orientar, preparar e encaminhar a documentação de clientes participantes dos Leilões referentes ao Programa Nacional de Desestatização.

Com o objetivo de implantar a reforma administrativa, foi efetuado, no Setor de Recursos Humanos um profundo reordenamento funcional, de forma a obter maior

eficiência e produtividade no segmento de prestação de serviços, na área de renda variável. Em decorrência da necessidade de adequar sua estrutura à atual realidade de mercado, o número de funcionários foi reduzido de 52, em 15/04/91, para 36, em dezembro de 1992, representando diminuição superior a 30% do corpo funcional.

Mais importante, ainda, foi o reordenamento efetuado, que implicou maior racionalização de tarefas, consolidação de responsabilidades e maior agilidade na tomada de decisão, através da extinção de diversas atividades-meio, liberando, com isso, mão-de-obra qualificada para exercer atividades nas áreas operacionais da Corretora. Outro aspecto foi a oxigenação da estrutura da empresa, viabilizada a partir de alterações efetuadas em pontos estratégicos dentro de sua hierarquia funcional.

Na área administrativa, foi implementada sistemática de rodízio, o que possibilitou aos funcionários envolvidos, amplo conhecimento das tarefas executadas.

Foram selecionadas as pendências físicas de ações junto aos clientes na Instituição, bem como as pendências financeiras junto às Corretoras Correspondentes, através de um detalhado trabalho de conciliação e levantamento de operações. Foi, ainda, processada a atualização dos cadastros dos tipos de ações negociadas em Bolsas, eliminando mais de 250 títulos cadastrados desnecessariamente, bem como implementado um controle de contratos de opções, seguindo as determinações legais.

Racionalizou-se o uso de relatórios gerenciais, através da condensação de dados, reduzindo de 53 para 20 o número de relatórios emitidos pela Banrisul Processamento de Dados, e, ainda, de 70 para 27 o número de cópias distribuídas. Regularizou-se o sistema das liquidações financeiras junto aos clientes, eliminando o descasamento de prazos, de forma a evitar prejuízo para a Instituição. Criou-se um sistema de controle do saldo das moedas cetipadas. Eliminou-se a conta exclusiva mantida junto ao sistema CETIP, o qual gerou uma economia mensal na ordem de Cr\$3,5 milhões.

Foram promovidas ações de treinamento e aperfeiçoamento do corpo funcional, através de participação em cursos específicos de atualização, capacitando-os a, de forma eficiente, prestar um melhor atendimento aos clientes da empresa.

Na área operacional, foi unificada a Mesa de Operações com Ações com a Mesa de Operações com Ouro, permitindo maior agilidade e melhor atendimento.

Foi implantado o Sistema Eletrônico de Negociação Nacional (SENN), junto à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, procurando, além de dinamizar o processo

operacional, proporcionar maior nível de receita, através da eliminação de um intermediário financeiro.

Através de estudos econômicos, que embasaram o processo decisório, foi estabelecido um limite mínimo para operacionalizar ordens de compra, visando a equacionar adequadamente uma relação custo/despesa.

Em linha, foi implementada uma cobrança de taxas diversas pela prestação de serviços, objetivando maior equilíbrio de despesas fixas da Instituição.

Foram alterados os percentuais de repasse junto aos Correspondentes de 50% para 40%, incrementando a receita junto àqueles de 20%, aperfeiçoadas e ampliadas as ofertas de produtos negociados na BM&F, auxiliando, assim, no incremento das receitas e desenvolvido e implementado um sistema próprio de mapas de controle e de notas de corretagem das operações realizadas na BM&F a custo zero.

Através de uma agressiva atuação, junto à investidores institucionais, foi viabilizada uma expressiva atuação da Corretora nos Leilões de Privatização, inseridos no contexto do Programa Nacional de Desestatização, tais como PETROFLEX, COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, COPESUL e ACESITA.

B - COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS

A Companhia União é uma empresa de capital aberto, com controle acionário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S/A., que detém 81, 376% de suas ações. Fundada em 1891, completou 101 anos de existência, constituindo-se numa das mais antigas seguradoras do País, operando no território nacional com sucursais nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal. Atua como instrumento de captação e retenção de recursos para aplicações no Estado, além de atender a operações de caráter social, constituindo-se em uma das empresas do Grupo BANRISUL, integrando-se, portanto, ao Sistema Financeiro Estadual.

O ano de 1992 caracterizou-se como um período de dificuldades para o ramo de seguros, devido aos reflexos da recessão econômica e da inflação elevada, retraindo os negócios, tanto das pessoas físicas como das empresas. Não obstante as adversidades econômicas, a Companhia União no exercício de 1992 contabilizou US\$ 65,9 milhões, equivalentes em dezembro de 1992 a Cr\$ 807,6 bilhões, em prêmios emitidos. Os Sinistros Retidos no mesmo período atingiram US\$ 26,0 milhões, equivalentes em dezembro de 1992 a Cr\$ 318,6 bilhões. Esta movimentação mantém a empresa em posição de destaque entre as principais seguradoras do País.

Buscando estruturar-se para suportar as exigências mercadológicas, a empresa procurou liberar-se dos investimentos estranhos ao ramo de seguros, determinando medidas como a sua anuência à locação do Hotel das Figueiras de São Lourenço do Sul, mediante licitação na forma legalmente prevista.

Contando com o apoio técnico do BANRISUL, a Companhia prosseguiu no projeto de sua modernização tecnológica, avançando na implantação do sistema de teleprocessamento on-line das Sucursais, que é considerado indispensável para a agilização e a contabilidade do expressivo volume de operações contratadas.

Como medida necessária ao aprimoramento e expansão das atividades, foi instituída a Superintendência Regional do Paraná e Santa Catarina, em iniciativa que visa ao melhor aproveitamento das potencialidades daquelas regiões.

Para situar o seu atendimento ao nível dos melhores serviços prestados pelo mercado a Companhia firmou acordo comercial com as empresas PAMCARY, especializadas na comercialização e operacionalização dos seguros de transportes de cargas.

O atendimento ao público constituiu-se em uma das prioridades da empresa, merecendo o destaque de um espaço específico e altamente representativo para o contato dos clientes. A tradicional loja do Edifício União foi retomada e adequadamente instalada, sendo entregue ao público no dia 24 de agosto de 1992, quando a Companhia completou 101 anos de existência.

Esforços foram concentrados na expansão de negócios, tanto na venda dos produtos tradicionais quanto, e muito especialmente, nos produtos que haviam sido lançados no término do exercício anterior: Seguro Auto, Seguro Familiar e Seguro Empresarial União.

Dois novos produtos foram lançados em 1992, despertando grande interesse do público: Seguro Fiança Locatícia e Vida Inteligente União.

O Seguro Fiança Locatícia União, tornando dispensável a figura do fiador nos contratos de locação imobiliária foi lançado provisoriamente, em nível nacional, pela Companhia União, tendo a sua funcionalidade e benefício social reconhecidos pela comunidade de um modo geral e especialmente pelas entidades representativas dos administradores e corretores de imóveis.

Embora lançado recentemente e com a peculiaridade de ser contratado gradativamente à medida que vençam os contratos de locação vigentes, o Seguro Fiança Locatícia União, já alcançou a cifra de Cr\$ 2,0 bilhões de prêmios arrecadados.

A repercussão do lançamento do Seguro Fiança Locatícia União está sendo recebido pela população como uma conquista social de alto significado.

O Seguro Vida Inteligente União foi desenvolvido para ser comercializado através da rede de agências do BANRISUL e da Caixa Estadual, concretizando uma das realizações da efetiva integração dessas Instituições.

Com característica de grande simplicidade, o Seguro Vida Inteligente União, viabiliza aos correntistas do Sistema Financeiro Estadual, a contratação de Seguro de Vida em Grupo, Acidentes Pessoais e gastos com educação em uma única negociação.

O Programa de Interiorização da Administração do BANRISUL resultou favoravelmente nos negócios da Companhia, viabilizando transações expressivas, como foi o caso de Santa Cruz do Sul, onde os acordos comerciais tornaram possível a contratação de Cr\$ 11,0 bilhões em prêmios de seguros em 1992.

12.2 - CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE-RS)

A Caixa Econômica Estadual caracteriza-se, desde sua fundação, como instituição financeira voltada à captação da poupança e aos depósitos dos pequenos poupadores e depositantes, não discriminando a clientela pela sua capacidade imediata de proporcionar-lhe retorno econômico. Do lado da aplicação, a Caixa especializou-se no financiamento de moradia própria. No conjunto, a Instituição sempre preservou, de algum modo, uma parcela de seus recursos, aplicados em atividades de grande interesse social.

Em 1992, apesar das dificuldades experimentadas pelo mercado financeiro em decorrência da recessão econômica, a Caixa pode melhorar os seus serviços junto ao público através das seguintes realizações:

- adoção de um Sistema de Metas Gerenciais para todas as agências, com avaliação e acompanhamento das unidades, possibilitando uma sensível melhoria do desempenho;
- programa de Interiorização da Diretoria, em 46 cidades pólo, que cobriram todo o Estado através da participação dos municípios próximos, com presença de aproximadamente 15.000 pessoas, recebendo ampla cobertura da mídia e oportunizando negócios;
- implantação da Carteira de Títulos, segmento operacional não permitido durante muitos anos à Caixa;

- melhorias do direcionamento de recursos financeiros, com aumento das aplicações em Pessoa Física e aplicações a curto prazo;
- aumento de empréstimos a Pessoa Jurídica, meta a ser alcançada no exercício de 1993, com apoio da Carteira de Títulos e Desconto;
- implantação do Comitê de Crédito e Alocação de Recursos, retirando poderes da Presidência e Diretoria, atribuindo maiores responsabilidades ao corpo funcional, proporcionando a melhoria permanente da qualidade das decisões e segurança nas operações de crédito;
- informatização das unidades - as agências automatizadas passaram de 74 para 93 unidades, cobrindo 92,25% do volume de depósitos da Instituição;
- integração de Cartões de Saque (Caixa/Banrisul) permitindo aos clientes do Banrisul efetuarem saques na Caixa e vice-versa;
- lançamento da Loteria Instantânea (raspadinha), possibilitando a transferência de Cr\$ 3,9 bilhões, a preços de dezembro de 1992, a 27 hospitais da capital e interior do Estado;
- negociação de aluguéis, alcançando a redução de custos e adequações mais rápidas ao mercado imobiliário de cada localidade;
- aposentadoria de 110 funcionários sem que fosse feita qualquer reposição, aumentando a produtividade de seu quadro funcional;
- busca das Penas e Custas junto ao Banco Central, aplicadas por ocasião do Plano Collor, com grandes avanços, deixando antever expectativas otimistas para 1993, com possibilidade de reflexos no exercício de 1992;
- implantação de 8 Gerências Regionais, possibilitando avançar, ainda mais, na reforma administrativa, iniciada na atual gestão e melhorando significativamente o desempenho da organização;
- integração do sistema de malotes com o Banrisul, permitindo redução de custos em Cr\$ 2,0 bilhões nos meses de setembro a dezembro/92, estando previsto o valor mensal de Cr\$ 900 milhões mensais desta data em diante, ou seja Cr\$ 10,8 bilhões no ano de 1993;
- integração da distribuição de numerário na capital, racionalizando mais um item constante das metas estabelecidas para o exercício;

- redução no número de contas correntes de 1.776.693 para 1.713.355 apesar do crescimento de seus saldos, reduzindo custos operacionais;
- redução significativa do encaixe em dinheiro nas agências, passando de 10,42% para 3,22% sobre o total geral dos depósitos, representando um acréscimo na receita de Cr\$ 1,8 bilhões mensais em valores de dezembro/92;
- incremento nas operações de saque por cartão com um crescimento, no período, de 45,03%, representando em dezembro/92 Cr\$ 2,5 bilhões em operações realizadas, que proporcionaram uma redução de despesas, se comparado com o custo da emissão de cheque, de aproximadamente Cr\$ 1,3 bilhões mensais.

MÉTAS ATINGIDAS NO EXERCÍCIO DE 1992

01.01.1992	31.12.1992
Saldo médio de depósitos Cr\$ 331,52 bilhões.	Saldo médio de depósitos Cr\$ 5,72 trilhões, representando um crescimento real de 35,42%.
Saldo médio dos depósitos com remuneração: Cr\$ 258,83 bilhões.	Saldo médio dos depósitos com remuneração: Cr\$ 4,55 trilhões, ou seja, um crescimento real de 37,96%
Média de aplicações do Fundão: Cr\$ 37,88 bilhões.	Média de aplicações do Fundão: Cr\$ 663,34 bilhões, representando um crescimento real de 37,38%
Saldo Médio dos depósitos a vista: Cr\$72,69 bilhões.	O saldo médio dos depósitos a vista foi de: Cr\$ 1,17 trilhões, representando um crescimento real de 26,36%

12.3 - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

No ano de 1992, a atuação da PROCERGS foi centrada na busca da eficiência e da redução dos gastos do Estado com o item Informática, com aumento de qualidade do domínio tecnológico na área e do nível dos serviços prestados aos clientes.

Na área da Organização e Informática, foi realizada uma reestruturação da PROCERGS, visando a adequá-la à Reforma Administrativa do Estado, com a redução de 20% da estrutura organizacional e a eliminação de um nível hierárquico. A informatização interna teve um impulso significativo no ano de 1992, com a implantação de novos sistemas internos nas áreas de administração de pessoal, contabilidade, contratos, custos, desenvolvimento de sistemas e operações.

Ainda quanto à informatização, a implantação do Correio Eletrônico trouxe ganhos significativos em eficiência nas comunicações internas e nas comunicações da empresa com os seus clientes.

Na área de Pessoal, foram feitos investimentos na melhoria do clima organizacional da empresa e na obtenção de uma maior participação dos funcionários na geração de soluções criativas e eficientes para o funcionamento da companhia. Nesta linha, enquadram-se o Programa Idéias e Idéias, o Projeto SOMAR, a criação da Brigada de Segurança e Saúde, o Programa de Desenvolvimento Gerencial, o Plano de Formação de Contatos com Clientes e a consolidação do Modelo Empreendedor, estendido em 1992, a todos os funcionários da PROCERGS.

Os investimentos realizados na área de pessoal objetivam a preparação da empresa para o Programa de Qualidade que será a ênfase no ano de 1993.

Quanto a Tecnologia e Equipamentos, foi feita a implantação da tecnologia de Código de Barras, que visa obter redução de entrada de dados (digitação) e aumento da confiabilidade dos dados. Foram feitos investimentos em tecnologias de ponta, tais como multimídia, computação gráfica e novas formas de comunicação via Correio Eletrônico.

Estão sendo realizados estudos que visam a adequar a PROCERGS à filosofia cliente-servidor de tratamento de informações. Foram feitas substituições de equipamentos por obsolescência e reestruturação da rede de teleprocessamento de alguns clientes. A instalação de modems TDM possibilitou a melhoria da qualidade da comunicação de dados e a redução dos custos com locação de linhas privativas, uma vez que eles permitem a multiplexação de canais e a transferência de informações de forma mais eficiente. A redução de custos obtida com a utilização desta tecnologia é da ordem de 72.000 dólares mensais.

Os investimentos em equipamentos permitiram que a PROCERGS aumentasse, em 1992, a sua rede de teleprocessamento em 50%, com a aquisição de 1.500 equipamentos, entre terminais, impressoras e microcomputadores.

Na área Econômico-Financeira, a ênfase foi na renegociação de contratos com os principais fornecedores, visando obter menores custos operacionais para a PROCERGS da ordem de 100.000 dólares mensais.

Em 1992, houve, ainda, negociação com os clientes, no sentido de diminuir o tempo decorrido, desde o faturamento, até o recebimento efetivo dos valores correspondentes aos serviços prestados. O tempo médio era de 105 dias em 1991 e, neste ano, foi reduzido para 30 dias.

Os ganhos com redução de custos da PROCERGS foram repassados integralmente aos clientes, sob a forma de redução de preços:

- em agosto, redução no preço de locação de equipamentos entre 17 e 44%;
- em setembro, ampliação de 15,49% para 25% do desconto sobre as faturas pagas no vencimento;
- em novembro, redução de 34% nos preços dos serviços de impressão a laser.

Como decorrência, a PROCERGS reduziu o seu faturamento em 5 (cinco) milhões de dólares no ano de 1992, o que significa que esses recursos ficaram nos respectivos órgãos para serem investidos nas suas atividades-fim.

Na prospecção de novos Produtos e Serviços, merece destaque a prestação de serviços de Organização e Métodos aos clientes externos, de forma a otimizar a utilização de sistemas informatizados na Administração Pública Estadual.

Ressaltam-se, ainda, a implantação do Correio Eletrônico e o apoio de informática prestado aos níveis estratégicos da Administração Estadual para a realização de apresentações institucionais e palestras.

Atualmente, o Correio Eletrônico tem 2.300 assinantes em 40 órgãos dos três poderes.

A integração com a CEEE, CRT e BANRISUL, através da ligação entre os equipamentos centrais, abre uma ampla possibilidade de expansão para mais 3.500 assinantes desses órgãos, aproximadamente.

Ainda, estão sendo estudadas a ligação com a Câmara Federal e Senado, com a rede de Correio Eletrônico utilizada pela EMBRATEL e com a rede de Correio Eletrônico do município de Porto Alegre.

O apoio a apresentações institucionais e palestras conferiu qualidade a diversos eventos que se realizaram no ano de 1992. A PROCERGS investiu em hardware,

software e capacitação de pessoal para a realização dessas atividades. Hoje, diversos órgãos do Estado se utilizam dos recursos disponíveis para confecção de suas palestras, com telas a cores, movimentação de figuras, som, etc. Em 1992, foram realizadas mais de 70 palestras com o apoio da PROCERGS, serviço este que foi prestado sem ônus para os clientes.

A seguir, estão relacionados os principais serviços prestados pela PROCERGS aos órgãos da Administração Estadual e aos Poderes Legislativo e Judiciário no ano de 1992, considerando-se a sua relevância para o Governo do Estado:

- na área do Poder Legislativo, a prioridade foi para a consolidação e disseminação do Sistema de Informações Legislativas, tornando as informações disponíveis a diversos órgãos da Administração Estadual;
- no Tribunal de Contas do Estado, foi implantado o Sistema de Informações de Auditoria Externa, composto de diversos módulos e com informações de apoio aos auditores externos, tais como ordenadores de despesas, órgãos públicos, tomadas de contas, prestações de contas e inspeções, com o objetivo de agilizar as atividades de controle externo;
- na área do Poder Judiciário, que já conta com alto grau de informatização nos órgãos da capital, o destaque fica para o sistema JUS em microcomputador, que possibilita a informatização das comarcas do interior do Estado. Já foram implantadas, em 1992, 13 comarcas do interior, estando prevista para 1993, a expansão desse processo, levando os benefícios da informática para as comunidades do interior do Estado.

Também merece destaque a implantação da nova versão do Sistema de Acompanhamento de Processos, para automatizar o funcionamento dos Juizados de Pequenas Causas, agilizando ainda mais a sua atuação.

No Gabinete do Governador, foram desenvolvidos sistemas com o objetivo de apoiar as ações de governo e permitir um maior controle das mesmas pelo Governo do Estado. Entre as diversas realizações nesta área, destacam-se:

- apoio de editoração eletrônica para a geração de documentos especiais e elaboração de palestras para o Governador e secretários de Estado;
- apoio à Secretaria Especial para Assuntos Internacionais na participação em feiras, seminários e congressos, visando divulgação do Sistema de Informações Gerais MERCOSUL e do serviço "Disque MERCOSUL";

- continuidade do processo de informatização das Casas Civil e Militar;
- informatização da Procuradoria Geral do Estado, com a instalação de microcomputadores, a implantação do sistema de pareceres e a integração da PGE ao sistema JUR, possibilidade de acesso a toda a jurisprudência existente sobre determinado assunto.

Para a Secretaria do Planejamento e da Administração, encontra-se em desenvolvimento o Sistema de Acompanhamento das Ações Governamentais, que tem como objetivo fornecer informações para a tomada de decisões sobre investimentos pelo Governo do Estado. Em 1992, foram implantados os novos módulos:

- acompanhamento do Plano Plurianual;
- programação do Setor Público (subconjunto anualizado do plano plurianual);
- pleitos (registro e acompanhamento dos pleitos municipais, setoriais e dos Conselhos Regionais, subsidiando a elaboração dos planos do governo e de toda a administração pública).

Na área da Fazenda, foi implantado o módulo de Execução Orçamentária da Despesa que permite efetuar, além da programação financeira, os empenhos, liquidações e pagamentos das Fundações e Autarquias, possibilitando àqueles órgãos um controle mais efetivo sobre a sua execução orçamentária e a padronização de procedimentos com a Administração Direta. Também foram desenvolvidas rotinas de suporte ao esforço da Secretaria da Fazenda no sentido de combater a sonegação de tributos e aumentar a arrecadação do Estado, com destaque para o programa "Balcão Negociação Já".

Para a Caixa Econômica Estadual, que conta com um moderno sistema de automação bancária, a PROCERGS desenvolveu diversas rotinas visando suportar o lançamento de novos produtos da Caixa Estadual. Também merece destaque a integração Caixa/Banrisul com a implantação do saque e saldo interbancários aos clientes das duas instituições, consolidando, desta forma, o Sistema Financeiro Gaúcho.

Na área da Educação, está sendo desenvolvido o Sistema de Informações Educacionais, para o suporte ao planejamento, execução e controle do ensino público, utilizando terminais e microcomputadores instalados nas Delegacias de Educação. Em 1992, o sistema foi instalado em 3 delegacias do interior do estado.

Em outras 18 Delegacias foram instalados terminais de vídeo para acesso aos demais sistemas disponíveis na PROCERGS, tais como Protocolo Integrado, Banco de Dados de Pessoal, entre outros.

Na área de Saúde e Meio Ambiente, o Sistema de Atendimento Ambulatorial - SIA/SUS, que contém as informações necessárias ao acompanhamento e controle da remuneração por atendimento de saúde prestado na rede pública e privada, foi implantado em 5 municípios da Delegacia Regional de Saúde de Bagé.

O Sistema, que deverá ser expandido no próximo ano, é fundamental para a SSMA, na gestão do Sistema Único de Saúde, para administrar os recursos destinados à Saúde Pública, além de gerar informações quantitativas sobre os tipos de procedimentos realizados.

Também merece destaque a implantação do Cadastro de Produtos Toxicológicos no Centro de Informações Toxicológicas, possibilitando a informatização do plantão de atendimento, a interiorização dos serviços e a eliminação dos arquivos manuais.

Na área de Planejamento Territorial, Saneamento e Obras Públicas, as principais realizações foram a implantação do Sistema de Materiais, que visa agilizar e controlar os estoques da SPO e a instalação de equipamentos nas áreas administrativa e técnica para controle das obras do Estado.

Na CORSAN, foram implementadas, no Sistema Comercial, a Tarifa Residencial Popular, a Tarifa Pequeno Comércio e a Tarifa Consumo, conforme os planos de ação da CORSAN.

Foram implantados 5 módulos do Sistema Comercial que prevêem a utilização de terminais/impressoras nas Unidades de Saneamento, ligados ao computador central da PROCERGS.

Também merece destaque a impressão das Contas na impressora laser, com código de barras. O novo processo trouxe redução de 5 dias no ciclo de faturamento e possibilitou a captura das informações sobre pagamentos em meio magnético, através de leitoras óticas de código de barras.

A impressão dos Boletins de Leitura na impressora laser, para a região da Grande Porto Alegre, permitiu a redução de custos e aumento da segurança no processo de leitura realizado por terceiros.

Na área de Agricultura e Abastecimento, o foco principal foi o Sistema de automação da EXPOINTER, desenvolvido para controlar as atividades de inscrição, admissão e pesagem, comercialização, julgamentos, leilões e controle sanitário, além de informações ao público, imprensa, expositores e associações na Exposição Internacional de Animais.

Na área de Segurança, merecem destaque a informatização de Delegacias de Polícia do interior, utilizando terminais e microcomputadores, e a integração do sistema de Veículos e Infrações ao RENAVAM, possibilitando a utilização do novo sistema de placa única nacional nos veículos do Rio Grande do Sul; facilita o controle de multas interestaduais e favorece o combate ao furto/roubo de veículos, pelo controle nacional integrado.

Para a Brigada Militar, o principal destaque fica para a instalação de equipamentos para ampliação e renovação da sua rede de teleprocessamento.

A síntese da administração 1992 revela um salto em termos de racionalização administrativa, com a redução da estrutura e aumento do grau de informatização, investimentos significativos nas áreas de pessoal e de implantação de novas tecnologias, com aumento da qualidade e da produtividade e ganhos expressivos em termos de redução de custos, ganhos estes que foram repassados integralmente aos clientes, sob a forma de redução de preços.

Essas medidas levaram a uma redução dos gastos do Estado com a Informática da ordem de 5 milhões de dólares no ano de 1992, apesar do expressivo aumento do número de usuários (crescimento de 50% da rede de teleprocessamento) e dos diversos projetos desenvolvidos e implantados em 1992.

V - ANEXO ESTADÍSTICO

Tabela nº 01 - SSMA
 SERIES HISTORICAS DE AGRAVOS E DOENÇAS TRANSMISSIVEIS NO BRASIL E NO RIO GRANDE
 DO SUL - PERIODO 1989/92 (CASOS NOTIFICADOS)

ESPECIFICAÇÕES	BRASIL					RIO GRANDE DO SUL				
	1989	1990	1991	1992	1989	1990	1991	1992	1992	
AIDS	4.887	6.286	6.422	1.759	209	295	314	133		
COLERA	-	-	2.103	17.597	-	-	-	-	-	
COQUELUCHE	13.810	15.329	7.145	1.990	992	1.318	390	154		
DIFTERIA	801	640	518	170	77	40	47	19		
FEBRE TIFOIDE	3.106	1.990	2.038	992	84	48	43	18		
MENINGITE	31.240	27.163	10.233	5.888	2.216	1.374	121	286		
POLIOMIELITE	26	-	297	296	-	-	-	10		
SARAMPO	22.853	61.435	41.506	4.891	1.559	1.901	6.354	423		
TETANO	2.112	1.842	1.622	759	122	112	118	49		
TUBERCULOSE	80.048	74.570	69.038	22.724	4.668	4.435	4.191	972		
HANSENIASE	27.837	28.482	26.927	-	159	162	183	-		
TOTAL	186.720	217.737	167.849	57.066	10.086	11.685	11.761	2.064		

* Dados preliminares informados até julho/92

** O programa de erradicação da Poliomelite foi implantado em 1985. Em 1990 houve mudança de critério de caso confirmado, apenas com isolamento do Polio virus.

*** Dados sujeitos a revisão.

FONTE: Informe Epidemiológico do SUS - Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde.

Tabela nº 02 - SSMA
 SERIES HISTORICAS DE AGRAVOS E DOENÇAS TRANSMISSIVEIS NO BRASIL E NO RIO GRANDE
 DO SUL - PERIODO 1989/92 (CASOS NOTIFICADOS)

ESPECIFICAÇÕES	BRASIL				RIO GRANDE DO SUL			
	1989	1990	1991	1992	1989	1990	1991	1992
ACIDENTES ARACNIDEOS	2.668	2.972	3.016	1.256	435	451	222	-
ACIDENTES ESCORPIONICOS	3.803	4.324	1.545	551	73	76	71	-
ACIDENTES OFIDICOS	20.957	19.466	10.179	4.271	1.319	1.321	650	-
DENGUE	5.334	40.642	97.328	2.858	-	-	-	-
FEBRE AMARELA	9	2	15	11	-	-	-	-
LEISHMONIOSE	24.336	24.689	23.082	9.005	-	-	-	-
LEPTOSPIROSE	2.666	2.535	2.654	1.019	-	-	-	-
MALARIA	577.520	560.396	533.360	237.936	676	593	245	-
PESTE	26	18	7	8	-	-	-	-
RAIVA HUMANA	53	75	69	26	-	-	-	-
TOTAL	637.372	655.119	671.255	256.941	2.503	2.441	1.188	-

* Dados informados ate julho/92

FONTE: Informe Epidemiologico do SUS - Ministerio da Saude / Fundação Nacional de Saude.

SERVIÇOS	1983	1984	1985	1986	1987
Cons.de Rodov./extensão da rede(km)	10.524	10.560	11.075	9.116	9.116
Patrolagem(m ²) (x1.000)	904.555	1.024.226	922.474	853.620	768.310
Roçada Manual e Mec.(m ²) (x1.000)	35.577	3.055	34.433	30.882	25.380
Revest. Primario (m ³)	1.344.530	1.260.748	1.422.753	1.042.000	1.022.000
Capa Selante (m ²)	466.745	625.622	577.320	538.000	172.718
Implant. de rodov. (km)	284	395	508	322	50
Vol.Terrap./Empreit.(m ³)	6.621.562	7.802.276	37.178.928	5.027.055	780.598
Vol.Terrap./Adm.Direta (m ³)	2.807.200	3.814.518	3.084.274	1.471.200	1.072.000
Const. Obr. de Arte Especial(m)	669	1.077	610	619	166
Arborização de Rodov. (unidade)	84.400	39.193	77.014	35.155	7.738
Pav. de Rodovias (km)	88	254	259	269	43
Proj.de Obras Especiais (m)	1.004	1.326	1.998	774	817
Proj.Acessos e Trevos(unidade)	47	44	24	14	18
Levantamento Cadastral (km)	-	9.957	4.904	3.063	350
Proj.de Sinalização (km)	-	-	-	-	-
Lev. Aerofotogrametrico(un)	-	-	-	-	-
Mapas.Rodov.Municipais (km)	-	-	-	-	-
Proj. Geom. Rodoviario (km)	-	-	-	-	-
Lev. Rodov. Municipais (km)	-	-	-	-	-
SERVIÇOS	1988	1989	1990	1991	1992
Cons.de Rodov./extensão da rede(km)	9.116	9.189(1)	9.817	10.620	10.200
Patrolagem(m ²) (x1.000)	517.871	1.064.050	640.794	520.010	4.916.160(
Roçada Manual e Mec.(m ²) (x1.000)	15.030	27.310	17.262	18.230	17.978
Revest. Primario (m ³)	249.486	1.052.526	358.424	504.200	389.041
Capa Selante (m ²)	243.315	462.828	328.902	480.310	257.643
Implant. de rodov. (km)	146	312	625	-	-
Vol.Terrap./Empreit.(m ³)	3.128.807	7.814.246	15.150.370	1.366.456	2.000.000
Vol.Terrap./Adm.Direta (m ³)	1.796.397	1.104.149	181.862	320.220	582.656
Const. Obr. de Arte Especial(m)	296	553	690	324	270
Arborização de Rodov. (unidade)	13.246	14.090	14.316	30.020	7.195
Pav. de Rodovias (km)	232	752	765	139	125
Proj.de Obras Especiais (m)	404	396	2.300	1.130	1.800
Proj.Acessos e Trevos(unidade)	43	23	203	190	35
Levantamento Cadastral (km)	3.920	1.184	-	-	-
Proj.de Sinalização (km)	230	383	559	340	650
Lev. Aerofotogrametrico(un)	5	5	3	4	7
Mapas.Rodov.Municipais (km)	18	15	11	17	1
Proj. Geom. Rodoviario (km)	459	254	1.128	37	1.695
Lev. Rodov. Municipais (km)	6.945	5.450	4.654	4.437	4.068

FONTE: DAER

* Na rede conservada não estão incluídas as rodovias federais e as rodovias em obra por empreitada.

Tabela nº 04 - ST

COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)
 PRODUÇÃO POR ATIVIDADE - FIM NO DECENIO 1983/92

ATIVIDADES	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Construção de Estradas(km)	429	392	376	302	181	159	46	37	62	30
Reconstrução de Estradas(km)	1.474	1.561	1.566	1.325	1.439	1.448	1.347	907	810	757
Aterros e terrpl. Diversos(m3)	983.690	630.481	842.155	925.977	442.515	602.450	175.920	171.778	106.251	46.000
Const.de Obras de Arte Esp.(m)	2.298	2.426	2.866	2.410	376	275	165	-	-	16
Constr. Pontes Pre-Moldadas(m)	-	-	-	-	-	67	712	1.063	263	12

FONTE: RELATORIOS ANUAIS DA ADMINISTRAÇÃO/CINTEA

Tabela nº 05 - ST

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

MOVIMENTAÇÃO GERAL DE MERCADORIAS - 1983/92

MOVIMENTAÇÃO (T)				
ANO	RIO GRANDE	PORTO ALEGRE(1)	PELOTAS	TOTAL
1983	10.682.135	8.616.188	231.389	19.529.712
1984	11.015.365	8.987.552	323.671	20.326.588
1985	11.225.399	9.102.284	422.241	20.749.924
1986	10.563.727	9.266.849	298.213	20.128.789
1987	11.951.405	9.982.519	602.864	22.393.924
1988	11.569.909	10.378.960	456.966	22.405.835
1989	10.737.461	12.268.764	449.930	23.456.155
1990	11.641.582	11.763.053	443.558	23.848.193
1991	9.211.751	11.081.663	478.545	20.771.959
1992	10.200.000	10.600.000	284.000	21.114.000

FONTE: DEPRC

(1) Inclui TEDUT em Tramandai

Tabela nº 06 - ST

DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)
 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE 1986/92

ATIVIDADES	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Terraplenagem(m3)	127.259	28.859	19.490	179.000	126.837	482.000	73.000
Conservação de Aerodromos (abrangendo cercamento, ceifa- mento e outras melhorias(m2)	-	206.000	903.000	1.869.000	736.800	449.100	965.850
Drenagem	16.638	900	2.400	3.000	7.250	16	4.812
Sinalização Diurna (m2)	2.270	140.000	700	4.000	7.500	3.515	62
Sinalização Luminosa (m)	-	-	2.900	5.400	9.440	100	1.000
Pavimentação asfáltica (m2)	75	-	-	-	67.268	38.455	59.768
Terminal de Passageiros (m2)	105	50	550	1.940	-	-	280
Edificação p/apoio a Prot. ao voo(m3)	-	-	200	100	30	-	-
Instalação de Radio-Farol	-	-	1	-	-	-	-
Estação de Telecomunicações (und)	-	-	1	-	-	-	-
Estação Meteorológica(und)	-	-	1	-	-	-	-
Erleivamento (m2)	139.328	-	-	-	18.300	56.900	9.000
Patio para Aviação Agrícola(und)	-	-	-	-	3	1	-

Fonte: Unidade de Engenharia do Departamento Aeroviário do Estado - DAE/RS

Tabela nº 07 - CESA/SAA
 MOVIMENTAÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS POR PRODUTOS*
 1992

PRODUTOS/OPERACOES	RECEBIMENTO	ESTOCAGEM	EXPEDICAO	EXPURGO	LIMPEZA	SECAGEM	TRANSBORDO	TOTAIS	Eml.
TRIGO	206.491	3.572.270	286.174	209.440	82.049	68.700	72.043	4.497.167	
SOJA	189.951	644.536	182.132	-	124.523	117.064	18.162	1.277.368	
MILHO	187.026	1.190.870	123.526	105.596	99.151	87.795	16.635	1.810.599	
ARROZ	177.018	1.206.756	123.815	104.445	66.906	63.900	39.182	1.782.022	
CEVADA	126.100	614.219	117.479	11.908	22.268	8.654	26.808	927.436	
OUTROS	19.414	80.349	29.874	3.611	8.103	5.887	23.170	170.408	
TOTAIS	906.000	7.309.000	863.000	435.000	403.000	352.000	196.000	10.465.000	

* JAN a NOV, dados reais; DEZ por previsao.

SUPLAN/AE

Tabela nº 08 - CESA/SAA

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA POR SERVIÇOS E GRUPOS *

1992

	Em palete						
	RECEBIMENTO	PALETIZAÇÃO	PRE-REFRI- GERAÇÃO	CONGE- LAMENTO	MOVI- MENTAÇÃO	ESTOCAGEM EXPEDIÇÃO	TOTAL
REFRIGERADOS	16.168	13.173	8.312	1.604	8.070	90.684	157.021
CONGELADOS	6.929	5.645	3.563	687	3.459	38.865	67.295
TOTAIS	23.097	18.818	11.875	2.291	11.529	129.549	224.316

Observação:

Refrigerados: Maça, cenoura, manteiga, massas, suco concentrado, ameixa, batata, cebola, figo, morango, milho, pessego, pera, etc.

Congelados: Carne Bovina, carne ovina, carne suína, carne de ave, peixe, polpas diversas, sorvete, camarão polpa de abacaxi, polpa de tomate e picole.

* JAN a NOV, dados reais; DEZ por previsão.

Tabela nº 09 - SEMC

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA (CEEE)

Evolução do Numero de Consumidores de Energia Eletrica no Rio Grande do Sul

1983/92

ANO	CLASSE DE CONSUMIDOR				
	TOTAL	RESIDENCIAL	COMERCIAL/INDUSTRIAL	RURAL	OUTROS(2)
1983	1.639.484	1.333.506	140.648	23.575	127.298
1984	1.729.115	1.404.275	145.111	24.031	140.769
1985	1.813.940	1.468.046	150.219	24.955	155.142
1986	1.921.591	1.548.981	159.659	28.939	167.409
1987	2.003.992	1.614.276	163.861	30.643	177.826
1988	2.098.626	1.695.409	167.514	31.788	185.625
1989	2.000.531	1.778.314	175.636	34.602	193.044
1990	2.263.392	1.830.196	179.518	36.552	197.497
1991	2.331.782	1.879.701	186.955	39.339	205.534
1992(1)	2.398.822	1.932.079	190.879	40.185	213.823

FONTE: CEEE

(1) Dados estimados para dezembro de 1992.

(2) Outros incluem Ilumin. Publ., Pod. Publ., Serv. Publ. e Consumo Proprio.

Tabela nº 10 - SEMC

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA (CEEE)

Evolução da Venda de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul

1983-92

Unidade: MW

ANO	ENERGIA VENDIDA					
	TOTAL	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	RURAL	OUTROS(2)
1983	7.513.057	1.857.649	1.074.546	3.129.658	629.064	822.090
1984	8.378.166	2.036.196	1.157.950	3.517.983	737.449	928.588
1985	9.607.696	2.190.560	1.231.317	3.905.781	930.684	1.349.354
1986	9.875.995	2.258.277	1.398.072	4.007.950	879.575	1.332.121
1987	10.077.193	2.490.398	1.293.925	4.211.152	1.038.374	1.043.344
1988	10.326.824	2.655.368	1.308.188	4.194.088	1.074.052	1.095.128
1989	10.995.625	2.921.561	1.345.560	4.507.805	1.087.585	1.133.114
1990	11.458.876	3.234.460	1.449.681	4.459.401	1.093.003	1.222.331
1991	12.150.400	3.470.630	1.573.101	4.504.869	1.306.284	1.295.516
1992(1)	12.615.999	3.552.453	1.653.316	4.718.106	1.272.653	1.419.471

FONTE: CEEE

(1) Dados estimados para dezembro de 1992.

(2) Outros incluem Ilumin. Publ., Pod. Publ., Serv. Publ. e Consumo Proprio.

Tabela nº 11 - SEMC

COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

Indicadores Físicos da CRT

1983 - 92

ESPECIFICAÇÕES	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Terminais instalados	384.356	393.930	402.874	447.260	459.372	471.821	509.63	547.486	579.000	631.190
Terminais em serviço	335.034	361.681	377.543	414.898	436.149	448.439	464.095	490.578	513.413	555.447(1)
Telefones instalados	585.664	635.980	661.485	701.775	712.054	712.018	725.948	718.056	734.834	743.161
Chamadas IU (DDD+MAN)x1.000	72.193	82.207	96.260	117.308	127.527	137.928	156.988	175.482	199.774	233.420
Localidades com DDD/DDDI	122	130	142	151	157	192	208	221	236	258
Empregados	7.203	7.077	7.042	6.911	6.653	6.431	6.265	6.142	6.063	5.990
Postos de Telei. Rural Social	.	13	155	338	427	461	470	457	474	791
Telefones Públicos	4.781	5.036	5.542	6.237	6.451	6.681	7.044	7.255	7.551	10.871
Densidade Telefônica (Terminais/popul/100)	4,7	4,8	4,9	5,3	5,3	5,4	5,8	6,1	6,6	7,0

Fonte: CRT

Notas: Número de terminais correspondentes a planta instalada automática e manual.

(1) Projeção

Tabela nº 12 - SEMC

COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

Produção de Carvão Mineral e Valor Comercializado
pela CRM no Rio Grande do Sul - 1981/92

ANOS	PRODUÇÃO DE CARVÃO	RECEITA OPERACIONAL (1)
	(1.000 t R.O.M)	Cr\$ 1.000,00
1981	1.264,2	1.559,2
1982	1.291,2	2.549,0
1983	1.274,6	7.587,8
1984	1.468,6	25.809,6
1985	1.167,1	64.110,6
1986	1.197,3	145.355,3
1987	1.106,8	464.700,7
1988	1.164,8	3.922.604,0
(1)1989	1.705,7	64.543.757,06 (3)
1990	1.681,6	1.892.821,0 (4)
1991	1.883,9	6.798.947,6 (4)
(2)1992	1.680,5	127.344.044,12 (4)

FONTE: CRM

(1) A partir de 1982, a receita operacional não inclui o IUM

(2) Dados estimados de dezembro/92

(3) Em 1989 NCz\$

(4) Em 1990/91/92, em Cr\$

Tabela nº 13 - SPO
 COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

Abastecimento de Agua - Coleta e Tratamento de Esgotos
 1983-92

DISCRIMINACAO	SERVICO	UNIDADE	1983	1984	1985	1986	1987
Localidades atendidas	AGUA	unid.	252	253	261	267	271
Localidades atendidas	ESGOTO	unid.	18	18	18	19	20
Economias atendidas	AGUA	unid.	969.497	1.007.251	1.062.454	1.120.829	1.176.782
Economias atendidas	ESGOTO	unid.	76.422	78.746	80.766	91.026	113.475
Rede cadastrada	AGUA	km	11.627	12.098	12.429	13.347	13.851
Rede cadastrada	ESGOTO	km	455	516	566	600	839
Capacidade de reservacao	AGUA	m3	276.156	281.976	284.646	285.455	288.955
Producao de agua	AGUA	1000 m3	245.899	267.539	284.358	284.588	309.300
Hidrometros instalados	AGUA	unid.	631.906	624.955	665.990	657.601	658.622
DISCRIMINACAO	SERVICO	UNIDADE	1988	1989	1990	1991	1992
Localidades atendidas	AGUA	unid.	273	275	283	291	300
Localidades atendidas	ESGOTO	unid.	20	20	20	20	22
Economias atendidas	AGUA	unid.	1.224.343	1.273.204	1.312.664	1.377.627	1.440.000
Economias atendidas	ESGOTO	unid.	115.706	119.933	120.722	127.300	134.000
Rede cadastrada	AGUA	km	14.342	15.270	15.246	15.636	16.006
Rede cadastrada	ESGOTO	km	917	931	1.003	1.006	1.014
Capacidade de reservacao	AGUA	m3	290.955	294.555	300.405	322.455	326.985
Producao de agua	AGUA	1000 m3	328.070	335.100	359.890	379.000	368.000
Hidrometros instalados	AGUA	unid.	633.700	628.000	573.566	614.145	784.000

NOTA: Os valores de 1992 sao reais ate outubro. A partir dai sao projetados.

Tabela nº 14 - SPO

COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)
 PRODUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS (1983 - 1992)
 (EM UNIDADES HABITACIONAIS)

ANOS	PROGRAMAS					
	HABIT. EM CONJUNTO(1)	HABIT. ISOLAD.	HABIT. EVOLUT. (1)	LOTES URBANIZ	TOTAL ANUAL	TOTAL ACUM.
1983	6.981	221	7.008	956	15.166	15.166
1984	6.828	38	2.094	0	8.960	24.126
1985	4.512	97	523	1.353	6.485	30.611
1986	510	86	878	12	1.486	32.097
1987	11.676	348	584	0	12.608	44.705
1988	130	1.493	151	849	2.623	47.328
1989	0	0	128	1.775	1.903	49.231
1990	560	764	100	1.789	3.213	52.444
1991	212	555	0	1.227	1.994	54.438
1992	385	977	0	0	1.362	55.800
TOTAL	31.794	4.579	11.466	7.961	55.800	111.600

CONVENÇÃO DOS PROGRAMAS:

HABITAÇÕES EM CONJUNTOS: PLANHAP(Conjuntos), PAH(Moradias), PROMAP(Conjuntos).

HABITAÇÕES ISOLADAS: FICAR(Terreno Proprio), PAH(Cesta), PROMAP(Isoladas).

HABITAÇÕES EVOLUTIVAS: PROMORAR, JOAO DE BARRO, FICAR-SUL.

LOTES URBANIZADOS: PROFURB, PROURB, (Sem retorno), REURBANIZAÇÃO.

OBS: (1):Unid.HAB. EM CONJUNTOS E HAB. EVOLUTIVAS referem-se a conjuntos inacabados, invadidos e comercializados.

FONTE: COHAB-RS/APLAN